



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JESSÉ BESERRA DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS: ATORES E FATORES DO POLO DE FERTILIZANTES DO
MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ - 1970-2010**

MATINHOS

2016

JESSÉ BESERRA DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS: ATORES E FATORES DO POLO DE FERTILIZANTES DO
MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ - 1970-2010**

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre em
Desenvolvimento Territorial Sustentável, no
Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Territorial Sustentável, da Universidade Federal
do Paraná – Setor Litoral.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochoviski

MATINHOS

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral
Romilda Santos CRB9/1214

- S586 Silva, Jessé Beserra da
Políticas públicas: atores e fatores do polo de fertilizantes do município de
Paranaguá - 1970-2010 / Jessé Beserra da Silva; orientador Rodrigo Rossi
Horochoviski. — 2016.
217 f.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral,
Matinhos/PR, 2016.
1. Indústria de fertilizantes - Paranaguá (Paraná). 2. Políticas públicas.
3. Desenvolvimento territorial sustentável. I. Dissertação (Mestrado) –
Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 668.62098162



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor LITORAL
Programa de Pós Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL
Código CAPES: 40001016081P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **JESSE BESERRA DA SILVA**, intitulada: "**POLÍTICAS PÚBLICAS: ATORES E FATORES DO POLO DE FERTILIZANTES DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ - 1970-2010**", após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação.

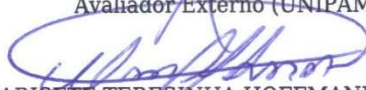
MATINHOS, 27 de Junho de 2016.



Prof RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)



Prof AUGUSTO JUNIOR CLEMENTE
Avaliador Externo (UNIPAMPA)



Prof MARISETE TERESINHA HOFFMANN HOROCHOVSKI
Avaliador Interno (UFPR)

Dedico esta vitória ao meu Deus, criador de tudo o que há, a quem unicamente sou grato pelo o dom da vida, pela saúde, força e resiliência nos momentos difíceis que atravessei nessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço efusivamente aos meus pais por acalentaram os sonhos juvenis dos cinco filhos e pelo cuidado com que, desde os primeiros passos, nos conduziram pelas sagradas letras e desse modo nos orientarem para a vida. De igual modo agradeço a minha amada, Marilza Ferreira da Silva, que desde sempre demonstrou ser uma grande companheira, sobretudo pelo modo com que educou nossos dois filhos: Lucas Ferreira da Silva e Mateus Ferreira da Silva, com os quais me penitencio pelos momentos de ausência, sobretudo na primeira infância.

Agradeço ainda à Coordenação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB, da UFPR, nas pessoas dos Professores Doutores: Paulo Vinícius Baptista da Silva, Josafá Cunha e Alexandro Dantas Trindade, pela oportunidade de participar do Curso Intensivo de Formação Pré-Acadêmica, Afirmação na Pós – 2014, promovido pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFPR, esse agradecimento é extensivo aos demais componentes do NEAB-UFPR, Doutorandos, Mestrandos e Colegas que nos motivaram e demonstraram ser este um sonho possível à todos nós.

Apresento um agradecimento todo especial ao meu Orientador, Professor Doutor Rodrigo Rossi Horochovski, por aceitar de pronto o desafio de me orientar nesses meses finais do prazo para a conclusão da pesquisa, especialmente pela prestatividade e disposição para, juntos, vencermos esse desafio; e de igual modo agradeço à Professora Doutora Marisete Teresinha Hoffmann Horochovski, a quem sempre serei muito grato por sua gentileza em me ouvir e indicar meu Orientador.

Na pessoa do Professor Doutor Valdir Frigo Denardin agradeço à Coordenação do PPG-DTS de então, pela fidalguia com que recebeu a todos os componentes da primeira turma do Mestrado, e especialmente por indicar a Professora Doutora Cinthia Maria de Sena Abrahão para ser minha primeira Orientadora, a quem devo captura do objeto deste estudo.

De igual modo agradeço aos demais docentes e colaboradores do PPG-DTS, especialmente aos Professores da linha de pesquisa Redes Sociais e Políticas Públicas, pelo acolhimento e pelos conhecimentos transmitidos. Por fim sou grato a todos discentes deste Mestrado, amigos que conquistei nessa jornada acadêmica, pela convivência fraterna, livre, equânime e solidária no decorrer de todo o curso.

"Não me coloco ao lado daqueles que consideram uma grande presunção que um homem de condição humilde ouse discutir o que é unicamente de preocupação dos príncipes. Pois assim como aqueles que se dedicam a pintar as paisagens procuram as planícies, para dali contemplarem as montanhas e procuram os picos das montanhas para, do alto, contemplarem as planícies, da mesma maneira, para se compreender a natureza do povo é necessário ser príncipe e para se compreender a natureza dos príncipes é necessário ser povo."

Nicolau Maquiavel, O Príncipe (adaptação do autor).

RESUMO

Esta dissertação apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa por meio da qual se buscou conhecer: quando, como e por que se deu o surgimento do Polo de Fertilizantes de Paranaguá? Na captura deste objeto se empregou, no que coube, os procedimentos metodológicos do diagnóstico interdisciplinar: a construção de um quadro de trabalho comum, para estudos desenvolvidos no litoral do Paraná, propostos por RAYNAUT e FERREIRA (2002); no levantamento de dados, primários e secundários, se empregou os critérios de coleta, mostra, redução, verificação e conclusão na forma descrita por MILES e HUBERMAN (1984); o trato metodológico na análise dos dados levantados foi efetivado de acordo com a metodologia qualitativa, conforme descreveu WOLCOTT (1994). Por meio da referida pesquisa se reuniu dados históricos e documentais do município, do porto e do referido polo, que possibilitaram analisar, com base nos referidos dados, os elementos constituintes do objeto, atores que possibilitaram a sua origem e dos fatores de sua evolução. O eixo temático deste estudo são as políticas públicas, cuja análise parte da trajetória dependente do objeto em relação ao tardio processo de industrialização brasileiro e das janelas de oportunidades que resultaram em políticas públicas atinentes a esse setor produtivo. E para a operacionalização da análise das políticas públicas atinentes ao objeto, ao porto e ao município de Paranaguá, se empregou os conceitos de trajetória dependente, de acordo com a formulação de BERNARDI (2012) e de janelas de oportunidades, de acordo com a formulação de KINGDON (1984). Os resultados obtidos indicaram que esse polo surgiu a partir de um aglomerado de indústrias de fertilizantes, as quais, em virtude das facilidades logísticas de armazenamento e transporte existentes, sobretudo valendo-se das políticas públicas atinentes ao segundo setor da economia, aos portos e às cidades portuárias, entre os anos de 1970 e 2010, se instalaram na área urbana do município de Paranaguá.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Industrialização; Fertilizantes; Polo; Paranaguá.

SUMMARY

This present paper result of a qualitative research through which it sought to know: when, how and why it gave the appearance of the Polo Fertilizer Paranaguá? In catching this object was used, as it fell, the methodological procedures of interdisciplinary diagnosis: the construction of a common framework, for work undertaken in the coast of Paraná, proposed by RAYNAUT & FERREIRA (2002); the survey data, primary and secondary, he used the collection criteria, shows, reduction, verification and completion in the manner described by MILES and HUBERMAN (1984); the methodological treatment in the analysis of the data was accomplished according to the qualitative methodology, as described WOLCOTT (1994). Through that research gathered historical data and documents of the municipality, the port and the said pole, which made it possible to analyze, based on these data, the constituent elements of the object, actors who enabled its origin and the factors of its evolution. The main theme of this study is public policy, whose analysis of the trajectory depends on the object relative latecomer to the Brazilian industrialization process and the windows of opportunity that resulted in public policies related to this productive sector. And for the operationalization of the analysis of public policies related to the object, the port and the city of Paranaguá, we used the trajectory of concepts dependent, according to the formulation of BERNARDI (2012) and windows of opportunity, according to formulation KINGDON (1984). The results indicated that the pole came from a cluster of fertilizer industries, which, because of the logistics facilities of existing storage and transport, particularly taking advantage of public policies related to the second sector of the economy, ports and port cities, between 1970 and 2010, settled in the urban area of the municipality of Paranaguá.

Keywords: Public Policy; Industrialization; Fertilizers; Polo; Paranaguá.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Diagrama esquemático do diagnóstico interdisciplinar para estudos no litoral.....	48
FIGURA 02 - Modelo Interativo de Análise Qualitativa de MILES e HUBERMAN (1984)	49
FIGURA 03 - Modelo dos fluxos múltiplos de KINGDON (1984).....	53
FIGURA 04 - Principais Indústrias de Transformação x Valor da Produção, em 1940.	86
FIGURA 05 - Reorganização do espaço brasileiro, no eixo centro-sul, em 1950.	87
FIGURA 06 - Mapa da distribuição espacial da atividade industrial no Brasil, 1950.	90
FIGURA 07 - Infraestrutura rodoferroviária e portuária existente em Paranaguá, em 1940.	91
FIGURA 08 - Curvas representativas do processo de urbanização brasileiro, entre 1940 e 1991.	99
FIGURA 09 - Principais portos brasileiros importadores de Fertilizantes, volumes em mil t, (2010).	112
FIGURA 10 - Foto de Paranaguá-PR (1908).....	114
FIGURA 11 - Localização geográfica de Paranaguá, na faixa litorânea do estado do Paraná.....	115
FIGURA 12 - Corte geológico da Serra do Mar e do litoral do Paraná.....	116
FIGURA 13 - Baía de Paranaguá, de Antonina, de Laranjeiras e o litoral do Paraná.	118
FIGURA 14 - Mapa de formação do Paraná, destaque para a área do município de Paranaguá,.....	119
FIGURA 15 - Mapa da Vila de Paranaguá, com retratação em óleo sobre tela, por Debret. (1886).	124
FIGURA 16 - Mapa atual do município de Paranaguá, em 2010.	127
FIGURA 17 - Canais de Acesso e rota da Barra Norte até o Porto N. S. do Rosário.	129
FIGURA 18 - Caravela no porto do Alemão, na Ilha da Cutinga e tripulação baixando terra (1617).....	130
FIGURA 19 - Africanos sendo conduzidos como escravos para trabalhar na lavoura cafeeira (1860).	133

FIGURA 20 - Cronologia de eventos da questão do tráfico de escravos, (1822-1850)	134
FIGURA 21 - Porto de N. S. do Rosário, Rua da Praia, margem do Rio Itiberê (1860)	136
FIGURA 22 - Alfandega, trapiche do Porto do Gato, na Baía de Paranaguá (1872).	139
FIGURA 23 - Trapiche de madeira do Porto do Gato, Baía de Paranaguá (1872)..	140
FIGURA 24 - Obras da construção do novo cais do Porto de Paranaguá (1917- 1935).	141
FIGURA 25 - O NE Saldanha da Gama na inauguração do Porto, em março de 1935.	142
FIGURA 26 - Operação de cargas em barris, no Porto de Paranaguá, em 1935....	143
FIGURA 27 - Porto D. Pedro II, Baía de Paranaguá, em 1947.....	144
FIGURA 28 - Canais N e SE (Barra N); Canal da Galheta (Barra S) ao porto D. Pedro II, (1975).....	147
FIGURA 29 - Eletrônica Data Interchange (Troca Eletrônica de Dados - EDI)	151
FIGURA 30 - Mapa da área de influência, do porto, no município de Paranaguá (2002).	152
FIGURA 31 - Inserção da "hinterland" no município de Paranaguá, na atualidade.	154
FIGURA 32 - Mapa área de influência econômica externa do porto D. Pedro II (2014).	155
FIGURA 33 - Localização dos Berços e Píeres do Porto de Paranaguá em 2010..	156
FIGURA 34 - Organograma da PETROFÉRTIL em 1990.	178
FIGURA 35 - Lista de nutrientes naturais encontrados originalmente no ar e no solo agricultável	183
FIGURA 36 - Esquema do modelo de produção das Indústrias de Fertilizantes Químicos	185

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	Curva da evolução da população residente no país.....	83
GRÁFICO 2 -	Ciclo de evolução do salário mínimo, entre os anos de 1940 e 2011.....	98
GRÁFICO 3 -	Curva da participação (%) da indústria de transformação no PIB, 1947-2011	110
GRÁFICO 4 -	Evolução do endividamento brasileiro no período de 1956 a 1992	115
GRÁFICO 5 -	Produção x Importação x Consumo de fertilizantes, entre 2000 e 2010.....	117
GRÁFICO 6 -	Produção de fertilizantes x Áreas de plantio x Produção de Agro vegetal.....	184

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1-	AS PRINCIPAIS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO, KREUTZMANN (2003).....	43
QUADRO 2 -	ESTRUTURA E ESTRATÉGIA DA PESQUISA QUALITATIVA NESTE ESTUDO.....	61
QUADRO 3 -	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NO PARANÁ (1940 - 1980).....	106
QUADRO 4 -	PRIVATIZAÇÕES DO SETOR DE FERTILIZANTES BRASILEIRO (1992-1994).....	113
QUADRO 5 -	PIB (PER CAPITA) X IDH DOS MUNICÍPIOS LITORÂNEOS PARANAENSES.....	122
QUADRO 6 -	EMPRESAS DO POLO DE FERTILIZANTES DE PARANAGUÁ - ANO: 2010.....	163
QUADRO 7 -	GRUPO FERTIPAR, ANO DE FUNDAÇÃO E ÁREA DE ATUAÇÃO.....	165
QUADRO 8 -	ESTRUTURA E ESTRATÉGIA DA PESQUISA QUALITATIVA NESTE ESTUDO.....	170

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMA	Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil
ANDA	Associação Nacional para Difusão de Adubos
APL	Arranjo Produtivo Local
APO	Área de Porto Organizado
A.P.A	Administração do Porto de Antonina
A.P.P	Administração do Porto de Paranaguá
APPA	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
ANNP	Associação Nacional de Navegação e Portos
ANTAq	Agencia Nacional de Transportes Aquaviários
BA	Bahia
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPs	Conselho de Autoridade Portuária
CF	Constituição Federal
CESPORTOS	Comissão Estadual de Segurança Pública dos Portos, Terminais e Vias Navegáveis
CIA	Companhia
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
COCAP	Cooperativa Central Agropecuária do Paraná
CODEPAR	Companhia de Desenvolvimento do Paraná
COLIT	Conselho de Desenvolvimento do Litoral
CONPORTO	Comissão Nacional de Segurança Pública de Portos, Terminais e Vias Navegáveis

COREX	Corredor de Exportação
COSIPA	Companhia Siderúrgica Paulista
COTRIGUAÇU	Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda.
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DPEA	Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuária
DTS	Desenvolvimento Territorial Sustentável
Ed.	Edição
EDI	Eletrônica Data Interchange (Troca Eletrônica de Dados).
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ES	Espírito Santo
EUA	Estados Unidos da América
FAFEN	Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Petrobrás
FAO	Organização para a Alimentação e Agricultura
Fosfertil	Fertilizantes Fosfatados S.A.
FDE	Fundo de Desenvolvimento Econômico
FUNDAG	Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola
FUNFERTIL	Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GO	Goiás
Há	Hectare
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano

IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IKCP	Indústria KLABIN de Papel e Celulose
LABTRANS	Laboratório de Transportes e Logística
Ltda	Limitada
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MG	Minas Gerais
MIDC	Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio
MT	Mato Grosso
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NPK	Nitrogênio(N), Fósforo (P), Potássio (K)
OGMO	Gestores da Mão de obra Portuária
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PDDIP	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá
PDZP	Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNF	Plano Nacional de Fertilizantes
PNFCA	Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola
ppg	Programa de Pós-Graduação
PR	Paraná
PRORURAL	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RAIS-MTE	Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho

RS	Rio Grande do Sul
S/A	Sociedade Anônima
SEP	Secretaria Especial de Portos
S.A.	Sociedade Anônima
SC	Santa Catarina
SINDIADUBO	Sindicato das Indústrias de Adubos e Corretivos Agrícolas
SOCEPPAR	Sociedade Cerealista Exportadora de Produtos Paranaenses
TEVECON	Terminal de Veículos e Contêineres
UFPR	Universidade Federal do Paraná
USIMINAS	Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S.A

LISTA DE SÍMBOLOS

B	Boro
Ca	Cálcio
Cl	Cloro
Cu	Cobre
US\$	Dólar
&	E comercial
Fe	Ferro
P	Fósforo
º	Indicador ordinal
%	Porcentagem
K	Potássio
Mn	Manganês
m ²	Metro quadrado
N	Nitrogênio
Mo	Molibdênio
Ph	potencial hidrogeniônico
Mg	Magnésio
S	Enxofre
Zn	Zinco

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 2 - REFERENCIAIS TEÓRICO E METODOLÓGICO	32
2.1 REFERENCIAIS TEÓRICOS	32
2.2 REFERENCIAIS METODOLÓGICOS	47
2.2.1 Janelas de Oportunidades.....	52
2.2.2 Trajetória Dependente.....	54
2.3 A PERSPECTIVA ANÁLITICA HISTÓRICISTA NO ESTUDO DO OBJETO.....	61
2.4 ESCOPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ATINENTES AO OBJETO.....	69
CAPÍTULO 3 - FATORES HISTÓRICOS E SITUACIONAIS	76
3.1 FATORES HISTÓRICOS	76
CAPÍTULO 4 - CARACTERIZAÇÕES DO TERRITÓRIO, PORTO E OBJETO.....	114
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE PARANAGUÁ.....	115
4.2 CARACTERIZAÇÃO DO PORTO DE PARANAGUÁ.....	127
4.2.1 Histórico do Porto de Paranaguá	128
4.2.2 Área do Porto Organizado.....	150
CAPÍTULO 5 - RESULTADOS DA PESQUISA.....	158
5.1 CARACTERIZAÇÃO DO POLO DE FERTILIZANTES DE PARANAGUÁ	158
5.2 CARACTERIZAÇÕES DAS INDÚSTRIAS DE FERTILIZANTES QUÍMICOS...	168
5.3 OS PRODUTOS E AS EXTERNALIDADES AGLOMERATIVAS DO POLO DE FERTILIZANTES DE PARANAGUÁ	183
5.4 RESULTADOS DA PESQUISA.....	186
CAPÍTULO 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	206
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS.....	213
APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	214
APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	216

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

A presente dissertação relata os resultados obtidos em uma pesquisa qualitativa por meio da qual se buscou conhecer: o modo, o momento e as razões pelas quais um aglomerado de indústrias do setor de fertilizantes¹, seguindo uma trajetória dependente do tardio processo de industrialização brasileiro, mas valendo-se de janelas de oportunidades que redundaram em políticas públicas que lhes favoreceram, se fixou e se desenvolveu na área urbana municipal de modo a formar o polo de fertilizantes de Paranaguá.

A industrialização retardada, que teria lugar nos países que se haviam inserido no sistema econômico mundial pela via da modernização, far-se-ia em concorrência com as importações e não com a atividade artesanal pré-existente. FURTADO (1980, p. 24).

A observação desse objeto se deu em três períodos distintos, dois dos quais enquanto servidor público federal residente no município de Paranaguá e o último período enquanto pesquisador no litoral paranaense, momento em que amadureceu a ideia de que, não por acaso, esse objeto se fixou em Paranaguá porquanto se apropriou não apenas das políticas públicas atinentes ao setor de fertilizantes, mas também das demais aplicadas ao porto e ao município.

Essa observação além de despertar o tríptico questionamento que compõe a problemática, suscitou, também, algumas conjecturas, elencadas como hipóteses, e testadas na presente pesquisa, sintetizadas da seguinte forma:

a) esse Polo teria surgido a partir de um aglomerado de empresas que se fixaram em Paranaguá, durante o recorte temporal deste trabalho, para aproveitar as facilidades logísticas de armazenamento e transporte para reduzir custos tanto na aquisição de insumos quanto no transporte na entrega dos produtos, pelo aproveitamento do frete rodoferroviário de retorno aos centros de produção agrícola;

¹ Fertilizantes são definidos, no Decreto 86.955, de 18 de fevereiro de 1982, como substâncias minerais ou orgânicas, naturais ou sintéticas, fornecedoras de um ou mais nutrientes das plantas. Têm como função repor ao solo os elementos retirados em cada colheita, com a finalidade de manter ou mesmo ampliar o seu potencial produtivo. Sua participação é fundamental para o aumento do rendimento físico da agricultura, isto é, sua produtividade. [...] do ponto de vista do processo produtivo, o nitrogênio (N), o fósforo (P) e o potássio (K) são os mais importantes. O demais macro e micronutrientes, apesar da importância biológica, não têm expressão econômica na indústria de fertilizantes, nem valorização comercial significativas, por serem utilizados em quantidades muito pequenas. BNDES (2006, p.99).

- b) que essas indústrias teriam se instalado nesse território para aproveitar a disponibilidade de mão de obra, abundante em Paranaguá nos primeiros anos do recorte temporal e as facilidades logísticas de armazenamento e transporte disponível desde a crise do café;
- c) que em virtude da conjuntura, social e política, vigente naquele período em que importantes políticas públicas foram direcionadas ao setor industrial que incluía o setor de fertilizantes e que ao serem implementadas favoreceram esse Polo, mesmo em um período no qual os planejadores de políticas públicas se baseavam em uma concepção que igualava crescimento a desenvolvimento; e
- d) que as externalidades aglomerativas desse polo tanto foram positivas quanto negativas para o município portuário de Paranaguá.

O questionamento, que desencadeou a presente pesquisa, consistiu de uma tríplice pergunta: como, quando e por que se deu a implantação do Polo de fertilizantes químicos no município de Paranaguá? Para resolver este problema empreendeu-se uma pesquisa qualitativa, como caminho metodológico, para obter conhecimentos acerca dos atores e fatores que, de alguma maneira, contribuíram para a existência do objeto no município portuário de Paranaguá.

[...] a pesquisa qualitativa é interpretativa, ou seja, o pesquisador qualitativo analisa os dados de um cenário para identificar temas e categorias e tirar suas conclusões sobre os significados [...] procura ouvir o que as pessoas têm a dizer sobre o assunto relacionado, explorando suas ideias e preocupações sobre o entendimento do tema. Em resumo, sua principal contribuição é entender o fenômeno observado. WOLCOTT (1994, p. 34).

O objeto deste estudo de acordo com ABRAHÃO (2010) no limite período estabelecido no recorte temporal da pesquisa era composto por dezenove indústrias de fertilizantes químicos, vinculadas à Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), cujos parques operacionais se situavam em diversos lugares da área urbana do município portuário de Paranaguá e desse modo esse aglomerado de indústrias de fertilizantes foi causando transformações geográficas e se inserindo em uma realidade econômica, social e ambiental preexistentes, composta por redes sociais presentes e atuantes no território de Paranaguá.

O recorte desta pesquisa, que segundo RUDIO (1980, p. 9) deve ser claro e conciso no sentido de explicitar, especificar, explicar, limitar, e individualizar tanto o objeto quanto o problema, se aplicou para delimitar o tema da pesquisa, que segundo

GIL (1996, p.14) deve contemplar minimamente três critérios: espacial; temporal; e população, se ateuve aos seguintes critérios:

- a) espacial – o município portuário de Paranaguá;
- b) temporal – as quatro décadas compreendidas entre os anos de 1970 e 2010; e
- c) populacional – 19 indústrias de fertilizantes químicos, associadas a ANDA, que operavam em Paranaguá, em 2010.

O objetivo principal deste estudo, considerando os três critérios presentes no recorte, foi o de conhecer os atores e os fatores que mediante políticas públicas aplicadas ao território, ao porto e ao próprio objeto possibilitaram a existência do objeto tal qual este se apresenta na atualidade; e os objetivos específicos foram os seguintes:

- 1) reunir dados históricos e documentais acerca da implantação do objeto;
- 2) analisar os elementos constituintes de sua origem, evolução, e resultados;
- 3) conhecer as políticas públicas atinentes ao território, ao porto e ao objeto; e
- 4) compreender as externalidades aglomerativas do objeto para com o território de Paranaguá.

As externalidades aglomerativas, de acordo com COSTA (2010, p. 90), tanto podem ser positivas quanto negativas para com o território. As positivas são compreendidas neste trabalho, como aquelas que trazem contribuições ecossocioeconômicas para o território, mormente as que contribuem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, enquanto que as externalidades negativas são compreendidas como aquelas que causam transtornos ecossocioambientais e, por conseguinte, causam a piora na qualidade de vida dos seres humanos e não-humanos.

O conceito de externalidades aglomerativas foi desenvolvido por Alfred Marshall na última década do Século XIX quando analisou as organizações industriais na sua obra *Princípios de Economia*, mormente no que diz respeito ao fenômeno da concentração espacial de pequenas empresas existentes nos distritos industriais britânicos, quando procurou novos elementos que dessem conta da explicação do sucesso de determinadas experiências que não podiam ser explicadas apenas à luz das teorias dominantes. COSTA (2010, p. 90).

Os procedimentos metodológicos empregados para a captura do objeto e o problema deste estudo seguiram, no que coube, os passos do diagnóstico interdisciplinar para a construção de um quadro comum em trabalhos desenvolvidos no litoral do Paraná, proposta por RAYNAUT e FERREIRA (2002, p. 29), os quais

sugerem uma sequência de procedimentos que partem do diagnóstico geral da observação até a identificação de um objeto e de uma problemática de pesquisa nas dinâmicas econômicas das atividades industriais, comerciais e de serviços, bem como mercado de trabalho e os efeitos de fatores externos sobre a economia do município de Paranaguá.

Para o levantamento de dados, primários e secundários, se empregou os critérios de levantamento na forma descrita por MILES e HUBERMAN (1984), coleta, mostra, redução, verificação e conclusão; o trato metodológico e a análise dos dados levantados foram efetivados de acordo com a metodologia qualitativa conforme descreveu WOLCOTT (1994); para a compreensão das contradições e complexidades relativas à trajetória do Setor de Fertilizantes, sempre atrelada à do Setor Petroquímico no Brasil, empregou-se o conceito de *"path dependence"* (trajetória dependente) conforme disseminado por BERNARDI (2012); e na análise das políticas públicas, das quais se valeu esse Setor da economia empregou-se o conceito de *"windows of opportunity"* (janelas de oportunidades), de acordo com as formulações de KINGDON (1984).

O conceito de trajetória dependente de acordo com BERNARDI (2012) transmite a ideia de que, no emaranhado social de um determinado território, há uma interdependência entre as instituições afins e que tal interdependência traz reflexos do passado, os agrega aos acontecimentos do presente e dependendo dos resultados advindos das decisões tomadas no passado e no presente, seus efeitos se refletirão desde o presente até no futuro dessas instituições; desse modo o seu histórico e a sua história importam cabalmente para uma perfeita compreensão de sua existência.

O conceito de dependência da trajetória deve sua popularização aos trabalhos de Brian Arthur e Paul A. David, cujas análises se notabilizaram pelas críticas realizadas às premissas de eficiência da teoria econômica neoclássica. Baseando-se em modelos estocásticos não-lineares, Arthur demonstrou que dentre duas ou mais alternativas não necessariamente prevaleceria a mais eficiente em condições de retornos crescentes, nas quais um aumento na aplicação de uma tecnologia, bem como um aumento na produção ou na distribuição de um produto, eleva os benefícios de uma maneira autorreforçante (self-reinforcing way). [...] no estudo da trajetória dependente [...] há a observação de que a história importa [...] de que o legado do passado condiciona o futuro, o institucionalismo histórico defende a ideia de que os indivíduos agem dentro de arranjos institucionais cuja estrutura atual e funcionamento só podem ser entendidos parcialmente se a análise estiver integrada a uma perspectiva histórica e o conceito de *"path dependence"* (trajetória dependente) é oferecido justamente como a ferramenta analítica para entender a importância de sequências temporais e

do desenvolvimento, no tempo, de eventos e processos sociais. BERNARDI (2012 p. 137).

O conceito, janelas de oportunidades, contemplado na teoria dos fluxos múltiplos de KINGDON (1984), se refere a um momento propício para a formulação ou alteração de uma agenda política que, geralmente, resulta na implementação de uma ou mais políticas públicas, em virtude do encontro, concomitante, de: demanda social; possibilidade de solução; e motivação política e psicossocial propícia à formulação ou alteração da agenda política ou agendamento de matérias de interesses particulares junto aos formuladores de políticas públicas.

Janelas de oportunidades são [...] momentos em que os três fluxos – problemas, soluções e política - que são independentes - convergem para um denominador comum [...] a mudança da agenda política ocorreria quando houvesse uma convergência entre os três criando uma “janela de oportunidades”. KINGDON (1984, p.165).

O modelo dos fluxos múltiplos de KINGDON (1984) tem sido o mais comumente empregado para a explicação da formação da agenda política, mormente por sua importância para a compreensão da formulação das políticas públicas, porquanto o autor estabelece uma clara distinção entre agenda sistêmica e agenda governamental e suas subdivisões: agenda especializada (ou setorial) e a agenda de decisões (ou ainda não-decisões), por meio das quais busca esclarecer o porquê de algumas questões não entrarem na agenda governamental como também não serem incluídas na agenda de decisões.

O recorte temporal, no qual o objeto surge no território de Paranaguá, coincide com as transformações ecossocioambientais observadas nesse território, nas últimas décadas, mais precisamente no final do século XX e início do primeiro quartel do século XXI, na plenitude da era da informação e de abertura dos mercados, momento em que as fronteiras (reais e simbólicas) dos Estados nacionais foram flexibilizadas em virtude da irreversível ação globalizante do poder do império do capital, o qual, em virtude da mentalidade de crescimento a qualquer custo, imprimiu um fluxo assimétrico de recursos tal, que levou os Estados nacionais menos vigilantes ao esgotamento de suas reservas naturais e à impossibilidades de desenvolvimento social.

Esse problema se tornou em um dos maiores desafios para os governos nacionais da atualidade, em relação a salvaguarda de seus territórios e de suas respectivas economias, sobretudo por terem de encontrar um modelo de desenvolvimento que consiga prover com soluções socioeconômicas às crescentes demandas nacionais por meio de um crescimento econômico equilibrado, de maneira que não comprometa, antes promova o bom desenvolvimento, o qual se tornará cada vez mais difícil de ser atingido caso negligenciem o emprego de políticas públicas equalizadoras, afirmativas, inclusivas e includentes.

Dessa forma, torna-se fundamental que esse modelo a ser perseguido não se furte de um plano para a construção de uma sociedade livre, justa e igualitária, propícia à emancipação da cidadania e a redução das externalidades negativas que geralmente redundam em degradações ecossocioeconômicas, materializadas em catástrofes ambientais, declínio da qualidade de vida, exclusões sociais e pobreza extrema; bem como promova a elevação das externalidades positivas materializadas por fatores includentes advindos da elevação dos níveis de conhecimento, emprego, renda per capita, da saúde pública e de qualidade vida.

Por isso mesmo, a busca por esse desenvolvimento, que venha a fazer face a essa problemática, requer uma profunda reflexão acerca de quais vetores de crescimento econômico vale a pena seguir, posto que dentre tantas propostas e tantos estudos econômicos que se nos apresentam, advindos do poder do império do capital, apontando para opções que, geralmente, passam pelo velho discurso da via creditícia e acumulativa, por meio do endividamento alheio, para o qual, em tempo hábil, se levantaram pensamentos de resistência como o do desenvolvimento territorial sustentável, ao qual o presente trabalho se vincula.

A narrativa, presente neste trabalho, contempla várias dessas tentativas de superação do subdesenvolvimento, quando os governos brasileiros daquelas ocasiões, à custa de um grande endividamento nacional, implementaram políticas públicas no afã de que o Brasil pudesse atingir o crescimento e o desenvolvimento; e exatamente por abordar essa problemática foi que se escolheu o eixo temático das políticas públicas e o emprego dos conceitos de janelas de oportunidades e trajetória dependente como categoria análise destas.

A interdisciplinaridade presente nesta narrativa, de acordo com RAYNAUT e FERREIRA (2002), advém da necessidade de resolução da problemática historicista da pesquisa tanto no plano material quanto no plano epistemológico, porquanto a

abordagem historicista apresentada por LÖWY (2003) admite uma linha de análise de concepção histórico-dialética da realidade cuja visão, e pensamento social, visa recuperar a sua força e dimensão analítica em um processo de aprendizado social no afã de superar a racionalidade puramente técnica e instrumental propagadas pela visão tecnocrática na construção do conhecimento científico.

Desse modo o emprego do conceito de trajetória dependente foi utilizado para correlacionar o desenvolvimento do setor de fertilizantes com o tardio processo de industrialização brasileiro, e de um modo específico como este setor se vinculou inicialmente, ao setor petrolífero até se desvincular no início do recorte temporal deste trabalho; e o conceito de janelas de oportunidades se prestou para elucidar as razões e o momento em que as políticas públicas favoreceram o referido setor produtivo e por extensão o aglomerado de indústrias de Paranaguá.

A utilização desse conceito deve-se especialmente em virtude das características intrínsecas da composição do objeto e o modo como ele é evocado neste estudo, um aglomerado produtivo, que de acordo com PORTER (1989, p. 211), é um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares, as quais visam nesse ajuntamento e no decorrer de sua composição obter, dentre outros aspectos microeconômicos e estratégias empresariais, vantagens comparativas relativas à produtividade e competitividade nesse ajuntamento.

O escopo geográfico de acordo com PORTER (1989, p. 211) pode variar desde uma região única, uma cidade, um estado, um país, ou até mesmo uma rede de países vizinhos, tais como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Esses aglomerados podem assumir diversas formas e diversas nomenclaturas, dependendo de sua atividade e sofisticação, mas a maioria inclui empresas de produtos ou serviços finais, fornecedores de insumos especializados, componentes, equipamentos e serviços, instituições financeiras e empresas em setores correlatos.

A aglomeração produtiva, a que este estudo se ateve, opera na produção de fertilizantes de base fosfática, por meio da mistura de produtos químicos e naturais, os quais, quando aplicados racionalmente em terrenos ácidos e pobres, corrigem o potencial de Hidrogênio do solo (pH)² e elevam os níveis de nutrientes e agrega valor

² pH é uma escala para medida do potencial hidrogeniônico ou potencial de hidrogênio, que indica a acidez ou basicidade de uma solução aquosa. Soluções com pH menor que 7 são ácidas, e com pH maior que 7, básicas ou alcalinas. A água pura é neutra (pH = 7), sendo assim não é considerada ácida

a produtividade agrícola do solo. Em decorrência desse fato tais produtos se tornaram imprescindíveis não apenas para a correção do solo, mas, sobretudo para atender as atuais exigências técnicas e comerciais que recaem sobre o primeiro setor da economia, pela obrigatoriedade da obtenção de uma produtividade cada vez maior na agricultura moderna.

Importou saber, no presente estudo, de que modo esse aglomerado de indústrias se fixou no território de Paranaguá, em que período chegou a essa cidade e por que razão escolheu este e não outro município mais próximo dos grandes centros de consumo ou mais próximo de produtores de matérias-primas, o que em tese seria o mais óbvio, em virtude das distâncias a vencer entre núcleo produtor de insumos e o núcleo consumidor. Por essa razão se justifica o estudo do objeto, sob a égide das políticas públicas.

A maior justificativa para a elaboração deste estudo é a de que, muito embora existam relatos indiretos, fracionados e parciais a respeito do objeto, não há um registro unívoco, nem exclusivo, nem completo, sobre o surgimento do objeto, nem mesmo acerca dos benefícios públicos de que os atores se apropriaram para a redução de seus custos operacionais e aumento da lucratividade, sobretudo naqueles benefícios advindos das políticas públicas atinentes ao setor de fertilizantes, implementadas entre 1970 e 2010, que entraram na agenda governamental muito mais pela necessidade de expansão da produção agrícola por meio da ampliação e fertilização de novas áreas de plantio para fazer face a crescente demanda nacional e mundial por alimentos.

Considerando também que não ainda há, na literatura histórica atualmente conhecida acerca do surgimento da economia nacional brasileira, uma compilação de conhecimentos acerca dos atores, fatos e fatores, nem mesmo acerca das políticas públicas que possibilitaram a formação do objeto, sobretudo porque a conjuntura nacional naquela ocasião que era politicamente conturbada e economicamente instável e os investimentos governamentais no setor secundário, naquele momento histórico, visavam principalmente vencer as dificuldades do tardio processo de industrialização brasileiro, do qual dependeram os atores que se fixaram no território de Paranaguá.

nem básica. Ao contrário do que é comumente dito, o valor do pH pode ser menor que 0 e maior que 14, para ácidos e bases muito fortes. Fonte: Wikipédia

Quanto a sua natureza deste trabalho trata-se de uma pesquisa básica, porquanto não possui a pretensão de aplicabilidade imediata, entretanto em virtude do escopo temático acumulado neste relato, guarda significativa relevância histórica e científica, pois de acordo com SCHWARTZMAN (1977) acumula informações e conhecimentos que podem vir a ser úteis a outros estudos e outras pesquisas que, eventualmente, poderão levar a outros resultados acadêmicos ou aplicados a outras importantes pesquisas.

A aplicação dos conhecimentos obtidos em uma pesquisa básica por mais simples que possa parecer possui um alcance utilitário imensurável, ainda que a utilização seja apenas em parte ou de forma indireta, posto que na infinda construção do conhecimento científico há sempre uma possibilidade de um novo olhar, uma (re) tomada ou um (re) começo, em pontos que carecem de aprofundamento, de serem (re) pensados, (re) analisados e (re) experimentados, é que esse estudo se justifica, para que o conhecimento científico continue avançando.

[...] a pesquisa científica é [...] a atividade básica das ciências sociais na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados. MINAYO (1993, p. 23).

Os referenciais teóricos e epistemológicos das ciências sociais aqui presentes advêm da necessária abertura em um trabalho interdisciplinar, os quais serviram como um *Vade Mecum* para este estudo, no esforço reflexivo para a compreensão de questões éticas e epistemológicas que orbitam o processo de construção social do conhecimento científico, bem como o caráter historicista das pesquisas sociais que segundo LÖWY (2003, p. 20) nutrem a pesquisa qualitativa, os quais são permanentemente perseguidos neste trabalho e, estão umbilicalmente ligados à interdisciplinaridade observada na linha de pesquisa número dois deste programa de pós-graduação, a qual o eixo temático do presente trabalho se vincula.

Função essencial da pesquisa social [...] é avaliar o funcionamento de conceitos em realidades espaço-temporais particulares, onde provavelmente eles encontram-se relativizados, apresentam-se de modo específico (quando não ambíguo), num movimento que permite sua atualização. HOROCHOVSKI (2007, p. 78).

As informações e os dados levantados de um modo geral revelam um objeto que se articulou em meio a uma trama social, plena de contradições e complexidades, para formar um sistema de forças produtivas que trouxe desenvolvimento ao

município Paranaguá, as quais poderiam ser estudadas, segundo LÖWY (2003, p. 20) por meio de três correntes do pensamento científico: positivista, historicista e a marxista. Em virtude da crítica ao liberalismo internacional, contida no presente trabalho, fez-se a opção pela corrente historicista. Isso se deveu ao fato de que o objeto se enquadra nas três hipóteses historicistas descritas por LÖWY (2003, p. 22) como um fenômeno: social, político e histórico.

A abordagem globalizante dos problemas socioeconômicos permitiu aos estudiosos do desenvolvimento retomar o contato com a tradição do pensamento historicista, que havia alimentado a crítica ao liberalismo internacional do século XIX. [...] A tradição historicista havia produzido com FRIEDICH LIST o conceito de "Sistemas de Forças Produtivas", que MARX utilizaria amplamente. FURTADO (1980, p. 30).

As três hipóteses historicistas são corroboradas no objeto por se tratar de um fenômeno social, político e histórico. É um fenômeno social porque por intermédio de suas externalidades (positivas e/ou negativas) o objeto interfere na trama social, com todas as suas contradições e complexidade; é político porquanto interage com a estrutura de poder (simbólico e real) existente no território, articulando-se de acordo com seus interesses, cuja conduta se manifesta entre o *status quo* e a resistência; e histórico por compor, conjuntamente com outros objetos, um agregado de fenômenos que não interferem historicamente apenas por sua mera existência no território, mas muito mais pelo poder de enunciar, e desse modo pelo poder de escrever em firmes traços a sua presença histórica no município e de interferir na história do território de Paranaguá.

Essa ideia projeta luz sobre o fato de que as chamadas atividades empresariais são, no essencial, formas de dominação social, sendo a inovação técnica um dos focos geradores de poder de maior relevância na sociedade capitalista. Por conseguinte, importa identificar a natureza do sistema de dominação: seu relacionamento com a estratificação social, seus meios de legitimação, sua organização no espaço, seus meios de reprodução e seu grau de eficácia. FURTADO (1980, p. 33).

Para melhor organizar o relato da pesquisa esta dissertação foi estruturada em cinco capítulos: o primeiro consta desta breve introdução aos temas desenvolvidos. O segundo capítulo trata dos referenciais teórico e metodológico por meio dos quais se norteou esta pesquisa, os quais formaram o marco com o qual se fundamentou o estudo do objeto, os quais complementaram o escopo interdisciplinar

deste programa de pós-graduação, mormente naqueles aspectos que auxiliaram na compreensão teórica do objeto e das contradições e complexidades, observadas na realidade na qual se insere a atividade produtiva das indústrias que compõem o objeto.

O terceiro capítulo apresenta os fatores históricos, situacionais e intercorrentes, pois, em virtude do eixo temático do presente estudo, verificou-se a necessidade de uma contextualização das políticas públicas atinentes aos Polos de Crescimento, as quais são muito recentes quando comparadas com aquelas políticas públicas que favoreceram o surgimento do município portuário de Paranaguá, as quais em nada diferem das demais políticas públicas da metrópole portuguesa em relação à formação dos demais municípios brasileiros, que surgiram em torno de um porto, no período do Brasil colônia.

O quarto capítulo apresenta as caracterizações do município de Paranaguá, do porto e do objeto e as relações entre estes, as causas do seu desenvolvimento e as causas do atraso do desse desenvolvimento se conecta ao desenvolvimento da cidade e do porto, sem os quais o objeto não teria sequer uma razão para o seu existir neste território. Apresenta também as janelas de oportunidades de que se valeram os atores que inicialmente compuseram o polo e a sua trajetória dependente do processo de industrialização que ocorria no país.

O quinto capítulo apresenta os aspectos metodológicos; a caracterização do polo de fertilizantes de Paranaguá; os dados analisados qualitativamente³; e os resultados obtidos na pesquisa, os quais possibilitaram responder a tríplice pergunta; atingir os objetivos preestabelecidos e o esclarecimento das hipóteses e onde se buscou pinçar informações que indicassem os passos seguidos pelos atores e o encadeamento de fatores que culminaram na implantação do polo de fertilizantes no município de Paranaguá.

O sexto e último capítulo, à guisa de conclusão, traz uma breve retomada dos resultados obtidos na pesquisa e apresentam-se as considerações finais acerca dos resultados obtidos nesta pesquisa, em relação ao polo de fertilizantes de Paranaguá. Busca-se aqui fazer os últimos comentários acerca dos resultados obtidos nesta pesquisa, os quais possibilitaram responder a tríplice pergunta que a desencadeou,

³ [...] a pesquisa qualitativa é interpretativa, ou seja, o pesquisador qualitativo analisa os dados de um cenário para identificar temas e categorias e tirar suas conclusões sobre seu significado [...] procura ouvir o que as pessoas têm a nos dizer sobre o assunto relacionado, explorando suas ideias e preocupações sobre o entendimento do tema. Em resumo, sua principal contribuição é entender o fenômeno observado. WOLCOTT (1994, p. 34).

com o atingimento dos objetivos preestabelecidos, e o esclarecimento das hipóteses aventadas no início deste estudo, identificando as que foram confirmadas e a que foi refutada em relação ao polo de fertilizantes de Paranaguá.

CAPÍTULO 2 - REFERENCIAIS TEÓRICO E METODOLÓGICO

Este segundo capítulo apresenta os referenciais teórico e metodológico que nortearam a pesquisa, os quais formaram o marco com o qual se fundamentou, cientificamente, o estudo do objeto e complementaram o escopo multidisciplinar desse programa de mestrado, mormente naqueles aspectos que auxiliaram na compreensão teórica do objeto e contribuíram para a compreensão das contradições e complexidades, observadas na realidade na qual se insere a atividade produtiva das indústrias que compõem o objeto.

2.1 REFERENCIAIS TEÓRICOS

Os referenciais que compõem o marco teórico deste estudo tiveram como base os postulados epistemológicos das ciências sociais⁴, os quais, em parte, estão conectados com as disciplinas teóricas desenvolvidas na linha de pesquisa número dois: redes sociais e políticas públicas, do programa de pós-graduação - desenvolvimento territorial sustentável (PPG-DTS), a qual tem os seguintes propósitos: identificar e analisar redes de atores sociais no âmbito público e privado; as políticas públicas planejadas para prover impactos sociais, econômicos e ambientais positivos, afirmativos e includentes; bem como para a eliminação ou redução dos impactos negativos que geram má qualidade de vida, desigualdades sociais e pobreza extrema.

[...] epistemologia das ciências sociais é a explicação e também a compreensão dos processos sociais [...] assim compreendida, pois desde DILTHEY sabemos que as ciências sociais cresceram no meio da prática da vida [...] e WEBER demonstrou claramente como se complementam a explicação compreensiva e a compreensão explicativa dos processos sociais [...] FURTADO (1974, p.16).

⁴ A expressão "Ciências Sociais" também costuma ser utilizada para indicar as diferentes áreas do conhecimento, as quais se preocupam com os fenômenos sociais, econômicos, políticos, psicológicos, culturais, educacionais e ambientais, ou seja, aqueles que englobam relações de caráter econômico, social e ambiental. GODOY (1995, p. 58).

A teoria das redes sociais, termo que ganhou notoriedade a partir de 1954, desde quando John Arundel Barnes começou a empregá-lo, em seus trabalhos, para se referir a um conjunto de atores que atuam em comunidade em um determinado território para estabelecer uma estrutura de poder, na qual os fluxos assimétricos de recursos ocorrem em detrimento dos resistentes ou excluídos. não foi diretamente aplicada neste trabalho dentre outras razões em virtude do caráter historicista deste trabalho mas principalmente, mas principalmente em função das características concorrenciais⁵ e individualistas existentes entre os atores do aglomerado, porquanto essa definição de redes sociais, de acordo do DELGADO et al (2013, p.1) pressupõe que os indivíduos ou atores não atuam de maneira isolada, senão em grupo cujo comportamento é profundamente condicionado pelas relações que eles conseguem desenvolver.

A teoria de redes sociais permite conhecer e analisar os elementos e atores que interagem no processo de formulação de políticas públicas, assim como as relações que emergem dessa interação, oferecendo informações relevantes para o planejamento e implementação de estratégias destinadas ao fortalecimento da participação e da ação coletiva entre os diferentes agentes envolvidos. Essa abordagem proporciona um enfoque útil para compreender como as estruturas sociais e os padrões de relações podem influenciar no processo, e por sua vez, direcionar os resultados obtidos. DELGADO et al (2013, p.2).

Essa aglomeração produtiva também não foi estudada sob a forma Arranjo Produtivo Local (APL) por duas razões: em primeiro lugar por não preencher minimamente os requisitos básicos elencados por CASTANHAR (2006, p. 347) tais como: articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si; e em segundo lugar por não constar dos mapas de APL paranaenses elencados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento (IPARDES), nem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em estudos atuais realizados no território paranaense.

[...] arranjos produtivos locais são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. CASTANHAR (2006, p. 347).

⁵ [...] a natureza concorrencial da competição está materializada em cinco forças competitivas: (1) a ameaça de novas empresas, (2) a ameaça de novos produtos, (3) o poder de barganha dos fornecedores, (4) o poder de barganha dos compradores e (5) a rivalidade entre competidores existentes. (PORTER, 1999, p. 45).

Os conceitos balizares que permeiam este estudo são: território, políticas públicas, sustentabilidade, crescimento e desenvolvimento. Território aqui compreendido na acepção política da palavra, cujas fronteiras são tanto reais quanto simbólicas, especialmente quando tido como um espaço socialmente construído onde ocorre construção social de identidades e emponderamento de atores sociais. As políticas públicas são consideradas neste estudo não apenas em suas funções finalistas, mas sobretudo pelas características afirmativas de integração, inclusão e redução da pobreza extrema. O conceito de sustentabilidade considerado neste estudo está desconectado de abordagens reducionistas apresentadas tanto pelo ecologismo intransigente quanto pela miopia economicista, tendo o crescimento econômico como um meio e o desenvolvimento territorial como um fim social a ser alcançado com fulcro na sustentabilidade.

Em relação ao conceito de território, consideramos neste trabalho os estudos geográficos de ABRAHÃO (2011), mormente daquilo que abstraiu da obra de RAFFESTIN (1993) onde estão os elementos que substanciam a compreensão da influência das relações de poder sobre o espaço e sua resultante na produção do território, dos quais depreendemos um contexto político-histórico de organização do espaço, onde essa organização assume conotações diferentes tanto em função dos processos históricos, quanto das formas de organização social e política de cada sociedade.

Consideramos também o que ABRAHÃO (2011) abstraiu acerca das transformações territoriais que assevera SANTOS (2008) quando do estudo das sociedades humanas em sua obra de permanente reconstrução do espaço herdado das gerações precedentes, através das diversas instâncias da produção onde possa cada sociedade constituir seu território e sua territorialidade, a seu próprio modo, em consonância com suas normas internas, regras, crenças, valores, ritos e mitos e em função de suas atividades cotidianas e produtivas.

Em relação às diversas concepções de território existentes na atualidade, considera-se sobretudo neste trabalho o conceito de caráter simbólico de espaço socialmente construído, contido na obra de RAFFESTIN (1993) o qual revela elementos que substanciam a compreensão da influência das relações de poder sobre o espaço e sua resultante na produção do território; quanto ao espaço geográfico consideramos o que assevera SANTOS (2008) no que se refere ao caráter

transcendental das sociedades humanas em sua obra de permanente reconstrução do espaço herdado das gerações precedentes, através das diversas instâncias da produção.

Em relação ao caráter sociológico do território considera-se neste trabalho aquilo que preceitua HARVEY (1980) ao vinculá-lo ao solo, enquanto espaço ocupado por uma determinada sociedade; bem como no tríplice sentido do território, nesse mesmo contexto dialético de HARVEY (1980) como sendo ao mesmo tempo, absoluto (como existência material), relativo (como relação entre objetos) e relacional (espaço que contém e que está contido nos objetos). Desse modo o termo território também se refere a qualquer porção da superfície terrestre, apropriada por indivíduos ou grupamentos humanos, os quais estabelecendo suas fronteiras ou limites, em meio a uma trama de relações sociais, nele atuam, exercendo, naquele espaço, alguma relação ou prática de poder, cooperação ou na correspondente força social contrária, revelada na resistência dos excluídos, marginalizados, sublimados e alijados do processo de interação social.

A esse respeito PECQUEUR (2005) se refere também ao tamanho do território incluindo nele “além da extensão terrestre, as suas águas territoriais adjacentes”, sejam águas interiores (rios, riachos, ribeirões, lagos e etc.) sejam as águas exteriores na zona marítima ao longo do seu litoral com todas as suas potencialidades, visando assim uma exploração de suas vantagens comparativas inter-regionais, com o fito de reduzir desigualdades sociais e contribuir para o desenvolvimento territorial, em uma perspectiva endógena e sustentável.

O eixo temático das políticas públicas, escolhido para este estudo, cuja análise teórica possibilitou verificar: a existência de uma trajetória dependente do objeto em relação ao tardio processo de industrialização brasileiro; bem como o aproveitamento, por parte dos atores, das janelas de oportunidades que resultaram em políticas públicas atinentes ao setor de fertilizantes, as quais para SOUZA (2006) podem ser definidas, sinteticamente, como o governo em ação, ou ainda, como sendo tudo aquilo que o governo faz (ou deixa de fazer) que seja passível de ser formulado cientificamente, e analisado por pesquisadores independentes, são políticas públicas.

[...] a escolha de um eixo temático [...] além de delimitar aspectos do fenômeno que podem ou valem a pena serem pesquisados, o objeto de estudo os incorpora em uma versão condicionada pela perspectiva teórico-conceitual assumida. O fenômeno assim transformado é submetido a

considerações quanto à viabilidade metodológica e à disponibilidade ou desenvolvimento de técnicas adequadas ao seu estudo. O objeto de pesquisa construído irá orientar a proposição de perguntas ao domínio empírico, a organização dos dados que essas perguntas irão gerar e a transformação final destes dados em resultados de pesquisa. SÁ (1998, p. 15).

No que diz respeito às ações governamentais, o presente trabalho contemplou apenas aquelas de investimentos públicos voltados para o fortalecimento dos aglomerados industriais, do porto e do município de Paranaguá, porquanto historicamente sempre coube ao Estado brasileiro ser o principal agente de desenvolvimento, por meio de políticas públicas no Brasil, para prover os fatores externos necessários ao aproveitamento das possibilidades locais, regionais e nacionais, particularmente daqueles fatores cujo provimento extrapola, em escala de grandeza, as possibilidades de obtenção dos agentes locais, de modo a explorar o potencial de desenvolvimento existente na localidade municipal.

A expressão política pública, no Brasil, é empregada não apenas para significar as ações (poder-dever-de-agir) ou omissões governamentais (decisão de não agir), a qual, em português, engloba três concepções distintas de três palavras advindas do idioma inglês: "*policy*" para princípios políticos; "*politics*" para poderes; e "*plans*" para planos governamentais. A análise das políticas públicas possibilitou, a este pesquisador, conhecer as ações governamentais dirigidas ou não, que direta ou indiretamente favoreceram um fenômeno, um território ou ainda, a atores que delas se favoreceram para exercer ou se locupletarem das benesses do poder em detrimento dos aliados do processo e/ou resistentes.

[...] H. Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo. H. Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Para Simon, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto interesse dos decisores, etc., mas a racionalidade, segundo Simon, pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios. C. Lindblom (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Daí por que as políticas públicas

precisariam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse. D. Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos. SOUZA (2006, p. 4).

No que tange às políticas públicas voltadas ao fortalecimento dos aglomerados industriais existentes, ao Estado brasileiro coube, inicialmente, prover os fatores externos (infraestrutura) necessários ao aproveitamento das possibilidades locais, particularmente os fatores cujo provimento extrapola em escala das possibilidades de obtenção individual e coletiva da iniciativa privada, a partir dos agentes da economia local, explorando o potencial de desenvolvimento sustentável existente no território, neste caso específico o município de Paranaguá.

[...] a infraestrutura representou elemento estratégico no reforço das vantagens comparativas naturais desfrutadas pelo Paraná para a atração de apreciáveis projetos e vultosos montantes de recursos, necessários à transformação de um panorama produtivo dominado por fazendas de café e por um conjunto de serrarias, do final dos anos 1950, em uma poderosa estrutura industrial, já no segundo quinquênio da década de 1970. Não seria exagero admitir terem sido o estoque e os fluxos infraestruturais fatores essenciais à modernização agrícola e industrial, entre 1968 e 1974, ao estabelecimento de um polo cimenteiro na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), no começo dos anos 1970, à ampliação do parque fabricante de papel e celulose depois de 1974, à consolidação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), no intervalo 1975-1980, e ao sucesso das negociações políticas para a implantação da refinaria de petróleo da Petrobrás, em Araucária, e da usina hidrelétrica de Itaipu, em Foz do Iguaçu. LOURENÇO, (2007, p.114-115).

Considerando-se ainda que a implementação dessa atividade produtiva ocorreu em um período no qual, segundo KOZAK (1974) os Planos Nacionais de Desenvolvimento enfatizavam a importância da execução de uma política nacional de fertilizantes para uma melhoria efetiva da produção agrícola com vistas ao desenvolvimento do país, contrariando algumas teses que tais planos privilegiavam o crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento. QUEIROZ (2007) contribuirá para o entendimento das políticas públicas voltadas para mitigar problemas estruturais e sociais, mormente em relação às falhas do governo, aos rent-seeking (ações ou comportamento corporativo empresarial, com o fito de obter vantagens e a captura do Estado).

[...] A execução da política nacional de fertilizantes, imprescindível à realização das metas do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que enfatizou

o papel da produção e da produtividade da agricultura no desenvolvimento do país está exigindo estudos [...] KOZAK (1974, p.7).

Para compreender a reforma política havida e a forma de participação vigente no Brasil naquele período nos baseamos nos conhecimentos de AVRITZER (2006), os quais estão em perfeita sintonia com a teoria geral do Estado disseminada por AZAMBUJA (1993). E para compreender os aspectos e características a serem observadas no planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas nos valem dos conhecimentos de QUEIROZ (2007) sobretudo acerca daquelas políticas atinentes aos ambientes atritivos como são esses Polos Industriais convivem no território em que operam.

Os processos políticos de formação; de formulação; e de gestão das políticas públicas são atividades inseparáveis. As políticas públicas não são formadas nem executadas em ambientes passivos ou vazios, elas operam dentro de um complexo e contexto específico de instituições existentes em um determinado território. QUEIROZ (2007, p. 81).

Depreende-se que território no sentido de região, pode ainda significar uma parte da natureza em que uma sociedade se desenvolve em termos de: economia; política; e cultura, ideia e matéria, identidades e representações, apropriação, controle, poder, participação e cooperação; e a correspondente força social contrária, revelada na resistência dos excluídos, marginalizados e aliados desse processo social.

Dos estudos econômicos de DANARDIN (2004) considerou-se a importância territorial, mormente por asseverar que “o capital natural, por meio dos bens e serviços derivados, é uma pré-condição para o desenvolvimento econômico”, reforça a ideia de que o território, espaço que contém os recursos naturais a serem racionalmente explorados em uma perspectiva endógena, isto se revela no fato de que o crescimento se inicia, de forma espontânea (por iniciativa autóctone) ou programada (por iniciativa governamental), a partir de investimentos em alguns setores dinâmicos e aglomerados produtivos de um núcleo territorial (assentamentos ou colônias) e que se difundem, posteriormente, para os demais setores municipais e regionais e daí por diante para outras áreas e regiões do país.

Assim uma região dotada dos fatores apropriados: capital social; capital humano; pesquisa; desenvolvimento; informação; conhecimento; e instituições. Ou,

potencialidades estrategicamente direcionadas para desenvolvê-los internamente, teriam as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado onde o capital natural, auferidos por meio dos bens e serviços derivados, é uma pré-condição para o desenvolvimento econômico, isso reforça a ideia de que o território, espaço que contém os recursos naturais, é condição *sine qua non* para a busca do desenvolvimento sustentável.

A concentração de produtores especializados estimula o desdobramento da cadeia produtiva a montante e a jusante, principalmente pelo surgimento de fornecedores de matérias-primas, máquinas e equipamentos, peças de reposição e assistência técnica, além de serviços especializados (técnicos, administrativos, financeiros, contábeis) a montante. Esse mesmo fator, por outro lado, estimula o desenvolvimento da cadeia produtiva a jusante, por meio da atração de empresas especializadas nos elos prospectivos e do surgimento de agentes comerciais que levam os produtos para os mercados distantes. Ademais, a alta concentração de uma mesma atividade no espaço permite a formação de um contingente de mão de obra altamente especializado e concentrado. COSTA (2010, p.43).

Essa busca pelo bom desenvolvimento de acordo com FAO (2010) visa a conservação do solo, do subsolo, da água e dos demais recursos genéticos animais e vegetais, de modo a não degradar o meio ambiente, empregando-se nas atividades laborativas humanas ligadas à utilização do solo e do subsolo, como é o caso dos grandes centros de produção agrícola que utilizam os produtos do objeto deste estudo, a que os utilize racionalmente, ou considerando utilizar apenas aquilo o que é tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceitável.

O sucesso econômico de cada país, região ou localidade passa a depender da capacidade de se especializar naquilo que consiga estabelecer vantagens comparativas efetivas e dinâmicas, decorrentes do seu estoque de atributos e da capacidade local de promoção continuada de sua inovação. DINIZ (2001, p.6).

A ideia de desenvolvimento territorial sustentável, em função do objeto deste trabalho, acompanha a mesma concepção da Organização das Nações Unidas (ONU), especificamente na visão da Organização para a Agricultura e a Alimentação (FAO), a qual considera como manejo da natureza a conservação da base de recursos naturais e a orientação da mudança tecnológica e institucional no tempo presente, de maneira a assegurar a obtenção de satisfação contínua das necessidades dos viventes de hoje, extensivo às gerações futuras.

O desenvolvimento territorial é, portanto, um processo que incide na realidade de uma determinada sociedade em escala territorial – no caso brasileiro: o município, o estado e a região - a qual, valendo-se de várias estratégias que aproveitam os seus recursos e potencialidades endógenas; procurando estimular a participação e envolvimento das populações locais, promovendo esforços na conjugação de vários interesses de diferentes intervenientes endógenos ou exógenos.

Preambularmente vale evocar as principais diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento. Estes dois conceitos são conhecidos na economia desde a obra “A Riqueza das Nações” do economista inglês Adam Smith (1776), porém a sua diferenciação ficou mais clara a partir da obra “Teoria do desenvolvimento econômico” do economista austríaco Joseph Shumpeter (1934), mas só se tornaram célebres por volta de 1948, no fim da segunda guerra mundial quando as nações recém industrializadas se lançaram em uma corrida frenética na busca de um crescimento econômico representado por uma elevação de sua produção global que pudesse financiar as melhorias nas condições sociais de sua população.

Na obra de FURTADO (1964), vê-se que não foram poucas as contribuições deste economista brasileiro para a compreensão das diferenças cruciais entre crescimento e desenvolvimento. As suas abordagens iniciais em *Dialética do Desenvolvimento*, para explicar a divisão internacional do trabalho e o fluxo assimétrico de recursos entre países considerados desenvolvidos e subdesenvolvidos, onde Furtado parte do conceito de centro-periferia, divulgado pioneiramente pelo economista argentino Raul Prebisch, utilizando-o para diferenciar o posicionamento geoeconômico e geopolítico dos países centrais em relação aos periféricos, ligando-os à uma espécie de sistema de dependência externa que caracterizou essa relação entre países por décadas.

Essa posição subalterna na perspectiva centro-periférica e a condição de inferioridade política por parte dos países periféricos formam os dois pilares para a sustentação de uma categoria simbólica muito mais ampla do que uma mera dependência econômica - o subdesenvolvimento. Na ótica de FURTADO (1964), juntamente com esse sistema foi instituída, também, a divisão internacional do trabalho, baseada no princípio das vantagens comparativas e no liberalismo comercial, esta divisão relegava os países periféricos à qualidade de primário-

exportadores, sendo os países centrais os grandes produtores e exportadores da tecnologia dominante.

Assim, FURTADO (1974), afirmava que ao assimilar uma tecnologia elaborada em outras bases históricas e sociais, os países periféricos estariam, pelo mimetismo, introduzindo maiores contradições em seu processo de desenvolvimento. Em sua obra, *O mito do desenvolvimento econômico*, transmite a ideia de desenvolvimento utópico, inatingível, e ressalta a necessidade de se formular um modelo brasileiro estrutural para evitar a exclusão da nossa população das benesses advindas da acumulação e do progresso tecnológico, distanciando-se das outras teorias da época e ficando mais próximo da teoria da especialização que David Ricardo (1820) denominou de vantagens comparativas.

Em sua análise os países que optassem, exclusivamente, por esse modelo, o da exploração comercial de seus produtos primários, poderiam, inicialmente, experimentar um crescimento econômico. Desse modo poderiam até alcançar um efetivo aumento da renda das famílias, o qual poderia ser apropriado por uma pequena minoria, por uma elite concentradora de renda que adotaria padrões de consumo e formas de viver típicos dos países ricos e totalmente incompatíveis com os valores morais e o nível de renda do seu próprio país. Esse país poderia até crescer economicamente, mas não se desenvolveria, nem se transformaria muito pelo contrário, se deformaria.

Desse modo fica patente que a diferença primordial entre crescimento econômico e desenvolvimento reside no fato de que o primeiro ser estritamente de caráter econômico e avaliado, quantitativamente pelo tamanho dos números obtidos no Produto Interno Bruto (PIB) do país analisado; enquanto que o segundo ser de caráter social, e para sua verificação, convencionou-se, mundialmente, utilizar o índice de desenvolvimento humano (IDH) muito embora este decorra daquele outro índice, e também seja representado por números, é empregado para uma avaliação qualitativa da qualidade de vida das pessoas no território em pauta.

Ampliando um pouco mais essa compreensão de que o PIB é mensurado quantitativamente com fulcro no somatório de todas as receitas obtidas, por um determinado país, em um período de um ano, enquanto que o IDH, mesmo sendo decorrente do primeiro e representado numericamente, é empregado como uma avaliação qualitativa, e para ser efetivo depende de uma evolução, não apenas do

bem-estar social das pessoas, mas também nível de renda *per capita*, das condições de salubridade no trabalho, de moradia e das relações interpessoais em sociedade.

Atualmente há entre os economistas estruturalistas uma concepção de que, nesta economia irreversivelmente globalizada, sem crescimento da produção e sem expansão de mercados não há desenvolvimento, por essa razão os países necessitariam desse crescimento econômico para fazer face aos seus respectivos desafios desenvolvimentistas e, sobretudo para atender, urgentemente, as necessidades básicas de suas respectivas populações e a expectativa incontida por uma melhoria básica das suas atuais condições de vida das pessoas de um determinado território.

Essa concepção não encontra guarida nas diferentes teses sobre o desenvolvimento, apresentadas por KREUTZMANN (2003) constantes do quadro 1, todavia há um permanente clamor por crescimento econômico, enaltecidos, cotidianamente, pela anúncio da variação do PIB, porém algumas questões ainda hoje carecem de respostas convincentes: quem precisa crescer? Crescer como? Crescer quanto? A que ritmo? A que custo? Quem se apropriaria dos benefícios do crescimento? Quem ficaria com o ônus da destruição dos recursos ambientais?

QUADRO 1 - AS PRINCIPAIS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO, KREUTZMANN (2003)

TEORIAS	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	CRÍTICA E DESTINO
Teoria do crescimento (teoria dualista, teoria da modernização)	Crescimento e desenvolvimento caminham juntos; Recuperação de países em desenvolvimento via ajudas externas.	Falha reconhecida durante os anos de 1960, exceto nos novos países industrializados do Pacífico.
Teoria da Dependência	As desigualdades sócio-espaciais podem ser absorvidas por um desenvolvimento auto-centrado.	Justificativa empírica, especialmente nos países, mas não há modelos ou exemplos concretos.
Modelo de Planificação Central	Estatização da economia, regime coletivista, ditadura comunista.	Falha na esteira da era pós-industrial, do "segundo mundo", ao final do século XX; países em "transformação", transição <i>versus</i> uma economia de mercado.
Modelo Neoliberal	Enfraquecimento do Estado, "liberalização" dos mercados, crença no liberalismo.	Reforço das fraturas sócio-espaciais nos países em desenvolvimento
Conceito da relação cultural ao desenvolvimento	Consideração sobre a ética e a cultura; afirmação da necessidade da ética e da etnologia econômica; impressões religiosas (conforme teoria de Max Weber).	Afirmação difícil, considerando-se as forças de oposição e de inércia; a influência reflete, no entanto, sobre a teoria do desenvolvimento duradouro e sobre o movimento que se seguiu.
Conceito do desenvolvimento duradouro	Redefinição dos objetivos do desenvolvimento sob uma ótica alternativa ao desenvolvimento atual; crítica às teorias de crescimento; limite à expansão em favor do desenvolvimento duradouro.	Um conceito estratégico para otimização dos recursos disponíveis; nenhum sistema econômico fundamenta-se sobre o princípio da preservação dos recursos.

FONTE: KREUTZMANN (2003).

Porém as principais teorias do desenvolvimento descritas por KREUTZMANN (2003) não se mostraram totalmente eficazes para responderem a essas questões, e a

tese neoliberal, particularmente, em virtude seu caráter privatizante se tornou nefasto para os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento como o Brasil. Mormente pelo enfraquecimento do Estado protagonista nos processos privatizantes, quando da liberalização dos mercados nacionais, e pelo esfacelamento do Estado-Nação pela fratura ecossocioeconômicas e do território pelo rompimento das fronteiras reais e simbólicas.

Por estas discrepâncias também não se pode ignorar a relevância da obra do indiano Amartya Sen, um economista premiado em diversas áreas do saber: economia, filosofia e sociologia. As suas contribuições para a ciência são amplas e diversificadas sendo mundialmente reconhecido pela Teoria da Decisão Social e do Estado de Bem-Estar. Em sua obra, *Desenvolvimento como liberdade*, SEN (2000) foi capaz de sustentar suas teses em todos os ramos do saber e ilustrar suas proposições fazendo sempre referências aos economistas e aos filósofos do passado, sobretudo àqueles que estariam entre os precursores das teses por ele defendidas.

Em relação a posição dos demais economistas estruturalistas, incluindo Celso Furtado, SEN (2000) difere da maioria deles ao rejeitar o espaço das utilidades ou o espaço da renda para avaliar bem-estar e desenvolvimento, afirmando que crescimento *per capita* não é uma medida de suficiente alcance. A solução para ambos os debates é a mesma: utilizar as capacitações, que refletem a liberdade dos indivíduos escolherem diferentes funcionamentos, como base informacional, embora outros aspectos também possam ser considerados - de acordo com a defesa da pluralidade sempre feita por ele.

Esses questionamentos e preocupações decorrem, pertinentemente, de verdadeiras tragédias socioambientais ocorridas no século XX, onde em meio às crises, os aspectos sociais e ambientais foram totalmente negligenciados pelos países do hemisfério norte que se industrializaram, em um ritmo desenfreado, na busca pelo desenvolvimento econômico a qualquer custo, cujas ideias centrais decorriam de um terrível paradigma vigente – o progresso tecnológico, e sua pretensa consequência – o desenvolvimento econômico.

Em decorrência da crise socioambiental contemporânea e a despeito do desenvolvimento territorial sustentável, muitas foram as iniciativas de resistência e de rompimento com os modelos convencionais de crescimento econômico e do seu pretenso correspondente modelo de desenvolvimento neoliberal, estas foram de

várias formas e de métodos diferentes, variando entre obras individuais e de construção coletivas, as quais, cada uma, a seu modo, deram uma pequena contribuição à formação de uma consciência preservacionista tal qual a percebemos na atualidade, e estão presentes nas seguintes ocasiões:

- 1962 – Primavera Silenciosa (Rachel Calson);
- 1964 – Dialética do Desenvolvimento (Celso Furtado);
- 1968 – Criação do Clube de Roma;
- 1970/ 72 – 1º Trabalho do Clube de Roma e limites do crescimento;
- 1973 – O negócio é ser pequeno (E. F. Schumacher);
- 1974 – 2º Trabalho do Clube de Roma;
- 1974 – O mito do desenvolvimento econômico (Celso Furtado);
- 1976 – 3º Trabalho de Clube de Roma;
- 1980 – Informe Global 2000 (Presidente Carter);
- 1987 – Informe Brundtland CMMAD;
- 1992 – Rio 92 – Agenda 21;
- 1993 – Índice de Desenvolvimento Humano-IDH (Amartya Sen-Mahbub UI Haq);
- 1996 – Futuro Roubado (Conferência da Alimentação);
- 1997 – Rio + 5 (Conferência do Rio de Janeiro);
- 2002 – Rio + 10 (Conferência de Johannesburg); e
- 2010 – Fórum Social Mundial (Conferência de Porto Alegre).

O cerne dessa questão, e suas implicações ecossocioambientais, que por vezes acirra o debate acerca da crescente escassez dos recursos naturais, da diminuição da produção de alimentos cuja titularidade pode ser atribuída a Thomas Malthus, principalmente por ter sido ele o pioneiro a afirmar que a população mundial crescerá numa progressão geométrica enquanto que a produção de alimentos crescerá apenas em progressão aritmética, colocando em risco a perpetuação de todos os seres vivos e em especial os humanos sobre o seu território maior e mais global denominado planeta terra.

A denominação de Polo, empregada em referência ao objeto deste estudo, é apenas mais uma das várias expressões criadas que se referem a um aglomerado de indústrias⁶, neste caso as indústrias de fertilizantes químicos existente em Paranaguá,

⁶ Os casos que inicialmente despertaram o interesse de pesquisadores e estudiosos e que se transformaram em referência para toda uma vertente da economia voltada para o estudo do desenvolvimento regional foram os distritos industriais existentes no Norte e no Nordeste da Itália – a

que de acordo com os teóricos clássicos, tais como: François Perroux (1908), Johann Von Thünen (1826), Alfred Weber (1909), Walter Christaller (1933), August Lösch (1940) e Walter Isard (1956), os quais escreveram sobre aglomerações industriais e reconheceram que na escolha da sede de suas unidades produtivas, os empreendedores levam em conta os fatores locais ligados a fontes de matérias primas; o custo com a aquisição de insumos, transporte e mão de obra; bem como as distâncias a vencer entre núcleo produtivo e o mercado consumidor de seus produtos.

Os fatos históricos relatados no presente trabalho, segundo GIL (1996, p. 42) se aplicam para elucidar os fundamentos da existência do objeto e as razões pelas quais este se consolidou no município de Paranaguá. Para uma melhor compreensão de: como, quando e por que esse Polo de Fertilizantes se fixou em Paranaguá? As respostas a estas perguntas, mormente aquelas que não possuem documentação, vão se perdendo na cortina que o tempo, sobretudo aqueles fatos que ainda não foram registrados pela lavra perenal da história e das pesquisas sociais.

Para tanto se fez necessário revisitar a história da industrialização brasileira, que embora tenha raízes na colonização, seu início de fato, de acordo com NISKIER (1973, P.142) processou-se, principalmente, nas décadas de 1930 e 1950. E para se obter uma melhor compreensão do objeto buscou-se nos fatos e fatores relativos à formação e a consolidação, mormente nos que estão historicamente conectados com aqueles fatos e fatores que, no recorte temporal desta pesquisa, afetaram o município e o porto de Paranaguá, pois segundo MINAYO (1993, p. 12) o estudo das ciências sociais é histórico. Considerando-se que nas décadas contidas no recorte temporal, a industrialização do Brasil continuou a crescer, embora, em alguns momentos de crise econômica, por falta de investimentos, tenha se estagnado.

O escopo historicista⁷ deste estudo visou identificar os atores e os fatores que possibilitaram a existência do objeto, que segundo LÖWY (2003, p. 20) podem ser tratados por meio de três correntes do pensamento científico: o positivismo, o historicismo e o marxismo. O modo como o presente trabalho foi desenvolvido está

chamada Terceira Itália – e o aglomerado de empresas de alta tecnologia e software que se localizaram na região da Califórnia, nos EUA, que veio a ser conhecida como vale do Silício. CASTANHAR (2006, p. 338-339)

⁷ A abordagem globalizante dos problemas econômicos permitiu aos estudiosos do desenvolvimento retomar contato com a tradição do pensamento historicista, que havia alimentado a crítica ao liberalismo internacional do século XIX. [...] A tradição historicista havia produzido com FRIEDRICH LIST o conceito de "Sistemas de Forças Produtivas", que MARX utilizaria amplamente. FURTADO (1980, p. 30).

em conformidade com a concepção historicista das ciências sociais e com as três hipóteses descritas por LÖWY (2003, p. 22) as quais possibilitam considerar o objeto desta pesquisa como um fenômeno social e político e, por conseguinte histórico.

[...] outra concepção de ciência social é o historicismo, considerado por Karl Mannheim como sendo também uma das correntes mais importantes na teoria do conhecimento social, na ciência social e na sociologia do conhecimento que [...] parte de três hipóteses: 1) qualquer fenômeno social, cultural ou político é histórico e só pode ser compreendido dentro da história; 2) existe uma diferença fundamental entre os fatos históricos ou sociais e os fatos naturais; 3) tanto o objeto quanto o sujeito da pesquisa estão imerso no processo histórico. LÖWY (2003, p. 22).

Desse modo o escopo historicista das ciências sociais, descritos por LÖWY (2003, p. 22) e observados nesta pesquisa, visaram identificar, historicamente, os atores e os fatores intercorrentes que possibilitaram a existência do objeto, de modo a permitir uma verificação do que era aquele aglomerado de indústrias⁸ desde a chegada das primeiras empresas ao território de Paranaguá de modo a que esse ajuntamento de indústrias, em meio a uma trajetória dependente do lento processo de industrialização brasileiro e valendo-se de janelas de oportunidades, pudesse se tornar-se um Polo tal como se apresenta na atualidade.

[...] levantar diversas intersecções existentes, dentro do aglomerado, entre várias variáveis consideradas determinantes para um processo de desenvolvimento sustentado: infraestrutura econômica (estrada principal, portos, estradas secundárias, energia, terminais portuários, comunicação, logística, centros de armazenamento); infraestrutura social (nível educacional, cultura, cultura econômica, capital social, nível de institucionalidade, capacidade de governança, participação política, história); e, consolidação da cadeia produtiva intra-aglomerado [...] COSTA (2010, p. 198).

Dado a complexidade do fenômeno, de sua localização e as contradições contidas nas externalidades aglomerativas dessa atividade laborativa sobre o território de Paranaguá analisados segundo os princípios historicistas das ciências sociais, que para serem melhor compreendidos, em virtude da tríplice pergunta, empregou-se a metodologia qualitativa para melhor compreender historicamente: quando, como e por que da sua origem; da trajetória da qual dependeu sua existência; e das janelas de

⁸ Os aglomerados industriais são concentrações geográficas de empresas inter-relacionadas, fornecedores especializados, prestadores de serviços, empresas em setores correlatos [...] que competem, mas também cooperam entre si. PORTER (1999, p.209).

oportunidades de que se valeram os atores para a consolidação do objeto no território de Paranaguá.

[...] pesquisa social constitui a síntese de múltiplos esforços intelectuais que se contrapõem e se complementam: de abstração teórico-conceitual e de conexão com a realidade empírica, de exaustividade e síntese, de inclusões e recortes, e, sobretudo, de rigor e criatividade [...] é fruto do trabalho vivo do pesquisador. Para isso, ele vai precisar articular informações e conhecimentos disponíveis (um amplo conjunto de saberes e técnicas), usar certas tecnologias (o uso de internet e certos programas, por exemplo), empregar sua imaginação e usar seu corpo ao esforço de realizar a tarefa. DESLANDES (2007, p. 31).

Para tanto se analisou, daqueles períodos, apenas fatos e fatores históricos relativos à retardatária industrialização brasileira, mormente atores e fatores históricos que se enredaram na teia social em meio as contradições e complexidades que permeiam esse tardio processo, que culminaram no surgimento do setor de fertilizantes no Brasil, e para se atingir os objetivos da pesquisa de modo a compreender: o surgimento do objeto no território de Paranaguá; a sequência de chegada do conjunto de atores que o compõem; os fatores históricos relativos ao município, ao porto e ao próprio objeto; e a correlação entre essas partes que conduziram o polo de fertilizantes de Paranaguá ao *status quo* observado em 2010.

2.2 REFERENCIAIS METODOLÓGICOS

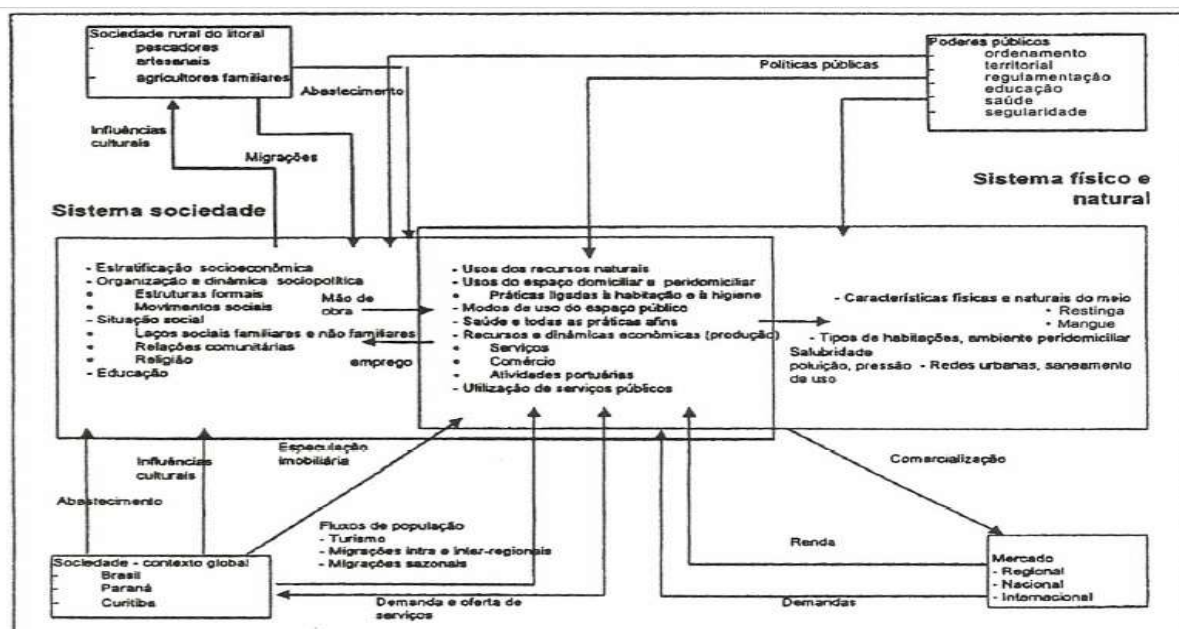
Os referenciais metodológicos adotados nesta pesquisa decorreram da necessidade de identificar o objeto, resolver o problema da pesquisa e testar as hipóteses. Para tanto, como forma de superar as limitações interdisciplinares impostas pela hegemonia de métodos tradicionais e outrora consagrados como únicos modos de interrogar a realidade, se empreendeu uma busca no intuito de identificar as tendências metodológicas correntes nesta academia, como alternativa às metodologias tradicionais, tidas como formas únicas de se produzir construtos a partir dados; e como únicas maneiras interpretá-los cientificamente. Ademais as contradições e complexidades da realidade territorial na qual o objeto se insere requer uma análise que não se atenha unicamente a números.

Na captura do objeto desta pesquisa seguiu-se, no que coube, os passos da metodologia do diagnóstico interdisciplinar: a construção de um quadro de trabalho comum, para estudos desenvolvidos no litoral do Paraná, proposta por RAYNAUT e FERREIRA (2002, p. 29), a qual sugere uma sequência de procedimentos que partem do diagnóstico geral da observação até a identificação de um objeto e de uma problemática de pesquisa nas dinâmicas econômicas das atividades industriais, comerciais, de serviços, mercado de trabalho e os efeitos de fatores exteriores sobre a economia do município.

Essa metodologia este estudo, conforme o diagrama constante da FIGURA 01, se materializa em três etapas:

- 1ª) a primeira envolve uma revisão bibliográfica com a finalidade de elaborar um marco teórico sobre o objeto;
- 2ª) a segunda compreende uma análise dos dados secundários levantados acerca do objeto; e
- 3ª) a terceira etapa, visa complementar às duas anteriores, consta de uma análise de dados primários apurados em uma pesquisa de campo.

FIGURA 01 - Diagrama esquemático do diagnóstico interdisciplinar para estudos no litoral.



FONTE: RAYNAUT e FERREIRA (2002, p. 29).

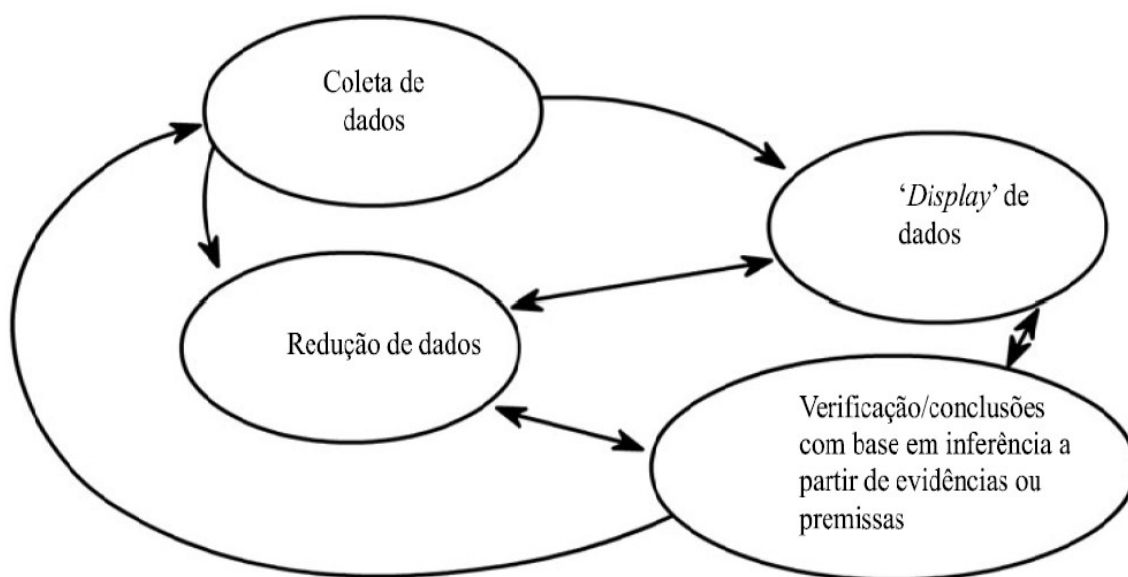
Esses procedimentos metodológicos, e especialmente a sua operacionalização, englobam múltiplos esforços (físicos, mentais e intelectuais) para o atingimento dos objetivos, no intuito de descortinar um objeto. Os princípios

operacionais empregados possibilitam uma coleta e uma análise coerente dos dados acerca do objeto, em atendimento à praxe da pesquisa social.

[...] pesquisa social constitui a síntese de múltiplos esforços intelectuais que se contrapõem e se complementam: de abstração teórico-conceitual e de conexão com a realidade empírica, de exaustividade e síntese, de inclusões e recortes, e, sobretudo, de rigor e criatividade. Um projeto de pesquisa é fruto do trabalho vivo do pesquisador. Para isso, ele vai precisar articular informações e conhecimentos disponíveis (um amplo conjunto de saberes e técnicas), usar certas tecnologias (o uso de internet e certos programas, por exemplo), empregar sua imaginação e usar seu corpo ao esforço de realizar a tarefa. Quem duvida que as vistas cansam, as costas ardem e a coluna dói depois de longos dias em frente a um computador e uma pilha de livros? DESLANDES (2007, p. 31).

Para o trato metodológico dos dados levantados empregou-se os critérios de análise da pesquisa qualitativa na forma como foi descrita no modelo interativo (FIGURA 02) elaborado por MILES e HUBERMAN (1984) cujos passos são: coleta, mostra, redução, verificação e conclusão. A opção por este procedimento metodológico se justifica, pois segundo NEVES (1996, p.1) apresenta um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam coletar dados, descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados, tendo por objetivo traduzir e expressar o sentido contraditório dos fenômenos do mundo social.

FIGURA 02 - Modelo Interativo de Análise Qualitativa de MILES e HUBERMAN (1984)



FONTE: MILES e HUBERMAN (1984).

O emprego das premissas básicas de MILES e HUBERMAN (1984) se deveu à necessidade de captura dos significados presentes nos fatos e fatores históricos que compõem os dados secundários neste estudo; bem como nos dados primários obtidos nos depoimentos dos respondentes que participaram da coleta, de modo que pudessem trazer luz sobre a realidade do objeto, por meio da análise qualitativa desses dados coletados, sobretudo pela utilização da redução e da verificação como um modo de filtrar reificações e para minimizar a possibilidade de supremacia do juízo de valor sobre ao juízo de realidade, bem como para restringir a possibilidade de erros ao se atribuir significados aos quesitos de análise.

"Display" [...] definimos como sendo a exibição de dados uma montagem organizada de informações que permitam a tomada de ações e conclusões com base em inferências a partir de evidências ou premissas. [...] todos são desenhados para a montagem de informações organizadas em uma forma imediatamente acessível e compacta, para que o analista possa ver o que está acontecendo. MILES e HUBERMAN (1984).

A redução de dados que se prestam segundo MILES e HUBERMAN (1984) ao processo de seleção, concentração, convergência, focalização, simplificação, sumarização, redução e transformação dos dados brutos que aparecem nas anotações manuscritas da pesquisa de campo em informações úteis. Desse modo os dados brutos levantados no campo para serem analisados no presente trabalho também se prestaram ao estabelecimento de um escopo mínimo para a composição dos quadros demonstrativos, por eles denominados de *"display"*.

[...] a redução de dados ocorre continuamente por toda a vida de qualquer projeto orientado qualitativamente. Na verdade, mesmo antes dos dados serem realmente coletados, uma redução de dados antecipatória está acontecendo na medida em que o pesquisador decide (frequentemente sem total consciência) qual o modelo conceitual, quais sítios, locais, quais perguntas de pesquisa e quais avenidas de coleta de dados a escolher. Na medida em que a coleta de dados prossegue, há mais episódios de redução de dados. [...] a redução de dados não é algo separado da análise. Ela é parte da análise. [...] MILES e HUBERMAN (1984).

Para além do levantamento bibliográfico, o presente trabalho se ocupou de buscar, na gênese das indústrias de fertilizantes, os fundamentos que resgatam os elementos constitutivos da organização e do caráter aglomerativo que revelam a evolução histórica das indústrias integrantes desse polo. E por se conectar com os

conceitos da trajetória dependente e das janelas de oportunidades, esta pesquisa se caracterizou como um estudo histórico, considerando-se o contexto político, econômico, social, ambiental e cultural que compõem a trama social na qual o objeto se inseriu.

Esse caminho metodológico foi importante justamente por encaminhar qualitativamente o estudo rumo ao atingimento dos objetivos da pesquisa, de modo a compreender: o surgimento do objeto no território de Paranaguá; a sequência de chegada à Paranaguá do conjunto de atores que compõem o Polo; os fatores históricos relativos ao município, ao porto e ao próprio objeto; e a correlação entre essas partes que o conduziram ao "*status quo*" do objeto no ano de 2010, limite do recorte temporal deste trabalho.

Os procedimentos adotados na coleta de dados secundários constaram daqueles previstos na pesquisa bibliográfica, os quais se efetivam por meio da leitura e citação de: livros; teses; dissertações; ensaios; artigos e outros textos publicados e manuais do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, disponíveis na internet. Para GIL (1996, p.44) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos cadastradas nas bases de dados e micro dados disponíveis em acervo oficiais, tanto de órgãos públicos quanto privados, constantes da relação de fontes.

Esta pesquisa também observou textos publicados, pois tais procedimentos quando incidem sobre documentos cientificamente elaborados estão em conformidade com o que assevera GIL (1996, p. 44) a pesquisa bibliográfica também é desenvolvida a partir de material já elaborado. Pois dentre outras técnicas e procedimentos que favoreceram o desenvolvimento do presente trabalho estão: a consulta a um referencial teórico e aos argumentos de autoridades constantes das interpretações de textos constituídos principalmente por extratos de livros, teses, dissertações, ensaios e artigos científicos publicados.

Os procedimentos técnicos observados no levantamento de informações fundamentais, conforme assevera GIL (1996, p.46) a coleta de dados é o elemento mais importante a ser considerado nesta pesquisa, a qual foi desenvolvida por meio de entrevistas e questionários padronizados aplicados junto a representantes atuais das indústrias que operam em Paranaguá e junto a atores públicos e privados de caráter coletivo (sindicatos, associações), para a obtenção de dados primários de

caráter qualitativos, os quais balizaram a presente pesquisa e fundamentaram o estudo do referido fenômeno para possibilitar uma abstração da realidade atual.

A realidade é a unidade entre o fenômeno e a essência. Por isso a essência pode ser tão irreal quanto o fenômeno e o fenômeno pode ser tão irreal quanto a essência, no caso em que se apresentam isolados e, em tal isolamento, sejam considerados como única ou autêntica realidade. KOSIK (1969, p. 16).

A coleta desses dados propiciou uma investigação, com coerência interna, acerca da implantação desse aglomerado de indústrias, isto é, a determinação da unidade entre o desenvolvimento da pesquisa ante a realidade dessas indústrias. Na qual se buscou dados e informações que pudesse favorecer uma sucinta descrição das leis dos fenômenos atinentes ao referido aglomerado e os significados que pudessem não apenas descrevê-lo literalmente.

Em virtude do eixo temático das políticas públicas neste trabalho buscou-se na interface entre este e os conceitos de: *"path dependence"* (trajetória dependente); e *"windows opportunity"* (janelas de oportunidades), para a formulação e redação dos construtos surgidos a partir da análise dos fatos e fatores encontrados nos dados históricos ou situacionais, utilizados para inferir algo mais amplo, como a constituição e consolidação desse polo, do porto e do município de Paranaguá.

2.2.1 JANELAS DE OPORTUNIDADES

Embora o conceito de *"windows opportunity"* (janelas de oportunidades) não tenha sido totalmente elaborado por KINGDON (1984) este teórico o deixou sistematizado no gráfico dos fluxos e é perfeitamente plausível de se inferir que trata de um dos momentos cruciais da formulação das políticas públicas no qual ocorre o encontro simultâneo de um fluxo de problema com um fluxo de solução e um fluxo de condições políticas favoráveis, sensíveis ao problema e aberto para discutir a solução do referido problema.

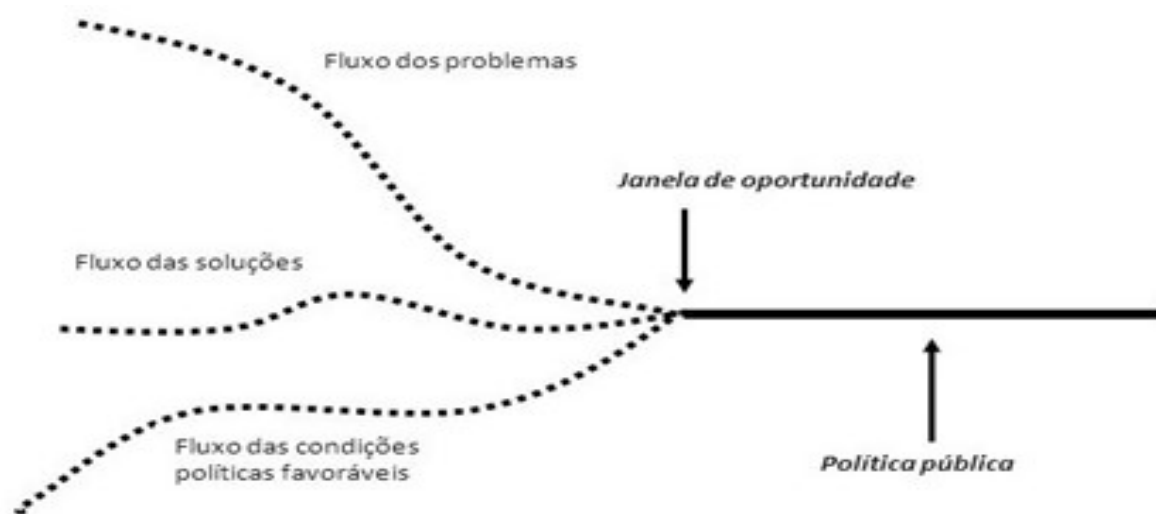
Para MATOS PINTO (2008) ele se valeu de um modelo processual de tomada de decisão das ciências políticas e desenvolve o modelo de *"multiple streams"* (correntes múltiplas) de determinação de agenda e especificação de alternativa, onde

a mudança ocorre através de ações de empreendedores, unindo as correntes do problema, das soluções propostas e da política quando ocorrem as “janelas de oportunidade”.

Esse modelo das correntes múltiplas desenvolvido por KINGDON (1984), de acordo com MATOS PINTO (2008) é uma variação do modelo “*garbage can*” (lata de lixo) de MARCH e OLSEN (1989) tem sido aplicado aos processos de análises de formulações de políticas públicas, porquanto considera as organizações como um agregado de anarquias organizadas, caracterizadas por preferências problemáticas, tecnologia obscura e participação fluida e instável. Ou seja, as preferências não são definidas com clareza pelos atores, tampouco os objetivos a serem perseguidos. A ação geralmente é facilitada pela indefinição.

O termo diz respeito a um momento auspicioso no qual atores sociais, públicos e privados se encontram em uma conjuntura propícia para darem causa às ações de governo, diante de uma demanda social, para a qual já possuíam uma solução empresarial ou governamental, plausível e exequível do ponto de vista político, jurídico, econômico, social e ambiental. Esse termo é, de acordo com o modelo dos fluxos múltiplos formulado por KINGDON (1984), ocorre uma convergência simultânea entre: fluxo dos problemas; fluxo das soluções; e fluxo das condições políticas favoráveis, para que sejam incluídos na agenda de oportunidades, de modo a que os seus planos, planejamentos ou projetos redundem em políticas públicas.

FIGURA 03 - Modelo dos fluxos múltiplos de KINGDON (1984).



FONTE: KINGDON (1984)

Ainda de acordo com KINGDON (1984) a convergência desses fluxos (*coupling*) pode ser efetivada pelos empreendedores ou gestores de políticas públicas (*policy entrepreneurs*), e quando bem encaminhados a um ponto comum, fazem surgir uma janela de oportunidade (*window opportunity*) e assim possibilitam a formulação de uma "*agenda setting*" (agenda política), na qual tais pleitos são inseridos para oportunizarem o planejamento e a implementação das políticas públicas, conforme supra descrito e demonstrado na FIGURA 03.

2.2.2 TRAJETÓRIA DEPENDENTE

O conceito de Trajetória Dependente, de acordo com BERNARDI (2012) não possui um consenso geral bem estabelecido, sobre o conceito parece existir ao menos um entendimento emergente de que a noção de "*path dependence*" não equivale ao mecanismo de retornos crescentes ou, em outros termos, que mecanismos diferentes e até mesmo sequências de eventos não reprodutivas podem também desencadear processos de dependência da trajetória; é um conceito que quando empregado como uma ferramenta analítica se torna muito útil para compreender, a posteriori, uma sequência de eventos que possibilitou à existência de um fenômeno.

O conceito de "*path dependence*" (trajetória dependente) é oferecido justamente como a ferramenta analítica para entender a importância de sequências temporais e do desenvolvimento, no tempo, de eventos e processos sociais. [...] Ele foi incorporado ao debate da Ciência Política. Ao se tentar desvendar como, de fato, a história importa, divergências consideráveis surgem entre os autores na definição de mecanismos explicativos, na importância concedida ao tema da contingência e na própria especificação dos tipos de sequências de eventos que poderiam ser considerados como dependentes da trajetória. [...] O conceito ainda está em disputa e construção, tanto no debate dentro da economia como na literatura especializada da Ciência Política e Sociologia. Como resultado, ainda não estão claras as condições necessárias ou suficientes para entender ou explicar processos de dependência da trajetória. BERNARDI (2012, p. 137-164).

Essa análise é efetuada mediante a compreensão da ocorrência de fatos diretos e intercorrentes, de grande relevância, que em uma determinada sequência temporal de eventos e processos sociais, influenciaram, redundaram, interferiram,

conspiraram ou cooperaram de forma conjunta ou separadamente para o desenvolvimento determinados fenômenos, de modo a se tornarem no que são no "status quo", ou na ocasião em que estiverem sendo observados ou estudados os fenômenos. "[...] as escolhas feitas quando uma instituição está sendo formada, ou quando uma política está sendo iniciada, terão uma contínua influência, amplamente determinante [...] no futuro desta" PETERS (1999, p.63).

A dinâmica dessa matriz, conforme assevera PIAIA (2014) será sempre "*path dependence*", onde atores sociais assumem compromissos baseados nas instituições e políticas existentes. Conforme eles os fazem, o custo de reverter o curso em geral aumenta dramaticamente. A existência de "*path dependence*" expressa o caráter irreversível e histórico do sistema estudado. O passado é irrevogável, não podendo ser reproduzido com exatidão, na medida em que as condições iniciais não são mais as mesmas; o futuro, por sua vez, está somente no imaginário dos agentes: "*ex ante*", o futuro ainda não existe ele é apenas uma esperança do que está por vir.

As necessidades sociais, segundo PIAIA (2014) seguem um padrão histórico, há ligação entre práticas sociais e expectativas sociais decorrentes de fatos passados, de decisões anteriormente tomadas, no que se denomina "*path dependence*". O rompimento com a história costuma provir de revoluções, inconformismo geral, mais do que mudanças legislativas, portanto, a "*path dependence*" implica que o que acontece em um ponto anterior de tempo pode afetar possíveis consequências de uma sequência de eventos que venham a ocorrer em ponto posterior. Ou seja, a situação de hoje forma as instituições de amanhã.

Ainda de acordo com PIAIA (2014) em sentido amplo, a "*path dependence*" significa que a consequência ou decisão é formada de maneira específica e sistemática pelo traçado histórico que o antecede. Isto implica, em outras palavras, a causa relacional entre estágios de uma sequência temporal, na qual cada estágio influencia fortemente a direção do próximo estágio, tendo em vista a observação de que a história importa e que o legado do passado condiciona o futuro, o conceito de "*path dependence*" (dependência da trajetória ou trajetória dependente) é oferecido justamente como a ferramenta analítica para entender a importância de sequências temporais e do desenvolvimento, no tempo, de eventos e processos sociais.

2.2.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os aspectos metodológicos observados na captura do na pesquisa social de acordo com DESLANDES (2007, p. 33) constituem uma tradução, uma versão do real, a partir de uma leitura orientada por conceitos operadores. Os conceitos operadores neste trabalho foram: "path dependence" (trajetória dependente); e "windows opportunity" (janelas de oportunidades), termos que surgiram nas discussões da teoria econômica histórica e logo foram incorporados aos debates da ciência política acerca dos aglomerados industriais, no que diz respeito às ações de governo, concernentes às políticas públicas atinentes ao setor secundário da economia.

A caracterização do objeto deste estudo teve como base teórica a tese dos polos desenvolvida por François Perroux, em 1955, ao observar a concentração industrial do Vale da Ruhr, entre a França e a Alemanha. E a sua captura teve como base metodológica a proposta do diagnóstico interdisciplinar de RAYNAUT e FERREIRA (2002) para a construção de um quadro comum em trabalhos desenvolvidos no litoral do Paraná, cuja identificação adveio da observação acerca de um aglomerado de empresas misturadoras de compostos químicos e naturais, de base fosfática que operam no município portuário de Paranaguá.

O aglomerado de empresas que compõem o objeto, segundo estudos anteriormente realizados tanto por KULAIF (1999) quanto por ABRAHÃO (2010), teria se fixado entre os anos de 1970 e 2010. O grupo analisado de acordo com ABRAHÃO (2010, p.170) era composto por 19 empresas, das quais onze indústrias faziam parte de grupos cuja atuação se estendia apenas pelo território nacional, dentre estas, oito estavam associadas a grupos internacionalizados e as demais eram de abrangência local.

A coleta de dados secundários foi desenvolvida ao longo deste estudo e se ateve apenas a pinçar dados de interesse do trabalho, respeitando as análises previamente efetuadas pelos autores. Os dados primários foram obtidos com o consentimento dos respondentes mediante a assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice-1), e a entrevista foi obtida por meio de questionários semiestruturados (Apêndice-2), após a derradeira observação do objeto.

Na fase final do trabalho de campo e as perguntas formuladas, com base na questão central, nos objetivos e nas hipóteses, pois segundo LAKATOS & MARCONI

(2001) permitem capturar a impressão dos respondentes que pudessem indicar: o *modus operandi* desses atores; o período histórico em que ocorreu o surgimento e a consolidação do objeto; assim como as razões para a implantação do objeto em Paranaguá e o porquê de não ter ocorrido em outro município mais próximos dos centros de consumos na região noroeste do estado ou em outras regiões brasileiras.

2.2.4 Operacionalização dos Procedimentos Metodológicos

A operacionalização dos procedimentos metodológicos propostos deste trabalho constou da elaboração de uma sequência própria e de três etapas distintas com as quais o presente estudo se materializou de seguinte forma:

1ª) a primeira envolveu uma revisão bibliográfica elaborada com a finalidade de criar um marco teórico sobre o objeto, à luz das teorias dos aglomerados industriais, sobretudo acerca do polo de fertilizantes surgido no município de Paranaguá entre as décadas de 1970 e 2010, tendo por base: artigos e ensaios publicados, dissertações, teses, e livros disponíveis na internet.

2ª) a segunda etapa compreendeu a adaptação de um modelo de análise teórica das políticas públicas aplicadas ao município portuário de Paranaguá, ao porto e ao próprio objeto, com base nos conceitos da trajetória dependente em diálogo com os conceitos de janelas de oportunidades; e

3ª) a terceira etapa foi complementar às duas anteriores, e foi um levantamento de dados primários por meio de uma pesquisa de campo, empregando questionários para entrevistas, com base em roteiros semiestruturados, nos quais as perguntas elaboradas de maneira aberta objetivaram obter informações complementares que retratassem o modo, o período e as razões para a implantação do objeto no município de Paranaguá, com os seguintes critérios:

a) foram formulados: um termo de consentimento livre e esclarecido para que os respondentes, de uma maneira consciente, consentissem com a entrevista; e um roteiro de entrevistas contendo as seis perguntas abertas, as quais foram formuladas com vista à resolução do problema da pesquisa, ao atingimento dos objetivos e à validação (ou refutação) das hipóteses em questionários idênticos;

- b) o universo amostral foi composto por vinte e quatro entidades: as dezenove indústrias de fertilizantes que compõem o objeto; três associações; e dois sindicatos;
- c) após contatos, pessoais e telefônicos, com os representantes ficou ajustado, entre o pesquisador e os prováveis respondentes, que os questionários fossem, previamente, enviados por E-mail e pela mesma via seriam devolvidos com as respostas;
- d) as informações coletadas, inicialmente, foram submetidas a uma análise crítica pelo autor e com a intenção preservar a veracidade e coerência dos dados levantados foram posteriormente confrontados com as respostas dos outros entrevistados;
- e) a escolha dos entrevistados não se baseou na importância estratégica do cargo que o respondente ocupa na organização, mas sim no conhecimento a respeito do objeto; e
- f) as informações levantadas na pesquisa tiveram caráter sigiloso e seu emprego restrito e exclusivo na conclusão desse estudo, por isso mesmo os respondentes não são apresentados individualmente nem são identificados neste trabalho.

A operacionalização na coleta dos dados primários, supracitada, se mostrou eficaz, contudo não se mostrou eficiente porquanto após diversos contatos pessoais e telefônicos com os representantes e prováveis respondentes, e mesmo tendo sido ajustado previamente, entre o pesquisador e os prováveis respondentes, que os questionários fossem enviados por E-mail e pela mesma via seriam enviadas as respostas, após uma longa espera por respostas e vários contatos telefônicos e pessoais, sob os mais diversos argumentos para escusas, apenas dez respondentes participaram efetivamente deste estudo.

A operacionalização na coleta de dados secundários, tanto para a consolidação do marco quanto para a criação de um embasamento teórico para esse trabalho teve como fonte secundária os pressupostos, construtos, relatos históricos e teóricos contidos em: livros, teses, dissertações, ensaios, artigos e demais estudos, anteriormente realizados, explorados em documentos disponíveis na grande rede e em bibliotecas, sobretudo aqueles que dizem respeito a dados históricos e documentais acerca da implantação do objeto no município portuário de Paranaguá. Essa exploração levou em conta apenas as relações entre atores e fatores do polo de fertilizantes de Paranaguá, pois de acordo com TRIVIÑOS (1987) há uma relação dinâmica entre o mundo real e os sujeitos; e de acordo com HARVEY (1980) essa

relação social é histórica e os atores, fatos e fatores sociais históricos significam muito, considerando-se que, geralmente, são relações assimétricas de poder, nas quais uma minoria privilegiada usufrui das benesses desse poder e os excluídos ou aliados resistem.

A observação do objeto ocorreu em três períodos distintos, os dois primeiros enquanto residente no município de Paranaguá e o último período, enquanto pesquisador no PPG-DTS, no litoral paranaense. Neste último período, em decorrência das orientações recebidas, amadureceu a ideia de pesquisar esse aglomerado de indústrias de fertilizantes sob a égide das políticas públicas. Essa derradeira observação acerca do objeto, além de despertar o tríplice questionamento que compõe a problemática, suscitou, também, algumas conjecturas que foram sintetizadas na forma de hipóteses e testadas na presente pesquisa.

A classificação dos dados secundários se deu durante todo o processo de coleta e de construção do presente trabalho, mormente por ocasião da análise histórica, com base nos conceitos de trajetória dependente e janelas de oportunidades das quais se valeram os sujeitos que compõem o objeto. E a generalização é o exercício mental final no qual o raciocínio se concretiza, após a análise da correlação existente entre o objeto, os fatos e os fatores intercorrentes que corroboraram para sua consolidação do objeto em Paranaguá, os quais estão contidos nas considerações finais deste capítulo.

Classificação [...] é a verificação e a conclusão com base em inferência a partir de evidências ou premissas. Desde o início da coleta de dados, o analista qualitativo começa a decidir quais coisas significam, está percebendo regularidades, padrões, explicações, possíveis configurações, fluxos casuais e proposições. O pesquisador competente mantém essas conclusões com indiferença, mantendo a abertura e o ceticismo, mas as conclusões já estão lá, sem forma e vagas em um primeiro momento, então crescentemente explícitas e fundamentadas[...] MILES e HUBERMAN (1984, p.77).

A classificação da pesquisa teve início a partir da escolha do eixo temático das políticas públicas, bem como suas duas categorias de análise teóricas, compostas pelos conceitos de trajetória dependente e janelas de oportunidades, decorreu um deslocamento da discussão terminológica deste estudo para a discussão mais conceitual com uma total ruptura com a passividade empirista e terminológica, esse fato se mostrou revelador para o descortino do objeto desta pesquisa.

O emprego das premissas básicas do referido modelo interativo de MILES e HUBERMAN (1984) possibilitou a captura dos significados presentes nos fatos e

fatores históricos contidos nos dados secundários; e no depoimento dos respondentes que participaram da coleta de dados primários, de modo a que pudessem trazer luz, sobre a realidade do objeto, quando da análise qualitativa desses dados coletados, sobretudo pela utilização da redução e da verificação como um modo de filtrar reificações e para minimizar a possibilidade de supremacia do juízo de valor sobre ao juízo de realidade, bem como para restringir a possibilidade de erros ao se atribuir significados aos quesitos de análise.

O quadro 2 apresenta os tópicos da redução dos dados da pesquisa, e de igual modo, os demais quadros demonstrativos que se seguem, denominados de "*Display*" por MILES e HUBERMAN (1984), apresentam, de forma clara, sucinta e sequencial, os dados levantados na pesquisa, e logo a seguir os construtos que vão se originando no presente trabalho.

QUADRO 2 - ESTRUTURA E ESTRATÉGIA DA PESQUISA QUALITATIVA

ASPÉCTOS DA PESQUISA	TIPICIDADE E PROCEDIMENTOS
Tipologia	Pesquisa Social - Básica
Recorte espacial	Município portuário de Paranaguá
Recorte temporal	1970 a 2010
Recorte populacional - Objeto	19 indústrias associadas a ANDA, do Polo de Fertilizantes.
Categoria do Estudo	Ciências Sociais
Corrente de Pensamento	Historicista
Tipologia do estudo	Histórico e Situacional
Eixo Temático	Políticas Públicas
Análise teórica das Políticas Públicas	Conceitos de Trajetória dependente e de janelas de oportunidades.
Etapas básicas do estudo	Observação, classificação e generalização.
Sequência lógica dos eventos	Leituras, coleta de dados, montagem do display, redução dos dados, verificação, análise e redação das conclusões.
Estratégia de estudo	Foco na leitura em busca de respostas para: questão; objetivos, hipóteses; pressupostos e dados de proposições.
Crítica do trabalho	Neoliberalismo
Abordagem Metodológica	Qualitativa
Categorias de análise indutiva	Premissas, Evidências e Verossimilhança.
Operacionalidade da análise	Verificações e conclusões com base em inferência a partir de evidências nos dados levantados.
Critérios de análise qualitativa	Validade, confiabilidade e certeza nas respostas obtidas como dados primários e nos dados secundários obtidos em: construtos, descobertas e premissas encontradas. Após isso, a exploração de uma constante ou dos limites mínimos e máximos obtidos nas respostas à tríplice questão, objetivos e hipóteses.
Componentes da pesquisa	Busca por informações e coleta de dados, análise e descrição das descobertas e interpretação textual dos resultados.
Fontes de Dados primários	Questionários semiestruturados.
Fontes de Dados secundários	Observação direta, pesquisa documental em livros, teses, dissertações, ensaios e artigos.
Tratamento de dados coletados	Compilação, redução, averiguação, análise qualitativa e conclusão com base em inferências a partir de premissas e evidências.

FONTE: Triviños (1987); e MILES e HUBERMAN (1984), adaptado pelo autor.

2.3 A PERSPECTIVA ANALÍTICA HISTÓRICISTA NO ESTUDO DO OBJETO

A perspectiva analítica historicista do presente trabalho se pautou pela delimitação do tema, presente no recorte da pesquisa, que segundo GIL (1996, p.14) deve contemplar minimamente três critérios: espacial; temporal; e população. Assim o presente estudo teve por foco espacial a área urbana da mais antiga cidade paranaense, situada no litoral norte do estado do Paraná; como foco temporal as quatro décadas compreendidas entre os anos de 1970 e 2010; e tendo como foco populacional as dezenove indústrias que compõem um aglomerado de indústrias que operam no município de Paranaguá.

A consolidação desse Polo teve início em uma época na qual as políticas públicas e as ações de governo das economias subdesenvolvidas cujo modo de produção já não desenvolvia mais as forças produtivas⁹, mormente naquelas economias alinhadas com as teses norte-americanas da aliança para o progresso, visavam segundo FURTADO (1974) um progresso econômico a qualquer custo, não diferenciando, claramente, crescimento de desenvolvimento, fato que se conecta aquele modo de pensar o Estado com a forma gestão das externalidades aglomerativas desse Polo que somadas às externalidades do município e do seu porto, redundaram em escassos impactos sociais para o território de Paranaguá.

o custo em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. FURTADO (1974, p.75).

Os dados situacionais acerca de fatos conjunturais atinentes às indústrias de fertilizantes bem como a análise dos principais grupos e empresas que deixaram sua marca produtiva no setor de fertilizantes, de acordo com KULAIF (1999, p.1) são úteis à compreensão das diversas mudanças ocorridas entre o nascedouro e a existência atual da indústria do setor nacional de fertilizantes fosfatados, especificamente aqueles que de alguma maneira interferiram na sua evolução de pequenas indústrias

⁹ A tradição historicista havia produzido com FRIEDRICH LIST o conceito de "Sistemas de Forças Produtivas", que MARX utilizaria amplamente. Este conceito projeta luz sobre a complementaridade das atividades produtivas, que assim são vistas como um processo social e não como uma adição de elementos discretos a um setor da economia. FURTADO (1980, p. 30/31).

de âmbito local, que se articularam de maneira que viessem compor um Polo de Fertilizantes em Paranaguá.

[...] levantar diversas intersecções existentes, dentro do aglomerado, entre várias variáveis consideradas determinantes para um processo de desenvolvimento sustentado: infraestrutura econômica (estrada principal, portos, estradas secundárias, energia, terminais portuários, comunicação, logística, centros de armazenamento); infraestrutura social (nível educacional, cultura, cultura econômica, capital social, nível de institucionalidade, capacidade de governança, participação política, história); e, consolidação da cadeia produtiva intra-aglomerado [...] COSTA (2010, p. 198).

O estudo da industrialização brasileira que foi, de acordo com VESENTINI (1996, p. 20) tardia ou retardatária. Esse fato ficou mais evidente quando a evolução do segundo setor da economia brasileira é visto em conjunto com o processo da industrialização mundial, o qual normalmente é estudado em etapas, das quais se pode distinguir as três principais, que são segundo ARRUDA e PILLET (1996, p.178) primeira etapa de 1760 a 1850 – a revolução industrial na Inglaterra; a segunda de 1850 a 1900 – a revolução industrial na Europa e em outros continentes; e a terceira de 1900 aos dias atuais, o que facilita a compreensão das mudanças de cunho ideológicos que conduziram a alteração de proeminência entre o capital mercantilista e o capital industrial.

Desde a segunda metade do século XIX, junto com a revolução industrial, operava-se a substituição do capitalismo comercial pelo industrial. Para este não interessava o monopólio comercial, mas o comércio livre, para haver compra de matéria-prima de quem se quisesse e venda de produtos onde se lucrasse mais. Ao mercantilismo¹⁰ se opunha o liberalismo¹¹, contrário à intervenção do Estado na economia e favorável à livre iniciativa. ARRUDA e PILLET (1996, p.204).

As etapas, descritas, relatam a cronologia e os avanços da revolução industrial, que segundo ARRUDA e PILLET (1996) entre 1760 a 1850, se restringiu a Inglaterra, considerada nesta fase a oficina do mundo para a produção de bens de

¹⁰ O mercantilismo era considerado a teoria econômica do crescimento e acumulação capitalista dos tempos da renovação comercial, entre os séculos XVI e XVIII. Mais precisamente, foi um conjunto de ideias e doutrinas econômicas executadas pelos Estados nacionais europeus para se fortalecer e enriquecer-se pela exploração de Colônias ou Estados nacionais vulneráveis, por meio da atividade comercial. Fonte: ARRUDA e PILLET (1996, p.204).

¹¹ O liberalismo é uma doutrina político-econômica que se opõe às teorias estatizantes e se caracteriza pela atitude de abertura e tolerância a vários tipos de iniciativa privada com base na trilogia da revolução francesa: igualdade, liberdade e fraternidade. ARRUDA e PILLET (1996, p.204).

consumo, especialmente têxteis e movidos a vapor; após isso vem a segunda fase, entre 1850 e 1900, se espalhou pela Europa e depois para outros continentes e ocorre a diversificação da propulsão pelo uso de energia elétrica e derivados do petróleo; e de 1900 até os dias atuais, quando surgem os pequenos aglomerados próximo das cidades e depois os grandes conglomerados em áreas industriais que se automatizaram, se robotizaram e se informatizaram, tal qual existe atualmente.

A industrialização brasileira de acordo com VESENTINI (1996, P.20) foi tardia entre outros fatores porque esse processo ocorreu, concomitantemente, com a formação do Estado brasileiro, desse modo, especificamente em relação ao processo de crescimento econômico e o desenvolvimento brasileiro foram considerados, neste estudo, quatro períodos distintos: o primeiro, entre 1808 e 1914, considerado pré-industrial; o segundo, entre 1914 e 1955, considerado industrial realmente; o terceiro, entre 1956 a 1990, foi o período de maior crescimento; e o quarto, entre 1990 aos dias atuais, no qual o país ainda está em busca do desenvolvimento.

[...] houveram três tipos de industrialização: a clássica ou original (introduzida pela revolução industrial) [...]; a planificada (típica dos países socialistas) [...]; e a tardia ou retardatária (características dos países do terceiro mundo) [...] feita em grande parte com capitais estrangeiros, ao inverso das outras duas [...] VESENTINI (1996, P. 20).

Observando-se os quatro ciclos de crescimento econômico constata-se que o primeiro período (1500-1808), foi o da proibição por parte da metrópole que, em virtude do pacto colonial, não admitia a concorrência e imprimia severas restrições coloniais¹²; o segundo período (1808-1930) foi o da implantação, em virtude da vinda da corte portuguesa para o Brasil; o terceiro período (1930-1956) pode ser considerado como a tardia revolução industrial brasileira, sendo que os bens de capital, em grande parte, eram importados da Inglaterra e dos EUA; e o quarto período (1956 em diante) foi o da internacionalização das indústrias, a partir do governo de Juscelino Kubistchek e nos demais governos civis que sucederam o regime militar, de tendência liberal, os quais foram marcados não apenas por um grave processo inflacionário mas muito mais pela abertura da economia ao capital estrangeiro e pelas privatizações das empresas estatais e um forte crescimento da dívida externa.

¹² No contexto do sistema colonial, as terras metropolitanas (colônias) deveriam fornecer produtos primários e consumir produtos manufaturados da metrópole. Como ainda não havia sinais concretos da existência de metais preciosos no Brasil, a exploração foi viabilizada pelos fornecimentos dos derivados da cana-de-açúcar. Fonte: VESENTINI (1996, P. 20).

Ao se observar os quatro ciclos supracitados verifica-se que esse processo de industrialização de Paranaguá em nada difere do processo de industrialização brasileiro, pois acompanhou, par e passo, os mesmos atrasos das demais regiões do país, este foi tardio e dependente das ações governamentais sobre o território e de acordo com GODOY (2000) teve início no fim do ciclo do café; com a criação de um distrito industrial no município e a chegada de filiais de indústrias¹³ gaúchas e catarinenses ao território, as quais vieram a compor o embrião do polo de fertilizantes de Paranaguá.

[...] com o declínio do café, o incentivo governamental às exportações de grãos (principalmente soja) e a melhoria do sistema de telecomunicações e infraestrutura rodoviária, criaram-se as condições para que novas empresas utilizassem as dependências existentes na época do café, através de arrendamentos para armazenamento de grãos e óleos [...] gerou o crescimento do setor industrial no período 1970-1980 e, portanto, o crescimento do emprego indiretamente ligado ao porto. GODOY (2000, p. 17).

A concepção de Polo no presente neste estudo se baseou na teoria de Polos de crescimento¹⁴, defendida por PERROUX (1967) desenvolvida sob uma tríplice perspectiva: concentração espacial; tendência estruturante; e economia de aglomeração. Segundo FURTADO (1980, p. 33) a obra de PERROUX (1967) ainda que ligada, diretamente, à obra de Shumpeter (1934) teve significação autônoma na formação do pensamento vinculado a poder e território, sobretudo em relação à nova problemática do crescimento econômico e desenvolvimento.

Perroux conceituou o efeito mais complexo de dominação, que transborda necessariamente do poder econômico, e relacionou o processo social com o espaço físico [...] se bem que a "*démarche*" central do pensamento de Perroux se tenha orientado para o conceito de "Polo de crescimento" – o qual inclui três elementos essenciais: a indústria chave, a organização imperfeita dos mercados e as economias externas especiais – por ter relacionado,

¹³ SOCEPPAR - Sociedade Cerealista Exportadora de Produtos Paranaenses S.A. (1967), SANBRA (1972), CARGILL (1973), COTRIGUAÇU - Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda. (1975), UNIÃO/DIBAL - Armazéns Gerais Ltda. (1978), COCAP – Cooperativa Central Agropecuária do Paraná (1980), Fertilizantes BECKER Ltda. (1980), ANNP - Associação Nacional de Navegação e Portos (1980), FRIGOBRA - Cia. Brasileira de Frigoríficos (1981), BRASWEY S.A. (1982), IKPC - Indústria KLABIN de Papel e Celulose (1986), CENTROSUL S.A. (1988), Sagel/Slaviero e a Vermorel (perto da Centro-Sul), que subarrendou para a Exximpoc (1995). GODOY (2000, p. 17).

¹⁴ A Teoria dos Polos de Crescimento foi desenvolvida por François Perroux em meados em 1955, ao observar a concentração industrial na França, em torno de Paris, e na Alemanha, ao longo do Vale da Ruhr (Perroux, 1977), buscando uma explicação para as razões do processo de concentração industrial por meio do papel das empresas líderes, indústrias motrizes (chaves) no desencadeamento do crescimento regional ou local FEITOSA (2009, p. 113).

estritamente, o desenvolvimento com a ideia de poder, deu sua obra um alcance considerável, que supera a influência de Shumpeter. FURTADO (1980, p. 33).

Na concepção de PERROUX (1967), a implantação de um aglomerado de indústrias dinamizaria a cadeia produtiva local e a tornaria mais relevante para o desenvolvimento tanto da própria atividade produtiva como de outros setores da economia local, e contribuiria para o crescimento da infraestrutura econômica, funcionando como um núcleo irradiador para outras atividades produtivas no território que, por via de consequência, trariam desenvolvimento.

O facto, rudimentar, mas consistente, é este: o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia. PERROUX (1967, p. 164).

Esses conceitos foram empregados para compreender como, quando e por que um aglomerado de pequenas indústrias, de âmbito local, se articulou de uma maneira tal que viessem compor um Polo de âmbito não apenas regional ou nacional, mas de âmbito global. Bem como o emprego da teoria polarizante dos setores produtivos, empregada, a partir da Era Vargas, contada entre 1930 e 1954, e mais fortemente a partir dos governos militares, entre 1964 e 1985, para fazer face às enormes desigualdades regionais observadas no território nacional.

[...] a compreensão do fenômeno de aglomerações geográficas de empresas [...] demonstra que esses agrupamentos podem ter capacidade superior de desenvolver vantagens competitivas em relação a empresas isoladas. MASCENA et al (1992, p.1).

A expectativa de eficácia na aplicação de políticas públicas, por parte do governo federal, nas ocasiões em que a política de polos de crescimento foi implantada no Brasil, também se baseou na teoria de MARSHALL (1982) concentração de indústrias especializadas em certas localidades. Tais políticas também tiveram por base a teoria econômica das vantagens comparativas advindas da especialização de setores da economia, pela divisão do trabalho, entre indústrias de um mesmo ramo, concentradas em uma mesma região geográfica, neste caso a região geográfica é o município portuário de Paranaguá.

Concentração regional, com regiões mais ricas e dominantes e regiões mais pobres e dominadas economicamente; concentração em grandes unidades produtoras ou de comércio (indústrias, bancos, redes de lojas e de supermercados), com grande poder na formação de preços e no controle do mercado; e concentração pessoal, com indivíduos relativamente mais ricos e a maioria da população proporcionalmente mais pobre. BRUM, (1970. p. 345 e 346).

A política de regionalização do país empregada desde a "Era Vargas", segundo VESENTINI (1996, P. 79) modificou a forma de organização do espaço geográfico brasileiro, resultou da divisão territorial do trabalho entre as diversas regiões e da industrialização e completou-se malha urbana. No centro econômico do país ficaram as duas metrópoles nacionais e mais afastadas aparecem às sete metrópoles regionais: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre, cada uma dessas metrópoles polarizaram uma extensa região, em contrapartida as regionais foram polarizadas pelas centrais, São Paulo e Rio de Janeiro.

De acordo com CURADO (2013, p.615) principais políticas públicas da Era Vargas, a princípio, foram dirigidas para as cidades, entretanto, para fazer face ao êxodo rural e o superpovoamento urbano cujas populações já começavam a se igualar em número e no problema do desemprego, seu governo decidiu investir no campo a tentativa era a de fixar uma parcela da população rural para elevar a produção com o uso da motorização e da abertura de novas áreas de plantio; enquanto que nas cidades as políticas públicas primavam pela criação de novos postos de trabalho nas empresas estatais recém-criadas para liderarem os setores estratégicos da economia.

[...] o processo de industrialização como forma de promover o crescimento e, concomitantemente, reduzir os “pontos de estrangulamento” da economia brasileira. A existência de um mercado interno amplo e integrado e a dotação de recursos minerais eram fatores destacados pelo autor em defesa do desenvolvimento da indústria. [...] países com “alto coeficiente de pressão demográfica necessitavam expandir a indústria para absorver excedentes de mão de obra agrícola” [...] ou seja, defendia a expansão industrial como forma de reduzir os níveis de desemprego do país. CURADO (2013, p.615/616).

Em virtude desse processo de urbanização, à custa da redução de mão de obra no campo, que até aquele período era fundamental à produção do setor primário, o governo federal não tendo como reverter esse quadro não lhe restou outra saída senão a modernização da produção agrícola, segundo LIMA (1976, p.1) acatou as recomendações do conhecimento agrônomo e decidiu promover a motorização do

campo por meio da importação de equipamentos, implementos e máquinas agrícolas e a ampliação das áreas de plantio. Entretanto excelência agrícola ainda era algo a ser alcançada.

[...] são dois momentos históricos distintos no processo de modernização da agricultura. O primeiro fenômeno refere-se à industrialização da produção agrícola com o surgimento, no final da década de 50, das indústrias de bens de produção e insumos. O segundo refere-se ao aumento dos índices da tratorização e do consumo de fertilizantes de origem industrial. A utilização de forma ampla de bens, baseada na importação de bens de capital, modificou o padrão tecnológico da agricultura brasileira. Depois, a demanda de insumos e máquinas era satisfeita via importação. DELGADO (1985, p. 35).

Essa excelência na agricultura é buscada desde de quando a humanidade domesticou alguns grãos e determinados vegetais, justamente porque doravante teria cultivá-los também passou a se preocupar com a qualidade de áreas para o plantio, posto que esse é o fator que define uma boa área de plantio é a fertilidade, a qual é deveras variada em toda a crosta terrestre. A produtividade¹⁵ agrícola depende, primariamente, de fatores climáticos e secundariamente da fertilidade, traduzida como sendo a capacidade produtiva do solo. Essa capacidade se diferencia segundo MOREIRA (1992, p.100) em virtude da disponibilidade desigual de elementos químicos tais como: potássio, nitrogênio, sódio, ferro, magnésio.

Nesse nível de análise a inteligência humana só consegue intervir, até o presente momento, no segundo aspecto que é a correção dos elementos químicos reduzidos ou ausentes no solo, segundo CHILDE (1986, p.83) quando o terreno não é descansado, nem estrumado [...] a produção declina acentuadamente depois de algumas estações. De acordo com GRACIOSO (1995, p. 14) a conscientização de que uma grande parcela do solo brasileiro carece de corretivos tanto para corrigir a acidez quanto o suprimento de nutrientes adicionais para aumentar a sua produtividade.

Os solos do cerrado e da Amazônia não são adequados ao plantio. Isto por duas razões básicas: eles são solos demasiadamente ácidos por serem muito ricos em alumínio [...] e pobres em macro nutrientes [...] GRACIOSO (1995, p.9).

¹⁵ A ideia de produtividade, que na agricultura e na atividade artesanal podia ser mais facilmente capitada no plano microeconômico, com o avanço da industrialização fez-se mais e mais inseparável do grau de desenvolvimento alcançado pelo conjunto das atividades industriais ligadas ao primeiro setor da economia. FURTADO (1980, p. 18/19).

No trabalho de correção química equilibrada dos elementos ausentes (ou carentes) segundo MOREIRA (1992, p.100) empregam-se substâncias naturais ou artificiais que contém elementos químicos e propriedades físicas que aumentam a produtividade pelo melhoramento da fertilidade do solo, doravante denominados genericamente de fertilizantes. Essa prática é relativamente recente surgiu no século passado, por volta de 1940. Isso resultou em um grande aumento da produção agrícola favorecida, sobretudo, pela abertura de novas áreas de plantio e pela adubação química das terras pobres do interior do país.

A produção mundial em escala industrial de fertilizantes de base fosfática, segundo LIMA (1976, p.2) foi iniciada nos Estados Unidos da América (EUA), no ano de 1843. Em decorrência de uma industrialização tardia a produção brasileira desse insumo agrícola, em escala, somente foi iniciada, um século após EUA, na Era Vargas, pois segundo GRACIOSO (1995, p. 14) os fertilizantes químicos já estavam sendo produzidos pela CSN¹⁶, pela COSIPA e pela USIMINAS, antes da criação do setor de fertilizantes que somente ganharia corpo após a criação da Petrobrás em 1954.

[...] a infraestrutura representou elemento estratégico no reforço das vantagens comparativas naturais desfrutadas pelo Paraná para a atração de apreciáveis projetos e vultosos montantes de recursos, necessários à transformação de um panorama produtivo dominado por fazendas de café e por um conjunto de serrarias, do final dos anos 1950, em uma poderosa estrutura industrial, já no segundo quinquênio da década de 1970. Não seria exagero admitir terem sido o estoque e os fluxos infraestruturais fatores essenciais à modernização agrícola e industrial, entre 1968 e 1974, ao estabelecimento de um polo cimenteiro na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), no começo dos anos 1970, à ampliação do parque fabricante de papel e celulose depois de 1974, à consolidação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), no intervalo 1975-1980, e ao sucesso das negociações políticas para a implantação da refinaria de petróleo da Petrobrás, em Araucária, e da usina hidrelétrica de Itaipu, em Foz do Iguaçu. LOURENÇO, (2008, p.114-115).

O atraso no desenvolvimento do setor de fertilizantes no Brasil é notório uma vez que até a década de 1970, de acordo com LIMA (1976, p.1) ainda não havia atingido um estágio satisfatório no desenvolvimento desse setor que é vital para a agricultura moderna e suas exigências por produtividade nas colheitas. Entretanto, segundo nos aponta KOZAK (1974, p.11) por volta de 1970 o Brasil ainda importava entre 70% e 80% de todo o volume dos fertilizantes de que o país precisava para

¹⁶ Companhia Siderúrgica Nacional foi criada pelo Decreto-Lei nº 3.002, de 30 de janeiro de 1941; a criação da COSIPA se deu em 1953; a Petrobras em 1954; e a USIMINAS em 1956. Fonte: WIKIPÉDIA (adaptação do autor).

melhorar a produtividade das áreas cultivadas, para tanto o governo implementou as políticas públicas que dinamizaram o setor de fertilizantes nacional entre 1973 e 1974.

Verifica-se que apesar do consumo total de nutrientes (NPK) ter crescido no período 1962/1972, a uma taxa de 63%, o consumo médio por hectare foi de 36,1 Kg/há no período 1971/1972, correspondendo a um consumo "per capita" de 11,2 Kg (FAO). Este nível é extremamente baixo, sabendo-se que o consumo ideal para o Brasil foi estimado em torno de 80 Kg/ha [...] LIMA (1976, p.1).

2.4 ESCOPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ATINENTES AO OBJETO

A história brasileira demonstra que a formulação de políticas públicas no Brasil parte, quase sempre, da iniciativa ou de provocações de setores representativos da sociedade, de entidades de classe e por iniciativa popular, para que o governo incorpore em sua agenda a solução para problemas ou situações que possam ocasionar ou causar o agravamento de crises econômicas, sociais ou ambientais. Tais provocações geralmente são atendidas com políticas públicas quando: oriundas dos referidos setores da sociedade na busca pelo atendimento de seus anseios, expectativas e necessidades, tidas como problemas ecossocioambientais, para os quais, na maioria das vezes, já existe uma solução ou uma resposta plausível de ser executada e uma situação psicossocial e política favoráveis ao pleito.

Os processos políticos de formação; de formulação; e de gestão das políticas públicas são atividades inseparáveis. As políticas públicas não são formadas nem executadas em ambientes passivos ou vazios, elas operam dentro de um complexo e contexto específico de instituições existentes em um determinado território. QUEIROZ (2007, p. 81).

Considerando-se ainda que a implementação dessa atividade produtiva ocorreu em um período no qual, segundo KOZAK (1974) os planos nacionais de desenvolvimento enfatizavam a importância da execução de uma política nacional de fertilizantes para uma melhoria efetiva da produção agrícola com vistas ao desenvolvimento do país, contrariando algumas teses que tais planos privilegiavam o crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento. QUEIROZ (2007) contribuirá para o entendimento das políticas públicas voltadas para mitigar problemas

estruturais e sociais, mormente em relação às falhas do governo, aos rent-seeking¹⁷ e à captura do Estado para atender interesses privados, por vezes escusos.

[...] A execução da política nacional de fertilizantes, imprescindível à realização das metas do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que enfatizou o papel da produção e da produtividade da agricultura no desenvolvimento do país está exigindo estudos [...] KOZAK (1974, p.7).

Para compreender a reforma política havida e a forma de participação vigente no Brasil naquele período, advindas do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, nos baseamos nos conhecimentos de AVRITZER (2006), os quais estão em perfeita sintonia com a teoria geral do Estado disseminada por AZAMBUJA (1993), porquanto naquele período a concepção do papel do Estado na vida econômica brasileira e a visão popular era a de que o governo era um mal necessário, porquanto não havia espaço para discussões sobre a formulação das políticas públicas e a participação social no planejamento dos programas governamentais era nula.

E para compreender os aspectos e características a serem observadas no planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas nos valeremos dos conhecimentos de QUEIROZ (2007), sobretudo acerca daquelas políticas atinentes aos ambientes atritivos como são esses Polos Industriais convivem no território em que operam. Por essas mesmas razões acima LIMA (1976) contribuiu com seu conhecimento sobre o perfil analítico dos fertilizantes fosfatados.

Enquanto que KOVALERIDZE (1978) contribuiu com seu conhecimento acerca do solo paranaense, especialmente aquele conhecimento sobre o do solo, que atualmente vem sendo empregado na agricultura moderna. Enquanto que GRACIOSO (1995) contribuiu com seu conhecimento acerca dos motivos que levaram o Governo Federal, acompanhando a onda privatizante da década de 1980, a optar pelo desmantelamento do setor produtivo estatizado, por meio de processo de privatização da empresa estatal que coordenava a produção de insumos agrícolas

¹⁷ O conceito de “rent-seeking” (caça à renda, em uma tradução literal) Na economia significa busca de renda é uma tentativa de derivar renda econômica pela manipulação do ambiente social ou político no qual as atividades econômicas ocorrem, em vez de agregar valor. Um exemplo de rent-seeking é a limitação do acesso a cargos qualificados, imposta pelas guildas medievais. É bastante útil para se entender alguns fenômenos importantes na economia. Em particular, nas políticas de governo, tais como os motivos para haver proteção tarifária a alguns produtos fabricados no país, a concessão de crédito subsidiado a algumas empresas, a regulamentação de algumas profissões ou a existência de meia-entrada para estudantes em eventos culturais. Fonte: BRASIL, Economia e Governo.

anteriormente a implantação dos polos de Fertilizantes, desde o período anterior a década de 1970.

O estudo do escopo das políticas públicas, atinentes ao objeto do presente trabalho, busca uma concatenação histórica com a gênese do município e o porto de Paranaguá, considerando-se as políticas públicas aplicadas ao objeto, possui uma trajetória dependente daquelas que deram origem ao porto e ao município, desde a formação do território paranaense, as quais não podem se perder na cortina do tempo porquanto cruzaram um horizonte temporal de 430 anos até encontrar aquelas que possibilitaram a ocupação do município de Paranaguá, expressas na Carta Régia que o elevou o povoado de à condição de Vila, em 1646. Essa concatenação histórica também passa pelas demais fases porque passou o processo de industrialização brasileiro e as diversas iniciativas governamentais com vista a superação das crises desde a colonização até os dias atuais.

Em se tratando de políticas públicas da metrópole para com a colônia de exploração, a princípio podem até parecer nulas, sobretudo no que diz respeito às políticas de utilização da força de trabalho humano que possibilitou a construção da cidade de Paranaguá, seu porto e seu parque industrial as quais, em parte, são similares às demais condições sociais que possibilitaram a construção do Brasil, uma construção social que passou de acordo com BRUM (1970) pela frustrada tentativa de servidão indígena (índios forçados); a real escravidão negada pela elite paranaense quando se referem ao período colonial (de negros africanos traficados); e pela servidão dos imigrantes europeus que inicialmente, no período pós colonial, trabalhavam apenas para a sua mera subsistência (brancos apenados pelas cortes europeias e da santa sé).

A história da ocupação do território paranaense, por parte dos portugueses, iniciou-se em meados do século XVI, ligada à busca do ouro na cabeceira dos rios que desaguam na Baía de Paranaguá. A consolidação desse primeiro núcleo ocupacional deu-se em 1646 com a inauguração do Pelourinho e, em 29 de julho de 1648 com a elevação da Vila de Nossa Senhora do Santíssimo Rosário de Paranaguá. BRASIL, MDS (2015).

Porém, de acordo com BRUM (1970) por volta de 1860, D. Pedro II houve por bem implantar políticas públicas de cidadania para fazer surgir uma mão de obra assalariada no país que pudesse solidificar uma economia nacional, no auge do ciclo do café, quando a exportação da produção paranaense passou a sair do país pelo modesto porto do Rio Itiberê. Essas políticas públicas, atinentes ao território de

Paranaguá, foram acompanhadas por outras, tais como: a inauguração da Estação Ferroviária em 1884; o fornecimento de água tratada e energia elétrica em 1910, da Usina Governador Pedro Viriato Parigot, de Antonina; e a inauguração definitiva do porto D. Pedro II, em 1935, com toda infraestrutura de armazenamento e transporte, necessária à existência do Objeto.

O desenvolvimento da economia brasileira pode ser caracterizado espacialmente por quatro fases: isolamento relativo ou arquipélago regional; articulação comercial; articulação produtiva; e desenvolvimento regional difuso. A fase do isolamento relativo ou dos arquipélagos regionais corresponde aos antigos complexos exportadores que dominaram diversas regiões brasileiras até o princípio do Século XX, em que os portos exerceram função de exportação de produtos primários produzidos em pequenas regiões de afluência, com economias voltadas ao comércio exterior. No Paraná tal fase se identifica com a economia do ouro (que respondeu pelas primeiras ocupações de origem portuguesa no estado: Paranaguá e planalto de Curitiba) e sobretudo com a economia da erva-mate (responsável pela emancipação econômica e política do Paraná, além da construção da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá e do início do atual Porto Dom Pedro II, em 1935, deslocando o movimento de cargas do Porto de Nossa Senhora do Rosário, nas margens do Rio Itiberê, para a baía, junto a águas mais profundas). PDDIP (2007, p.57).

A expectativa de eficácia na aplicação dessas políticas públicas, por parte do governo federal, na ocasião em que se desencadeavam as políticas de desenvolvimento regional difuso, estas tiveram por base a teoria econômica das vantagens comparativas advindas da especialização de setores da economia, pela divisão do trabalho, entre indústrias de um mesmo ramo, concentradas em uma mesma região geográfica, porém neste caso ainda não se enquadrava o município portuário de Paranaguá e obviamente ainda não foi incluído nesse tardio processo de industrialização.

De acordo com LAVALLE et al (2007, p. 465) as transformações socioeconômicas havidas no Brasil, desde meados do século XX, muito se deveu a implementação de políticas públicas anteriores, por meio das quais possibilitou um carreamento de recursos e investimentos públicos que dinamizaram sobremaneira os diversos setores produtivos anteriormente inexistentes. Esse avanço se deveu aos formuladores, implementadores e avaliadores das políticas públicas e também a pluralidade dos atores sociais que se inseriram na consolidação do território nacional, posto que com a chegada dos imigrantes surgiram muitas indústrias de pequeno porte, as quais se valeram dessas janelas de oportunidades e se estabeleceram.

Concentração regional, com regiões mais ricas e dominantes e regiões mais pobres e dominadas economicamente; concentração em grandes unidades produtoras ou de comércio (indústrias, bancos, redes de lojas e de supermercados), com grande poder na formação de preços e no controle do mercado; e concentração de pessoas, com indivíduos relativamente mais ricos e a maioria da população proporcionalmente mais pobres. BRUM (1970. p. 345 e 346).

A formulação das políticas públicas ocorridas no recorte temporal, e os investimentos advindos destas, foram relevantes para o desenvolvimento objeto, mas, sobretudo para o município e de seu porto, uma vez que o aglomerado que por importava seus insumos, proporcionou, com seus produtos, um aumento no excedente de produção que retorna ao porto para ser exportado, de modo a compreender as janelas de oportunidades que favoreceram o crescimento da produção de fertilizantes de base fosfática, para compreender de que forma esse Polo acompanhou a sua trajetória dependente do crescimento do município e do porto de Paranaguá, com os quais as suas externalidades aglomerativas se somaram.

A extraordinária atenção suscitada pela sociedade civil no mundo acadêmico e nos circuitos nacionais e internacionais de formuladores de políticas públicas contribuiu, paradoxalmente, para eclipsar as organizações civis reais, sua diversidade, lógicas de atuação e dinâmicas de interação com outros atores. LAVALLE et al (2007, p.465).

Conforme aponta LIMA (1976, p.2) houve algumas iniciativas privadas nacionais, relativas ao setor de fertilizantes no interior do país e que remontam aos anos de 1950, mas suas produções eram incipientes até que as políticas públicas atinentes ao setor foram aplicadas para dinamizarem a produção de fertilizantes no Brasil. As principais iniciativas governamentais para dinamizarem o setor industrial de fertilizantes ocorreram na Era Vargas com o Plano de Metas e posteriormente na Era JK através do Plano de Metas e no Governo Militar por meio do I PND e do II PND.

As políticas públicas da Era Vargas, ora voltadas para o campo e ora para as cidades, favoreceram o setor de fertilizantes, mormente a partir da aquisição de equipamentos para fundar as indústrias de base: CSN, Petrobrás e suas subsidiárias Petroquisa e Petrofertil. As quais, por meio do Plano de Metas, previam um acelerado crescimento econômico a partir da expansão do parque industrial brasileiro e pela internacionalização e diversificação da produção, de modo que alcançou também o setor de fertilizantes.

No que se refere ao desenvolvimento agrário brasileiro na década de 1950, de acordo com GÓMEZ (2006) o Brasil acompanhou o que já ocorria nos Estados Unidos e na Europa. Para tanto foram tomadas iniciativas baseadas no progresso técnico (maquinários, insumos) para o desenvolvimento rural que, em seguida, essas técnicas foram difundidas aos demais países que buscavam o desenvolvimento rural como no caso brasileiro. Todavia, essa ideia de desenvolvimento se restringia ao aumento da produção, isto é, o crescimento da produção agrícola, na qual o emprego de fertilizantes era o principal indicador para se mensurar o desenvolvimento econômico do campo dos países que adotaram o pacote tecnológico da Revolução Verde¹⁸ advindo dos países centrais, o qual foi considerado como sendo o marco do processo de modernização da agricultura brasileira.

O discurso da Revolução Verde estava repleto de uma perspectiva ocidental sobre a ciência, o progresso e a economia, que deviam promover-se (impor-se, se for preciso) nos países do chamado Terceiro Mundo. Em consonância com a teoria da modernização, que era o modelo de desenvolvimento próprio desses anos [...] a Revolução Verde identificava no Terceiro Mundo uma série de carências que deviam ser satisfeitas, à base de aumentar quantitativamente os bens e os serviços. Ao mesmo tempo, essa febre produtivista, que em teoria beneficiaria os países pobres, servia tanto para aumentar a produção de matérias-primas baratas, destinadas às agroindústrias do denominado Primeiro Mundo que as beneficiavam, incrementando seu valor, como para aumentar a produção de maquinário e insumos químicos desses países ricos que vendiam para os países pobres. GÓMEZ (2006, p. 185).

A segunda crise do café abriu a grande janela de oportunidade para o primeiro setor da economia e para os grandes centros produtores de grãos de safra curta (soja, milho, feijão, arroz, trigo) a qual redundou em políticas públicas que realmente favoreceram o setor de fertilizantes e que contribuiu para o surgimento do objeto no território de Paranaguá, essa janela ocorreu no período do governo militar, a partir dela foi implementado o 1º Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (1º PNFCA), constante do 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

¹⁸ A primeira Revolução Verde foi caracterizada por um processo de modernização agrícola, iniciado ainda no final do século XIX, com os avanços da energia a vapor, da mecânica, da genética vegetal, dos descobrimentos da química agrícola, tem continuidade em âmbito mundial, nos setores agrícolas capitalizados. A segunda Revolução Agrícola foi apoiada por um conjunto de incentivos de políticas agrícolas nos Estados Unidos e Europa, e daí para os países em desenvolvimento, isso tudo ficou conhecido internacionalmente por "Revolução Verde". O termo modernização da agricultura brasileira possui diferentes significados. Neste texto definimos o processo de modernização da agricultura como a utilização no país de um processo que se denominou internacionalmente "Revolução Verde" com a utilização de uma tecnologia baseada no uso de sementes de alta produtividade, fertilizantes e insumos agroquímicos e motomecanização. BIANCHINI e MEDAETS (2013, p. 2).

O 1º PNFCA vigorou entre 1974 e 1980, previa fundos exclusivos para o setor de fertilizantes, e segundo KULAIF (1999) foi quando o governo federal criou a FOSFÉRTIL em fevereiro de 1977 com o objetivo de promover a pesquisa da lavra, concentração, exploração e comercialização da rocha fosfática e também para encabeçar esse setor da economia que, como um todo, crescera exponencialmente.

A partir de 1964/1965 o desenvolvimento industrial do Brasil passou a ser \acelerado pela intensificação da concessão de estímulos econômicos, financeiros e fiscais aos projetos aprovados pelo Governo. Dentro dessa nova filosofia, a indústria de fertilizantes em geral ficou vinculada ao ramo das indústrias químicas, passando a ter acesso aos estímulos previstos para o desenvolvimento do setor químico [...] em 1966, o Governo colocou em prática o programa Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais - FUNFERTIL, sendo substituído, em 1969, por um novo programa denominado Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola - FUNDAG. (KOZAK, 1974, p.12).

A necessidade de correção e fertilização do solo ácido e pobre marcaram a trajetória do setor de fertilizantes conforme aponta LIMA (1976, p.2) *o conhecimento dessas necessidades deu origem ao desenvolvimento da indústria de adubos*; e as oportunidades de crescimento desse setor no Brasil se deveu à necessidade de se aumentar a produtividade no campo para fazer face às seguidas crises econômicas mundiais advindas das duas guerras mundiais, marcadamente na quebra da bolsa de Nova York e nas seguidas altas do petróleo.

CAPÍTULO 3 - FATORES HISTÓRICOS E SITUACIONAIS

Neste terceiro capítulo, em virtude do eixo temático, do presente estudo, verificou-se a necessidade de uma contextualização das políticas públicas atinentes aos polos de crescimento e de desenvolvimento, as quais são muito recentes quando comparadas com aquelas que favoreceram o surgimento do município portuário de Paranaguá, as quais em nada diferem das demais políticas públicas da metrópole portuguesa em relação à formação dos demais municípios brasileiros, que surgiram em torno de um porto, no período do Brasil colônia.

Desse modo, para melhor compreendê-las fez-se necessário um resgate histórico do referido período de formação do município de Paranaguá, com foco na vocação portuária, fato que fez toda a diferença para a existência do objeto nesse território. Discutimos de igual modo o tardio desenvolvimento do setor de fertilizantes, cuja trajetória dependeu dos fatores históricos e situacionais do tardio processo de industrialização brasileiro.

3.1 FATORES HISTÓRICOS

O Brasil em sua fase pré-industrial, e mesmo após essa, figurou por muito tempo entre os países subdesenvolvidos. Recebeu essa pecha muito por conta de uma industrialização tardia e incompleta. Tardia, em princípio, por conta de uma severa e extensa colonização exploratória; e incompleta por conta de ciclos de crescimento inconstantes, mas isso se deveu, em grande parte, à evasão das riquezas nacionais, notadamente no longo período colonial e posteriormente por conta do grande endividamento, e um desmantelamento do segundo setor da economia por desastrosas políticas neoliberais, o que direta e indiretamente afetou o desenvolvimento do setor de fertilizantes.

[...] houve três tipos de industrialização: a clássica ou original (introduzida pela revolução industrial) [...]; a planificada (típica dos países socialistas) [...]; e a tardia ou retardatária (características dos países do terceiro mundo) [...] feita em grande parte com capitais estrangeiros, ao inverso das outras duas [...] VESENTINI (1996, P. 20).

Como se não bastasse a espoliação que sofreu nos 322 anos em que passou como colônia de exploração, somados os 15 anos que passou como Reino Unido de Portugal e Algarves com mais outros 52 anos como Império¹⁹, totalizam um período de 67 anos de colônia de exploração, com o país vinculado à mesma família real portuguesa, e para se livrar dela o Brasil ainda foi obrigado a contrair uma enorme dívida externa, para compensar Portugal, por uma discutível independência política, a qual de maneira alguma foi econômica, pois a frágil economia brasileira ainda era muito dispersa e dependente apenas da tributação das produções agropecuária e extrativista de então, cujas divisas nunca foram suficientes para quitá-la.

No quadro do mercantilismo e do pacto colonial, o comércio era considerado pelos europeus como ato de império, inseparável, portanto, do poder das nações que o praticavam. Essa doutrina é demolida a partir de meados do século XVIII, e progressivamente substituída pelas ideias liberais na primeira metade do século XIX. FURTADO (1980, p.3).

Entretanto, houve outros fatores danosos para a economia brasileira a serem considerados, os quais também influenciaram no tardio processo de industrialização: a desagregação das áreas produtivas; o repentino colapso da extração aurífera e outras riquezas minerais pela exaustão das minas super exploradas; a sazonalidade agrícola e a inconstância dos preços internacionais dos produtos importados, geralmente, de maior valor agregado do que os nacionais destinados à exportação; mas, sobretudo, o crescente endividamento externo que se estende desde o período colonial aos dias atuais, agravado tanto pelas sucessivas rolagens quanto pelas péssimas renegociações sucessivamente pactuadas.

Países produtores e exportadores exclusivamente de produtos agrícolas, ainda que politicamente independentes, não passariam de uma perspectiva econômica das “condições de inferioridade de uma colônia”. A industrialização se constituiria, nesta concepção, numa peça chave para a

¹⁹ “[...] o período do Império foi marcado pelo consenso sobre a vocação agrícola da economia brasileira. Os expoentes do debate Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro da época, o Visconde de Cairu (José Maria da Silva Lisboa) e Tavares Bastos, eram ardorosos defensores do liberalismo econômico. Argumentavam que o Brasil deveria especializar-se nas atividades agrícolas e na extração mineral, dadas as vantagens comparativas existentes, particularmente a abundância e a qualidade das terras cultiváveis. A especialização na produção agrícola e o comércio com países produtores de manufaturas seria peça central para a ampliação da prosperidade econômica do Brasil e de seus parceiros comerciais.” LUZ (1975) apud CURADO (2013, p. 610) in: Economia e Sociedade, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 609-640, dez. 2013.

superação deste caráter colonial. [...] Do ponto de vista da evolução da estrutura produtiva é interessante notar que se observou nos primeiros anos da República uma expansão das atividades industriais, fenômeno associado à política expansionista engendrada por Rui Barbosa. [...] Nesta concepção, o país deveria privilegiar o desenvolvimento de “indústrias naturais”, associadas ao setor agrário. CURADO (2013, p.612).

A defesa da expansão das atividades industriais de acordo com CURADO (2013, p.615) somente ganha força no Brasil a partir da Proclamação da República, tendo em vista que: o desenvolvimento destas atividades, originalmente realizadas nas antigas metrópoles, permitiria a superação do caráter colonial da economia; a redução das importações de produtos industriais traria impactos positivos para as contas externas; e a observação histórica do desenvolvimento das nações deixava evidente, ao contrário das proposições vinculadas à teoria econômica convencional, a importância da expansão da indústria para o desenvolvimento.

O surgimento de um pensamento industrialista, de acordo com CURADO (2013, p.615/616) foi fortemente influenciado pelo contexto histórico e pelos debates existentes na época, com destaque para o pensamento nacionalista e a influência do pensamento positivista. Ainda assim, e este é o ponto central que deve ser destacado, se trata de um desenvolvimento inicial, um esboço dos argumentos que serão elaborados em sua plenitude somente no início dos anos cinquenta do século XX.

As transformações decorrentes desse processo encontra guarida no estudo das ciências sociais, pois quando visto em conjunto com o processo da industrialização mundial revela a trajetória dependente do objeto em relação a este, o qual normalmente é estudado em etapas, das quais se podem distinguir três principais, que são segundo ARRUDA e PILLET(1996, p.178) a revolução industrial na Inglaterra (1760 a 1850); a revolução industrial na Europa e em outros continentes (1850 a 1900); e a última etapa que parte de 1900 até os dias atuais, essas etapas possibilitam compreender as mudanças que conduziram a alteração de proeminência entre o capital mercantilista e o capital industrial na Europa e em outras partes do mundo.

Desde a segunda metade do século XIX, junto com a revolução industrial, operava-se a substituição do capitalismo comercial pelo industrial. Para este não interessava o monopólio comercial, mas um comércio livre, para haver compra de matéria-prima de quem se quisesse e venda de produtos onde se lucrasse mais. Ao mercantilismo se opunha o liberalismo, contrário à intervenção do Estado na economia e favorável à livre iniciativa. ARRUDA e PILLET(1996, p.204).

Os avanços da revolução industrial, segundo ARRUDA e PILLET(1996) na primeira etapa, se restringiram a Inglaterra, considerada nesta fase como sendo a oficina do mundo para a produção de bens de consumo, especialmente máquinas têxteis e movidas a vapor; após isso vem a segunda fase, quando a revolução se espalhou pela Europa e depois para outros continentes, quando também ocorre a diversificação da propulsão pelo uso de energia elétrica e derivados do petróleo; e a ultima etapa, de 1900 até os dias atuais, quando surgem os pequenos aglomerados, próximo das cidades, e depois os grandes conglomerado, em áreas industriais nas quais as fábricas se automatizaram, se robotizaram e se informatizaram, tal qual existe atualmente.

Desse modo fica mais claro verificar o quanto a industrialização brasileira foi deveras tardio, entre outros fatores porque esse processo ocorreu, concomitantemente, com a formação do Estado brasileiro. Foram considerados, neste estudo, quatro períodos distintos, de acordo com VESENTINI (1996, P.20) o primeiro, entre 1808 e 1914, considerado como pré-industrial; o segundo, entre 1914 e 1955, considerado como o início da industrialização; o terceiro, entre 1956 a 1990, foi o período industrial de crescimento em marcha forçada; e o quarto, a partir de 1990 aos dias atuais, é sem sombra de dúvidas o período de maior crescimento econômico, impulsionado, uma vez mais, pelo setor primário, no qual o setor de fertilizantes tem uma importante participação.

No período pré-industrial, quando a economia brasileira era baseada, fundamentalmente, nas atividades primárias (normalmente voltadas para o mercado externo), não havia ainda um espaço nacional, uma integração real entre todas as áreas que compõem o país. Existiam diversas economias regionais, áreas relativamente isoladas umas das outras e fundadas na agricultura, mineração e pecuária. VESENTINI (1996, P. 77).

O primeiro período, ocorrido entre 1808 e 1914, considerado pré-industrial pois o a revolução industrial dava seus primeiros passos na Inglaterra, foi iniciado logo após a chegada da família real portuguesa, em 1808, quando ocorreu a abertura dos portos às nações europeias amigas, exceto a França em virtude da perseguição napoleônica que obrigou a vinda da corte para o Brasil. Esse fato político foi fundamental para a economia brasileira e para o início da sua industrialização, não apenas por ser fornecedor de matérias primas, mas sobretudo pela possibilidade de importação de máquinas e equipamentos industriais para produzir internamente.

[...] Napoleão Bonaparte decretou em 1806 o Bloqueio Continental também chamado de Decreto de Berlim, objetivando isolar a Inglaterra do restante da Europa, esse decreto estipulava que os aliados da França não mais poderiam comerciar com aquele país, nem comprando suas manufaturas nem lhe fornecendo matérias-primas, sob o risco de serem invadidos por tropas francesas. VICENTINO (1997, p.227).

Doravante a família real e parte da corte portuguesa que a acompanhou, teriam algumas necessidades para o seu consumo, as quais teriam que ser produzidas pela incipiente indústria²⁰ brasileira que ainda era baseada na fábrica²¹ de produtos alimentares básicos (açúcar, farinhas e beneficiamento de grãos) e na manufatura²² de móveis, roupas e artefatos domésticos, além de serviços, bens em geral, materiais de uso corrente, e gêneros de primeira necessidade, fazendo girar capital entre os setores primário, secundário e terciário, gerando emprego e renda na colônia.

Os fatores apontados como responsáveis pelo êxito da indústria açucareira no período colonial foram: o interesse do mercado externo; a experiência dos portugueses, a qualidade dos solos e as condições climáticas do território brasileiro; a participação holandesa, através do financiamento, refino e distribuição do açúcar na Europa. A produção se estruturou no já famoso "tripé": monocultura, latifúndio, escravidão. São Vicente foi a primeira capitania onde se fez o cultivo da cana, mas o Nordeste (Pernambuco e Bahia) tornou-se cedo à região mais destacada na empresa açucareira. A manufatura resultou da ampliação do consumo, que levou o artesão a aumentar a produção e o comerciante a dedicar-se à produção e o comerciante a dedicar-se à produção industrial. O manufatureiro distribuía a matéria-prima e o artesão trabalhava em casa, recebendo o pagamento combinado pela sua produção. ARRUDA e PILLET (1996, p.178).

Outro fator importante para a industrialização brasileira nesse período foi a suspensão das normas rígidas voltadas para as colônias, formuladas pelo Marquês de Pombal, com base no Decreto Real Português denominado "Lei Diretório", de 1757, que impunha barreiras alfandegárias e proibia entre outras coisas a manufaturas nas colônias. Dessa forma o Brasil passou a importar produtos industrializados e a

20 Indústria é toda atividade econômica humana que, através do trabalho humano, transforma matéria-prima em bens de consumo ou insumos para outras atividades produtivas, com o emprego de equipamentos que transformam a matéria-prima em outro produto, geralmente, de maior valor agregado. ARRUDA e PILLET (1996, p.178).

21 Fábrica é o conjunto de instalações, equipamentos e trabalhadores aplicados na transformação de matérias-primas em outros bens de consumo ou insumos para outras atividades produtivas, geralmente, de maior valor agregado. ARRUDA e PILLET (1996, p.178).

22 Manufatura é a transformação de matérias-primas em bens de consumo ou insumos para outras atividades produtivas sem o emprego de máquinas ou equipamentos complexos, produção puramente humana, geralmente uma arte ou um artesanato feito a mão. ARRUDA e PILLET (1996, p.178).

exportar outros produtos manufaturados de couro e madeira, além da produção de erva-mate, os derivados da cana-de-açúcar e da mandioca que já produzia desde o período colonial.

Cerca de tres séculos tem volvido desde que os luzos-hespanhóes principiaram a dar-se ao cultivo e preparo da herva mate; e parece até incrível que no longo período de quasi trezentos annos esta industria não tivesse adiantado um passo! [...] A clara exposição do uso entre elles adoptado, habilitará aos homens sensatos a apreciar até que ponto se tem retrogradado em uma indústria de vital interesse para a província, e cuja exploração e princípio datam de cerca de trezentos annos. MOREIRA (1990, p. 30/31).

No segundo período, entre 1914 e 1955, considerado pré-industrial, o Brasil praticamente abandona sua opção pós-colonial, por um modelo de desenvolvimento essencialmente agrícola, para se iniciar uma corrida desenvolvimentista, robustecendo o setor secundário da economia em detrimento dos demais (primário e terciário), promovendo uma tardia industrialização para que esta pudesse gerar postos de trabalho em número suficiente para atender a crescente população urbana brasileira²³ que, devido a imigração europeia e japonesa e uma alta taxa de natalidade, cuja soma saiu de 17 milhões verificada no ano de 1900, em apenas cinco décadas já ultrapassara a marca de 50 milhões de residentes no país, verificada em 1950, conforme demonstrado no gráfico 1, abaixo.

GRÁFICO 1 – Curva da evolução da população residente no país, 1872-2010.



FONTE: IBGE (2010)

²³ A concentração da população urbana ocorreu predominantemente perto do litoral e dos portos que davam acesso às metrópoles e que, hoje, dão acesso aos mercados estrangeiros. VESENTINI (2007, p. 76).

Uma grande contradição desse período foi que, segundo VESENTINI (1996, p.71) *o Brasil teve nessa época seus períodos de maior impulso*, isso se deveu: a primeira guerra mundial de 1914 a 1918, durante o governo de Venceslau Brás; a quebra da bolsa de Nova York, de 1929, quando o latifúndio escravista monocultor cafeeiro brasileiro sofreu o terceiro e o maior revés de sua história (crises cafeeiras 1906-1918-1929), milhares de toneladas desse produto teve que ser incinerada para manter um preço mínimo que pudesse cobrir os custos de produção; e a segunda guerra mundial de 1939 a 1945. Após esse período o Brasil fez pesado investimentos na indústria de base cujas máquinas foram importadas em grande parte da Inglaterra.

Para importar essa maquinaria era preciso uma fonte de divisas, um produto de exportação que gerasse rendas para serem aplicadas na atividade industrial, esse produto já existia desde o século XIX [...] foi a partir da lavoura cafeeira que se originaram os capitais inicialmente aplicados na indústria. VESENTINI (1996, p.71).

O terceiro período foi de crescimento acelerado, por conta de grandes obras de infraestrutura ocorridas nos pais e a mudança da capital para a região Centro-oeste; e o quarto período que vai do ano de 1990 e os dias atuais quando o país, embora industrializado, ainda está buscando crescer economicamente para prover o desenvolvimento social.

Apesar de seu desenvolvimento, as discussões sobre o papel da industrialização para o desenvolvimento brasileiro podem ser classificadas como marginais, tanto da perspectiva acadêmica, quanto de sua influência na execução de políticas econômicas voltadas ao desenvolvimento da indústria. Furtado (1968), entre outros, defende que as políticas econômicas instituídas pelo governo até a década de trinta serviam aos interesses econômicos da burguesia cafeeira. CURADO (2013, p.615).

A partir de 1930, durante a Era Vargas²⁴, época em que o governo federal passou a intervir, gradualmente, na economia e na organização da sociedade, é que a industrialização brasileira realmente teve início. O processo foi iniciado paulatinamente, mas com muita força por parte do governo federal, pois além de centralizar o poder, o governo, configurou um modelo de administração altamente

²⁴ Getúlio Dornelles Vargas, um advogado nascido em São Borja-RS, em 18 de abril de 1882, foi um dos líderes civis da Revolução de 1930 que pôs fim à República Velha, após isso foi o 14º Presidente do Brasil em dois períodos, no primeiro fundou o Estado Novo, e como Ditador, governou de 1930 a 1945, No segundo período foi eleito por voto direto, e governou de 1951 até quando se suicidou em 24 de agosto de 1954. Fonte: Wikipédia (adaptação do autor) .

burocrática, e em determinado período ditatorial, o que lhe possibilitou executar seus projetos sem oposição.

De fato, foi nos momentos de crise – tais como a primeira guerra mundial (1914-18), a crise econômica de 1929 e a segunda guerra mundial (1939-45) – que o processo de industrialização do Brasil teve seus períodos de maior impulso. Nesses momentos havia dificuldades para exportar café [...] e também para importar os bens industrializados [...] VESENTINI (1996, p.71).

Esse processo foi iniciado inoportunamente, segundo VESENTINI (1996, P. 70) *no momento em que o capitalismo passava da fase competitiva para a monopolista*, isto é, quando as grandes empresas, dos países capitalistas, se expandiam em busca de novos mercados para investir capitais. Os bens de capital e tecnologia dessa época, ou seja, o investimento em máquinas e conhecimentos técnicos foram todos importados dos países que se capitalizaram na primeira revolução industrial, adquiridos, primordialmente, da Inglaterra e dos Estados Unidos da América.

O modelo de substituição de importações do período caracterizou-se, entre outros elementos, pelo elevado grau de fechamento da economia doméstica à concorrência externa e pela presença marcante dos investimentos do Estado, sobretudo nos setores que apresentavam barreiras às entradas (financeiras e tecnológicas) praticamente intransponíveis ao capital privado nacional e que não interessavam – em função da baixa rentabilidade e dos elevados prazos de maturação – ao capital privado estrangeiro. CURADO (2013, p. 616).

Após a crise que deu fim ao ciclo do café, o país experimentou uma lenta recuperação econômica, pois de acordo com ADAS (1985, p. 263) a crise da cafeicultura de 1929/30 possibilitou que muitos recursos financeiros que eram aplicados nessa cultura fossem transferidos para a atividade industrial. Com a mudança do capital cafeeiro para investimentos industriais, a participação do setor primário na formação da renda nacional²⁵ começa a decair, de acordo com VESENTINI (1996, p. 22) declinando: de 33% (1930) para 21% (1940), enquanto que no setor secundário ocorria o inverso, apesar da crise de 1929, cresceu de 18% em 1930 para 37%, a partir de 1940.

O desastre econômico de 1929 foi de várias maneiras, interpretando como o início de um processo lento, mas contínuo, do declínio econômico e político

²⁵ Renda Nacional, segundo VESENTINI (1996, p.10) é a soma de todos os rendimentos (salários, juros, aluguéis, lucros) obtidos pelo total habitantes de um país no decorrer de um ano.

da burguesia cafeeira. Argumenta-se que a quebra abrupta dos preços deu o golpe mortal nos latifúndios de café, e que nos anos 30 deu-se a vasta fragmentação de grandes propriedades cafeeiras, quando a economia se tornou mais diversificada e os cultivos se modificaram. STOLCKE (1986, p.95).

A capacidade produtiva do setor de fertilizantes tem a ver com o grau de desenvolvimento do parque industrial do referido país e a forma como o seu modo de produção desenvolveu as suas forças produtivas, segundo LIMA (1976, p.2) em 1843 foi instalada a primeira usina de superfosfatos, já em 1870 a produção mundial atingiu cerca de 900 mil toneladas e 5 milhões de toneladas em 1923, após a recuperação do período de retração, consequência da primeira guerra mundial, essa produção alcançou 17 milhões de toneladas.

De acordo com DIAS e FERNANDES (2006) a partir de 1930, com o fim do ciclo do café havia uma subutilização da infraestrutura brasileira de armazenamento e transporte, essa problemática se estendeu até a virada da década de 1940 para 1950, e prosseguiu nos anos subsequentes. Porém, com a diversificação da produção e com o avanço da fronteira agrícola para o interior dos estados e para a região centro-oeste e a mecanização favoreceu o desenvolvimento da agropecuária, contribuíram para expansão das indústrias ligadas ao setor agropecuário e as indústrias de fertilizantes, antes concentradas em duas cidades portuárias (Cubatão-SP e Rio Grande-RS).

[...] as primeiras fábricas de fertilizantes no Brasil surgiram na década de 40, do século passado, com o processo de industrialização do País. Essas fábricas dedicavam-se exclusivamente à mistura NPK, com base em fertilizantes simples importados. As primeiras unidades foram instaladas próximas a portos marítimos, como Cubatão (SP) e Rio Grande (RS). [...] Algumas das grandes empresas do setor já atuavam no mercado no fim da década de 1940 e início da década de 1950, entre elas Trevo (1930), Quimbrasil (1945), IAP (1945), Copas (1945), Manah (1947), Fertilul (1948), Elekeiroz (1949) e Solorrco (1956) [...] As importações atendiam à demanda interna de matérias primas para fertilizantes até o início da década de 1960, pois a produção local restringia-se à exploração de uma mina de fosfato pertencente ao Grupo Bunge (Serrana), descoberta nos anos 1940, no Estado de São Paulo, às unidades de amônia, ácido nítrico, nitrato de amônio e nitrocálcio da Petrobrás e à atuação de alguns produtores pioneiros de superfosfato simples, tais como Elekeiroz (1949), Fosfanil (1952), Quimbrasil (1954), CRA (1958) e Ipiranga-Fertilul (1959). DIAS e FERNANDES (2006, p. 102/103).

O Brasil com um grande atraso, mas fruto das políticas públicas industrializantes iniciadas na Era Vargas, e também pela abertura de um grande

mercado de consumo no interior do país pela expansão das áreas de plantio, fizeram surgir um grande mercado interno para o setor de fertilizantes, nesse período, os primeiros "*players of the fertilizers international industry*" se instalaram no território brasileiro, inicialmente em Cubatão-SP e Rio Grande-RS e posteriormente em outras cidades portuárias como no caso da cidade portuária de Paranaguá (PR).

As primeiras fábricas de fertilizantes no Brasil surgiram entre os anos de 1930 e 1956, e se dedicavam, exclusivamente, à mistura NPK com base em insumos importados. Algumas das grandes empresas do setor já atuavam no mercado entre os anos de 1940 e 1960, por exemplo: Trevo (1930), Quimbrasil (1945), IAP (1945), Copas (1945), Manah (1947), Fertilul (1948), Elekeiroz (1949) e Solorrigo (1956). BNDES (2009, p. 205).

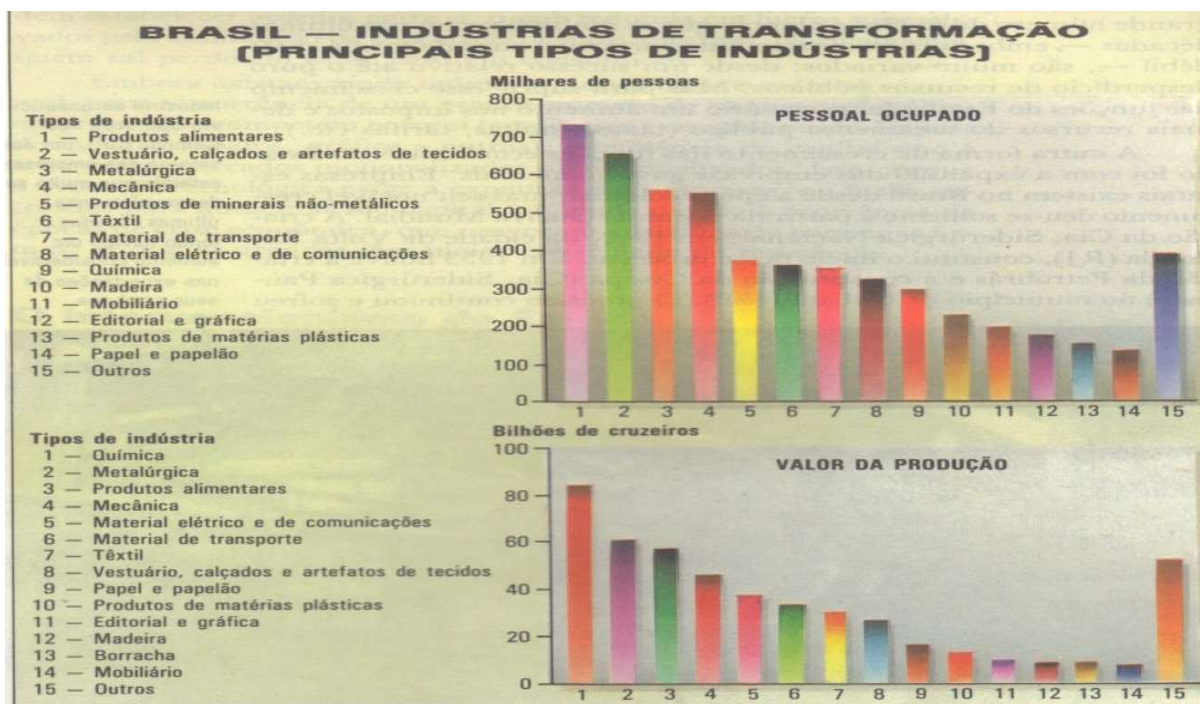
As principais características dessas políticas públicas da Era Vargas, eram as de serem empresariais e populistas. A princípio foram dirigidas tanto para o campo, quanto para as cidades, para fazer face ao êxodo rural e o superpovoamento urbano cujas populações já começavam a se igualar em número e no problema do desemprego. No campo a tentativa era a de fixar uma parcela da população rural para elevar a produção com o uso da motorização e da abertura de novas áreas de plantio; enquanto que nas cidades as políticas públicas primavam pela criação de novos postos de trabalho nas empresas estatais recém-criadas para liderarem os setores estratégicos da economia.

[...] o processo de industrialização como forma de promover o crescimento e, concomitantemente, reduzir os "pontos de estrangulamento" da economia brasileira. A existência de um mercado interno amplo e integrado e a dotação de recursos minerais eram fatores destacados pelo autor em defesa do desenvolvimento da indústria. [...] países com "alto coeficiente de pressão demográfica necessitavam expandir a indústria para absorver excedentes de mão de obra agrícola" [...] ou seja, defendia a expansão industrial como forma de reduzir os níveis de desemprego do país. CURADO (2013, p.615/616).

Essas políticas públicas eram empresariais para com os novos empreendimentos, pois tiveram uma característica econômica estatizante; com uma tipificação voltada para as indústrias de substituição dos produtos importados; e populista no aspecto social, pois não eram voltadas apenas para a geração de emprego e renda ou para a fixação da população rural no campo e a urbana no entorno das áreas industriais, visavam, sobretudo forjar a reputação populista de que o governo no Estado Novo era benevolente para com os mais necessitados.

[...] a industrialização brasileira teve até o final da segunda guerra mundial um caráter substitutivo, isto é, foi um processo de substituição de importação de importações. Tratou-se de produzir internamente bens que eram importados dos países desenvolvidos. VESENTINI (1996, P. 71).

FIGURA 04 - Principais Indústrias de Transformação x Valor da Produção, em 1940.



FONTE: VESENTINI (1996, p. 78).

Com o intuito gerenciar as taxas de desemprego na cidade o governo federal direcionou suas políticas públicas para as indústrias de transformações, cujos produtos ainda eram de baixo valor agregado, porém não menos significativas para a economia brasileira, em virtude da geração de emprego e renda que proporcionaram à população urbana em virtude da diversificação havida, cujos produtos se tornavam cada vez mais requisitados em virtude da elevação da renda dos trabalhadores, e com uma demanda maior do que a produção, por via de consequência elevava o valor da produção conforme se pode observar (FIGURA 04).

Por volta de 1940 o Brasil havia praticamente abandonado sua opção por um modelo de desenvolvimento essencialmente agrícola, para se engajar na corrida desenvolvimentista, as políticas públicas eram conduzidas para robustecer o setor secundário da economia com vastos recursos públicos, em detrimento dos demais setores, promovendo uma industrialização tal que viesse a gerar postos de trabalho suficiente para atender a crescente população brasileira e de imigrantes que já passava de 40 milhões de residentes no país.

FIGURA 05 - Reorganização do espaço brasileiro, no eixo centro-sul, em 1950.



FONTE: VESENTINI (1996, p. 78).

Em virtude da redução de mão de obra no campo e da necessidade de impulsionar produção do setor primário para alimentar a crescente população urbana, o governo federal acatou as recomendações do conhecimento agrônomo e promoveu, a motorização do campo, por meio da importação de equipamentos, implementos e máquinas agrícolas. Essa mecanização resultou em um grande aumento da produção agrícola favorecida pela abertura de novas áreas de plantio e pela adubação química das terras pobres do interior do país.

O ponto fraco desse projeto brasileiro de industrialização reside no fato de que ele foi inoportunamente iniciado, segundo VESENTINI (1996, P. 70) no momento em que o capitalismo passava da fase competitiva para a monopolista, isto é, quando as grandes empresas existentes nos países capitalistas se expandiam em busca de novos mercados, tanto para investir capitais quanto para monopolizar a produção de bens e serviços. Para fazer face às dificuldades circunstanciais, e no afã de reorganizar o espaço produtivo brasileiro, o governo federal optou por regionalizar o país conforme demonstrado (figura 05).

Assim, por meio de uma regionalização da produção foi que a tardia industrialização tomou impulso no Brasil, entretanto, de acordo com VESENTINI (1996, p. 288) apresentou uma concentração centro-sul e um modelo de organização espacial do tipo centro-periferias, conectada com os ditames da divisão inter-regional do trabalho, na qual a região centro-sul se especializou em produção industrial e as demais regiões em fornecedores de matérias primas, gêneros alimentícios e mão de obra. Guardando assim, uma grande similaridade com a divisão internacional do trabalho.

Essa nova forma de organização do espaço geográfico brasileiro, resultado da divisão territorial do trabalho entre as diversas regiões e da industrialização, completa-se com a rede urbana [...] No centro econômico do país estão as duas únicas metrópoles nacionais e mais afastadas aparecem às sete metrópoles regionais: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre, cada uma dessas metrópoles polarizam uma extensa região, mas todas elas são polarizadas por São Paulo e Rio de Janeiro. VESENTINI (1996, P. 79).

Para recuperar os anos de atraso o governo federal, deu continuidade ao seu Plano de Metas, que previa um plano de desenvolvimento urbano inter-regional, somado a aquisição de bens de capital e a tecnologia, ou seja, o investimento em máquinas prontas e conhecimentos técnicos experimentados, os quais foram importados, na sua totalidade, dos países centrais que se capitalizaram na primeira revolução industrial, primordialmente, da Inglaterra e dos Estados Unidos da América.

[...] as bases para um planejamento de desenvolvimento urbano-regional referem-se ao sistema de relacionamentos que dá sustento à integração da região considerada no sistema nacional, bem como à solidariedade inter-regional. Salienta-se o papel da cidade de maior hierarquia da região - a metrópole regional - na promoção destes processos de polarização e integração inter e intra-regional. A metrópole é o centro que oferece oportunidades de: a região competir em termos de localização de atividades que representam a extensão do núcleo nacional de hierarquia mais elevada; de ser um canal para o estabelecimento de uma série de relações entre a região e o mundo externo, inclusive como centro de expressão das aspirações regionais; desenvolvimento de complementaridades intra-regionais, particularmente pela expansão do mercado de demanda e de oferta constituído por este centro; e desenvolvimento da autodeterminação da região e dos laços de comunicações entre administração local, regional e nacional. A resposta a esta atuação metropolitana consistirá na expansão dos centros secundários, na região e no desenvolvimento de determinados relacionamentos inter-regionais diretos entre a área de influência da metrópole e o mundo externo. FAISSOL et al (1939, P. 4).

Esse fato reforçou a decisão governamental, na Era Vargas, a investir ainda mais forte no setor secundário, direcionando os maiores investimentos naquele período, sendo que as maiores somas foram destinadas à indústria de base, tais como a Companhia Siderúrgica Nacional²⁶ (CSN). Essa decisão sofreu influência da conjuntura (política, econômica e social) observadas na década de 1950. Todavia o desenvolvimento industrial brasileiro continuava a sofrer com gargalos estruturais, que segundo ADAS (1985, p. 258) eram: falta de energia elétrica; baixa produção de petróleo; deficiente rede de transportes; e uma limitada rede de comunicações.

Os dois primeiros problemas (energia elétrica e petróleo) foram enfrentados no terceiro governo de Getúlio Vargas em seu retorno, por eleição direta, em 1951. Foi no intuito de dinamizar a economia que governo federal fez seus maiores investimentos nos dois principais setores (primário e secundário) e para centralizar e gerir esses recursos criou o BNDE, em 1952, cuja nomenclatura atual é BNDES, dando início a construção de um complexo de usinas hidroelétricas no Rio São Francisco na cidade de Paulo Afonso-BA (projeto foi iniciado em 1952 e concretizou em 1979); a criação da Petrobrás²⁷ e suas subsidiárias Petroquisa e Petroquímica, criadas em 1953; e mais outras indústrias de transformação para enfrentar o desemprego urbano.

[...] a capacidade de acumulação do setor industrial se constituía, desde sua fase “restringida”, no elemento central para a determinação do ritmo de crescimento econômico do país. Na realidade, em sua visão, só se pode falar em industrialização no Brasil, ainda que restringida, a partir de 1933, ano em que o crescimento do produto passa a ser predominantemente determinado pelo ritmo de expansão das atividades industriais. CURADO (2013, p.626).

Nesse período o setor terciário acompanhou esse crescimento e se tornou cada vez mais dependente do setor secundário, reforçando a decisão governamental em investir ainda mais no setor secundário, com os maiores investimentos nas indústrias de base como a CSN; e outras indústrias de transformações, de baixo valor agregado, porém não menos significativas para a economia brasileira, em virtude da

²⁶ Companhia Siderúrgica Nacional foi criada pelo Decreto-Lei nº 3.002, de 30 de janeiro de 1941.

²⁷ A Petrobras foi criada, por meio da Lei nº 2004, de 3 de outubro de 1953 para ser responsável pela execução do monopólio estatal do petróleo para pesquisa, exploração, refino do produto nacional e estrangeiro, transporte marítimo e sistema de dutos, e por meio da sua subsidiária, a Petroquisa, controlar o setor de fertilizantes. Fonte: Wikipédia (adaptação do autor) .

enorme necessidade de geração de emprego e renda para a população urbana, das cidades litorâneas, conforme se vê na figura 06.

FIGURA 06 - Mapa da distribuição espacial da atividade industrial no Brasil, 1950.



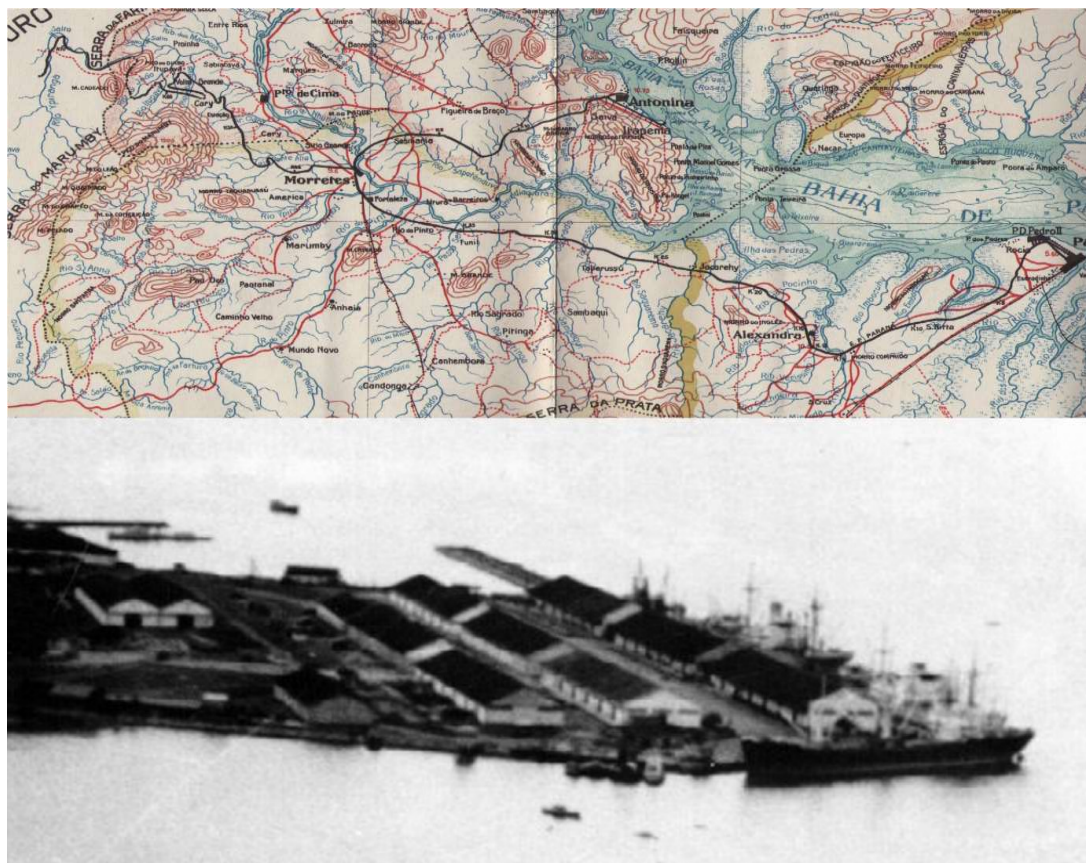
FONTE: VESENTINI (1996, p. 72).

Em que pese os representantes das forças produtivas industriais terem influenciado nessas transformações inter-regionais que reorganizaram o país, determinados setores produtivos não se fixaram apenas na concentração industrial do eixo centro-sul (Figura 06). No processo de escolha da localização para as suas indústrias alguns atores, em princípio, privilegiaram a proximidade com a origem das matérias primas; e outros atores preferiram a proximidade com os núcleos de consumo de sua produção.

Esse foi o momento os "*players of the fertilizers international industry*" passaram a buscar outras regiões do país, especialmente aquelas que foram contempladas com as políticas públicas do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), sobretudo aquelas que oferecessem condições adequadas para operacionalização de seus parques industriais, de modo a reduzir os custos de na produção e escoamento. Porém em determinados casos os "*players*" escolheram os municípios mais próximos de usinas hidroelétricas para o atendimento do alto consumo de energia elétrica; e em outros casos privilegiaram as cidades portuárias,

em virtude de suas facilidades logísticas de armazenamento e de transporte, que viabilizariam o negócio em termos de custo operacional tanto para a aquisição de insumos quanto para a entrega da produção.

FIGURA 07 - Infraestrutura rodoferroviária e portuária existente em Paranaguá, em 1940.



FONTE: APPA e Mapas do Almanaque Abril Cultural-2015, (Adaptação do autor).

De acordo com LOURENÇO (2007) os "players" que escolheram se fixar no território de Paranaguá puderam contar, naquela ocasião, com uma infraestrutura quase que completa para o atendimento de suas necessidades logísticas (Figura 07), em virtude do ciclo cafeeiro o estado já possuía o fornecimento de água tratada e energia elétrica produzida na Usina Governador Pedro Viriato Parigot, de Antonina, inaugurada em 1910; um porto marítimo com infraestrutura completa inaugurado em 1935; um modal rodoferroviário conectando o objeto tanto aos países produtores de matéria prima quanto aos centros de consumo no interior do país. As políticas públicas implementadas no estado do Paraná, por meio de recursos do FDE, gerenciados pela Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), fizeram com que essa infraestrutura fosse modernizada e ampliada conforme se pode ver FIGURA 07.

No Paraná, a introdução de recursos financeiros oriundos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), então gerenciado pela Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), viabiliza a estruturação da malha integrada de rodovias, a partir da década de 1960. Instalam-se ferrovias, estabelece-se uma base para o armazenamento público de produtos de origem rural, modernizam-se as telecomunicações e fazem-se adequações no Porto de Paranaguá. Neste momento, amplia-se a estrutura de geração e distribuição de energia elétrica com a criação da Copel, Companhia Paranaense de Energia Elétrica, fundada em 1954, hoje, Companhia Paranaense de Energia (COPEL). LOURENÇO (2007, p. 80).

Nessa busca pela industrialização o governo brasileiro havia praticamente abandonado sua opção por um modelo de desenvolvimento essencialmente agrícola para se engajar na corrida desenvolvimentista promovida por uma incipiente industrialização. Porém, em virtude da redução de mão de obra agrícola e da necessidade crescente de produção alimentos para atender o crescimento exponencial da população brasileira acatou as recomendações do conhecimento agrônomo e promoveu, por volta de 1950, à motorização do campo.

Em síntese, o esforço empreendido pela CEPAL²⁸ no final da década de quarenta e início dos anos cinquenta em dar sustentação teórica a importância do processo de industrialização para o desenvolvimento econômico da América Latina foi, sem espaço para dúvidas, um dos pilares do debate econômico brasileiro. O abandono da relação direta entre industrialização e desenvolvimento proposto, entre outros, por Furtado (1972), Tavares e Serra (1972) e Cardoso e Faletto (1970), não significou a negação de que a manutenção da industrialização era condição essencial para a expansão do produto doméstico, ainda que isto não significasse necessariamente desenvolvimento econômico. CURADO (2013, p.627).

Essa decisão foi fundamental para o setor de fertilizantes, uma vez que se abriu um grande mercado consumidor de fertilizantes no país, o que ocasionou, de pronto, um grande aumento da produção agrícola pela abertura de novas áreas de plantio e adubação química nas terras pobres do interior do país, fazendo com que, já na primeira década do recorte temporal deste estudo, o Brasil já fosse reconhecido como uma fronteira agrícola, e um celeiro para o mundo.

²⁸ A CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus países membros. Fonte: WIKIPÉDIA (adaptação do autor) .

.O Brasil que desde o período imperial optara por um modelo de desenvolvimento essencialmente agrícola, mormente há algumas décadas passadas nas quais o governo federal, por volta de 1950, seguindo os ditames e as recomendações do moderno conhecimento agrônomo promoveu a motorização do campo oportunizando e ocasionando de pronto, um grande aumento da produção agrícola pela abertura de novas áreas de plantio no interior do país, e o aprimoramento dos processos produtivos do setor de fertilizantes, fazendo com que, já na primeira década deste estudo o Brasil já fosse reconhecido como um celeiro para o mundo.

As empresas de fertilizantes começaram como misturadoras de produtos importados mas só cresceram com a produção nacional de matérias primas e dos adubos simples, amparadas pelo programa de substituição de importações. O acesso à tecnologia era simples e enfrentou o obstáculo da baixa concentração de fosfatos, que foi removido pela pesquisa da Escola Politécnica da USP, que permitiu a concentração de teores de fosfato. Contribuíram as instituições de pesquisa agrícola como o Instituto Agrônomo, as universidades e o sistema federal de pesquisa, que antecedeu a criação da EMBRAPA. A pesquisa teve papel relevante no sucesso das organizações como são hoje. Seria difícil replicar o modelo, pois os materiais genéticos têm propriedade definida, e o capital para projetos agroindustriais demanda parcerias internacionais e a escala de produção limita as relações pessoais nas empresas. ZYLBERSZTAJN (2010, p. 1).

O tardio desenvolvimento do setor de fertilizantes também acompanhou o atraso do desenvolvimento do setor petroquímico e que por via de consequência ocasionou no tardio desenvolvimento do setor agrícola brasileiro. De acordo com LIMA (1976) enquanto os países industrializados na primeira onda já produziam adubos químicos desde 1830, o setor de fertilizantes só daria seus primeiros passos por volta de 1940, quando o Presidente Getúlio Vargas, por meio do plano de metas de seu governo, implementou políticas públicas para desenvolver a indústria de base no Brasil.

O suicídio do, virtualmente deposto, Presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, praticamente marcou o fim do segundo período de industrialização, pois seus sucessores: o Vice-Presidente Café Filho; o Presidente da Câmara dos Deputados Carlos Luz; e o Presidente do Senado Federal Nereu Ramos, não conseguiram vencer as adversidades que se interpuseram naquele período de dois anos, conturbadíssimos do ponto de vista político.

O terceiro período de industrialização, contado entre 1956 a 1990, iniciado com a posse do Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, marcado

por uma rápida industrialização possibilitada pelas políticas públicas, implementadas por meio do Plano de Metas, com o qual o governo pretendeu avançar 50 anos em cinco. Esse plano previa uma abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, cujos principais investimentos adentraram o território nacional por meio das multinacionais da indústria automobilística.

Com a “industrialização pesada”, a partir dos investimentos associados ao Plano de Metas em 1956, “a autodeterminação do capital estava, doravante, assegurada” o que definia o potencial de crescimento da economia. CURADO (2013, p.626).

A “Era Kubitschek” (1956-1961) se desenvolveu por três eixos: a implementação do Plano de Metas para a aceleração do processo de industrialização no país, por meio da concretização da indústria de base (máquinas e equipamentos) e de bens duráveis (automóveis e eletrodomésticos); A criação de SUDENE com a construção de açudes para enfrentar a grave seca daquela década e a construção de estradas e rodagens para escoar a produção nordestina; e a construção de Brasília.

O programa de Metas dedicou mais de dois terços dos recursos para estimular o setor de energia e transporte. Diante disso a produção de petróleo aumentou consideravelmente, a potência instalada de energia elétrica cresceu de tal forma a assegurar a instalação de indústrias, e o desenvolvimento rodoviário foi impressionante, favorecendo a indústria automobilística estrangeira que aqui se instalou, e desfavorecendo o transporte ferroviário, o qual encontra até os dias atuais em situação de inferioridade, tanto no transporte de cargas como no de passageiros. ADAS (1985, p. 258).

Acerca desses fatos, de certo modo, seu governo foi profícuo não apenas por ter construído uma nova capital, mas por reabrir rotas rodoviárias de integração nacional; novas áreas de plantio no cerrado e uma nova dinâmica para o processo de industrialização do país. Nesse período, para que o Presidente Juscelino Kubitschek conseguisse cumprir seu Plano de Metas, seu governo aderiu ao programa de desenvolvimento econômico e progresso social dos EUA, direcionado para a América Latina, denominado “Aliança para o Progresso”.

Embora a ideia central da Aliança tenha tido origem, principalmente, na proposta da Operação Pan-Americana, do ex-Presidente Juscelino Kubstichek, tão amplamente divulgada, o programa proposto pelo Presidente norte-americano John F. Kennedy parece não ter tido, imediatamente, a compreensão necessária por parte dos povos e governos latino-americanos. Naturalmente, nunca chegou a se concretizar qualquer oposição considerável à aceitação da Aliança para o Progresso, mas a falta

de um entendimento perfeito, que por si mesmo gerasse entusiasmo e convicção em seus resultados benéficos, poderia vir a ser a causa, pelo menos, de fracasso parcial do programa, com perda de tempo e substância no processo de desenvolvimento econômico e progresso social do continente. GORDON (1962, p VII).

E para dinamizar o consumo promoveu a maior de todas as recuperações do poder de compra do trabalhador brasileiro, desse modo o salário mínimo²⁹ para o trabalhador urbano, criado na Era Vargas, atingiu o nível mais alto na Era JK conforme se pode constatar no gráfico 02. Essa iniciativa proporcionou o aumento das compras de automóveis e colocou sobre rodas grande parte da logística de transporte brasileira, que até aquele momento estava essencialmente sobre trilhos.

GRÁFICO 2 - Ciclo de evolução do salário mínimo, entre os anos de 1940 e 2011.



FONTE: ICV/DIESE.

²⁹ o Decreto-Lei nº 2.162, exarado em 1º de maio de 1940 por Getúlio Vargas, instituiu o Salário Mínimo, para o trabalhador urbano em todo o País, cuja vigência se deu em julho do mesmo ano, com valores distintos para cada região e sub-região, discriminados em tabelas específicas totalizando 14 Salários Mínimos diferentes, sendo o maior no valor de 240\$000 (duzentos e quarenta mil réis) e o menor 90\$000 (noventa mil réis), havendo uma relação entre eles de 2,67, significando que o maior Salário Mínimo era 2,67 vezes maior que o menor salário. O salário mínimo para o trabalhador rural somente seria criado no governo do General Emílio Garrastazu Médici, por meio da Lei Complementar Nº 11, de maio de 1971, a qual também institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) e o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). Atualmente o inciso IV, do Artigo 7º da Constituição Federal de 1988, prevê que o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado (rural e urbano), capaz de atender a suas necessidades vitais básicas do trabalhador e as de sua família com: moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo. Fonte: Wikipédia (adaptação do autor).

Em que pese essa iniciativa de investir na indústria automotiva ter segundo ADAS (1985, p. 260) provocado o aumento dos encargos exteriores do país, representados pelo pagamento de: "*royalties*"³⁰, o ponto de vista da recuperação da economia as tomadas de decisão governamental foram acertadas pois a população brasileira (urbana), após a recuperação da renda (gráfico 2) possuía condições e desejo de consumir esses novos bens, todavia a abertura extremada ao capital estrangeiro e a internacionalização da indústria brasileira, marcadamente a automotiva com a vinda das fábricas norte-americanas (Ford e GMC) e Alemãs (MB e VW), que inicialmente se situaram no ABC Paulista, fizeram fracassar as indústrias nacionais tais como: Fábrica Nacional de Motores (1942-1985); DKW Vemag (1945-1967); Willys Overland do Brasil (1952-1970).

[...] a instalação de empresas estrangeiras no Brasil onerou o balanço de pagamentos, isto é, provocou o aumento dos encargos exteriores do país, representados pelo pagamento de: "*royalties*", serviços técnicos, dividendos, juros e outros encargos, desse modo, e instalação de empresas estrangeiras no Brasil não deve ser entendida como um processo de intergração das mesmas na economia nacional, e sim, apenas a sua participação no mercado nacional. ADAS (1985, p. 260).

Entretanto o Plano de Metas de JK favoreceu o setor de fertilizantes, sobretudo em virtude dos avanços havidos no processo de industrialização do país nesse terceiro período, especialmente em relação aos modais de transporte rodoferroviário, que além do setor primário e secundário também favoreceu uma maior integração nacional, todavia, a construção da nova capital na região centro-oeste, durante o governo Kubitscheck, que foi marcado pela superação de uma fase recessiva, por meio dos investimentos previstos nas metas 13 a 18 do Plano de Metas, também contemplaram o setor de fertilizantes e produção de adubos químicos cresceu 250% nesse período.

Em consequência do impulso industrializante nacional iniciado na "Era Vargas" e que foi continuado na "Era JK" à custa de endividamentos crescentes, esses governos deixaram uma herança nefasta para os próximos governos. Depois de uma brilhante carreira política no município e no estado de São Paulo, Jânio Quadros e

³⁰ "*Royalties*" são valores devidos pelo uso de conhecimento tecnológico, de uma marca ou de produtos de uma marca, a serem pagos aos detentores da patente utilizada ou a terceiros pela exploração de um território. Fonte: Wikipédia (adaptação do autor) .

seu Vice João Goulart venceram as eleições presidenciais de 1960 com mais de cinco milhões de votos, o que representou 48% do total do eleitorado alistado naquela década.

O seu programa de governo visava a austeridade administrativa, o combate a inflação e a corrupção, o que requereu uma reestruturação da base produtiva, com o estabelecimento de um novo padrão de produção viabilizada pela consolidação da modernização da agricultura nos anos anteriores. Esse processo foi subsidiado e financiado pelo Estado, por meio de políticas agrícolas, para modernizar algumas áreas do campo brasileiro para que elas produzissem cada vez mais, em atendimento à crescente demanda mundial de modo a que se tornasse capaz de gerar divisas para a balança comercial.

No Paraná, a introdução de recursos financeiros oriundos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), então gerenciado pela Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar), viabiliza a estruturação da malha integrada de rodovias, a partir da década de 1960. Instalam-se ferrovias, estabelece-se uma base para o armazenamento público de produtos de origem rural, modernizam-se as telecomunicações e fazem-se adequações no Porto de Paranaguá. Neste momento, amplia-se a estrutura de geração e distribuição de energia elétrica com a criação da Copel, Companhia Paranaense de Energia Elétrica (hoje, Companhia Paranaense de Energia), em 1954. LOURENÇO (2007, p. 80).

Todavia a economia do país se encontrava totalmente desorganizada (em meio a uma superprodução industrial (principalmente no setor automotivo) herança dos governos anteriores e uma crise institucional que apenas se agravou nos breves seis meses em que Jânio Quadros esteve como Presidente da República, por essa razão, do ponto de vista do crescimento econômico e do desenvolvimento social, seu governo não foi apenas nulo, lamentavelmente declinou profundamente.

[...] diante das incertezas políticas, motivo alegado na renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 1961 e da posse, ou não, do Vice-Presidente João Goulart e das discussões em torno do presidencialismo ou parlamentarismo, o crescimento econômico e industrial do Brasil declinou. ADAS (1985, p. 260).

Após a renúncia de Jânio Quadros, assumiu governo o Vice-Presidente João Goulart, cuja eleição naquela época era independente da eleição do Presidente, em meio a uma conjuntura conturbadíssima, agravada por uma grave crise econômica e um acirramento das contradições sociais e políticos em virtude da composição do Congresso Nacional, por isso mesmo teve seu poder de governar limitado por um

parlamentarismo transitório entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, quando o Deputado Federal mineiro Tancredo Neves assumiu a chefia do governo como primeiro-ministro, enquanto Jango figurava apenas como chefe de Estado.

Após a volta do presidencialismo, por meio de um plesbício, e antes mesmo de ser deposto, pelo movimento militar, o Presidente João Goulart propôs as reformas de base (agrária, tributária, eleitoral e universitária), porém não teve tempo para executá-las e o primeiro governo militar, comandado pelo General Castelo Branco ao assumir o governo federal, em 1964, executou o Programa de Ação Econômica de Governo (PAEG), por meio do qual aplicou significativos investimentos na indústria, especialmente no setor ferroviário para a substituição das locomotivas a vapor por máquinas de tração elétrica ou diesel-elétrica, ocasionando um saneamento financeiro no modal ferroviário e reduziu seu isolamento frente ao rodoviário, beneficiando, com a redução dos custos de transporte, a agricultura e o setor de fertilizantes.

O golpe de Estado de 1964 representou o afastamento da possibilidade do governo de João Goulart implantar as "reformas de base" da sociedade brasileira. Deve-se entender por "reformas de base", como um conjunto de medidas consideradas necessárias, por grupos liberais e progressistas, para superar o subdesenvolvimento brasileiro [...] abrangiam vários aspectos da organização da sociedade brasileira (reforma agrária, eleitoral, administrativa, educacional, bancária, tributária, cambial e etc.). Entretanto, tais propostas [...] não atendiam aos interesses da burguesia nacional associada aos interesses estrangeiros. ADAS (1985, p. 260).

O PAEG previsto, inicialmente, para o período entre 1964 e 1966, previa o incremento dos setores petroquímicos e dessa forma o setor de fertilizantes também foi beneficiado, pois entre os maiores investimentos industriais previstos para o período estava o da indústria siderúrgica liderada pela CSN, seguida pelo da indústria petroquímica representada pela Petrobrás, o setor de fertilizantes que na época era capitaneado pela empresa estatal Petroquisa ³¹, com sede em Cubatão-SP e Araucária-PR.

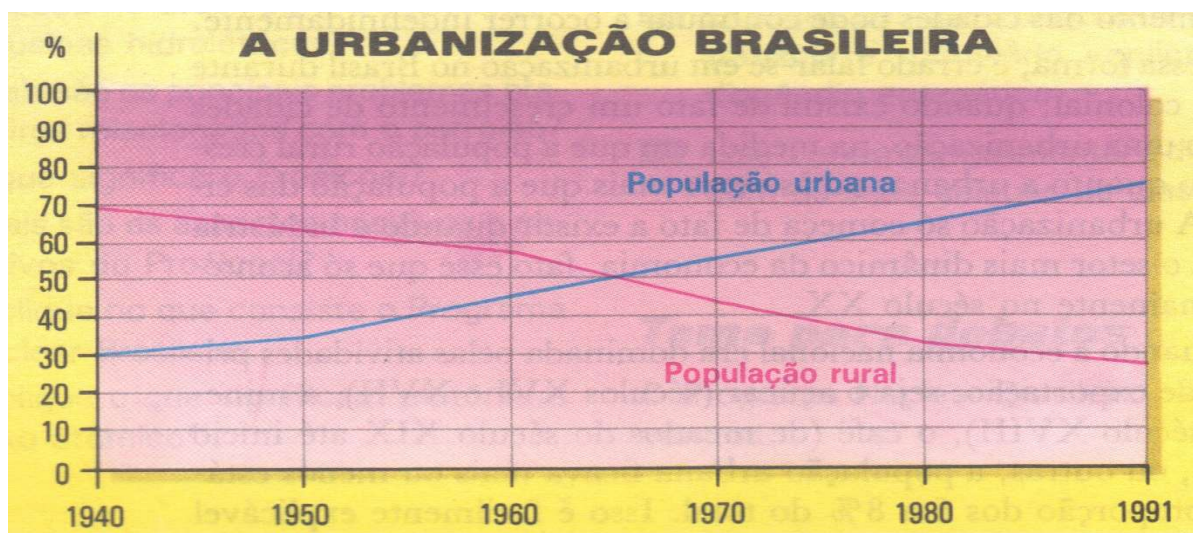
A partir de 1964/1965 o desenvolvimento industrial do Brasil passou a ser acelerado pela intensificação da concessão de estímulos econômicos, financeiros e fiscais aos projetos aprovados pelo Governo. Dentro dessa nova filosofia, a indústria de fertilizantes em geral ficou vinculada ao ramo das indústrias químicas, passando a ter acesso aos estímulos previstos para o desenvolvimento do setor químico [...] Em 1966, o Governo colocou em prática o programa Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e

³¹ PETROQUISA - subsidiária da PETROBRÁS, criada em 1967, para liderar o setor químico, onde se situou, administrativamente, o setor de fertilizantes brasileiro. Fonte: Wikipédia (adaptação do autor).

Suplementos Minerais - FUNFERTIL, sendo substituído em 1969 por um novo programa denominado Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola - FUNDAG. KOZAK (1974, p.12).

Os ciclos de seca que assolaram a região nordeste desde o governo de Vargas, agravaram o problema de evasão no campo acelerando absurdamente o processo de urbanização brasileiro de tal modo que, por volta de 1965 conforme demonstrado na figura 08, estas se igualaram em número e em problemas nos governos subsequentes que se agravaram, muito mais pela falta de investimentos no campo o que fez aumentar o problema do desemprego urbano. No estado do Paraná, conforme dados do IPARDES (2007), esse fenômeno somente se concretizaria após o final da década de 1970 e início da década de 1980.

FIGURA 08 - Curvas representativas do processo de urbanização brasileiro, entre 1940 e 1991.



FONTE: VESENTINI (1996, p.106).

Os reflexos dessa política governamental de investimento urbano fez com que se agravasse o êxodo rural, e entre 1965 e 1970, os quantitativos populacionais do campo e da cidade se invertissem, favorecendo o processo de industrialização com o provimento de mão de obra sem especialização, mas de baixo custo. E assim foi que as primeiras indústrias se concentraram em torno das capitais dos estados que compunham o referido eixo, de modo a aproveitar a oferta de mão de obra abundante e a infraestrutura existente.

A produção em escala industrial de fertilizantes de base fosfática já não era nova, segundo LIMA (1976, p.2) foi iniciada no ano de 1843, nos Estados Unidos da

América (EUA), entretanto, segundo nos aponta KOZAK (1974, p.11) as políticas públicas atinentes ao setor eram insuficientes para dinamizar a produção de fertilizantes no Brasil, até então, eram incipientes, conforme aponta LIMA (1976, p.2), houveram algumas iniciativas nacionais no interior do país e que remontam aos anos de 1950, essas iniciativas visavam apenas atender uma pequena, mas crescente, demanda por fertilizantes e calcário utilizados respectivamente para fertilização e correção da acidez do solo em terrenos outrora desmatados tanto no Cerrado da região centro-oeste, quanto na Mata Amazônia da região norte.

[...] aumentar a fertilidade do solo, não basta a simples aplicação de fertilizantes. Uma das mais importantes medidas consiste na correção da acidez do solo, que, se excessiva, prejudica a absorção dos nutrientes pelas plantas e aumenta os custos da fertilização. No Brasil, onde a maioria dos solos tem natureza acentuadamente ácida, a simples aplicação de calcário moído pode ser eficaz para a necessária neutralização. BNDES (2006, p.99).

Todavia a constante exploração dos solos, tanto na monocultura quanto rotação de cultura, levou terras naturalmente férteis e agricultáveis à exaustão, tornando a adubação cada vez mais necessária e imprescindível para atender a crescente demanda mundial por produção de alimentos. No que diz respeito a produção de fertilizantes das primeiras indústrias nacionais, no princípio da produção no Brasil, KOZAK (1974) contribuiu com seu conhecimento estatístico acerca do setor produtivo agrícola e suas demandas na época da implantação dos Polos de Fertilizantes.

A partir de 1964/1965 o desenvolvimento industrial do Brasil passou a ser acelerado pela intensificação da concessão de estímulos econômicos, financeiros e fiscais aos projetos aprovados pelo Governo. Dentro dessa nova filosofia, a indústria de fertilizantes em geral ficou vinculada ao ramo das indústrias químicas, passando a ter acesso aos estímulos previstos para o desenvolvimento do setor químico [...] Em 1966, o Governo colocou em prática o programa Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais - FUNFERTIL, sendo substituído em 1969 por um novo programa denominado Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola - FUNDAG. (KOZAK, 1974, p.12).

Até os anos 1970 o Brasil ainda importava entre 70% e 80% de todo o volume dos fertilizantes de que precisava para melhorar a produtividade das áreas cultivadas, porém, segundo GRACIOSO (1995, p.7) em virtude de concessões de estímulos econômicos, financeiros, e fiscais aos projetos aprovados pelo Governo Federal e por uma questão de critério nas políticas públicas de então é que a industrialização de

fertilizantes em geral ficou vinculada à Indústria Química, capitaneada no Brasil pela Petrobrás, por este motivo é que foi criada a FOSFÉRTIL, uma estatal vinculada à Petrobrás para liderar a produção de fertilizantes de origem fosfática.

A partir desse momento, a produtividade agrícola aumentou tanto que favoreceu a possibilidade do Brasil, desde os anos de 1970, ter se tornado uma fronteira agrícola, despontando como um dos maiores produtores e exportadores de alimento do mundo, porém esta iniciativa de se desenvolver uma industrial nacional de fertilizantes de origem fosfática, objeto de estudo deste trabalho. Essas iniciativas visavam apenas atender uma pequena, mas crescente, demanda por fertilizantes e calcário, utilizados, respectivamente, para fertilização e correção da acidez do solo em terrenos outrora desmatados tanto no Cerrado da região centro-oeste, quanto na Mata Amazônia da região norte.

Todavia a constante exploração dos solos, tanto na monocultura quanto rotação de cultura, levou terras naturalmente férteis e agricultáveis à exaustão, tornando a adubação cada vez mais necessária e imprescindível para atender a crescente demanda mundial por produção de alimentos. No que diz respeito a produção de fertilizantes das primeiras indústrias nacionais, no princípio da produção no Brasil, KOZAK (1974) contribuiu com seu conhecimento estatístico acerca do setor produtivo agrícola e suas demandas na época da implantação dos Polos de Fertilizantes.

A partir de 1964/1965 o desenvolvimento industrial do Brasil passou a ser acelerado pela intensificação da concessão de estímulos econômicos, financeiros e fiscais aos projetos aprovados pelo Governo. Dentro dessa nova filosofia, a indústria de fertilizantes em geral ficou vinculada ao ramo das indústrias químicas, passando a ter acesso aos estímulos previstos para o desenvolvimento do setor químico [...] Em 1966, o Governo colocou em prática o programa Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais - FUNFERTIL, sendo substituído em 1969 por um novo programa denominado Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola - FUNDAG. (KOZAK, 1974, p.12).

Porém, segundo GRACIOSO (1995, p.7) em virtude de concessões de estímulos econômicos, financeiros, e fiscais aos projetos aprovados pelo Governo Federal e por uma questão de critério nas políticas públicas de então é que a industrialização de fertilizantes em geral ficou vinculada à Indústria Química, capitaneada no Brasil pela Petrobrás, por este motivo é que foi criada a FOSFÉRTIL, uma estatal vinculada à Petrobrás para liderar a produção de fertilizantes de origem

fosfática, a partir desse momento, a produtividade agrícola brasileira aumentou a ponto do Brasil ter se tornado, desde a década de 1970, em uma fronteira agrícola, despontando como um dos maiores produtores e exportadores de alimento do mundo.

[...] a FERTIBRÁS [...] Em 1990 adquiriu uma unidade industrial da CRA em Paranaguá, PR, assim como as instalações das gerências regionais de Curitiba e Toledo no Paraná e a de Campo Grande no Mato Grosso do Sul. Esta operação, além de acrescentar 150 mil toneladas/ano à capacidade de produção da empresa, permitiu grande flexibilidade operacional pela utilização do porto de Paranaguá e, principalmente, garantiu o acesso aos importantes mercados consumidores do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. KULAIF (1999, p. 23).

A capacidade de produção desse setor tem a ver com o grau de desenvolvimento do parque industrial do país a qual está diretamente ligada ao seu modo de produção e de como esse modo de produção desenvolveu (ou não) as suas forças produtivas, agravado pelo grau de dependência a que se submeteram as economias que se mantiveram alinhadas com as teses norte-americanas da aliança para o progresso. Por essas e por outras razões de cunho político-administrativo o Brasil, até a década de 1970 ainda não era autossuficiente no setor de fertilizantes, vital para a agricultura moderna e suas exigências por produtividade nas colheitas.

O conteúdo ideológico do progresso e do desenvolvimento, a modernização da agricultura faziam parte de quatro fatores ou noções [...] (a) a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a ideia de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronomia; (c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o aparecimento de um tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional. ALMEIDA et al (1997, p. 39).

Essa reestruturação havida no campo na década de 1970 causou um forte desemprego na zona rural impelindo uma parcela considerável da população rural a tentar a sorte nas cidades. Esse fenômeno fica muito evidente em relação à população do Paraná que até meados dos anos de 1970 era predominantemente rural, mas em virtude de um fenômeno climático que arrasou as lavouras de café no Paraná e ficou conhecido como "Geada Negra", ocorrida na madrugada do dia 18 de julho de 1975, cujos efeitos se refletiram nas severas mudanças havidas no primeiro setor paranaense o que causou um verdadeiro esvaziamento nos centros de produção

cafeeira, e de seus efeitos se percebe por um enorme aumento da população urbana em detrimento da redução da população rural paranaense, conforme se pode ver no quadro 3, o que contribuiu enormemente para o crescimento do desemprego urbano naquele período (1975 a 1980).

QUADRO 3 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NO PARANÁ (1940-1980)

Ano	Total (%)	Urbana (%)	Rural (%)
1940	100,0	24,5	75,5
1950	100,0	25,0	75,0
1960	100,0	30,7	69,3
1970	100,0	36,1	63,9
1980	100,0	58,6	41,4

FONTE: IPARDES (1981).

Podemos identificar uma terceira fase da reestruturação produtiva da agropecuária brasileira em meados da década de 1970. Nesse período, dá-se um processo de integração de capitais a partir da centralização de capitais industriais, bancários, agrários, etc., expansão de sociedade anônimas, cooperativas agrícolas, empresas integradas verticalmente (agroindústrias ou agrocomerciais), assim como a organização de conglomerados empresariais por meio de fusões, organização de holdings, cartéis e trustes. ELIAS (2003, p.321).

O Governo Federal reagiu ao problema do êxodo rural e para fazer face às dificuldades financeiras enfrentada pelos agricultores brasileiros implementou seus dois planos nacionais de desenvolvimentos (I PND e II PND), que compreenderam os anos de 1968 a 1970, e o setor de fertilizantes foi contemplado no II PND que continha políticas públicas direcionadas para o campo, as quais também os quais contemplavam o setor de fertilizantes com incentivos fiscais e financiamento público.

Considerando-se os dois planos, (I PND e II PND) com investimento global de US\$ 3,5 bilhões, o BNDES teve uma participação financeira em torno de US\$ 1,5 bilhão, o que contribuiu para substituição de importações, geração de renda, emprego e, ao mesmo tempo, melhora da eficiência e da produtividade agrícola. LIMA (2007, p.6).

O município de Cubatão-SP foi o mais beneficiado pelos recursos alocados do II PND, principalmente para o projeto de modernização da Refinaria Presidente Bernardes visando o aumento processamento do petróleo extraído do Campo de Carmópolis (SP); e a ampliação de algumas de suas unidades para atender parte da estrutura de mercado da região centro-sul.

Os planos desenvolvimentistas oficiais inspirados nesta visão passam a definir as competências dos agricultores e as características do sistema técnico que eles devem colocar em operação. Os órgãos públicos de difusão de tecnologias têm a tarefa de “enquadrar” os agricultores no “modelo” de desenvolvimento idealizado, segundo os cânones da modernização. ALMEIDA, (1997, p. 40).

Ainda, a partir da década de 1970 com o processo de desconcentração econômica e industrial atreladas às políticas federais, como II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), muitas empresas passaram a instalar suas unidades de produção em várias regiões do país, em grandes centros urbanos. Todavia, muitas delas transferiram apenas o “chão de fábrica” e continuaram com o seu centro de decisão localizado na cidade de São Paulo.

O Programa também previa a ampliação da Fábrica de Asfalto, visando atender o crescimento da demanda de asfalto no Brasil para a melhoria da infraestrutura rodoviária naquele período, e esse investimento alcançou o setor de fertilizantes que estava ligado ao setor petroquímico, cuja empresa líder do setor era a estatal ULTRAFÉRTIL que à época já estava presente tanto em Cubatão (SP) quanto em Araucária (PR), por essa razão o Polo de Paranaguá foi um grande beneficiário desses investimentos.

O debate acadêmico que relativiza o papel da industrialização no desenvolvimento foi simplesmente ignorado nos gabinetes dos governos militares. A opção brasileira ao choque do petróleo de 1973, sintetizada no segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), torna evidente, para os formuladores do plano, a relação existente entre o processo de industrialização e a superação do subdesenvolvimento. Realizar os investimentos necessários para “completar” a matriz produtiva industrial era o passo central para superar as restrições ao crescimento do país e transformar o Brasil numa potência mundial, afinal de contas a partir deste processo “O Brasil poderia validamente aspirar ao desenvolvimento e à grandeza” [...] o II PND foi responsável por uma profunda mudança qualitativa da estrutura produtiva brasileira. A instalação e/ou ampliação da capacidade produtiva em setores da indústria de base, particularmente na produção de insumos industriais, se constituía num passo essencial para o desenvolvimento. [...] os grandes projetos industriais dos II PND seriam responsáveis por uma redução estrutural do coeficiente de importação [...] cujas propostas centrais encontram-se profundamente marcadas pela consciência de que o mundo se encontrava mergulhado em grave crise, que tornou patente a vulnerabilidade da economia brasileira. Mas o plano encontra-se também impregnado da decisão de levar a termo o processo de “desenvolvimento econômico” [...] CURADO (2013, p. 626/627).

Com o crescimento da economia em virtude da incipiente industrialização as deficiências no planejamento estratégico governamental ficaram muito evidente e para

prover o país da capacidade energética e da infraestrutura de que precisaria para seguir crescendo. Segundo NISKIER (1973, p. 102) relativamente aos corredores de exportação o governo definiu em março de 1972 – a primeira fase do programa, permitindo o imediato desenvolvimento dos projetos nele relacionados.

Em outubro de 1972 aprovou-se a segunda fase da programação do plano, englobando: silos intermediários, projetos ferroviários de retificações, construções de novas variantes, melhoria das condições de tráfego, expansão da frota de vagões, projetos portuários de melhoramentos complementares de cais de acostamento, acréscimos da capacidade de armazenamento de cereais, sucos, fertilizantes e carga geral, bem como obras em canais de acesso a zonas portuárias. Estes projetos [...] permitiram expressivos melhoramentos na infraestrutura básica de quatro corredores de exportação: Rio Grande, Paranaguá, Santos e Vitória. A execução do Programa Corredores de Exportação possibilitará ao país a movimentação de grandes massas de produção agrícola voltada à exportação [...] com vistas a garantir as divisas adicionais necessárias a manutenção da taxa desejável de crescimento da economia brasileira NISKIER (1973, p. 102).

Assim, de acordo com DIAS e FERNANDES (2006) deu-se início ao ciclo das grandes obras brasileiras (hidroelétricas, aeroportos, pontes, portos, estradas, rodovias e ferrovias) as quais foram construídas à imagem e semelhança dos demais países em desenvolvimento, à custa de arrocho salarial e do capital obtido por meio de um grande endividamento internacional, sobretudo após as altas do preço do barril de petróleo, entre 1970 e 1990, ocorridas quando o país dependia quase que 100% da importação desse produto para aquecer a economia.

Por causa dessa situação, foi então criado o 1º Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFCA), que vigorou entre 1974 e 1980, com o objetivo maior de ampliar e modernizar a indústria de fertilizantes e calcário agrícola. Com esse programa – parte do II Plano Nacional de Desenvolvimento – surgiu uma nova fase de substituição de importações, que estimulou a implantação de vários complexos industriais destinados à produção interna de matérias-primas e fertilizantes. DIAS e FERNANDES (2006, p. 77).

A industrialização brasileira de acordo com DIAS e FERNANDES (2006) foi buscada a custo de um severo endividamento a partir da década de 1970 que apenas cresceu nos anos subsequentes, sem que as benesses fossem socialmente redistribuídas em virtude do baixo valor agregado dos seus produtos que justificava, em parte, os baixos salários, contudo contribuíram para a redução do desemprego nas regiões metropolitanas. Desse modo o Brasil optou por uma tipificação

diversificada de indústrias de transformação para fazer face ao desemprego urbano e reincluir essa parcela da população no mercado de trabalho.

Em que pese os investimentos realizados através do II PND, o Brasil nunca teve autossuficiência na produção dos principais insumos utilizados pela indústria de fertilizantes, o que configura um quadro de dependência estrutural de importações para um setor que se tornou, por meio das políticas e ações públicas, essencial para a produção agroindustrial nacional. ABRAHÃO (2010, p. 168).

Com uma nova dinâmica no primeiro setor da economia, de acordo com DIAS e FERNANDES (2006) favorecido pela grande oferta de fertilizantes e por uma nova tecnologia de produção de alimentos em uma lavoura cada vez mais mecanizada e próxima dos grandes avanços da ciência agrônômica, levou esse setor a bater recordes de produtividade ano após ano. E o governo federal passou a adotar uma prática de financiamento das safras futuras, essa prática lhes facultou uma governança eficaz que foi novamente abalada em 1973 em virtude do aumento dos custos de produção advindos da crise do petróleo.

[...] o aumento dos preços do petróleo, em 1973, acentuou dramaticamente a vulnerabilidade do país no setor de insumos básicos, o que se refletiu no déficit da balança comercial daquele ano. O governo decidiu então adotar uma política de desenvolvimento do setor de insumos básicos, por meio de programas setoriais definidos – incluindo-se aí o de fertilizantes –, na qual a criação da Fibase (subsidiária do BNDES, mais tarde BNDESPAR), em 1974, serviu de mecanismo financeiro de apoio para a iniciativa privada, principalmente na forma de participação societária. DIAS e FERNANDES (2006, p. 103).

Essa crise afetou grandemente o setor de fertilizantes brasileiro até que, de acordo com DIAS e FERNANDES (2006), em 1976 o governo brasileiro decidiu implementar o II PND, o qual visava dinamizar a indústria de transformação e previa uma destinação de recursos para o setor de fertilizantes por meio do 1º PNFC. Essa iniciativa visava reduzir a dependência da importação de matérias primas por parte desse setor e também para reduzir os custos de produção e por fim reduzir os custos da produção agrícola e dos produtos destinados à exportação e aos produtos consumidos no mercado interno, cujos resultados se mostraram positivos no percentual de participação da indústria de transformação (que inclui o objeto) na formação do PIB, o ápice dessa participação ocorreu em 1985, conforme se pode constatar no gráfico 3.

GRÁFICO 3 - Curva da participação (%) da indústria de transformação no PIB, 1947-2011



FONTE: IBGE (2012)

Os investimentos no período do 1º PNFA foram estimados em US\$ 2,5 bilhões. O BNDES aportou, sob as várias formas de apoio financeiro, a cifra de US\$ 1 bilhão. Os principais projetos apoiados, na época, foram os seguintes: unidade de mineração e concentração de rocha fosfática da Fosfertil (ex-Valep), iniciada em 1976, em Tapira (MG); complexo industrial da Fosfertil (ex-Valefertil), iniciado em 1976, em Uberaba (MG); unidade de mineração e concentração de rocha fosfática da Goiasfertil, iniciada em 1978, em Catalão (GO); unidades de produção de ácido sulfúrico e ácido fosfórico da ICC, iniciadas em 1980, em Imbituba (SC); e unidades de produção de fertilizantes básicos, tais como as seguintes: Trevo (1975), Profertil (1975), Beker (1976), Manah (1976 e 1979), IAP (1977), Solorrco (1977) e Sotave (1980). DIAS e FERNANDES (2006, p. 103).

Essa iniciativa governamental de acordo com DIAS e FERNANDES (2006) se refletiu em um expressivo crescimento do setor de fertilizantes, não apenas no número dos atores que dinamizaram esse setor, mas pelo aumento da produção de insumos de origem nacional. Essa aplicação do II PND veio ao encontro das necessidades do setor de fertilizantes causadas pelo 2º choque do petróleo e os seus resultados se refletiram nas contas públicas apresentadas, em 1984, pelo governo federal.

A queda estrutural do coeficiente de importação permitiria à economia brasileira galgar uma trajetória de crescimento com restrições externas mais brandas. O mega superávit comercial obtido em 1984 - ano em que se verificou a expansão do nível de atividade - se constituiria numa forte evidência empírica da mudança estrutural do coeficiente de importantes. Este processo não se constituía num mero ajuste às condições adversas impostas pelo 2º Choque do Petróleo. Além do ajuste conjuntural, o II PND encontrava-se "impregnado da decisão de levar a termo o processo de desenvolvimento

econômico”, em mais uma clara associação entre industrialização e desenvolvimento. CURADO (2013, p.627).

Todavia de acordo com DIAS e FERNANDES (2006) a nacionalização da produção de insumos ainda não se concretizara na sua plenitude. O próximo passo somente seria dado, em 1987, com a implementação do 2º PNFC. A eficácia desse plano é possível ser verificada não apenas pelo aumento da produção de insumos nacionais para o setor de fertilizantes, mas também pelo aumento do número de atores e pela descentralização e desconcentração da produção.

O 2º Plano Nacional de Fertilizantes, no período de 1987 a 1995, permitiu a concretização dos seguintes projetos principais: ampliação da capacidade de produção de rocha fosfática da Arafertil, em Araxá (MG), a partir de 1989; instalação de uma unidade de SSP da Fertibras em SP, iniciado em 1988; ampliação da capacidade de produção de rocha fosfática da Fosfertil, em Tapira (MG), a partir de 1988; ampliação da capacidade de produção de rocha fosfática da Serrana, em Jacupiranga (SP), a partir de 1988; e instalação de unidade de ácido nítrico da Ultrafertil, em Cubatão (SP), a partir de 1988. Neste 2º PNF, os investimentos realizados atingiram o valor aproximado de US\$ 1 bilhão, metade com a participação do BNDES. DIAS e FERNANDES (2006, p. 106).

A partir da década de 1990, após a redemocratização do país, sob a égide da Constituição Federal de 1988, as forças políticas nacionais ligadas ao trabalhismo e o neoliberalismo, ligado ao capital nacional e estrangeiro se digladiaram no primeiro pleito eleitoral em que, pelo voto direto, elegeu-se o alagoano Fernando Collor de Mello a Presidente da República. Em virtude do crescimento do agronegócio brasileiro a produção nacional de fertilizantes não atendia a demanda nacional e as indústrias ampliaram a importação de insumos para fazer face à necessidade crescente de fertilizantes pelos centros de produção.

As forças vitoriosas adotaram um modelo econômico associado ao capital mundial e dele dependente. Restabeleceram-se, assim, fortes laços com o capitalismo mundial, abrindo-se mais amplamente o país para a penetração do capital estrangeiro em vários setores da economia brasileira, inclusive quanto a agricultura. ADAS (1985, p. 261).

Em virtude dessa vitória do neoliberalismo, de acordo com DIAS e FERNANDES (2006) o setor de fertilizantes passaria por uma drástica mudança de rumos com a chegada do neoliberalismo a presidência da república. Nesse período o setor de fertilizantes passou por um grande revés e a FOSFÉRTIL foi a primeira estatal

do setor, escolhida pelo processo de privatização iniciado pelo governo do Presidente Fernando Collor de Mello. As grandes mudanças havidas no setor, naquela década, foram decorrentes desse processo privatizante.

Em 1990 a COPAS entrou em crise e reduziu drasticamente a sua participação no setor com a venda da unidade industrial de São Joaquim da Barra, SP (1990), desativação da unidade de Ilhéus, BA, e redução do número de depósitos comerciais (1991), significando um corte de 45% no número de seus empregados. Em fins de 1991 a empresa arrendou da ULTRAFÉRTIL parte de sua unidade industrial em Uberaba, MG, e que estava desativada desde 1982, a primeira instalação industrial da empresa na Região Centro-Oeste. Em 1992, seguindo a mesma estratégia, a empresa arrendou parte da unidade industrial da FERTIBRÁS, em Paranaguá, PR, com o objetivo de se beneficiar da proximidade do porto marítimo e do pólo petroquímico da ULTRAFÉRTIL de Araucária, PR, produtor de nitrogenados. Essas duas unidades industriais adicionaram 120 mil toneladas/ano de produção e vendas. KULAIF (1999, p.75).

O Presidente Collor de Mello (1990-1992) não conseguiu concluir seu mandato, mas enquanto governou, de acordo com DIAS e FERNANDES (2006) executou um plano de governo neoliberal que previa uma internacionalização da economia e no segundo semestre do seu último ano de seu governo deu continuidade ao processo de abertura da economia ao capital estrangeiro pela importação de veículos, e desta feita o projeto de privatizações do governo federal focou as empresas menores porém não menos importantes para o setor de fertilizantes (FOSFÉRTIL, GOIASFERTIL, ULTRAFÉRTIL, ARAFÉRTIL, INDAG). Os referidos leilões foram efetuados conforme se pode contatar no quadro 4.

QUADRO 4 - PRIVATIZAÇÕES SETOR DE FERTILIZANTES (VALORES= MILHÕES R\$)

EMPRESA	DATA	RECEITA	DÍVIDAS TRANSFERIDAS	RESULTADO	ADQUIRENTE
Ultrafertil	24.6.1993	205,6	20,2	225,8	Fosfertil
Fosfertil	12.8.1992	182,0	44,0	226,0	Fertifós
GoiASFertil	08.10.1992	13,1	9,3	22,4	Fosfertil
Arafertil	15.4.1994	10,8	1,8	12,4	Serrana (Bunge)
Indag	23.1.1992	6,8	-	6,8	IAP (maior acionista, com 35% do capital)

FONTE: Matos e Oliveira (1996) e Taglialegna et al. (2001), Apude FERNANDES et al (2009, p. 206).

A abertura da economia exigiu a reestruturação das empresas nos moldes da que houve na petroquímica. A privatização da indústria brasileira de fertilizantes se deu entre os anos de 1992 e 1994, com cinco leilões de venda de dois tipos bem distintos: venda de participações minoritárias (Indag e Arafertil) e venda de controle acionário (Fosfertil, Goiasfertil e Ultrafertil). A privatização dessas cinco empresas foi concluída e estendeu-se para o setor como um todo. Criou-se nessa época a principal *holding* do segmento, a Fertifos, para controlar duas centrais, ao mesmo tempo, de matérias-primas básicas e intermediárias e de fertilizantes básicos, que foram a Ultrafertil (nitrogenados) e a Fosfertil (fosfatados), hoje reunidas numa só identidade corporativa: Fosfertil. DIAS e FERNANDES (2006, p. 135).

O modo como foi executado esse processo de privatizações, de acordo com SILVA (2005) não agregou nenhum valor ao setor de fertilizantes, muito menos aos cofres públicos, uma vez que os adquirentes, na grande maioria, fizeram suas aquisições com recursos subsidiados, advindos do BNDES, em detrimento de outros investimentos de capital importância para a economia brasileira naquela ocasião.

O processo de globalização, à medida que ampliou os mercados por meio de quedas das barreiras aos fluxos de bens, serviços e capitais, alteraram o ambiente institucional em que as empresas estavam acostumadas a operar, além disso, levou ao acirramento da concorrência interempresarial. [...] As fusões e aquisições se referem às transações que são realizadas visando à junção de duas ou mais empresas em uma única firma (fusão) ou à compra de participação acionária em uma empresa já existente, sem que isso implique necessariamente seu controle por meio da posse total das ações (aquisição). O processo de fusões e aquisições faz parte da estratégia global de reestruturação por que passaram as empresas na década de 1990. [...] a evolução das fusões e aquisições deve ser entendida como resposta estratégica das corporações ao surgimento desse novo ambiente institucional e concorrencial. SIFFERT FILHO e SILVA (1999, p.377), Apud SILVA (2005, p.1).

Esses "leilões" ocorridos no processo de privatizações das empresas públicas, do setor de fertilizantes, SILVA (2005) além de não ajudar a sanear as finanças públicas causou uma enorme mudança entre os atores privados que compõe o setor de fertilizantes, os quais para se adequarem a essa nova situação de mercado, se articularam por meio de aquisições, extinções, associações e fusões entre empresas de capital nacional, bem como com outras empresas de capital estrangeiro. Essas mudanças havidas no setor secundário de alguma forma impactaram os custos do setor primário da economia brasileira.

Ademais DIAS e FERNANDES (2006), os leilões foram executados desconsiderando os diversos protestos havidos, mormente aqueles patrocinados por entidades de classe, representando os trabalhadores do setor, as empresas foram vendidas por preços muito abaixo dos valores reais de mercado e ao final do exercício

esses adquirentes já contabilizavam uma valorização estrondosa a comparar com o capital empatado nos referidos "leilões" ocorridos entre 1992 e 1994, o que se seguiu a esses fatos foi uma série de fusões e aquisições como forma de articulações e acomodações no setor de fertilizantes.

A cadeia de fertilizantes brasileira passou por grandes mudanças iniciadas na década de 1990, com impactos diretos sobre o setor agrícola e sobre a balança comercial brasileira. Merece destaque os movimentos recentes de fusões e aquisições, bem como a venda de boa parte das empresas estatais atuantes no setor para empresas estrangeiras, ficando a participação estatal remanescente reduzida apenas à produção de matérias-primas e de produtos intermediários. DIAS e FERNANDES (2006, p. 135).

Em que pese o crescimento econômico observado nas três décadas anteriores ao governo de Collor, o processo de endividamento brasileiro que começara a crescer na década de 1960, a partir da década de 1970 teve um crescimento exponencial conforme se pode ver no gráfico 4, tendo saído da casa de dez bilhões de dólares, em 1972, para passar de 120 bilhões de dólares, a partir da década de 1990. Esse processo de endividamento DIAS e FERNANDES (2006) desencadeou uma série de debates acerca da necessidade de se efetivar mudanças políticas que viessem conter esse processo privatizante e reconduzisse o país ao caminho do crescimento econômico e do desenvolvimento social, os quais inflamaram a sociedade e o congresso nacional, que levou o governo Collor, que já não tinha apoio político a perder o popular também, culminando em seu afastamento da Presidência da República.

GRÁFICO 4 - Evolução do endividamento brasileiro no período de 1956 a 1992.



FONTE: VESENTINI (1996, p.28).

A partir de 1993, após o Impeachment de Fernando Collor, para cumprir os dois anos finais de seu mandato assumiu o Vice-Presidente Itamar Franco (1993-1994). De acordo com DIAS e FERNANDES (2006) ocorreu nesse período o

lançamento do Plano Real, que além de uma nova troca de moeda trouxe o controle do processo inflacionário e uma estabilidade para a economia brasileira, por meio do controle cambial que possibilitou a entrada de novos capitais estrangeiros para recuperar e financiar a produção dos três setores da economia brasileira.

Esse processo de estabilização da economia de acordo DIAS e FERNANDES (2006) serviu de plataforma política para mais uma vitória do neoliberalismo sobre o trabalhismo, elegendo para mais dois mandatos na Presidência da República, o sociólogo paulista, Fernando Henrique Cardozo (1995-1999) e (1999-2002). Esse período ficou marcado por um severo processo de privatizações que sobrepujou todos os demais períodos anteriores, sobretudo no que diz respeito às empresas nacionais ligadas aos setores primários e secundários da economia brasileira.

Após esse período de intensas privatizações o Partido dos Trabalhadores venceu as eleições, conduzindo à Presidência da República, o pernambucano e operário do setor metalúrgico, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). Nesse período de acordo com a ANDA (2014) o setor primário se manteve como locomotiva da economia. Desde o final do governo anterior e durante todo o governo Lula, o setor primário cresceu excepcionalmente com seguidas quebras de recorde de produção e de igual modo a produção de fertilizantes, cuja pujança pode ser verificada a partir dos volumes de importação de insumos para a agricultura cresceu exponencialmente, principalmente pelos portos de Paranaguá, Santos e Rio Grande, respectivamente, como se pode constatar na FIGURA 09.

FIGURA 09 - Principais portos brasileiros importadores de Fertilizantes, volumes em mil t, (2010).



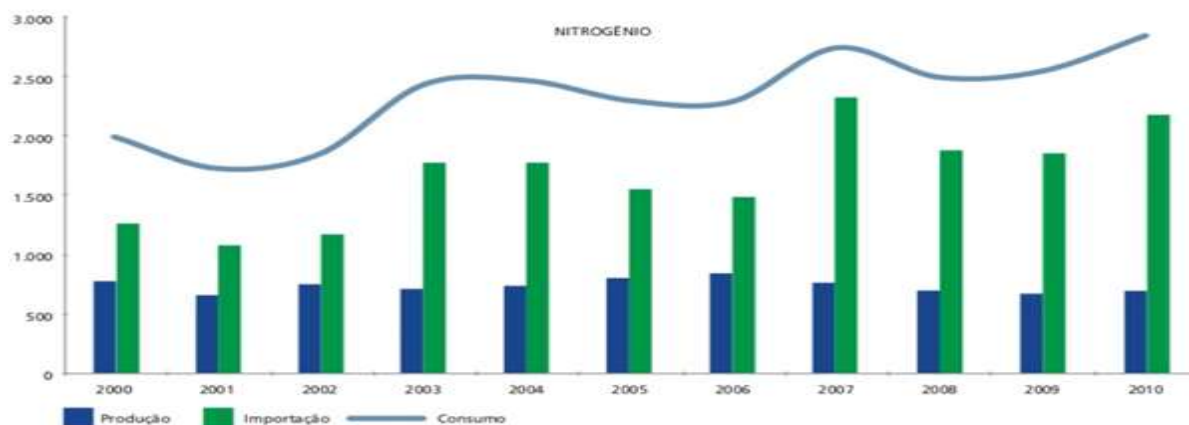
FONTE: ANDA (2011) (destaque, em vermelho, para os três portos com maior volume de importações).

A produção de fertilizantes no Brasil voltou a crescer, de acordo com a ANDA (2014) a uma taxa de 4,3% para mais de 10% ao ano entre 2000 e 2004, mas entre os anos de 2004 e 2005, houve uma nova queda na produção para 8,7% ao ano. Entretanto a produção volta a crescer entre 2006 e 2010 para que a produção agrícola continuasse crescendo a produção de fertilizantes precisaria continuar crescendo a uma taxa de 4% ao ano e conforme se pode constatar na figura 09, o porto de Paranaguá vem se destacando como o primeiro em movimentação de insumos e matéria prima para suprir a necessidade de produção do polo de fertilizantes de Paranaguá.

[...] a agricultura brasileira, dentro do consenso geral de suas necessidades, ainda não atingiu um estágio satisfatório no seu desenvolvimento. Isso torna-se claro quando, abstraindo outros fatores, se usa como indicador de tecnologia agrícola o consumo de fertilizantes. LIMA (1976, p.1).

O consumo anual desses produtos pelo polo, de acordo com a ANDA (2014) vem sendo empregado, historicamente, como o principal indicador para se avaliar os investimentos de um país no setor primário da economia, sobretudo no setor de fertilizantes, nos últimos anos do recorte temporal esses investimentos no Brasil foram crescentes conforme se pode constatar no gráfico 5. Todavia, quando um país, de matriz agrícola, não produz (ou produz insuficientemente) esse insumo agrícola para o seu consumo interno, o déficit é, necessariamente, importado; e essas outras duas formas (produção e/ou importação) servem como indicadores do nível de desenvolvimento do setor de fertilizantes daquele país.

GRÁFICO 5 - Produção x Importação x Consumo de fertilizantes, entre 2000 e 2010.



FONTE: Relatório Anual ANDA – 2014.

CAPÍTULO 4 - CARACTERIZAÇÕES DO TERRITÓRIO, PORTO E OBJETO

Neste quarto capítulo apresentamos as caracterizações do município de Paranaguá, do porto e do objeto, que são respectivamente: o território, o núcleo do apoio logístico e o aglomerado de indústrias de fertilizantes químicos que por meio deles estabelecem suas relações operativas, considerando que a construção social desse território se deu em virtude da vocação portuária.

Foi em razão de seu atracadouro que surgiu a atual cidade de Paranaguá, sendo o primeiro núcleo de povoamento e porta de entrada para os imigrantes colonizadores do resto do estado do Paraná. A toponímia Paranaguá vem da linguagem dos índios Carijós: Pernogá, que significa grande mar redondo. MORGENSTERN (1985) apud SANTOS (1952, p.31).

Os primeiros colonizadores vieram, navegando, de Cananéia (SP) para ocupar esse território por volta do século XVII, desde então as fronteiras reais e simbólicas do município portuário de Paranaguá extrapolam os limites de suas praias. E essa relevância pode ser constatada nos interesses defendidos pelo capital. Por isso mesmo esse território é controlado por uma estrutura de poder que passa pelas três esferas de governo (municipal, estadual e federal).

O território de Paranaguá [...] se caracteriza, por sua tridimensionalidade, pelo encontro das águas (doces e salgadas) com a terra e a atmosfera, e por sua “fluidez”, de água e de ar, mas também de gente, embarcações, mercadorias e significados. Como espaço físico, é de certa forma indeterminado, já que a definição de limites físicos passará sempre por uma escolha social mais ou menos arbitrária. É antes um território culturalmente construído do que um espaço fisicamente dado. ANDRIGUETTO FILHO (2004, p. 187).

FIGURA 10 - Foto de Paranaguá-PR (1908).



FONTE: APPA.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE PARANAGUÁ

O município de Paranaguá segundo ANDRIGUETTO FILHO (2004) está localizado em uma superfície encaixada no litoral paranaense cuja área corresponde a 3% da área territorial do estado do Paraná. A área total desse município é de 806,225 Km² e cerca de 110 km de extensão linear no sentido norte-sul, de acordo com NOERENBERG et al (2008, p.51) situa-se, geograficamente, conforme se pode constatar na figura 11, na posição marcada entre o paralelo 25°15'00", de latitude, ao sul da linha do equador e o meridiano 48°21'55", de longitude, a oeste do meridiano de Greenwich conforme demonstrado na FIGURA 11.

FIGURA 11 - Localização geográfica de Paranaguá, na faixa litorânea do estado do Paraná.



FONTE: NOERENBERG et al (2008, p.51).

A área total do município de Paranaguá segundo ANDRIGUETTO FILHO (2004) consta de uma parte terrestre e outra marítima. A parte terrestre é uma planície que está a apenas cinco metros acima do nível do mar, contida entre o litoral e a serra do mar, que na classificação adotada no macro diagnóstico do plano nacional, do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, MMA, 1998) é denominada de zona costeira. A parte marítima é composta pela Baía de Paranaguá que segundo ANDRIGUETTO

FILHO (2004) é uma região costeira de longos arcos de praia, extensas planícies e importantes estuários existente ao longo de abundantes cursos de água.

A utilização da nomenclatura de zona costeira segundo ANDRIGUETTO FILHO (2004) tem uma significação que se expressa como foco de múltiplas representações e múltiplos interesses, expressos por disputas materiais e simbólicas, as quais por essas discrepâncias são acompanhadas por representantes pelas três esferas de governamentais: municipal, estadual e federal, e em alguns casos, além do direito público e privado, envolvem inclusive questões de direito internacional.

[...] a zona costeira é caracterizada pela competição intensa por recursos e espaços terrestres e marítimos, por vários grupos de interesse, o que frequentemente resulta em conflitos severos e destruição da integridade funcional do sistema de recursos. [...] os usos da zona costeira quase sempre afetam ao mesmo tempo jurisdições de diferentes níveis de governo, do local ao federal, e podem ser mesmo transnacionais, situação que só acutiza os conflitos de uso. ANDRIGUETTO FILHO (2004, p. 187).

A Serra do Mar se constitui no principal divisor entre a zona costeira e o planalto de mais de 1.000m de altitude onde está situada Curitiba, a capital do estado do Paraná. De acordo com CANEPARO, (1999, p.101) nela nascem alguns rios que rompem este divisor, ao longo de fendas tectônicas constantes da figura 12, deslocando-se desde o planalto, na face oeste da Serra do Mar, a drenagem dessas águas se dá através de captação de afluentes, riachos e pequenos rios.

FIGURA 12 - Corte geológico da Serra do Mar e do litoral do Paraná.



FONTE: Blog da Jureia (2016).

Esta ecoregião situa-se no chamado Litoral sudeste brasileiro, do Sul do Espírito Santo ao Cabo de Santa Marta em Santa Catarina, de acordo com CANEPARO, (1999, p.101) possui o maior remanescente contínuo de mata atlântica, composto por vários ecossistemas na Serra do Mar e na planície litorânea. Além dos ecossistemas florestais, destacam-se os mangues, restingas e costões rochosos. A flora paranaense é abundante e se estende como uma cobertura vegetal no litoral. O clima de acordo com IPARDES (1989) é classificado como pluvial temperado, sempre úmido, com chuvas todos os meses do ano e temperatura média do mês mais quente maior que 22°C.

O Litoral do Paraná é constituído pelos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Pontal do Paraná e Paranaguá, essa região, de acordo com RAYNAUT e FERREIRA. (2002, pg. 159) abrange uma superfície de cerca de 6.600 Km² entre o Oceano Atlântico e a Serra do Mar. Em relação à distribuição espacial e populacional permanente dessa mesorregião, entre os atuais sete municípios, de acordo com Abrahão (2011), “é possível verificar que o espaço e a população estão distribuídos de forma muito desigual, apresentando densidades municipais bem diferentes.

A área ao sul da Baía de Paranaguá apresenta a ocupação humana mais intensa, embora haja vazios na região serrana. A infraestrutura de acesso é bem mais desenvolvida na porção norte do que na sul, através da Rodovia BR 277, da ferrovia e de estradas estaduais asfaltadas. A cidade de Paranaguá, dista apenas 90 km de Curitiba, a capital do estado [...]. RAYNAUT e FERREIRA. (2002, p.159).

QUADRO 5 - PIB (PER CAPITA) X IDH DOS MUNICÍPIOS LITORÂNEOS

Local	Área KM ²	População 2010	Produto Interno Bruto - PIB Per Capita	Índice de Desenvolvimento Humano - IDH
Antonina	876,551	18.891	12.404	0,687
Guaraqueçaba	2.315,73	7.871	11.361	0,587
Guaratuba	1.328,48	32.095	10.429	0,717
Matinhos	116,544	29.428	11.506	0,743
Morretes	687,541	15.718	8.439	0,686
Paranaguá	806,225	140.469	51.270	0,738
Pontal do Paraná	202,159	20.920	10.410	0,75
Região Litoral do Paraná	6.333,23	265.392	32.210	0,749

FONTES: VINHARSKI (2011) com dados IPARDES (2010), ITCG (2010) e IBGE (2010).

O litoral do Paraná, de acordo com o censo de 2010 do IBGE, comportava 265.392 habitantes, com uma distribuição populacional desigual entre os municípios,

conforme se constata no quadro 5, que Paranaguá, com apenas 11% da superfície total, concentra 54% dos habitantes, e Guaraqueçaba, com 35% da superfície total, da região, tem apenas 4% de sua população, uma distribuição populacional desigual entre os municípios.

Para melhor compreender a realidade do litoral paranaense, Pierri (*op cit*), propõe uma classificação a partir da análise das similaridades socioeconômicas historicamente construídas e sua influência no processo de ocupação destes sete municípios. Assim, verificam-se dois municípios de perfil portuário, Paranaguá e Antonina; rurais, Morretes e Guaraqueçaba; e municípios praiano-turísticos, sendo eles: Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná. Com relação à distribuição espacial entre os municípios é possível verificar que o espaço e a população permanente estão distribuídos de forma muito desigual, apresentando densidades municipais bem diferentes. Paranaguá, com apenas 11% da superfície total, concentra 54% dos habitantes (127.339), e Guaraqueçaba, com 35% da superfície total, da região, tem apenas 4% de sua população, que equivale a 8.288 habitantes PIERRI et al (2006, p. 12).

A zona costeira paranaense onde o município de Paranaguá está inserido segundo Andriguetto Filho (2004) é constituída pela presença de uma remanescência preservada da Mata Atlântica, que ainda cobre a Serra do Mar. Além disso, possui planícies costeiras, ilhas costeiras, amplos complexos estuarinos e manguezais distribuídos nas porções de linha de costa oceânica e estuarina. Considerando-se que no Brasil, as águas territoriais, sejam elas águas interiores (rios, riachos, ribeirões, lagos, lagoas, lagunas, baías e enseadas) conforme se pode ver na figura 13, ou águas exteriores (mar aberto), que compõem a fronteira molhada do território, se estendem, atualmente, até duzentas milhas marítimas além do limite do litoral.

FIGURA 13 - Baía de Paranaguá, de Antonina, de Laranjeiras e o litoral do Paraná.



FONTE: Blog da Jureia.

No perímetro urbano de Paranaguá localizam-se vários cursos d'água que tem suas nascentes na Serra do Mar e correm na direção sudoeste-nordeste, desaguando diretamente na Baía de Paranaguá, destacando-se: o Rio Embocuí, localizado na porção noroeste do perímetro urbano, entre a Ilha do Curral e o continente, o Rio Emboguaçu-Mirim e o Rio Emboguaçu (que banham a cidade na sua porção oeste), o Rio Itiberê (banha a cidade de Paranaguá na sua parte sul e leste, separa a cidade da Ilha dos Valadares) [...] CANEPARO, (1999, p.101

Além dos ecossistemas florestais, de acordo com CANEPARO, (1999, p.101) destacam-se os mangues, restingas e costões rochosos. Conforme relatório do Instituto Paranaense de Desenvolvimento, IPARDES (1989) integra uma das áreas mais preservadas da mata atlântica brasileira, sendo que as regiões mais habitadas situam-se nas bacias de drenagem das baías de Antonina e de Paranaguá e as regiões menos devastadas situam-se nas bacias de drenagem das baías dos Pinheiros, Laranjeiras e Guaraqueçaba, onde a cobertura vegetal atualmente varia entre 75% a 97,6% da área total, cujas águas pluviais são drenadas por vários rios conforme se pode constatar na figura 13.

O Paraná, um estado integrante da região sul do Brasil, que foi constituído de uma parte expressiva das terras, que compunham a quinta comarca do estado de São Paulo conforme se pode verificar na figura 14, desmebradas em 26 de dezembro de 1648. Os limites territoriais do litoral desse estado, onde esse território está situado são delimitados, ao norte pela Vila de Ararapira; e ao sul pela Barra do Rio Saí-Guaçú. Separando o Paraná do estado de São Paulo ao norte e do estado de Santa Catarina ao sul.

FIGURA 14 - Mapa de formação do Paraná, destaque para a área do município de Paranaguá,



FONTES: PRIORI et al (2012, p. 17) e NOERENBERG et al (2008, p.51). (adaptação do autor).

Entre 1550 e 1560, em cumprimento à política pública portuguesa de entradas e bandeiras, algumas famílias portuguesas, dentre os bandeirantes que habitavam São Vicente de Cananéia se deslocaram na direção sul, ao longo do litoral paranaense e em virtude da presença de silvícolas no continente se fixaram inicialmente na Ilha da Cutinga. A chegada da primeira expedição portuguesa de exploração aurífera, a zona costeira paranaense, fez surgir um pequeno vilarejo na Ilha da Cutinga, em 1617. Essas famílias prospectavam as cabeceiras dos rios que desaguam na baía de Paranaguá à procura de ouro de cata.

[...] 1550 — 1560. Povoamento da região. Transferem-se para as ilhas da baía de Paranaguá os primeiros povoadores, vindos de Cananéia. Na ilha da Cutinga estabeleceu-se o primeiro núcleo populacional. Essa migração se deu nos reinados de D. João III e D. Sebastião (período da regência da rainha D. Catarina). A região era conhecida como "terra dos carijós", "terras do Taquare", e também "Pernagoá" dos indígenas. FILHO (1967, p. 96).

Em 1640, quando chegou nesta região o Capitão Provedor Gabriel de Lara com sua fidalga família a população da Ilha da Cutinga já estava lá há mais de um século, ele chegou com a investidura de governo militar e para ratificá-la, em 1646, mandou erigir o Pelourinho³² e em 1648 por conta do crescimento da população local elevou o povoado à condição de vila, denominando-a de Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá. No ano de 1656 a Vila de Paranaguá passou à condição de Capitania. Segundo ALMEIDA et al (2010, p.2) com isto a região rapidamente se povoa.

A história da ocupação do território paranaense, por parte dos portugueses, iniciou-se em meados do século XVI, ligada à busca do ouro na cabeceira de rios que desaguam na Baía de Paranaguá. A consolidação desse primeiro núcleo ocupacional deu-se em 1646 com a inauguração do Pelourinho e, em 29 de julho de 1648 com a elevação da Vila de Nossa Senhora do Santíssimo Rosário de Paranaguá. BRASIL, MDS (2015).

A produção aurífera continua crescendo com isso surgem em cena o Provedor Diogo da Paz Caria, o Tesoureiro Capitão-Mór André Gonçalves Pinheiro e o Escrivão

³² Pelourinho (*substantivo masculino*) se refere a grande coluna de pedra ou de madeira, colocada em praça ou lugar central e público, como símbolo de poder e autoridade onde eram exibidos e castigados os criminosos presos, os escravos indisciplinados e os índios fujões. Fonte: Dicionário inFormal, "online" (adaptação do autor).

Antonio Esteves Freire, nomeados pelo governo geral para organizarem a produção das minas e, principalmente, ameaharem imposto por meio de uma Casa de Fundição denominada Casa dos Quintos. A produção aurífica crescia, e segundo as estimativas de Noya Pinto (1979) apud ALMEIDA et al (2010, p.2), as minas de Paranaguá, Curitiba e Iguape devem ter produzido, durante o período 1680 e 1697, o equivalente a 50 a 80 kg de ouro anuais. No período 1697 a 1735, os dados apontam para uma produção de 20 a 30 kg/anuais.

Em 7 de Setembro de 1702 foram creadas diversas Casas de Moedas e Officinas de fundição de ouro no Brasil, sendo em Paranaguá, creada uma CASA DOS QUINTOS, onde era fundido o ouro em pó e em folhetas, formando-se barras, que eram enviadas à Casa da Moeda do Rio de Janeiro, que as amoedava. Em 1720 o Ouvidor Pardinho encontrou fechadas as officinas de fundição de ouro de Paranaguá, pelo que providenciou sobre a arrecadação dos cunhos, e nomeou a Diogo da Paz Caria, para Provedor, e ao Capitão-Mór André Gonçalves Pinheiro, para Thesoureiro e para Escrivão a Antonio Esteves Freire, recommendando-lhes que tratassem da arrecadação de algum ouro, ainda que pouco, que se tirava das minas e lavras velhas. Em 1730 o Capitão-Mór André Gonçalves Pinheiro, já Provedor das Minas, demonstrava a El-Rey a esperança de novas descobertas de ouro, esperanças que não foram confirmadas, tanto que o ouvidor Antonio dos Santos Soares, por Provisão de 1733, declarou " livre a qualquer pessoa minerar nas cattas e faisqueiras velhas que houverem no termo e comarca de Paranaguá, visto que se acharem ellas abandonadas." Por Carta Régia de 16 de Novembro de 1734, D. João péde informações a respeito deste provimento ao Conde de Sarzedas, ordenando-lhe que ouça o Guarda-Mór das referidas minas. Observem amigos da Numismática, que no segundo parágrafo do texto acima, o Ouvidor Pardinho em 1720 [...] providenciou sobre "ARRECADAÇÃO DOS CUNHOS", o que nos leva a crer, que houvera peças numismáticas cunhadas nesta "CASA DOS QUINTOS", em Paranaguá. O mais provável, barras de ouro, mas que até hoje, não se têm conhecimento da existência de alguma peça que prove esta afirmativa, embora, tenha havido esta possibilidade. Já no primeiro parágrafo diz: " [...] onde era fundido o ouro em pó e em folhetas, formando-se barras, que eram enviadas à Casa da Moeda do Rio de Janeiro, que as amoedava." NEGRÃO (1934, p.115).

A Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá teve sua população aumentada com a vinda de novas famílias portuguesas e a mudança definitiva dos moradores do povoado da ilha da Cutinga, entretanto um remanescente de ilhéus por lá permaneceram e segundo CANEPARO (1999, p. 87) com a pacificação dos índios Carijós que ocupavam boa parte do litoral os colonizadores obtiveram livre acesso ao continente. Após isso o velho povoado começou a ser guindado para a margem esquerda do antigo Rio Taguaré, atual Rio Itiberê, ponto histórico no qual a cidade nasceu e se expandiu no prolongamento sul do Rio Itiberê.

Considerando este local impróprio para uma povoação, Gabriel de Lara transferiu a população para a margem esquerda do rio Taguaré (atual Itiberê), pois ali o solo era mais fértil e na região havia água potável, o rio permitia ainda que as embarcações ficassem protegidas e seguras dos inimigos e dos ventos. Após explorar o rio dos Almeidas, Correias e Guaraguassú (hoje Guaraguaçu), descobriu-se nele ouro, isto fez com que a região se tornasse atrativa, aumentando o contingente populacional. Para o escoamento da produção foram construídos atracadouros e cais pelas margens dos rios, até que no final do século 17, em pleno ciclo do ouro, Paranaguá se tornava um importante polo litorâneo. (SANTOS, 1952, p. 31 e 31).

O aumento da produção aurífera forçou a construção de uma casa de fundição na Vila, o que causou a completa transferência do vilarejo para o continente. A rua da praia, na margem esquerda do rio, recebeu obras de calçamento e de arrimo, propiciando, naturalmente, um rudimentar atracadouro para pequenas embarcações, na margem esquerda do Rio Itiberê, por onde o vilarejo começou a receber, inicialmente, as embarcações de apoio às Caravelas. Esse atracadouro atendeu, a contento, as necessidades logísticas que se estenderem no ciclo do café, do mate, da madeira e de outros produtos decorrentes da diversificação agrícola paranaense, que se desenvolveram logo após o esgotamento das minas e o fim da exploração aurífera no estado do Paraná.

No decurso do anno de 1697, estabeleceu-se em Paranaguá a Real Casa de Fundição de Quintos d'Ouro, a qual achava-se situada na Rua do Collegio. Ahi se fundirão ou quintarão todo o ouro extrahido das minas de Paranaguá, Morretes, Corityba, São José dos Pinhaes, Campos Geraes, etc. Até então, se remettia, com grande difficuldade, o producto das minas da Capitania de Paranaguá ás officinas de Yguape ou do Rio de Janeiro, onde era beneficiado; porem, semelhante inconveniente cessou, desde que o povo reclamou, em sessão de 2 de Outubro de 1655, na Câmara Municipal de Paranaguá; creando-se assim, em 1697, a Fundição de Quintos Paranaenses, que fora a terceira existente na costa do Brazil. MOREIRA (1990, p.56).

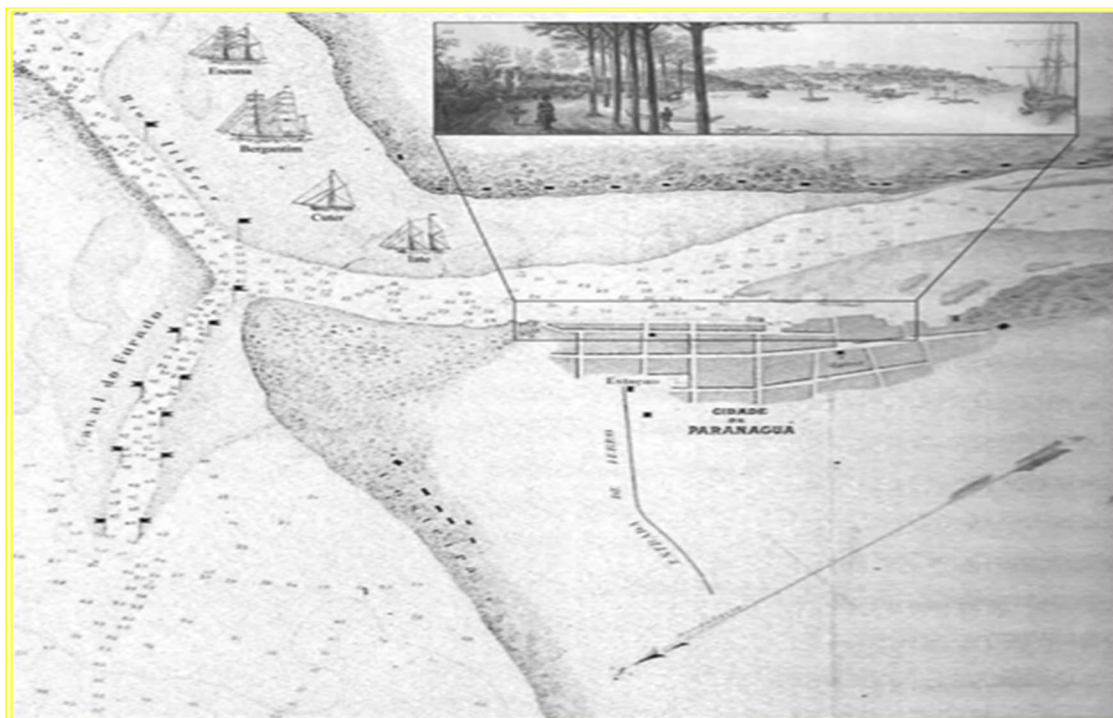
A sociedade paranaense, construída a partir da população de Paranaguá, nos séculos XVII, XVIII e XIX era escravocrata, baseada na exploração da força de trabalho representada primeiramente pelos índios apresados e mais tarde pelos negros africanos traficados e seus descendentes nascidos nas viagens ou em terras brasileiras. É frequente ouvir-se a falácia de que o índio e o negro não tiveram participação importante na formação da população paranaense. Entretanto, em proporção ao número de habitantes, em determinados períodos e espaços, esses contingentes étnicos ocuparam porção significativa da civilização paranaense.

Um censo efetuado no ano de 1772, em Paranaguá, já apontava para uma composição da população do Paraná que contava com 7.627 pessoas, das quais 1.712 eram escravos e 5.915 eram pessoas livres; a população escrava representava 28,8% dos habitantes., porém, os escravos alcançavam proporções mais elevadas: 44,2% dos habitantes. A população indígena tinha sua liberdade assegurada nos textos legais, mas na prática a situação era outra. MOREIRA (1990, p.57).

De acordo com MOREIRA (1990, p. 57) observando a Carta Régia de cinco de novembro de 1808 que determinava: “qualquer morador que segurar alguns índios poderá considerá-los por 15 anos como prisioneiros de guerra, destinando-os ao serviço que mais lhe convier”. Esse subterfúgio praticamente legitimava a escravidão indígena. Em 1844, o número médio de escravos em Paranaguá era relativamente pequeno: 73% dos proprietários tinham entre um e cinco escravos; apenas 10% possuíam 30 ou mais. Cerca da metade dos escravos estava ocupada na agricultura de subsistência e pouco mais de 20% exerciam ocupações domésticas, na pequena Vila de Paranaguá, conforme se pode ver a FIGURA 15.

As mudanças políticas e sociais operadas com a colonização dos sertões brasileiros no século XIX, a imigração européia, os religiosos e a catequese indígena, o panorama do nosso estado — liberto da condição de Quinta Comarca de São Paulo [...] A Câmara Municipal de Paranaguá em 6 de Julho de 1811 impetrou de El-Rei D. João VI, então Príncipe Regente, a graça de constituir de sua Comarca uma Capitania independente de São Paulo compreendendo em sua circunscrição administrativa os municípios de Paranaguá, Curitiba, Antonina, Cananéia, Iguape, Vila Nova do Príncipe (Lapa), Lages e Castro. MOREIRA (1990, p.1 e p.57).

FIGURA 15 - Mapa da Vila de Paranaguá, com retratação em óleo sobre tela, por Debret. (1886).



FONTE: Soares e Lamour in: Dragagens Portuárias no Brasil (2008, p. 28).

A cidade portuária de Paranaguá, outrora, do ponto de vista econômico, considerada inexpressiva desde o colapso da produção aurífera no período colonial, tendo se mostrado ainda mais inexpressiva em termos de geração de riquezas durante o primeiro império posto que até então não estavam claras conforme assevera BERNARDI (2012, p. 137) as condições necessárias ou suficientes para entender ou explicar os processos da trajetória dependente do município de Paranaguá em relação ao porto. Essa inexpressividade se perpetuou nesse território até que pela mão de D. Pedro II, do segundo império por diante, se deu ênfase a sua vocação portuária com investimentos de monta nas facilidades portuárias e municipais que inicialmente atendeu o ciclo da erva-mate e da madeira.

Muito embora os ciclos da erva-mate e da madeira tenham de certa forma, movimentado a economia paranaense quando os exportadores ainda utilizavam o precário terminal portuário N. S. do Rosário, às margens do Rio Itiberê e posteriormente, em virtude do crescimento dos navios de carga, passaram a utilizar o trapiche de madeira, do Porto do Gato, na Baía de Paranaguá, a economia do município, e do estado como um todo, ainda sofria com um relativo isolamento regional advindo da política centro-sul estabelecido pelo governo federal naquela ocasião.

A fase do isolamento relativo ou dos arquipélagos regionais corresponde aos antigos complexos exportadores que dominaram diversas regiões brasileiras até o princípio do Século XX, em que os portos exerceram função de exportação de produtos primários produzidos em pequenas regiões de afluência, com economias voltadas ao comércio exterior. No Paraná tal fase se identifica com a economia do ouro (que respondeu pelas primeiras ocupações de origem portuguesa no estado: Paranaguá e planalto de Curitiba) e sobretudo com a economia da erva-mate (responsável pela emancipação econômica e política do Paraná, além da construção da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá e do início do atual Porto Dom Pedro II, em 1935, deslocando o movimento de cargas do Porto de Nossa Senhora do Rosário, nas margens do Rio Itiberê, para a baía, junto a águas mais profundas). PDDIP (2007, p. 57).

Em que pese às dificuldades regionais, a erva-mate e a madeira trouxeram uma nova dinâmica ao território de Paranaguá com o surgimento de indústrias de beneficiamento e empacotamento da erva-mate bem como de madeiras que preparavam e padronizavam as toras brutas de madeira para o padrão exigido pelos importadores, configurando a primeira iniciativa de industrialização de Paranaguá e ratificando sua trajetória dependente do porto. Essa nova dinâmica territorial, observada em meados do século XIX, facultou a sua elevação, passando de Vila à Cidade de Paranaguá.

O Século XIX marca os novos ciclos econômicos da região litorânea do Paraná, com a exploração da madeira de lei, abundante na mata atlântica, e a expansão do complexo exportador da erva-mate. A economia que se formou ao redor da erva-mate desencadeou a implantação de uma série de indústrias de beneficiamento do produto, exportado pelo porto de Paranaguá. A movimentação econômica ampliou o desejo de emancipação política a partir de 1811. Em 1842 Paranaguá foi elevada à categoria de Cidade e em 1853 ocorreu a emancipação política do Paraná. Paranaguá, Morretes, Antonina, Guaraqueçaba e Guaratuba eram localidades que concentravam uma boa parte da população do Paraná quando da criação da Província. Nas proximidades do mar viviam cerca de 20 mil habitantes. Ali realizavam-se atividades em torno da lavoura, do comércio e do beneficiamento industrial da erva-mate. Paranaguá, devido ao seu movimentado porto, era o principal centro catalisador e irradiador das novidades e mercadorias chegadas de outros locais. PDDIP (2007, p. 57).

Por conta de sua vocação portuária a relevância econômica do município, abalada no fim do ciclo do ouro, cresceu no ciclo da erva-mate e da madeira mas aumentou enormemente no ciclo do café especialmente quando da exportação, do excedente de produção, da safra paranaense estava no auge dos produtos mais valorizados no mundo, entretanto decaiu novamente quando esse produto sofreu com a enorme perda de relevância na quebra da Bolsa de Nova York em 1929 e quando

essa monocultura se espalhou por outros países e o capital cafeeiro teve que buscar outras opções de investimento para não perder a hegemonia econômica e a influência política de que desfrutava nos áureos tempos anteriores às referidas crises.

A redenção do município somente ocorreu no final desse ciclo econômico e continuou aumentando com a diversificação da produção agrícola paranaense para a multisafrã de grãos (soja, milho, trigo e arroz), pois o setor primário da economia paranaense já utilizava a infraestrutura portuária de armazenamento e transporte o escoamento da sua produção cafeeira destinada à exportação. Todavia a concretização definitiva da sua importância para a economia do estado se deu a partir de 1935, quando o Porto D. Pedro II, foi definitivamente construído na Baía de Paranaguá.

A economia de município, do estado e por extensão a economia nacional sofreram com as duas crises do café, passando por um longo e lento processo de recuperação mas voltaram crescer com a diversificação da produção agrícola, dinamizadas, sobretudo, pela implementação das políticas públicas dos corredores de exportação³³ (COREX), as quais buscavam aproveitar a infraestrutura e a logística existente, principalmente em termos de armazenamento e transporte, utilizada, inicialmente, no ciclo do café e posteriormente pela diversificação da produção agrícola.

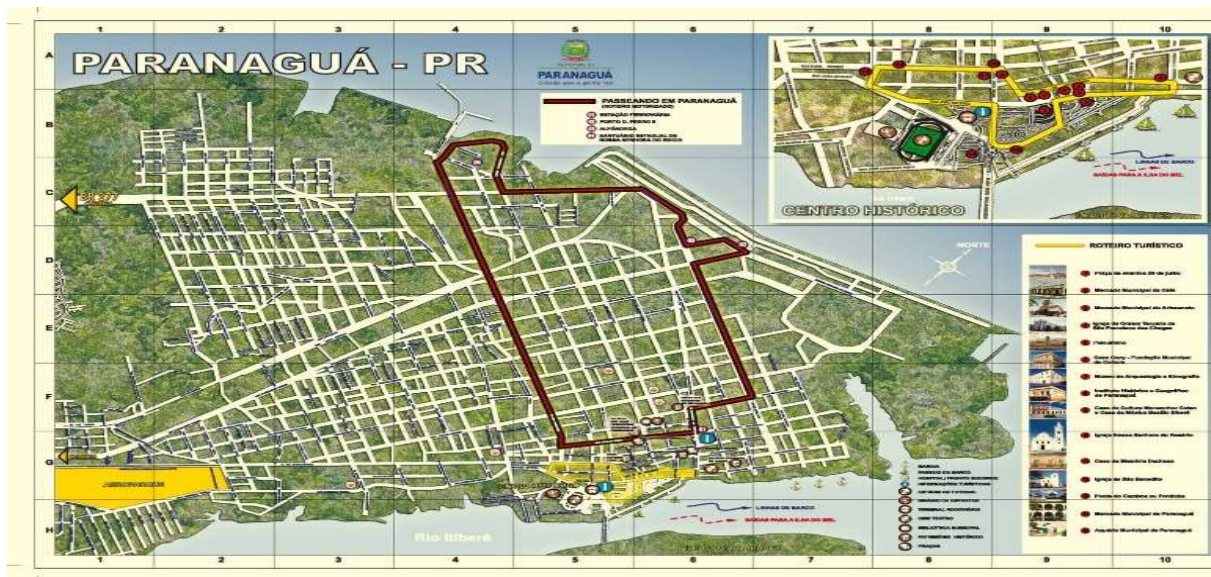
O desastre econômico de 1929 foi de várias maneiras, interpretando como o início de um processo lento, mas contínuo, do declínio econômico e político da burguesia cafeeira. Argumenta-se que a quebra abrupta dos preços deu o golpe mortal nos latifúndios de café, e que nos anos 30 deu-se a vasta fragmentação de grandes propriedades cafeeiras, quando a economia se tornou mais diversificada e os cultivos se modificaram. STOLCKE (1986, p.95).

Desse modo o Porto D. Pedro II se destacou não apenas na histórica formação econômica do município de Paranaguá, como também do estado do Paraná e de toda a região sul do Brasil, bem como ainda mantém essa importância na economia regional, nacional e se expandindo pela América do Sul, por conta da capacidade de centralizar diversos produtos regionais e nacionais destinados a

³³ Corredores de exportação (COREX) são definidos como um sistema integrado de transporte e armazenamento para escoamento de produtos de alta concentração e grandes volumes, de forma a agilizar seu escoamento para exportação ou mesmo consumo interno. Esses corredores são usados para o comércio e envolvem obras em sistemas de armazenamento, transportes e estrutura portuária, de forma a poder atender a um novo patamar de demanda. IPARDES (2009).

exportação, como também pela capacidade de recepção de insumos agrícolas e outros produtos importados que cooperassem para o crescimento da "hiterland", a qual acompanhou, conforme se pode constatar na figura 16, o crescimento do município.

FIGURA 16 - Mapa atual do município de Paranaguá, em 2010.



FONTE: Prefeitura Municipal de Paranaguá (2011).

O município portuário de Paranaguá, na sua configuração atual, foi criado por meio da Lei Complementar nº 01/93, aprovada em 20/01/1993 e alterado pela Lei nº 11.252 de 20/12/1995, e pertence à mesorregião Metropolitana de Curitiba. Conforme dados censitários coletados pelo IBGE em 2010 e também publicados pelo IPARDES (2011), essa região do estado do Paraná possui, atualmente, uma população de 140.469 habitantes e um número de domicílios residenciais igual a 46.578, uma população economicamente ativa igual a 66.849 pessoas, sendo que dados apurados da RAIS/MTE indicam a existência de 38.133 postos de trabalho, distribuídos por 2.966 estabelecimentos públicos e privados, de onde se pode concluir que 28.716 pessoas ainda atuam no mercado informal ou por conta própria.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO PORTO DE PARANAGUÁ

O Porto D. Pedro II se caracteriza por duas razões de sua mobilidade, uma foi histórica e a outra foi operacional, a primeira é histórica em virtude de ter

acompanhado as alterações de localidade que marcaram o surgimento do município de Paranaguá; e a outra é operacional porquanto todas as mudanças havidas na sua localização visaram ao atendimento da segurança das embarcações, as quais evoluíram em tamanho e em qualidade de material, requerendo, cada vez mais, melhorias na infraestrutura portuária básica (canais de acesso, áreas de fundeio, bacia de evolução, berços de atracção, caís atracável com cabeços para amarração e defensas para a proteção do costado das embarcações) de modo a assegurar a segurança da navegação e das embarcações fundeadas ou atracadas.

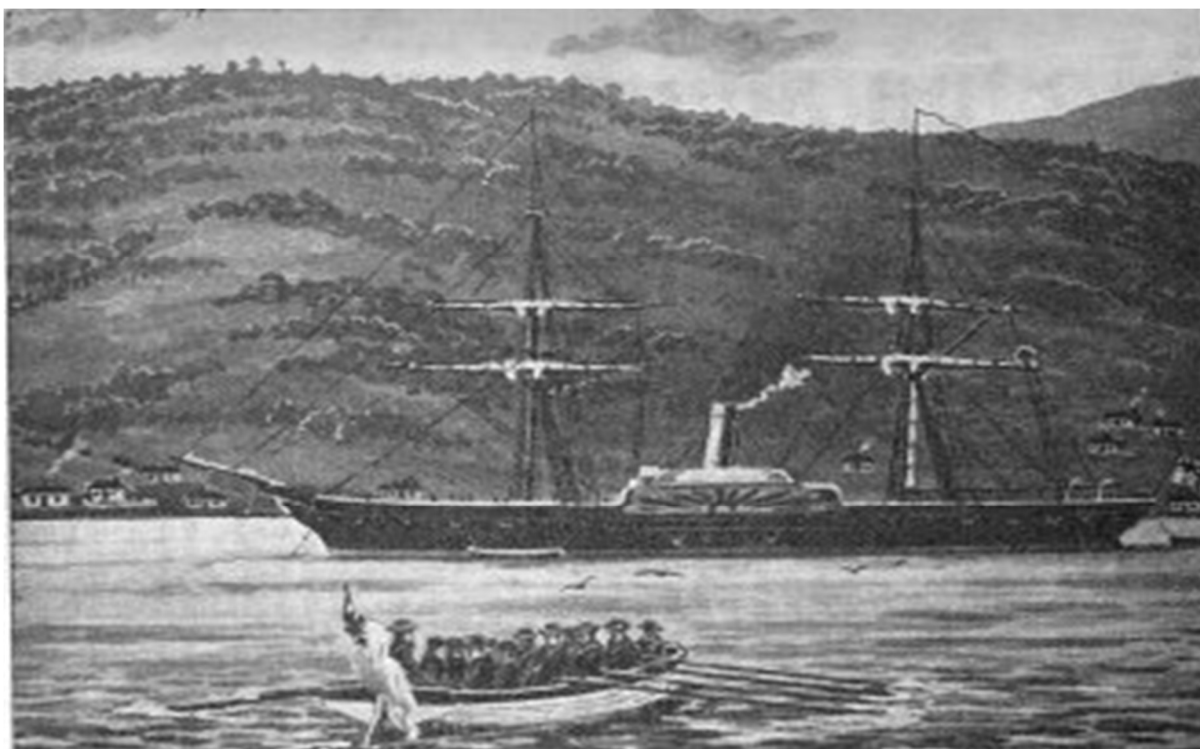
4.2.1 HISTÓRICO DO PORTO DE PARANAGUÁ

A história do Porto D. Pedro II está umbilicalmente ligada à história do município de Paranaguá, e por extensão à história do estado do Paraná porquanto, segundo MACHADO (2012, P. 233) a cidade nasceu a partir de seu atracadouro e se tornou a porta de entrada para os imigrantes. O porto surgiu da necessidade precípua dos colonizadores em obter ou construir um lugar seguro para fundear, atracar e amarrar as suas embarcações para protegê-las do mau tempo, dos fortes ventos e das tempestades em alto mar. Essa necessidade é reforçada, especialmente, se considerarmos que as embarcações utilizadas entre os séculos XV a XVIII ainda eram construídas de madeira, com propulsão a velas, o que lhes outorgava a denominação de Caravelas.

A trajetória do maior porto agroexportador surge antes da própria Vila de Paranaguá, pois esta nascida a partir de seu atracadouro se tornou porta de entrada para imigrantes. [...] Foi em razão de seu atracadouro que surgiu a atual cidade de Paranaguá, sendo o primeiro núcleo de povoamento e porta de entrada para os imigrantes colonizadores do resto do estado do Paraná. [...] MACHADO (2012, P. 233).

O aumento da produção de ouro no estado, entre os séculos XV a XVIII, intensificou o tráfego marítimo mercantilista, tanto pela facilidade de entrada das grandes embarcações a vela, pelos canais naturais de acesso naturais à baía de Paranaguá, existentes naquela época, que acordo com SOARES (2009) o Canal Sueste era, de início, o principal e o canal Norte era o secundário, eventualmente utilizado conforme se pode verificar na figura 17, porquanto a abundância de águas

FIGURA 18 - Caravela no porto do Alemão, na Ilha da Cutinga e tripulação baixando terra (1617).



FONTE: APPA

A toponímia Paranaguá vem da linguagem dos índios Carijós: Pernogoá, que significa “grande mar redondo” (MORGENSTERN, 1985). A cidade começou a ser colonizada em 1617, quando Gabriel de Lara interessado em faiscar ouro, fundou na ilha de Cutinga um povoamento (SANTOS, 1952; p.31 e 70). Apude, MACHADO (2012, P. 234).

Esse local era atraente aos navegantes não apenas pela possibilidade de embarcar água potável, mas também pela facilidade de acesso às águas abrigadas no excelente acidente geográfico composto pelas baías de Antonina, Paranaguá e Laranjeiras e às ilhas cobertas de mata atlântica existentes nessas águas abrigadas de vento e tempestades marinhas. Bem como pela necessidade de se fazer contato com os seres humanos em terra para satisfazer suas necessidades por água potável, víveres e gêneros alimentícios e outros materiais de primeira necessidade.

A água potável que abastecia essas embarcações era coletada na Fonte de Cima, numa região conhecida como Camboa, e foi assim por muito tempo, até que, após 1860, as caravelas portuguesas que fundeavam ao largo da Ilha da Cutinga no Porto do Alemão começaram a sofrer ameaças de tentativas de invasões por parte de tripulantes de embarcações de outras bandeiras, especialmente aquelas que se

faziam oposição a Portugal na Europa ou concorriam nas grandes viagens na época do mercantilismo nas quais levavam para a metrópole as riquezas das colônias.

Até 1808, o Brasil não teve comércio exterior legal independente devido à situação de colônia portuguesa, e a lei da época determinavam que qualquer mercadoria com destino ao Brasil ou dele procedente só poderia ser efetuado através de Lisboa. O comércio exterior brasileiro pertencia monopolisticamente à Coroa Portuguesa. Entretanto, a costa brasileira era muito grande e propiciou o comércio ilegal em forma de contrabando. O exemplo mais significativo foi o contrabando do pau-brasil da Bahia para a França. LABATUT (1994, P. 173).

A princípio essas riquezas extraídas no território de Paranaguá eram produtos naturais explorados na mata atlântica tais como: madeira, pau-brasil, carnes e peles de animais silvestres; depois ouro e pedras preciosas esmeraldas, diamantes encontradas nos rios que nascem na serra do mar; e posteriormente produtos cultivados, derivados da cana de açúcar, derivados da mandioca, fumo, café e erva-mate.

O Brasil em virtude de ter passado mais de 300 anos na condição de colônia de exploração portuguesa, quase nenhum investimento recebeu, por parte da Corte Portuguesa, para a melhoria da infraestrutura portuária. Até que Napoleão Bonaparte declarou guerra a Portugal e para não perder todo o império português a família real portuguesa vem, em 1808, para as terras brasileiras.

O porto de Paranaguá acompanhou a evolução das embarcações que nele precisavam atracar, e a partir do século XIX, começou receber as maiores embarcações de madeira movidas à vela, as quais requeriam uma plácida condição de vento e movimento das águas para não causar acidentes a bordo nem avarias nos respectivos costados das embarcações. Essa localização do porto perdurou ali todo o tempo enquanto as transações mercadológicas entre as colônias e a Europa fluíam nas lentas viagens em Caravelas, cujas travessias ocorriam, com durações irregulares, em virtude dos curtos períodos de bons ventos intercalados por longas horas de calmarias. Todavia a Metrópole não investia na melhoria portuária.

Porém houve um fato que mudaria história portuária brasileira que a conecta com trajetória dependente do Brasil em relação à Portugal, esse fato decorreu da perseguição napoleônica à Portugal, e em vias de perder a coroa portuguesa, D. João VI se muda com sua família e a Corte Portuguesa para o Brasil, e de pronto determina a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, em virtude dessa perseguição

napoleônica, suas necessidades de consumo teriam que ser atendidas pelos produtores locais até que os bens de consumos pudessem chegar da Europa, após a abertura dos portos às nações amiga, se esse fato foi um divisor de águas na história portuária brasileira, menos para o porto de Paranaguá que até após 1860, os navios ainda fundeavam nas águas do Porto do Alemão no largo da Ilha da Cutinga, como aquele fundeadouro era conhecido na ocasião.

[...] “Conde da Ponte do meu Conselho, Governador General da Capitania da Bahia, amigo, Eu o Príncipe Regente Vos envio muito Saudar como aquele que Amo. (...) Primo, que sejam admissíveis nas Alfandegas do Brazil, todos, e quaisquer Gêneros, Fazendas, e mercadorias transportadas, ou em Navios Estrangeiros das Potencias, que se conservão em Paz e Harmonia com a Minha Real Corôa, ou em Navios dos Meos Vassalos, pagando por entrada vinte e quatro por cento, a sabe: Vinte de Direitos grossos, e quatro de Donativo já estabelecido, regulando-se a cobrança destes Direitos, pelas Pautas ou Aforamentos, por que athe o presente se regulam cada uma das duas Alfândegas, ficando os Vinhos, Agoas ardentes, e Azeites doces, que se denominão Molhados pagando o dobre dos Direitos, que athe agora, nelas satisfazião. Secundo: Que não só os Meos Vassalos, mas também os sobre ditos Estrageiros possão exportar para os Portos que bem lhes parecer a benefício do Comercio, e Agricultura, que tanto desejo promover, todos, e quaesquer Gêneros, e Produções Coloniais, a excepção do Pau Brazil, ou outros notoriamente estancados, pagando por sahida os mesmos Direitos já estabelecidos nas respectivas Capitancias ficando, entretanto como em suspenso, e sem vigor todas as leis, Cartas Régias, ou outras Ordens que athe aqui prohibião neste Estado do Brazil o recíproco Comercio, e Navegação, entre os Meos Vassalos, e Estrangeiros. O que tudo fareis executar com o Zello, e actividade que de voz espero Escrita na Bahia aos vinte oito de janeiro de 1808.” COUTO et al (2008, p.77).

Esse porto, entretanto, também servia para contrabando de escravos desde o século XIX, fato que pode ser comprovado por meio do incidente de grande repercussão ocorrido em 1865 na baía de Paranaguá, quando embarcações, que realizavam o tráfico negreiro para trabalhar na cultura do café, conforme demonstrado na figura 19. As embarcações foram apreendidas ainda fundeadas com fulcro na lei inglesa "*Bill Aberdeen*"³⁵, pelos tripulantes ingleses do navio Cormorant. Esse fato é um exemplo da persistente importação de escravos por aquele porto. Esse fato é tão escandaloso que, em 1854, o número de escravos no Paraná já somava 10.189, para uma população branca de 33.633 habitantes. É nesse quadro que os negros vieram somar-se aos elementos étnicos, brancos europeus e o indígena, na composição demográfica da população do Paraná, no século XIX, fato negado por uma parte dos

³⁵ No século XIX, durante a Pax Britânica, foi exarada uma lei inglesa denominada "*Bill Aberdeen*", aprovada pelo parlamento britânico, em março de 1845, a qual concedia ao Almirantado Inglês o direito de aprisionar navios negreiros e julgar seus comandantes. SANTOS e MAGALHÃES (2012).

atuais formadores de opinião paranaenses, e refutado pelo juízo de realidade formado por documentos irrefutáveis conforme se pode verificar na imagem contida na FIGURA 19.

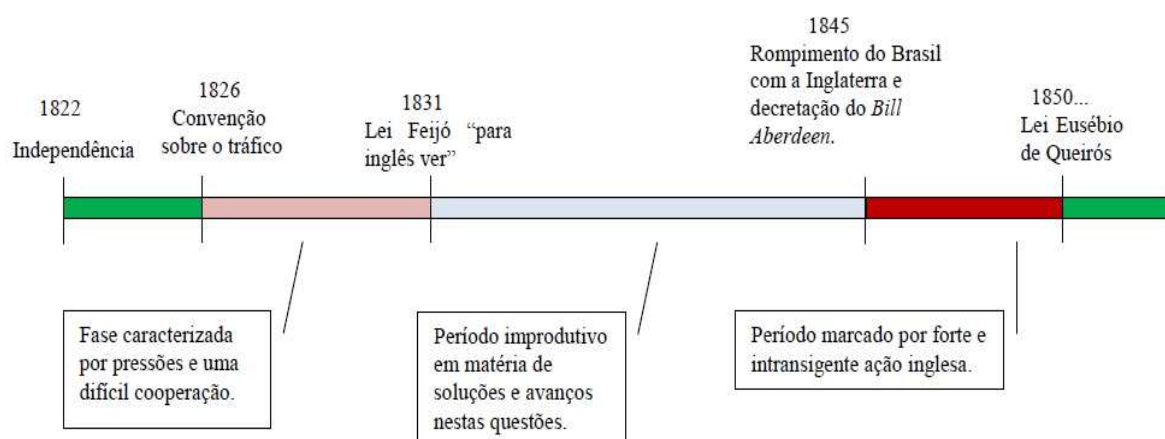
FIGURA 19 - Africanos sendo conduzidos como escravos para trabalhar na lavoura cafeeira (1860).



FONTE: Brasiliana Fotográfica.

Todavia um fato externo iria influir nos fatores internos da política portuária, a lei inglesa "*Bill Aberdeen*" de acordo com SANTOS e MAGALHÃES (2012) fora aprovada, em março de 1845, pelo parlamento britânico, como resultado da impaciência do governo britânico para com o Império do Brasileiro de então, em virtude da à inércia demonstrada em realizar um combate efetivo à escravidão e seu consequente tráfico, o período mais atritivo entre Brasil e Inglaterra se entre 1845 e 1850, conforme se ver na figura 20, na qual SANTOS e MAGALHÃES (2012, p 3) apresentam a cronologia dos tratados, leis e convenções mais importantes envolvendo a questão escravista, as quais o Brasil não cumpria. E naquele período compreendido entre os anos de 1822 e 1850, apesar da vigência da lei inglesa, os portos brasileiros e em particular o porto da Ilha da Cutinga, sob a direção de Gabriel de Lara, continuou recebendo africanos traficados para a serem empregados como mão de obra escrava na monocultura cafeeira até a promulgação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888.

FIGURA 20 - Cronologia de eventos da questão do tráfico de escravos, (1822-1850)



FONTE: SANTOS e MAGALHÃES (2012).

Além do problema envolvendo a questão escravista, desde o período colonial que o porto de Paranaguá convive com um grave problema, crucial para o sistema portuário paranaense como um todo, o assoreamento da Baía de Paranaguá que causa a formação de bancos de areia nas áreas de fundeio e interrupções e desvios nos canais de navegação, a redução das profundidades das áreas de fundeio, dos berços de atracação e dos canais de acesso, um assoreamento que limita o calado das embarcações com as quais o porto possa operar. Estes são problemas antigos, são muito atuais para o sistema portuário moderno, que já começava afligir o porto de Paranaguá desde o século XIX.

A Cutinga é o lugar que serve para ancoradouro dos navios, a carga, e a descarga. Dista do edifício da alfândega duas milhas em linha recta. É o lugar mais profundo e abrigado do porto, e onde fundeiam os navios de lotação maior de 200 toneladas. Ao presente, este único e bom surgidouro de que dispõe a cidade de Paranaguá ou antes toda a província do Paraná, está consideravelmente danificada em uma parte pela aglomeração das areias, que tendo formado grandes bancos, mudou a corrente das águas da margem direita para a esquerda do rio. O ancoradouro está pois reduzido á um simples canal de pouco mais de 80 braças de largura, com um fundo variável de 1/2 a 5 braças nas marés médias. A permanência de uma barca de escavação, que se occupasse com a remoção dos bancos, que conseguisse outra vez restabelecer o curso das águas, é de tal sorte vizível, palpitante e urgente que nos abtemos de qualquer demonstração. Aventuramos com tudo uma observação; e vem a sen que se esta providencia não fôr tomada com urgência, que pede o caso, mesmo com o fim de obviar despesas futuras e enormes, dentro de período de 10 annos mais ou menos ficará a cidade de Paranaguá sem porto accessivel a embarcações; por quanto, a proporção que os bancos existentes se vão desenvolvendo, outros novos como que por encanto vão surgindo da superfície das águas. É por semelhante modo que o que ficava em frente do trapiche da alfândega já tem avançado até alem da praça do mercado, numa extensão não inferior a 30 braças, de Dezembro de 1860 á Outubro de 1861. Com as grandes marés havidas a quantidade de areia deslocada pelas correntes tem sido enorme, e só crivei para quem como

nós pode visualmente apreciar o desenvolvimento deste phenomeno destruidor. Os canaes por onde com auxilio das marés subiam os navios para mais perto da cidade e da alfândega, estão muito menos profundos. Ao passo que as correntes se pronunciam com mais precisão pela margem esquerda, a da direita ou cidade vai ficando sensivelmente aterrada. E nem é para admirar que isto assim suo ceda, porque a convergência da força das correntes para o lado esquerdo vai todos os dias escavando o seo leito; a inércia, produzida pelo afastamento desta mesma força, pelo que diz respeito a margem direita, dá logar á que as camadas de arêa deslocadas possam sentar-se, firmar-se e originar esta serie de bancos, que tanto mal já vai fazendo do porto e ao commercio desta cidade. Até aqui, só com o auxilio do premar podia, ainda assim supperando difficuldades, subirem ccanal naquellas embarcações cujos respectivos calados não excediam a 8 palmos pouco mais ou menos, agora deixamos o trabalho de avaliar quanto tem augmentado estas difficuldades com a remoção do leito do rio estreitamento e aterro dos canaes! Estas difficuldades tomam-se insuperáveis quando as marés sam pequenas, porque nem as próprias lanchas e hiates carregados podem chegar ao trapiche da alfândega, que por infelicidade está col locado sobre um dos maiores bancos; é por este motivo que em vez de auxiliar poderoso daquella estação fiscal, como devia-o ser, é o seo verdadeiro estorvo. Se não fora recear parecer enfadonho, passaríamos provar a inconveniência da colocação da alfândega no local, em que está, a inconveniência de funcionar em um acervo de minas, que só por milagre de equilibrio se sustenta, e mais ainda a inconveniência de ficar entre ella e a sua ponte ou trapiche uma rua de transito publico. MOREIRA (1990, p.39/40).

A ideia de dragar o porto de Paranaguá e seus canais de acesso, no século, período colonial, evidentemente não agradou a coroa portuguesa, uma vez que o Brasil não passava de uma Colônia de exploração, a outra alternativa plausível e de baixo custo seria a de mudar o local de fundeio e atracação. Em virtude desse fato, e da distância entre o porto e a alfândega que controlava as mercadorias saiam da colônia surgiu a necessidade de se mudar a localização do porto para o continente, sob o argumento de que a ilha da Cutinga era um local impróprio para se fundar uma cidade.

Considerando este local impróprio para uma povoação, Gabriel de Lara transferiu a população para a margem esquerda do rio Taguaré (atual Itiberê), pois ali o solo era mais fértil e na região havia água potável, o rio permitia ainda que as embarcações ficassem protegidas e seguras dos inimigos e dos ventos. Após explorar o rio dos Almeidas, Correias e Guaraguassú (hoje Guaraguaçu), descobriu-se nele ouro (SANTOS, 1952, p. 16-17 e 31), isto fez com que a região se tornasse atrativa, aumentando o contingente populacional. Para o escoamento da produção foram construídos atracadouros e cais pelas margens dos rios, até que no final do século 17, em pleno ciclo do ouro, Paranaguá se tornava um importante polo litorâneo. MACHADO (2012, P. 233).

Logo após a pacificação dos índios Carijós e os colonizadores terem obtido livre acesso ao continente, o velho porto e o povoado da ilha da Cutinga foram

transferidos para a planície litorânea, para a margem esquerda do antigo Rio Taquara, atual Rio Itiberê, esse novo atracadouro com base firme no continente possibilitou a instalação de equipamentos que facilitaram enormemente tanto as operações portuárias quanto as fainas³⁶ marinheiras de aproximação e atracação, sem a agressividade dos ventos e das fortes correntezas, da águas abrigadas do Rio Itiberê, os canais de acesso permaneceram os mesmos: Canal Sueste (principal) e Canal Norte (secundário).

A partir de 1872, após o ciclo do ouro o principal atracadouro do rio Itiberê vivia uma grande movimentação, pois estava em pleno ciclo econômico de erva-mate aumentando a frequência das chegadas e partidas dos navios, além de trazer riquezas para a região e para o estado. (MORGENSTERN, 1985). Localização do atual porto de Paranaguá. Paranaguá se beneficiou muito do comércio da erva-mate, até os anos de 1880, quando a principal atividade se tornou a extração de madeira. MACHADO (2012, P. 235).

FIGURA 21 - Porto de N. S. do Rosário, Rua da Praia, margem do Rio Itiberê (1860)



³⁶ Fainas é uma expressão marinheira de uso corrente, à bordo de navios e nos portos, empregada para se referir a quaisquer trabalho ou manobra marinheira que ocorrer à bordo, a contra bordo ou em terra desde que envolva o navio, sua tripulação e sua carga, por exemplo, atracar, desatracar, suspender, fundear, rebocar, garrar, desgarrar, encalhar, desencalhar, içar velas, arriar velas, carregar, descarregar, pear carga, embarcar e desembarcar. Fonte: Manual de Tradições Marinheiras, da Marinha do Brasil. Fonte: Manual de Tradições Marinheiras, da Marinha do Brasil.

FONTE: APPA.

Até o final do século XIX, Paranaguá desenvolveu-se pouco e conviveu com seu porto, que tinha o nome de Porto de Nossa Senhora do Rosário, à beira do Rio Itiberê, no centro histórico. Todos os negócios eram feitos na Rua General Carneiro, conhecida como a Rua da Praia, à beira desse rio. [...] Com o surgimento dos navios de maior porte, que aportavam ocasionalmente em Paranaguá, no final do século XIX, houve necessidade de mudança do local de atracação para águas mais profundas, já que a maior parte dos vapores não podia entrar no rio Itiberê e permanecia fundeada na Ilha da Cutinga. Pode-se dizer que oficialmente, em 1935, o Porto de Paranaguá mudou suas instalações para águas mais profundas, a exemplo do que ocorreu com os portos europeus. Diferentemente destes, para os quais tal mudança significou a decadência do centro urbano, para Paranaguá implicou em melhores condições para receber navios de maior porte, resultando em crescimento das atividades econômicas e do setor urbano. GODOY (2000, p.14/15).

Em virtude do vertiginoso crescimento econômico da economia brasileira, proporcionado pelo ciclo do café, mormente pelo aumento do porte dos navios que aportavam em Paranaguá, da quantidade de cargas que passaram a transportar o porto de Nossa Senhora do Rosário já não atendia os quesitos de segurança da navegação, surgiu a necessidade de um cais atracável mais eficiente, com berços mais profundos e cabeços mais eficientes para assegurar uma atracação rápida e segura e de se aumentar a eficiência das operações portuárias com a dragagem do Canal Norte e de se investir em uma infraestrutura portuária com a instalação de guinchos e equipamentos cada vez mais pesados cuja capacidade pudesse suportar esse agregado de pesos.

Devido a grande movimentação no porto proporcionado pelo café, o vai e vem dos navios, e as condições na qual este se encontrava, em 1925, a partir da autorização das obras de dragagem e abertura do canal barra norte, dragagem do ancoradouro, construção da muralha do cais de atracação e balizamento do canal de acesso, o antigo ancoradouro, denominado Porto de Paranaguá, começa a realmente se tornar um porto comercial, porém as obras de melhorias do porto foram interrompidas pelo governo devido a Revolução de 1930, que ocorria no Brasil, sendo retomada somente em 17 de março de 1933, porém desta vez com recursos do próprio governo do estado. MACHADO (2012, P. 236).

Posteriormente, em decorrência das mudanças havidas, por conta da Revolução Industrial, que já se refletia nos meios de transportes terrestres não tardou para que afetasse também o transporte marítimo, segundo Fonseca (2005) a exigência por uma maior regularidade nas viagens, fez com que as caravelas, embora muito econômicas entrassem em declínio e essa necessidade de mercado fez surgir as embarcações de casco de ferro e movidas a vapor, primeiramente na Inglaterra e

posteriormente nos demais países que acompanharam a primeira onda da revolução industrial.

As sucessivas melhorias na qualidade do material de navegação marítima, a evolução das soldas e o surgimento de novos recursos técnicos ocasionaram um enorme crescimento no tamanho, capacidade e especialização das embarcações, constituindo-se, assim, o passo final para a evolução dos cascos dos navios atuais. VIEIRA (2003, p.29).

Por não ter participado da primeira onda da revolução industrial, levou algum tempo para que os estaleiros portugueses dominassem as novas tecnologias e acompanhasse as alterações havidas na arquitetura naval para casco de ferro e propulsão a vapor, o que fez com que as embarcações portuguesas fossem projetadas para uma maior capacidade de carga e crescessem tanto em boca e comprimento quanto em calado.

Esse fato forçou a transferência e a modernização do porto que careciam de um cais mais firme para as fainas de atracção e desatracção, com cabeços mais firmes para permitir uma amarração firme e berços mais profundos que permitissem às grandes embarcações serem carregadas em sua plenitude e de uma ampla bacia de evolução³⁷ para possibilitar manobras de aproximação, atracção cada vez mais seguras que o porto N. S. do Rosário já não poderia mais proporcionar.

Após o ciclo do ouro ocorreu uma intensificação do tráfego marítimo, em Paranaguá, em virtude do início do ciclo da erva-mate e posteriormente o ciclo da madeira e após este o do café, cuja exportação já estava sendo efetuada com o emprego de embarcações metálicas, movidas a vapor, cada vez maiores e de maior calado exigiam um atracadouro maior e mais seguro. A água potável que abastecia os navios continuava a vir da Camboa, da Fonte de Cima e continuou assim por muito tempo, até que o velho atracadouro do Rio Itiberê foi abandonado de uma vez por todas e o porto foi transferido, em 1872, para um trapiche de madeira no interior da baía de Paranaguá, conhecido como Porto do Gato.

³⁷ Bacia de Evolução é um termo empregado na Engenharia Costeira para designar a área marítima localizada em frente ao cais portuário, onde são realizadas as manobras de aproximação, atracção ou desatracção dos navios nos berços, geralmente empregando o apoio de Rebocadores. SOARES (2009, p.72).

FIGURA 22 - Alfandega, trapiche do Porto do Gato, na Baía de Paranaguá (1872).



FONTE: APPA.

[...] até os anos de 1880, quando a principal atividade se tornou a extração de madeira. A necessidade de conseguir suprir o fluxo de mercadorias que era solicitado impôs a transferência do porto de Paranaguá das margens do rio Itiberê para um local mais adequado que possuísse uma maior profundidade, assim foi necessário a construção de um novo porto e a melhoria e construção de vias ligassem o planalto ao litoral, permitindo e agilizando o escoamento da produção do interior do estado do Paraná. Assim no ano de 1872 foi escolhida a Ponta do Gato, na enseada de mesmo nome, para a construção do futuro porto, concedido por parte do governo federal através do decreto nº 5.053, de 14 de agosto do mesmo ano, a um grupo de empresários, sendo eles José Gonçalves Pecego Júnior, Pedro Aloys Scherer e José Maria da Silva Lemos. MACHADO (2012, P. 235).

Mas as manobras de atracação naquele trapiche de madeira eram muito precárias, para as modernas embarcações, que nesse período eram fabricadas com casco de ferro e propulsionadas a vapor como se pode ver na FIGURA 23. Após isso o governo federal deu início aos investimentos na infraestrutura portuária, com a construção de um cais atracável de concreto e granito e novos armazéns para a logística portuária, bem com a aquisição de equipamentos de apoio às manobras de atracação e de transbordo de cargas que compõem as facilidades portuárias. Todavia a concretização definitiva da sua importância para a economia do estado se deu definitivamente quando o porto foi definitivamente construído na Baía de Paranaguá.

FIGURA 23 - Trapiche de madeira do Porto do Gato, Baía de Paranaguá (1872).

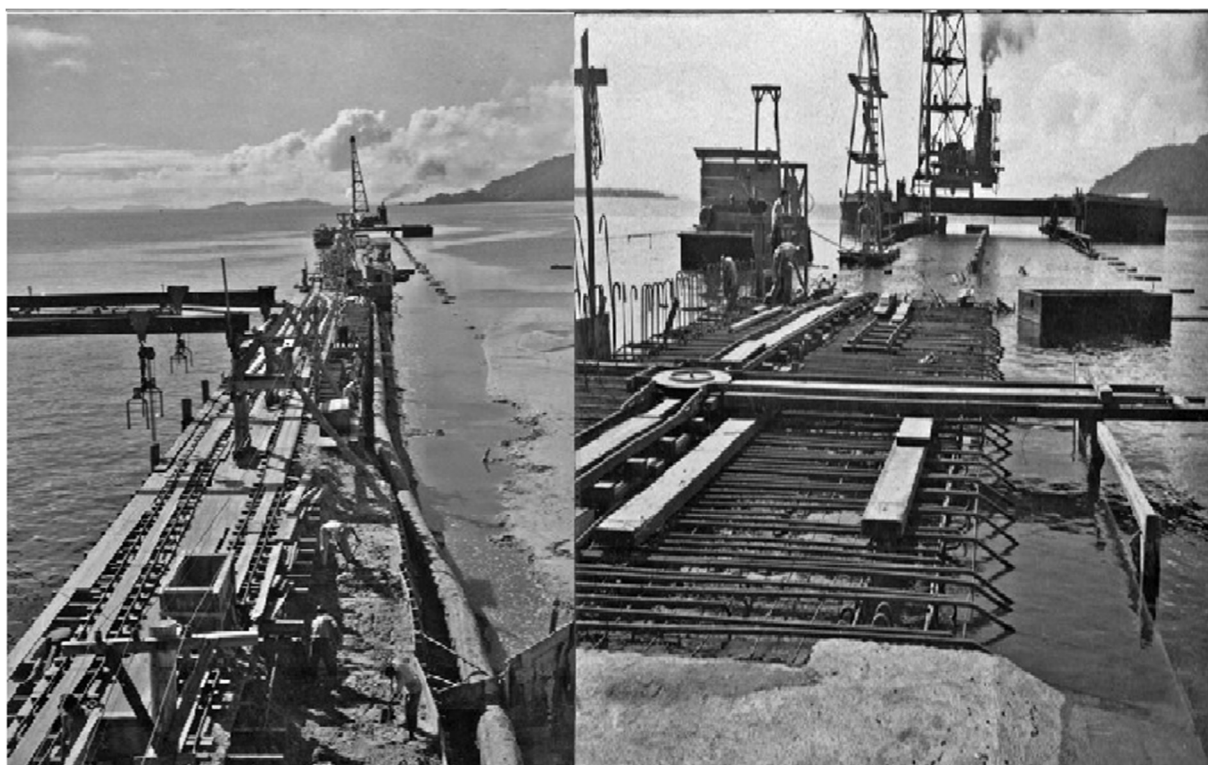


FONTE: APPA.

Por meio do Decreto nº 5.053, de 14 de agosto de 1872, o governo federal concedeu a administração do porto ao grupo formado pelos empresários José Gonçalves Pecego Júnior, Pedro Aloys Scherer e José Maria da Silva Lemos, logo após a transformação do antigo trapiche de madeira em um verdadeiro porto em condições de os grandes navios daquela época com toda segurança, em atendimento aos crescentes fluxos de mercadorias originadas da ligação ferroviária com Curitiba.

Essa concessão foi encerrada pelo Decreto nº 6.053, de 14 de setembro de 1889. As obras de melhoramento foram assumidas pelo governo do estado do Paraná, conforme disposto no Decreto nº 12.477, de 23 de maio de 1917, prevendo, inicialmente, a abertura de dois canais de acesso, a execução de 550m de cais acostável e 2.486m de cais de saneamento, além de armazéns e depósitos, de acordo com projeto elaborado pela Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais, do Ministério da Viação e Obras Públicas. Conforme se pode ver na FIGURA 24.

FIGURA 24 - Obras da construção do novo cais do Porto de Paranaguá (1917-1935).



FONTE: APPA (montagem do Autor).

Dessa forma o porto de Paranaguá recebeu investimentos públicos e privados em que pese esse contrato ter sido firmado de forma precária, tendo permanecido nessa condição de concessão no primeiro e no segundo império. Posteriormente, em 14 de Setembro de 1889, através do decreto nº 6.053, esta concessão foi encerrada, e em 23 de Maio de 1917, através do decreto nº 12.477, transferida ao Governo do Estado do Paraná, estando a Administração do Porto de Paranaguá (APP), afeta à esta Autarquia Estadual, a quem coube gerenciar as obras de modernização do cais para atender as necessidades de atracação dos grandes navios que começavam frequentar o porto de Paranaguá.

A construção do porto começou em 24 de novembro de 1926, e a sua inauguração se deu a 17 de março de 1935. Em 11 de julho de 1947, foi criado o órgão estadual Administração do Porto de Paranaguá, modificado, em 10 de novembro de 1971, para Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. O contrato de concessão em vigor foi iniciado em 23 de fevereiro de 1949, com prazo previsto para término em 1992, foi prorrogado por mais 10 anos até 19 de dezembro de 2002. Atualmente, a Autarquia é responsável por gerir os portos paranaenses através do Convênio de Delegação nº. 037/2001, celebrando em 11 de dezembro de 2001 entre o Estado do Paraná e a União com validade de 25 anos, que vigorará até 1º janeiro de 2027, com possibilidade de prorrogação. ANTAQ (2010, p.2).

As obras de modernização do porto envolveram uma engenharia portuária complexa para assegurar berços de atracações profundos e bacia de evolução³⁸ mais seguros, para tanto requereu um estaqueamento reforçado com obras de contenção e estaqueamento paralelo para se evitar o assoreamento dos referidos berços. E assim, após mais de sessenta anos de obras, com a atracação do Navio-Escola Saldanha da Gama, da Marinha do Brasil, em 17 de março de 1935 (FIGURA 25), o atual terminal portuário foi finalmente inaugurado e recebeu o nome atual de Porto Dom Pedro II.

FIGURA 25 - O NE Saldanha da Gama na inauguração do Porto, em março de 1935.



FONTE: APPA (montagem do Autor).

Da década de 1930 por diante foram executadas várias obras de melhorias, cujas adequações visaram sempre ao atendimento da necessidade de atracação de navios cada vez maiores e com maior calado. Em função da atividade portuária, e com a inauguração do terminal portuário D. Pedro II, em 19 de março de 1935, tornou-se uma das mais importantes microrregiões do estado paranaense, como se pode ver na FIGURA 26.

³⁸ Bacia de Evolução é um termo empregado na Engenharia Costeira para designar a área em frente ao cais portuário, onde são realizadas as manobras de atracação ou desatracação dos navios nos berços, geralmente empregando rebocadores. SOARES (2009, p.72).

FIGURA 26 - Operação de cargas em barris, no Porto de Paranaguá, em 1935.



FONTE: APPA.

. As melhorias da logística portuária de armazenamento e transporte, acompanharam o crescimento do comércio exterior e as alterações na dinâmica do mercado que conseqüentemente foram impondo novos desafios ao porto a medida que o Brasil se inseria na economia global, fortalecendo sua participação e representatividade. Desse modo, houve a necessidade de se ampliar a capacidade instalada na área do porto como a construção de novos armazéns e melhorias nos berços, pátios e acessos como se pode ver na FIGURA 27. Porém a política portuária foi sendo modificada e exigiu nova infraestrutura e capacidade de fiscalização e controle da operação portuária.

O governo federal, na vigência do estado novo, decidiu descentralizar as administrações portuárias, transferindo o controle destas por meio de concessões. Assim sendo, o estado do Paraná, conforme relata MACHADO (2012), após receber a concessão dos portos de Paranaguá e Antonina, por meio da lei 6.249/47, criou em 11 de julho de 1947, a Administração do Porto de Paranaguá (A.P.P) e a Administração do Porto de Antonina (A.P.A). Porém em 10 de novembro de 1971, decidiu unificar a administração dos dois portos paranaenses, criando Autarquia

estadual denominada Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), a qual os administra até os dias atuais.

FIGURA 27 - Porto D. Pedro II, Baía de Paranaguá, em 1947.



Fonte: APPA.

Em Julho de 1947, foi criado um órgão estadual denominado Administração do Porto de Paranaguá, tendo seu nome modificado em 10 de novembro de 1971, para Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA). Ele atraiu grande número de trabalhadores, a partir da década de 1950, fato que gerou intensa ocupação na região norte de Paranaguá. MACHADO (2012, p. 236).

Pode-se considerar que antes da Revolução de 1930 e logo após, no início da "Era Vargas", pois de acordo com MACHADO (2012) em termos de investimentos, aquele foi o período mais auspicioso para porto de Paranaguá, todavia em decorrência dos Planos dos governos que se sucederam, após o Estado Novo, o porto de Paranaguá sofreu uma refração de investimentos até os anos finais da década de 1960. Porém nos governos do regime militar que se sucederam a estes ocorreram, em alguns períodos, intercalados por crises econômicas, propiciaram uma significativa

reestruturação do porto, tanto em suas adequações logísticas quanto na infraestrutura básica.

Essas adequações de acordo com MACHADO (2012) se destinaram, quase que exclusivamente, para atender as mudanças ocorridas na tipicidade dos navios que aportavam em Paranaguá para transportar a diversificada produção do setor agrícola brasileiro, porquanto entre as décadas de 1960 e 1970 o Brasil já não era mais o produtor hegemônico do café, por conta de uma super produção desse produto em outros países, e por ser irreversível, essa segunda crise cafeeira pode ser considerada muito pior do que a primeira de 1929, quando da quebra da bolsa de Nova York.

Esse fato abalou o capital monocultor brasileiro de uma maneira tal que aqueles que resolveram continuar atuando no primeiro setor da economia tiveram que se articular para encontrar alternativas produtivas, as quais recaíram sobre a plantação de culturas de curtos períodos, resultando em muitas safras de grãos por ano (soja, trigo, arroz e milho). Do ponto de vista empresarial essa decisão foi acertada porquanto o setor agrícola paranaense e da região centro-oeste voltaram a dinamizar as movimentações de cargas que tornaram o porto de Paranaguá o maior exportador de grãos no Brasil.

No final dos anos 1960 iniciou-se a crise do café, seu preço caiu no mercado internacional e o local de beneficiamento deste produto passou de Paranaguá para a zona cafeeira no norte do Estado. Em 6 de Abril de 1968, foi inaugurada a rodovia que liga Paranaguá a Curitiba e esta ao oeste e sudoeste do Estado, assim com a possibilidade e a facilidade do escoamento da produção, as áreas anteriormente citadas se dedicaram na produção de grãos, como a soja e o trigo, aumentado em grande quantidade a produção que era movimentada no porto. MACHADO (2012, P. 238).

Com isso o Brasil entrou em uma nova fase produtiva no setor agrícola, e a safra única foi substituída por várias safras anuais de grãos. Esse fato influenciou na dinâmica operativa do porto de Paranaguá, reforçando a necessidade de construção de novas unidades de armazenamento para salvaguardar esses produtos perecíveis que para fazer face a essas novas necessidades.

[...] com o declínio do café, o incentivo governamental às exportações de grãos (principalmente soja) e a melhoria do sistema de telecomunicações e infra-estrutura rodoviária, criaram-se as condições para que novas empresas como SOCEPPAR - Sociedade Cerealista Exportadora de Produtos Paranaenses S.A. (1967), SANBRA (1972), CARGILL (1973), COTRIGUAÇU - Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda. (1975), UNIÃO/DIBAL -

Armazéns Gerais Ltda. (1978), COCAP – Cooperativa Central Agropecuária do Paraná (1980), Fertilizantes BECKER Ltda. (1980), ANNP - Associação Nacional de Navegação e Portos (1980), FRIGOBRÁS - Cia. Brasileira de Frigoríficos (1981), BRASWEY S.A. (1982), IKPC - Indústria KLABIN de Papel e Celulose (1986), CENTROSUL S.A. (1988), Sagel/Slaviero e a Vermorel (perto da Centro-Sul), que subarrendou para a Exximcop (1995) utilizassem as dependências existentes na época do café, através de arrendamentos para armazenamento de grãos e óleos. Nesse contexto, pode-se dizer que ao lado do crescimento na movimentação de mercadorias, houve uma excessiva especialização do porto; hoje, 80% das exportações são grãos, o que representava fatia significativa das receitas cambiais do porto: 49% em 1995. (GODOY, 1998).

Um outro fator a se considerar foram as mudanças havidas na arquitetura naval e o governo precisou investir ainda mais na infraestrutura portuária com o fito de atender as novas operações com navios e cargas cada vez maiores. Essas novas mudanças se estenderam, também, à retro área portuária, pela necessidade de novos silos e armazéns para garantir a qualidade dos produtos perecíveis, o que causou enormes transformações geográficas nas áreas adjacentes ao porto.

O Paraná tornou-se o maior produtor de soja do país e o Porto de Paranaguá o maior exportador deste produto, o que gerou a necessidade da adaptação e ampliação das instalações portuárias. Foram instalados armazéns e silos para atender a demanda de grãos, fazendo que o espaço urbano fosse ampliado e remodelado. MACHADO (2012, P. 238).

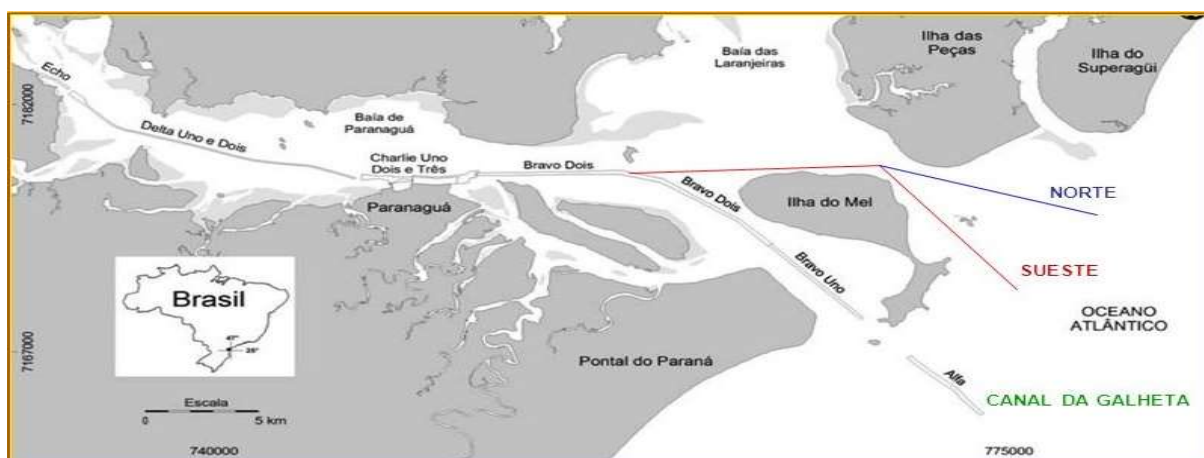
Em virtude desse fato o porto de Paranaguá começou a receber navios cada vez maiores (comprimento, boca e calado) e os canais naturais de acesso da barra norte que já eram utilizados com muita restrição na década de 1950 se tornaram o ponto crítico do porto de Paranaguá no final da década de 1960, em que pese se tenha feito uma grande obra de derrocagem e dragagem nos canal Sueste, porém como naquele ponto fundo é rochoso um maior aprofundamento maior que 10m foi considerado tecnicamente inviável.

Esse problema se arrastou por mais uma década ocasionando em enormes prejuízos para a economia paranaense e brasileira por extensão, período em que o acesso ao porto e a capacidade de carregamento eram tidos como verdadeiros gargalos, até que em 1972, no governo do Presidente Médici, se decidiu pela abertura do Canal da Galheta, na barra sul da baía de Paranaguá, constante da figura 28, a qual pode ser considerada uma das maiores obras de infraestrutura portuária básica executadas no Brasil, no século XX.

Até o final da década de 1960, o acesso marítimo a Paranaguá e Antonina era efetuado pelo Canal Sueste, situado entre a Ilha do Mel, a Ilha das Palmas

e a Ilha das Peças, e eventualmente pelo Canal Norte, localizado ao sul da Ilha do Superagui. Com o surgimento dos navios de maior porte, que exigiam profundidades maiores para uma navegação segura, houve a necessidade de se aprofundar o Canal Sueste de 8 para 10 m, através de dragagens. [...] Entre 1972 e 1975 efetuaram-se dragagens para a abertura do Canal da Galheta, situado entre a ilha homônima e a Ilha do Mel, na desembocadura da Baía de Paranaguá, que desde então é o acesso aos portos de Paranaguá e Antonina. As dragagens foram conduzidas sobre bancos arenosos do delta de maré vazante do CEP, passando das profundidades originais naturais de 3 a 4 m para a atual cota de 12 m. A extensão total do canal, desde o par de boias nº 1/2, que delimitam o início do canal na plataforma continental interna paranaense, até o par de boias nº 29/30, já no início da Bacia de Evolução do Porto de Paranaguá, é de aproximadamente 30 km. SOARES (2009, P. 72).

FIGURA 28 - Canais N e SE (Barra N); Canal da Galheta (Barra S) ao porto D. Pedro II, (1975).



FONTE: SOARES (2009, P. 72).

Após 1975, com o fim dessa importante obra de readequação da infraestrutura básica, com a abertura do canal da galheta, o porto de Paranaguá funcionou muito bem, por um longo período, em calmas águas, até a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando a legislação ambiental avançou bastante e passou a pressionar a atividade portuária, mas de igual modo avançaram os marcos regulatórios da modernização portuária impulsionados pela CF/88, a qual estabeleceu em seu Artigo 21 que a exploração dos portos, doravante seria efetuada diretamente pela União, ou ainda, por delegação (autorização, concessão ou permissão) pelos estados ou municípios. O Artigo 22 dispõe que é competência privativa da União legislar sobre portos e o Artigo 175 dispõe que é obrigatória a observância da lei 8.666/93, nos portos brasileiros, para a licitação e contratações no serviço público.

A década de 1990 foi marcada pela supremacia do neoliberalismo na política brasileira, a qual apregoava um estado mínimo e a privatização de empresas públicas cujo funcionamento era considerado, pelo governo de então como, um peso morto

para a economia e um gargalo desenvolvimentista para o Estado brasileiro. Essa tendência privatizante de pronto atingiu o setor portuário com: a extinção da empresa estatal Portobrás (1975-1990); o sucateamento das Dragas³⁹, Cábreas⁴⁰ e outros equipamentos de apoio portuário nacional.

No início dos anos de 1990 o governo federal começou a incentivar a política de privatização de organismos e instituições governamentais, a proposta governamental foi a de modernização do Porto de Paranaguá por intermédio de um programa de parceira com a iniciativa privada, que permitiu a modernização das diversas atividades ao longo dos 2.610 metros de cais e também de toda a área retro portuária. MACHADO (2012, P. 238).

O advento de uma nova legislação ambiental e a promulgação da Lei 8.630/93, Lei de Modernização dos Portos, essa norma extinguiu a Portobrás e criou o Conselho de Autoridade Portuária, para atuar, juntamente com as Autoridades Portuárias, nas questões de desenvolvimento da atividade, promoção da competição, proteção do meio ambiente e de formação dos preços dos serviços portuários e seu desempenho. Essa função reguladora dos CAPs passou a ser exercida com a vigência da Lei nº 8.630/93.

Os portos passam por transformações tecnológicas e de gestão há séculos, empregando-se, genericamente, o termo “modernização portuária”. No Brasil, o atual marco regulador é a Lei nº 8.630 (conhecida como Lei de Modernização dos Portos), de 1993, que procurou fornecer meios de melhorar a qualidade dos serviços prestados no setor, com uma maior participação da iniciativa privada. Vários conceitos foram introduzidos na lei, como os de Área de Porto Organizado (APO), Autoridade Portuária, Conselho de Autoridade Portuária (CAP), Operação e Operador Portuário. A mão de obra, até então controlada por sindicatos, passou a ser administrada pelo Órgão Gestor da Mão de obra (OGMO). SOARES (2008, p.1).

Essa Lei, por meio de seu Artigo 4º, possibilitou, via licitação, o arrendamentos de terminais nos portos públicos; o Artigo 18 criou os Órgãos Gestores da Mão de obra Portuária (OGMO); e o Artigo 30 institucionalizou o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário (PDZP), inovou o setor criando o conceito de Autoridade Marítima para o representante do Comandante da Marinha na região

³⁹ Draga- s.f. é um tipo especial de embarcação, projetado para executar várias funções, limpeza de berços de atracção, abertura e manutenção de canais de navegação.

⁴⁰ Cábrea - s.f. é um Guindaste flutuante, muito potente, utilizado, sobretudo, em manobras de transbordo de cargas pesadas nos portos marítimos. Fonte: DICIO (Dicionário On line) (adaptação do autor).

do Porto - o Capitão dos Portos do Paraná; e de Autoridade Portuária para o titular da administração do porto ou do órgão que coordena o sistema portuário local, no caso do Paraná é o Superintendente da APPA.

A princípio a manipulação das cargas era realizada manualmente pelos estivadores e arrumadores, necessitando de grande contingente de trabalhadores, porém, com o avanço de tecnologias as máquinas passaram a substituir a mão de obra, diminuindo o número de empregados portuários, aumentando os problemas sociais na cidade, refletindo-se numa desorganização do espaço. Nos anos de 1980 e 1990, Paranaguá expandiu sua área urbana pelas margens da BR-227 e PR-407 (Estradas das Praias), com a abertura de loteamentos. Também foi intensificada a ocupação irregular de áreas de proteção permanente e as próximas ao porto. MACHADO (2012, P. 238).

Em 1995 essa Nova norma foi regulamentada pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, onde o poder concedente, a União, outorga a exploração econômica do porto aos estados ou aos municípios, conforme cada caso, por tempo determinado, podendo ser renovável. Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido na lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

Nesse contexto, as transformações tecnológicas não se concretizaram antes reforçaram o divórcio que estava se delineando na época do café. Houve uma reestruturação econômica do espaço urbano, agora voltado aos grãos. Pode-se apontar que os processos de globalização e reconversão ocorridos há algum tempo nos portos europeus levaram a uma rápida redefinição de alguns portos no Brasil, entre os quais inclui-se o de Paranaguá. GODOY (2000, P. 17).

No ano de 1996, a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (CONPORTOS) que houvera sido criada pelo Decreto 1.507, de 30 de maio 1995, foi alterada pelo Decreto 1.972, de 30 de julho de 1996. A CONPORTOS é composta pelo Ministério da Justiça, Ministério da Defesa, representado pelo Comando da Marinha, Ministério da Fazenda, Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério dos Transportes. A CONPORTOS, conta, em sua estrutura, com 21 (vinte e uma) Comissões Estaduais de Segurança Pública nos Portos Terminais e Vias Navegáveis (CESPORTOS).

4.2.2 Área do Porto Organizado

A partir do ano 2000 o setor portuário se beneficiou com uma nova fase de crescimento econômico brasileiro, após o lançamento do plano real, veio o controle da inflação e a estabilização da economia, o que favoreceu a efetivação dos terminais privativos, mas em virtude do sucateamento das Dragas nacionais as algumas Autoridades Portuárias começam a experimentar grandes dificuldades para a manutenção dos berços de atracação e dos canais de acesso aos portos sob sua jurisdição bem como aumentou a dificuldade para dragar canais de acesso em virtude das limitações administrativas e jurisdicionais imposta pela atual legislação ambiental, em relação à área do porto organizado⁴¹.

a área do porto organizado de Paranaguá, no estado do Paraná, sendo esta constituída: a) Pelas instalações portuárias terrestres existentes na baía de Paranaguá, desde o Pontal do Sul, estendendo-se até a Foz do Rio Nhundiaquara, abrangendo todos os cais, docas, pontes, e píeres de atracação e de acostagem, armazéns, silos, rampas "RO-RO", pátios, edificações em geral, vias internas de circulação rodoviária e ainda os terrenos e ilhas ao longo dessas faixas marginais e em suas adjacências pertencentes à União, incorporados ou não ao patrimônio do porto de Paranaguá ou sob sua guarda e responsabilidade; b) Pela Infra-estrutura de proteção e acessos aquaviários, tais com áreas de fundeio, bacias de evolução, canais de acesso – da Galheta, Sudeste, do Norte – e áreas adjacentes a esses até as margens das instalações terrestres do porto organizado, conforme definido no item "a" acima, existentes ou que venham a ser construídas e mantidas pela Administração do Porto ou por outro órgão do poder público. MACHADO (2012, P. 244).

A partir de 2004, após muitas discussões e audiências públicas a respeito da carga tributária e sob uma enorme pressão por parte dos atores que compõem o setor portuário, o governo federal aprovou a Lei 11.033 que em seu Artigo 13 estabeleceu o REPORTO, um novo regime tributário para o incentivo à modernização e à ampliação da estrutura portuária. Em 2007, por meio do Artigo 1º, da Lei 11.518 criou

⁴¹ Entende-se por área de porto organizado aquelas na qual [...] tenham sido melhorados, ou aparelhados, atendendo-se às necessidades da navegação e movimentação e guarde de mercadorias e cujo tráfego se realize sobre uma "administração do porto", a quem caiba a execução dos "serviços portuários" e a conservação das "instalações portuárias" (Decreto nº 20.981 de 20 de janeiro de 1932). Com base nesse conhecimento foi definido pela Portaria – MT nº 207, de 7 de abril de 1994, publicada no D.O.U., 8 de Abril/1994. MACHADO (2012, P. 243).

a Secretaria Especial dos Portos, subordinada ao Ministério dos Transportes, por meio da qual passou a definir as políticas, diretrizes e investimentos públicos para o sistema portuário.

A partir do ano de 2008 em diante, em virtude da pressão política exercida pelos operadores portuários que reclamavam das dificuldades encontradas para suas interações com os atores públicos, e outros entraves burocráticos denominados de gargalos portuários, o governo federal, durante os mandatos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, passou a destinar recursos dos Planos de Aceleração do Crescimento (PAC-I e PAC-II), com vista ao aprimoramento do sistema portuário que incluiu investimentos na parte administrativa e em infraestrutura portuária (dragagem, batimetria, sinalização náutica; cabeços, defensas). Bem como em outros equipamentos para a modernização das operações portuárias e integração dos fluxos de informações entre os diversos órgãos que se relacionam, por meio do sistema de gerenciamento eletrônico de documentos portuários, *Eletrônica Data Interchange* (EDI), cujo projeto de criação foi denominado de Porto Sem Papel.

FIGURA 29 - Eletrônica Data Interchange (Troca Eletrônica de Dados - EDI)



FONTE: APPA.

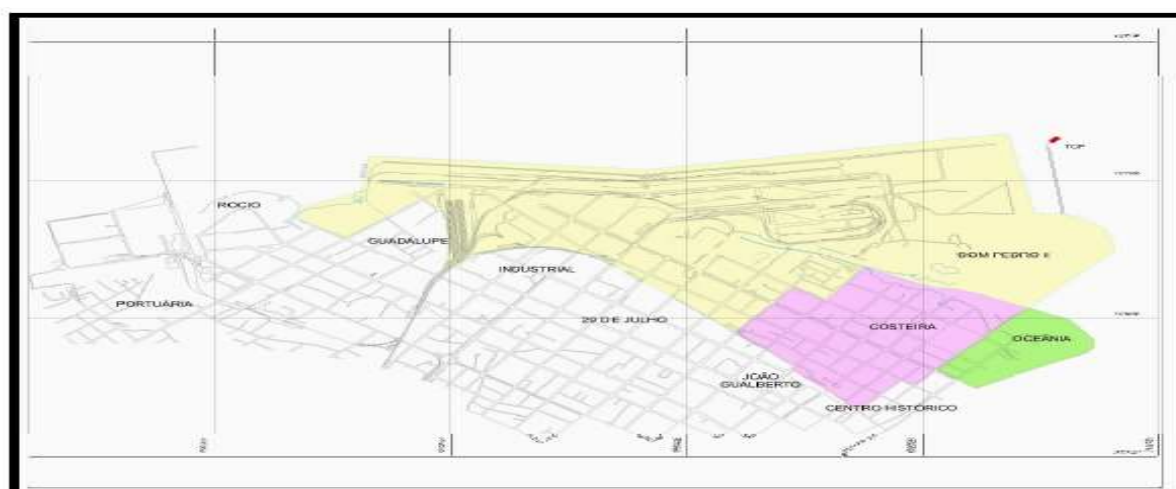
Conforme consta no sítio da APPA, o sistema *Electronic Data Interchange* (FIGURA 29), que em português significa Troca Eletrônica de Dados, é um sistema de gerenciamento eletrônico de documentos, que permite a troca e tramitação de documentos, forma padronizada, via telemática, entre duas ou mais organizações de.

Tem como um dos principais objetivos, ao substituir o fluxo de papéis entre elas, agilizar e reduzir os custos dos processos mercantis.

Todavia, mesmo com a disponibilidade de recursos alocados do PAC, em virtude da pressão ambiental ocasionada pela nova legislação, as obras de infraestrutura encontram óbices de toda ordem para a sua elaboração. A partir 2009 após uma batalha jurídica com os órgãos ambientais (IAP e IBAMA) que já se arrastava desde 1999 a APPA finalmente conseguiu a licença ambiental para realizar a dragagem e a batimetria do principal acesso, o canal da galheta, e com recursos alocados diretamente da Secretaria Especial de Portos (SEP), a APPA executou as obras necessárias para a correção do eixo e das profundidades do Canal da Galheta, melhorando o acesso ao porto de Paranaguá, após isso foram executadas obras de correção das profundidades dos berços de atracação para as necessidades atuais, substituição das defensas antigas e das boias que compõem o balizamento de Paranaguá.

Em 2001 o governo federal, por meio da Lei 10.233 criou a Agencia Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAq) com o fito de regular e fiscalizar o setor portuário. Além desse novo órgão um outro fator que impulsionou o setor portuário foi o Decreto Nº 4.558, de 30 de dezembro de 2002, que estabeleceu novas áreas para os portos organizados, esse decreto foi especialmente favorável à APPA, foi o fato jurídico o que agregou novas áreas de jurisdição ao porto de Paranaguá, nas quais o porto já exercia influência.

FIGURA 30 - Mapa da área de influência, do porto, no município de Paranaguá (2002).



FONTE: Prefeitura Municipal de Paranaguá.

Essa área de influência portuária foi contemplada pela nova legislação que a definiu sob uma nova concepção internacional denominando-a de "*hinterland*"⁴², e a do porto D. Pedro II é uma das maiores entre os portos nacionais, assim sendo, de acordo com a APPA, os acessos da área do porto de Paranaguá ficou assim definida:

- 1) Acesso Rodoviário: Pela rodovia federal BR-277, que liga Paranaguá a Foz do Iguaçu, via Curitiba; e conexão com a rodovia federal BR-116 por meio das rodovias estaduais PR-408, PR-411 e PR-410;
- 2) Acesso Ferroviário: Malha Sul, da ferrovia América Latina Logística S.A.;
- 3) Acesso Marítimo: O porto possui três canais de acesso: Canal Norte (alternativo), Canal Sueste (alternativo), e o Canal da Galheta (principal), esse último, é a principal canal de acesso, com 28,5 km de extensão, largura variando de 150m a 200m e 14m de profundidade em média. A barra de entrada tem largura de 200m e profundidade de 12m e possui balizamento com boias monitoráveis por meio de cartas náuticas digitais.

As instalações portuárias atuais do porto de Paranaguá constam de um cais atracável para navios de carga geral com 2.616m de comprimento; um cais exclusivo para navios de transporte de produtos inflamáveis, com dois piers sendo um com 143m e outro com 184m; e um cais exclusivo com um píer para navios de transporte de fertilizantes. Para atender a logística portuária na movimentação de carga geral e contêineres em navios convencionais e mistos (carga geral solta e contêineres) o porto de Paranaguá dispõe de 24 armazéns totalizando 65.560m² e/ou 376.144m³.

Para atender a logística de grãos líquidos, são movimentados nos dois piers de 143m a 184m pela PETROBRÁS, sendo atendidos por 35 tanques, inclusive 3 de esferas com capacidade total de 177.411m³ para movimentação de derivados de petróleo. Para a movimentação de outros grãos líquidos existem os terminais: Terminal CATALINI C.A., que opera com quatro dolphs, sendo dois de atracação e dois de amarração atendido por 36 tanques e 65.266m³, o terminal da DIBAL que

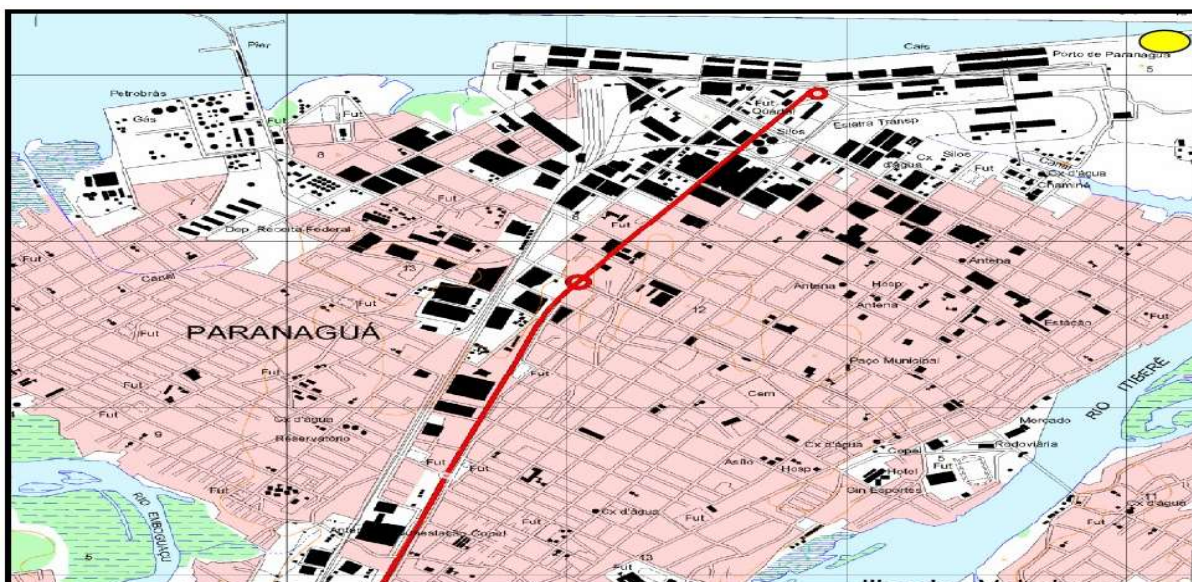
⁴² Entende-se por "*hinterland*" os limites do entorno portuário onde há potencial gerador de cargas para o porto ou seja, sua área de influência terrestre. O "*hinterland*" depende, basicamente, do potencial de desenvolvimento da região em que o porto está localizado e dos custos de transporte terrestre e "*feeder*" (serviço marítimo de alimentação do "*HUB PORT*" ou de distribuição das cargas nele concentradas). Quanto menores são os custos de transbordo, maior é o "*hinterland*" portuário. Fonte: Dicionário inFormal, "on line" (adaptação do autor).

movimenta óleo vegetal possui sete tanques e 17.000m³, e o terminal da BECKER possui dois tanques, para ácidos, de 10.000m³ cada.

Além de pátio de múltiplo uso com 8.000 m², pátio "RO-RO" para contêineres e carretas 6.500m², pátios para estacionamento e manobras, terminais de congelados e papeleiros com 8.000 m², pátios para contêineres cheios de importação com 12.750m² além de outro pátio para contêineres cheios e vazios 14.000m² e um último pátio utilizado como Centro de Distribuição de Veículos, com 27.000m². Os pátios totalizam 91.250m². O Terminal de Veículos e Contêineres (TEVECON), é atendido pelos berços 215 e 216, respectivamente.

Assim, com a conclusão das obras planejadas, a "*hinterland*" do porto D. Pedro II foi deveras ampliada, com dispêndio de recursos próprios pela APPA em conjunto com as medidas e políticas públicas implementadas no município, as quais complementaram e incluíram melhorias no modal de transporte com a modernização da infraestrutura rodoferroviária e a construção de silos, tanques e novos armazéns para atender as exigências dessa nova logística portuária e reduzir perdas, tempo de espera e os custos com as demais operações portuárias.

FIGURA 31 - Inserção da "hinterland" no município de Paranaguá, na atualidade.

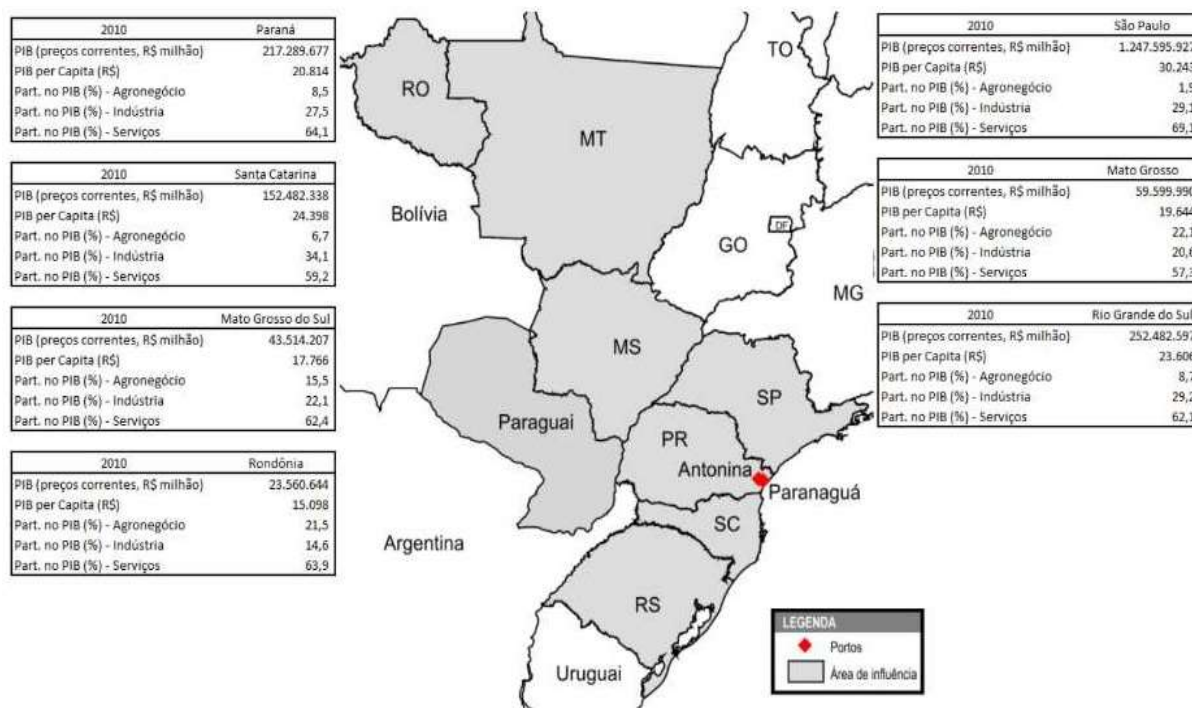


FONTE: IBGE (2010).

Assim foi que aquele rudimentar atracadouro da ilha da Cutinga, que passou pela Rua da Praia, no centro histórico de Paranaguá e pelo trapiche de madeira do porto do gato, deu lugar a um porto marítimo nos padrões internacionais e se

transformou em um dos maiores portos do país, ampliando sua "hinterland" no território de Paranaguá e sua área de influência econômica de local para nacional ao atender estados da região Norte, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, países do MERCOSUL, conforme demonstrado na figura 32, e global por ser um "*HUB PORT*".

FIGURA 32 - Mapa área de influência econômica externa do porto D. Pedro II (2014).



FONTE: HAURELHUK (2014, p.69).

Atualmente, o porto de Paranaguá é o segundo maior do país em virtude do volume e da diversidade de carga que nele são concentradas ou por ele passam, por essas razões é considerado um "*HUB PORT*"⁴³. Recebeu essa nomenclatura por apresentar as condições essenciais para a implantação e o funcionamento de um que núcleo de facilidades portuárias que segundo GOEBEL, (2003, p. 33) estão associadas a um serviço de cabotagem eficiente, com elevada frequência e agilidade

⁴³ HUB PORT é a nomenclatura que indica um porto concentrador de cargas para possibilitar o transporte de cabotagem para outros terminais marítimos ou de navegação interior de menor porte. Entende-se por *HUB PORT* ou porto de transbordo aquele porto concentrador de cargas e de linhas de navegação. O termo decorre das estratégias de aumentar o tamanho dos navios, concentrar rotas e reduzir o número de escalas adotadas pelas principais companhias marítimas, notadamente a partir dos anos noventa. Atualmente, tem sido muito discutida a questão dos *HUB PORTS* e de quais portos no âmbito do Mercosul estariam mais preparados para esse tipo de operação. Fonte: APPA (2010, p.67).

no transbordo dos containeres⁴⁴ nos portos, o que geralmente exige grandes volumes de carga para se tornar viável.

[...] o Porto de Paranaguá se destacou não apenas na histórica formação econômica do município de Paranaguá, mas também do estado do Paraná e da região sul do Brasil, bem como ainda mantém essa importância na economia regional e nacional por conta da capacidade de centralizar diversos produtos regionais e nacionais destinados a exportação, como também na recepção de insumos agrícolas e outros produtos importados, justamente por ter em seu território um terminal portuário que está sendo considerado um “HUB PORT” para fins de comércio exterior, ou seja um porto concentrador de cargas. um porto com grande capacidade de armazenagem e de operações de embarque, desembarque, bem como de grande profundidade para receber grandes navios. Funciona como uma espécie de Centro de Distribuição (CD) de carga, em que cargas com vários destinos são enviadas a esse porto por grandes navios, para serem levadas aos demais navios de menor porte. KEEDI (2006, p.32).

FIGURA 33 - Localização dos Berços e Píeres do Porto de Paranaguá em 2010.



FONTE: APPA (Imagem do *Google Earth* - Adaptada por LabTrans).

⁴⁴ Container é um transportador de cargas confeccionado de metal no formato de uma grande caixa, que serve para o transporte de diversos materiais. São reutilizáveis e possuem quatro tamanhos principais de 30, 25, 20 e 10 toneladas. Normalmente são construídos em aço, alumínio ou fibra, é concebido de forma resistente para ser usado várias vezes e pode ser utilizado por vários modais, como: marítimo, terrestre (rodoferroviário) e aéreo. Fonte: Glossário Portuário.

A atividade portuária do porto D. Pedro II⁴⁵ continua crescendo nos dias atuais, em virtude do crescimento exponencial das sucessivas safras de grãos e da importação de fertilizantes o porto de Paranaguá vem batendo recordes nacionais de armazenamento e transporte de cargas ano após ano. Atualmente o Porto D. Pedro II estende a sua área de influência econômica desde o estado do Paraná a mais seis estados da federação e aos Países integrantes do MERCOSUL.

QUADRO 6 - RANKING DOS PORTOS BRASILEIROS - ANO: 2010.

Posição	Porto	Porte	Hinterlândia	Participação no comércio exterior	Setores/ atividades	National, regional ou local	Valor agregado médio	Total
1°	Santos – SP	30	36	34,8	14	30	20	164,8
2°	Paranaguá – PR	30	21	8,8	13	20	15	107,8
3°	Rio de Janeiro – RJ	30	10	6,5	13	20	20	99,5
4°	Itajaí – SC	30	14	4,2	11	20	20	99,2
5°	Vitória – ES	30	15	9,1	12	20	10	96,1
6°	Rio Grande – RS	30	9	7,1	13	20	15	94,1
7°	São F. do Sul – SC	30	10	2,9	8	10	15	75,9
8°	Salvador – BA	20	6	2,3	12	10	20	70,3
9°	Manaus – AM	20	7	2,6	9	10	20	68,6
10°	Aratu – BA	30	5	3,0	3	10	15	66,0
11°	São Sebastião – SP	30	3	3,8	2	10	15	63,8
12°	Pecém – CE	20	7	1,0	5	10	20	63,0
13°	Itaguaí (Sepetiba) – RJ	20	11	2,3	8	10	10	61,3
14°	São Luís – MA	30	8	3,6	4	10	5	60,6
15°	Suape – PE	20	7	1,1	7	10	15	60,1

FONTE: IPEA (2010).

No ano final do recorte temporal deste trabalho (2010), como se pode ver no quadro 6, o porto D. Pedro II já se posicionava no ranking portuário nacional como o segundo porto do país, tanto em quantidade de cargas quanto em volume de transporte de insumos e fertilizantes processados, se firmando como ator central da economia municipal de Paranaguá, na qualidade de porto concentrador de cargas, "*HUB PORT*", de produtos nacionais e internacionais, advindos de países do MERCOSUL.

⁴⁵ Do ponto de vista econômico, atualmente o porto de Paranaguá – Porto Dom Pedro II – na qualidades de "*HUB PORT*" mantém com todo o Paraná, estados próximos e países do MERCOSUL um intenso fluxo de mercadorias de importação e exportação, o que eleva a escala de abrangência do município para além das fronteiras nacionais. PDDIP (2007, p. 33).

CAPÍTULO 5 - RESULTADOS DA PESQUISA

Este quinto capítulo apresenta a caracterização do polo de fertilizantes de Paranaguá; a caracterização das indústrias de fertilizantes; os dados primários analisados qualitativamente; os dados secundários analisados indutivamente; e os resultados obtidos nas referidas análises, onde se buscou pinçar as informações que indicassem os passos seguidos pelos atores e o encadeamento de fatores que culminaram na implantação do polo de fertilizantes no município de Paranaguá, de modo a atingir os objetivos preestabelecidos, responder a tríplice pergunta e esclarecer as hipóteses suscitadas.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO POLO DE FERTILIZANTES DE PARANAGUÁ

A caracterização do polo de fertilizantes de Paranaguá teve como base teórica a tese dos polos desenvolvida por François Perroux, em 1955, ao observar a concentração industrial do Vale da Ruhr, entre a França e a Alemanha. De acordo com PERROUX (1967) os polos industriais surgem em torno de uma aglomeração urbana importante, ao longo das grandes fontes de matérias-primas, bem como em locais de passagem de fluxos comerciais significativos ou situando-se próximo a uma grande área dependente de seus produtos.

O polo tem uma forte identificação geográfica, porque ele é produto das economias de aglomeração geradas pelos *complexos industriais*, que são liderados pelas *indústrias motrizes*. Um complexo industrial é um conjunto de atividades ligadas por relações de insumo-produto. Ele forma um polo de crescimento quando for liderado por uma ou mais indústrias motrizes; e ele se tornará um polo de desenvolvimento quando provocar transformações estruturais e expandir o produto e o emprego no meio em que está inserido. SOUZA (2005, p. 33).

Desse modo, o polo surgiu no município portuário de Paranaguá, na área urbana da cidade mais importante do litoral paranaense, a qual guarda uma proximidade com a região metropolitana de Curitiba, onde está inserido o polo petroquímico de Araucária, uma das grandes fontes de matérias-primas (amônia e

outros produtos nitrogenados) para o polo de fertilizantes. Ademais, Paranaguá é um município portuário, um local de passagem dos fluxos comerciais mais significativos que fortalecem a economia estadual e nacional e compõe o corredor de exportação mais importante para os centros de produção agrícola do noroeste do Paraná e outros estados das regiões sul e centro-oeste onde estão os grandes consumidores dos produtos deste polo.

[...] dentre os granéis sólidos, os fertilizantes predominaram em volume na pauta de importações, o que está relacionado ao modelo de agricultura moderna e dependente de insumos industriais importados, hegemônica desde os anos 1970 no espaço produtivo ao qual o porto de Paranaguá se vinculou. ABRAHÃO (2010, p. 168).

QUADRO 7 - EMPRESAS DE FERTILIZANTES DE PARANAGUÁ - ANO: 2010.

Empresa	Ambito da atuação			
	Local	Regional	Nacional	Global
ADUBOS TREVO				X
ADM FERTILIZANTES				X
AGROINDUSTRIAL SÃO LUIZ LTDA	X			
ANDALI OPERAÇÕES INDUSTRIAIS LTDA		X		
BUNGE FERTILIZANTES				X
CARGILL FERTILIZANTES				X
COOPERATIVA AGRÍCOLA DO CENTRO-OESTE LTDA	X			
DELTA FERTILIZANTES	X			
FERTIBRAS S.A.				X
FERTIPAR - FERTILIZANTES DO PARANÁ LTDA		X		
FERTIZA CIA NACIONAL DE FERTILIZANTES				X
FOSPAR S.A. FERTILIZANTES FOSFATADOS DO PARANÁ				X
FERTILIZANTES HERINGER			X	
MACROFERTIL IND. E COM. DE FERTILIZANTES		X		
MULTIGRAIN S.A.				X
PENÍNSULA INTERNACIONAL		X		
TAKENAKA S.A. IND. E COMÉRCIO			X	
UTILFERTIL			X	
SOLO VIVO INDUSTRIA E COMÉRCIO	X			

FONTE: ABRAHÃO (2010, P.171).

O grupo analisado é composto por 19 empresas, das quais 11 são parte de grupos cuja atuação se estende pelo território nacional, dentre elas, 8 estão associadas a grupos internacionalizados. Parte dessas corporações atua em nível internacional com o negócio de grãos e têm no setor de fertilizantes a busca de fortalecimento e ganho de posições de mercado. ABRAHÃO (2010, p. 171).

O polo, no limite do recorte temporal deste estudo, o ano de 2010, era composto por 19 empresas associadas a ANDA, as quais operam, sob a forma de polo, no município portuário de Paranaguá. Trata-se pois de um aglomerado de empresas que se inseriram em uma realidade econômica, social e ambiental, preexistente no território, composta por redes sociais presentes e atuantes no território

de Paranaguá, com as quais de algum modo se articularam para favorecer suas operações ou parte do seu processo produtivo.

Esse número de indústrias que operam em Paranaguá corresponde a quase 20% das 106 indústrias associadas a ANDA, atuando em todo o território nacional, as quais se articularam em diferentes níveis, cuja distribuição por âmbito de atuação eram, segundo ABRAHÃO (2010, p.170) quatro de âmbito local, quatro de âmbito regional, três de âmbito nacional, e oito de âmbito global.

O período abarcado pelo recorte temporal do presente trabalho foi um período efervescente, do ponto de vista de pulverização das fronteiras estabelecidas pelo poder de mercado, uma vez que a onda globalizante da economia mundial que de maneira avassaladora varreu as barreiras protecionistas da economia brasileira. Para tanto os atores do setor de fertilizantes se articularam por meio de fusões, aquisições e vendas fracionadas. Em relação às empresas desse polo, durante o recorte temporal, isso não foi diferente, ocorreram diversas articulações como forma de obtenção de protagonismo no setor.

O setor de fertilizantes brasileiro tende a prosseguir no seu processo de reestruturação iniciado após as privatizações da década de 1990. As sucessivas incorporações ocorridas no setor revelaram a necessidade de aumentar a escala e, conseqüentemente, a eficiência. Parte considerável dos grupos brasileiros possuía presença regional. No atual estágio, os grupos empresariais atuam em áreas diversas do território nacional, em especial nas fronteiras agrícolas do Brasil. FERNANDES et al (2009, p. 219).

A empresa gaúcha Adubos TREVO, fundada em 1930, na região metropolitana de Porto Alegre, mais precisamente no município de Guaíba para atender a demanda de fertilizantes daquela região, mas em um processo natural de crescimento se instalou em Paranaguá na década de 1980. Em virtude das articulações havidas após as privatizações, no setor de fertilizantes, em 1992, sua presença no território de Paranaguá foi efêmera, entretanto sua breve atuação no setor de fertilizantes foi de âmbito global.

Adubos Trevo foi fundada em 1930, em Guaíba (RS). Em 1967, a construção do complexo industrial em Rio Grande (RS) ampliou consideravelmente sua capacidade de produção. Já em 1996, começou a operar um terminal portuário no Rio Grande do Sul, com capacidade para descarregar até 12 mil t/a. Foi completamente absorvida pelo Yara em 2000. FERNANDES et al (2009, p. 216).

Em que pese constar como integrante do polo de fertilizantes de Paranaguá no quadro apresentado por ABRAHÃO (2010, P.170), a TREVO foi adquirida pela YARA, no ano 2000, a qual houvera sido fundada em 1977, a partir da empresa NORSH HYDRO, com sede no Rio de Janeiro, embora inicialmente não conste entre as empresas do polo, a empresa YARA prosseguiu atuando como componente do objeto, durante todo o recorte temporal, em âmbito global.

A empresa de fertilizantes ARCHER DANIELS MIDLAND, ADM do Brasil, que no recorte temporal deste estudo operava fábricas misturadoras de fertilizantes em Catalão (GO), Paranaguá (PR), Uberaba (MG), Rondonópolis (MT) e Rio Grande (RS), com uma capacidade de produção diária de mais de 13.500 toneladas.

A ADM do Brasil também operava parceria com o Grupo IÑESTA/ HAF, do Paraguai, oferecendo tecnologia de bioativadores, indutores de resistências e maturadores vegetais. Todavia, em data posterior, foi vendida à multinacional americana de fertilizantes MOSAIC, por US\$ 350 milhões, incluindo US\$ 150 milhões em capital de giro, que prosseguiu operando em âmbito global.

A empresa AGROINDUSTRIAL SÃO LUIZ Ltda foi fundada como um negócio familiar, com a nomenclatura de FERTILIZANTES AGRITER, em Balneário Camburiú (SC), no ano de 1977, para atuar não apenas no setor de fertilizantes, mas também na produção e comercialização do mercado agropecuário, em seus planos de expansão veio operar, em 1993 no polo de fertilizantes de Paranaguá em âmbito local.

O fundador da empresa Agro Industrial São Luiz Ltda. Começou suas atividades no mercado de produtos agrícolas em 1977, Luiz Alberto Boni deu início a empresa em 1993, na cidade de Paranaguá-PR. A escolha de Paranaguá se deve a proximidade ao porto, uma localização estratégica, trazendo grandes benefícios para a empresa, como rapidez no recebimento da matéria-prima e facilidade para o escoamento para os estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e Goiás, por se tratar de grandes centros produtores nacionais. O Porto de Paranaguá permite, por sua localização, uma perfeita combinação para a exportação de cereais e a importação de fertilizantes. BONI (2009, p.18).

A empresa de fertilizantes ANDALI Operações Industriais Ltda foi fundada em 1998, com sede na cidade de Paranaguá, estado do Paraná. Na época, a multinacional Fertilizantes MITSUI S/A interessava-se em criar uma unidade produtiva em Paranaguá, porém, não estava decidida em montar e administrar uma estrutura própria. No ano 2000, a ANDALI adquiriu os ativos da MITSUI, em Paranaguá, após

isso focou na prestação de serviços de industrialização, armazenagem, recepção e carregamento para terceiros. Para tanto adquiriu seu principal terminal na área retro portuária de Paranaguá, o que segundo dados disponíveis na página da empresa, facilitam as operações logísticas do cliente e gera um custo reduzido de transporte entre Porto e terminal, bem como para sua atuação de âmbito regional.

A BUNGE Fertilizantes, de acordo com dados históricos de sua página foi fundada por Johann Peter G. Bunge, sob o nome de BUNGE&CO, em Amsterdã - Holanda, no ano de 1818, para comercializar grãos e outros produtos importados das colônias. Em 1876 Ernest Bunge, neto do fundador, parte para a América Latina e se estabelece na Argentina que à época estava em franco crescimento econômico e com uma economia em expansão.

No ano de 1887 O Moinho Fluminense é autorizado a operar por um alvará de funcionamento assinado pela princesa Isabel. Em 1914, seria adquirido pela BUNGE para uma atuação em âmbito global. A história da BUNGE FERTILIZANTES no Brasil começou em 1938, quando surgiu a primeira empresa brasileira, a SERRANA. Em 1997, a BUNGE comprou a IAP e, em 1998, incorporou a unidade de negócios de fertilizantes da ELEKEIROZ, além de adquirir parte do capital da TAKENAKA, detentora da marca OURO VERDE.

Em 31 de agosto de 2000, nasceu a BUNGE FERTILIZANTES, formada pela incorporação da FERTILIZANTE SERRANA à MANAH, cujo controle foi adquirido em abril do mesmo ano pela BUNGE FERTILIZANTES, com suas marcas IAP, MANAH, OURO VERDE E SERRANA, tornando-se a maior empresa de fertilizantes da América do Sul. Mas com a mesma velocidade que entrou no setor de fertilizantes, também, se ausentou e atualmente é líder no segmento de nutrição animal.

A CARGILL Fertilizantes, de acordo com sua página foi fundada na cidade de Conover, surgiu no estado norte-americano de Iowa, em 1865, no início companhia comercializava apenas grãos no fim da linha férrea de McGregor & Western. Atualmente, é uma das maiores empresas de alimentos do mundo, com sede global em Minneapolis (Estados Unidos), presente em 67 países e na mesa de milhões de consumidores.

No Brasil, a companhia CARGILL já atua há mais de 50 anos no setor de fertilizantes e nos negócios de comercialização de *commodities* agrícolas, produção de ingredientes para indústria alimentícia, desenvolvimento de produtos para o consumo final, serviços , então, a importação conjunta de matérias primas (N-P-K)

para os fertilizantes que consumiam, buscando, também, a comercialização direta da sua produção, com o objetivo de atender seus cooperados com produtos e fórmulas especiais customizadas e elaboradas para as necessidades de cada adubação, as matérias-primas são 90% importadas, mas sua atuação se dá em âmbito local.

A empresa DELTA Fertilizantes, é uma empresa familiar que iniciou suas atividades em 1991, no município de Contenda - Paraná, mas em virtude de seu posicionamento estratégico se tornou uma grande indústria no segmento de fertilizantes. Com o objetivo de suprir a necessidade do mercado, a empresa estabeleceu a sua sede instalada em Curitiba e posicionou-se logisticamente com duas unidades de produção próxima ao porto de Paranaguá: a unidade Rocio e da Unidade Imbocuí, onde o "*mixer*", o granulador, o laboratório, a expedição e o armazenamento estão construídos em uma área de 150,000 m², o local de produção é composto por modernos equipamentos, que têm a capacidade produtiva de 800 mil toneladas por ano, em âmbito local, mas após o recorte temporal foi vendida para a COONAGRO.

A empresa FERTIPAR Fertilizantes do Paraná Ltda, foi fundada em 02 de janeiro de 1980, com sede em Curitiba-PR e com a instalação da indústria de mistura em Paranaguá-PR. Atualmente, o Grupo Fertipar detém uma participação significativa no mercado brasileiro, atuando em todos os polo consumidores de fertilizantes. A FERTIPAR PARANÁ é controladora, desde suas fundações, das seguintes empresas: FERTIGRAN FERTILIZANTES VALE DO RIO GRANDE Ltda.; FERTILIZANTES PIRATINI Ltda.; FERTINE - FERTILIZANTES DO NORDESTE Ltda.; FERTIPAR FERTILIZANTES DO NORDESTE Ltda. E ainda possui participação na FOSPAR, única empresa produtora de superfosfato simples do Paraná, tendo como sócia a MOSAIC Fertilizantes do Brasil Ltda.

QUADRO 8 - Empresas do Grupo FERTIPAR, Ano de Fundação e Área de Atuação

EMPRESA	CONSTITUIÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO
Fertipar	1980	PR, SC, SP, MT, MS, RO, GO
Fertigran	1984	SP, MG, GO, MT
Piratini	1985	RS, SC
Centro Oeste	1990	MT, MS
Fertine	1993	PE, PB, RN, MA, PA
Fertinor	1997	BA, MG, ES
Sudeste	1998	MG, ES, RJ
Bandeirantes	2000	SP
Fertial	2002	AL, PI, RN
Atlântico	2004	PR
Fospar	1974	PR

FONTE: FERTIPAR Apud FERNANDES et al (2009, p. 219).

O grupo FERTIPAR de capital nacional, com sede no Paraná, é formado por uma série de empresas, cada uma atuando em áreas restritas do país. FERNANDES et al (2009, p. 219).

A empresa FERTIBRÁS S/A, de acordo com FERNANDES et al (2009, p. 216) iniciou suas atividades em 1961, e no ano de 1965 inaugurou sua primeira unidade industrial em Três Pontas (MG), passando a atuar na formulação de misturas NPK⁴⁶. Em 1977, instalou sua primeira unidade industrial de granulação e mistura em Osasco (SP). Em 1992, durante o processo de privatização do setor, a FERTIBRÁS adquiriu uma participação no controle acionário das duas antigas estatais, FOSFERTIL e ULTRAFERTIL (controladas pela "*holding*" FERTIFÓS), e em 1996 ampliou sua participação acionária nas duas empresas. No ano 2000, a FERTIBRÁS adquiriu o controle acionário da AGROFÉRTIL, empresa da Região Nordeste.

Em 2006, a FERTIBRÁS foi adquirida por R\$ 278 milhões pela YARA, que, àquela, já era a maior empresa de capital nacional de fertilizantes. A aquisição modificou, significativamente, a participação da YARA no mercado brasileiro. Ela detinha 9% do mercado por meio da ADUBOS TREVO e agora detém 14%. A compra permite que a empresa norueguesa fique com a participação de 13% que a FERTIBRÁS tem na FERTIFÓS. As concorrentes BUNGE e MOSAIC são as maiores acionistas e travam duelo pelo controle da "*holding*". Ou seja, tal aquisição reproduz, no controle da FERTIFÓS, a disputa travada no mercado brasileiro de fertilizantes entre BUNGE, MOSAIC E YARA. O mercado brasileiro é estratégico para o grupo YARA, por se tratar de um dos poucos do mundo com grande potencial de crescimento (graças ao alto grau de importação, hoje acima de 60%). Apesar desse potencial, a YARA não pretende realizar, imediatamente, investimentos de expansão nas unidades da empresa já instaladas. Esses atores esperavam que o grupo otimizasse com a sinergia existente entre a TREVO e a FERTIBRÁS. Não há planos da YARA de fechar unidades produtoras. Segundo seus dirigentes, há complementaridade e sinergia entre as duas empresas. FERNANDES et al (2009, p. 216).

A empresa FERTIFÓS-FERTIZA Cia Nacional de Fertilizantes, foi fundada no estado de São Paulo, em 1966, como uma empresa de pequeno porte que se inseriu no setor de fertilizantes como uma misturadora muito dinâmica e desse modo abarcou uma grande fatia do mercado produtor agrícola do interior de São Paulo, de modo que antes mesmo de completar dez anos foi vendida para a BENZENEX e doze anos

⁴⁶ NPK são os macronutrientes para o solo: Nitrogênio(N), Fósforo (P), Potássio (K). Fonte: GRACIOSO (1995, p. 9).

depois já estava sendo negociada para um grupo de investidores da Bolsa de Valores que a tornaram uma empresa de capital aberto.

A FERTIFÓS – FERTIZA [...] foi fundada em 24.11.59 em São Paulo, e até 1974 foi apenas uma misturadora de pequeno porte, com uma média de vendas de 16 mil toneladas anuais. Em 1974 foi adquirida por um grupo de executivos do setor, vindos, principalmente, da BENZENEX, o que deu um novo impulso à empresa, com um expressivo aumento de sua parcela de mercado em poucos anos. Em janeiro de 1986, a FERTIZA tornou-se uma sociedade de capital aberto e, a partir desta capitalização, iniciou um significativo processo de expansão dentro do qual adquiriu, em 1987, uma unidade industrial de misturas em Uberaba, MG. KULAIF (1999, p.30).

A empresa FOSPAR Fertilizantes Fosfatados do Paraná, de acordo com KULAIF (1999) essa empresa passou a existir em Paranaguá a partir de 1988, quando a FERTIZA e a R. R. Comércio de Fertilizantes se associaram ao grupo PEL- Participações de Empreendimentos Ltda, em uma operação que propiciou a obtenção de uma participação na FERTILIZANTES BEKER Ltda que já atuava desde 1974, que até então era a única produtora de superfosfatos do Paraná. Através desse investimento, finalmente a FERTIZA passou a estar coligada a uma empresa produtora de fertilizantes fosfatados simples e, e ao mesmo tempo, garantiu sua presença no pólo de fertilizantes de Paranaguá (PR). Em 1989 a FERTIZA assumiu o controle do capital da FOSPAR.

A empresa Fertilizantes HERINGER pertence ao GRUPO HERINGER fundado em 1968, com sede em Viana (ES), mas a primeira fábrica funcionava em Munhuaçu (MG), o Grupo se encontra atuando a 48 anos no setor de fertilizantes, começou operar em Paranaguá no ano de 1997, opera uma grande fábrica na produção de fertilizantes (NPK) e outros insumos básicos para as demais indústrias de fertilizantes, tais como: ácido sulfúrico e super fosfato simples – SSP.

O Grupo Heringer surgiu em 1968, em Manhuaçu (MG), e depois expandiu-se para Viana (ES). Hoje, a empresa também está presente em Paulínia (SP), Três Corações (MG) e Uberaba (MG), realizando a mistura de fertilizantes. A Companhia tem ainda fábricas terceirizadas em Paranaguá (PR), Camaçari (BA) e Catalão (GO). A HERINGER atende a praticamente todo o território nacional, com oito unidades fabris e mais de mil canais de venda. O grupo não produz fertilizantes básicos. No fim de 2004, o Grupo HERINGER concluiu a venda de uma participação de 20,6% da empresa para o AMERICAN INTERNATIONAL GROUP (AIG), que realizou um aporte de US\$ 22 milhões. Para que tal transação se realizasse, o grupo se transformou em S.A., inclusive com lançamento de ações em bolsa. Sede: estado do Espírito Santo e origem do capital: Brasil. FERNANDES et al (2009, p. 216).

A empresa MACROFERTIL Indústria e Comércio de Fertilizantes, segundo dados constantes na página da empresa a primeira planta fabril foi inaugurada em 1982, em Paranaguá, sua marca estaria presente nos seis estados que representam 93% do consumo de fertilizantes no país, – Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás – que, juntos, representam 62% do mercado de fertilizantes, e que o faturamento da MACROFÉRTIL em 2010 foi de aproximadamente R\$ 450 milhões. A empresa emprega cerca de 300 funcionários e 100 prestadores de serviço.

A empresa MULTIGRAIN S/A segundo informações da empresa, iniciou suas atividades em Paranaguá em 13/11/2006, na produção de fertilizantes, mas diversificou sua área de atuação e atualmente a MULTIGRAIN opera no comércio internacional de commodities agrícolas como de soja, algodão, trigo, açúcar, fertilizantes e etanol, atuando na produção, comercialização, processamento e logística.

A empresa PENINSULA Internacional opera em Paranaguá desde 1994 na linha de fertilizantes e misturas de grânulos (NPK) produzidos com 90% matérias-primas importadas a estrutura da empresa consta de uma área total de 33.000 m², a Península está distribuída em 4 armazéns com uma capacidade estática de armazenagem de 80.000 toneladas. Contando hoje com 5 unidades de mistura instaladas, a Empresa Península pode alcançar uma capacidade de produção de 3.500 toneladas/dia de produtos ensacados, tendo em todas as unidades a capacidade de trabalhar com big-bag.

A empresa TAKENAKA S/A Indústria e Comércio era uma empresa familiar que esteve entre as maiores no mercado até os anos 1990, permaneceu com esse perfil familiar e uma economia fechada sem conceder acesso às suas informações, e conseguiu se manter como única detentora da marca OURO VERDE até a onda privatizante da década de 1990, por uma questão de sobrevivência no mercado é que esse processo neoliberal conduziu as empresas com esse perfil familiar a abrir o seu capital. E em decorrência das articulações havidas, no setor de fertilizantes, naquela década, foi que em 1998 a Bunge adquiriu parte de seu capital.

A empresa UTILFERTIL foi fundada em 1982, a partir da dissolução da ULTRAFÉRTIL que estava se ausentando do mercado varejo de fertilizantes para se dedicar ao fornecimento de matéria-prima no atacado, atividade que já vinha

exercendo anteriormente, desse modo abria mercado para suas cinquenta concessionárias, dentre as quais surgiu a UTILFERTIL e outras mais que doravante, além de adquirir os insumos no atacado, absolveriam os custos logísticos com a entrega direta aos centros de consumo, em Paranaguá sua atuação foi de âmbito regional.

Em 1982, a ULTRAFERTIL (principal indústria estatal de fertilizantes nitrogenados) decidiu parar as atividades de mistura, por entender que não poderia continuar fornecedora e concorrente de todos os seus clientes. Concentrou, então, suas operações na produção de matérias-primas nitrogenadas. Suas mais de 50 unidades de misturadoras foram vendidas, inclusive para ex-funcionários, que passaram a atender ao mercado na “ponta”, ou seja, a vender diretamente para o agricultor. Alguns importantes misturadores de hoje iniciaram suas atividades com o processo de venda da rede de “*dealers*” da antiga estatal. Entre os principais, podemos citar: FERTIPAR-PR, MACROFERTIL-PR, UTILFERTIL-SP E FERTICITRUS-SP. QUARTUCCI e TEIXEIRA (2008, p.216).

A empresa SOLO VIVO Indústria e comércio iniciou suas atividades em 1991, com a fundação da empresa no município de Araucária, no Paraná. A atuação inicial foi no ramo de fertilizantes organominerais e fertilizantes com macro e micronutrientes no mesmo grânulo. Com reconhecida qualidade e aceitação de sua marca, a empresa passou a produzir também fertilizantes micronutrientes, para atender o segmento carente de produtos tecnicamente seguros até aquele momento.

Após três anos de trabalho, e a crescente atuação no mercado brasileiro, principalmente na região central do Brasil, a Solo Vivo construiu a sua primeira indústria misturadora, junto à granuladora já existente no estado do Paraná, e especializou-se nessa produção. No ano de 2000 foi construída a Segunda Indústria misturadora de fertilizantes, no município de Paranaguá, unidade que inseriu a Solo Vivo no aglomerado de empresas de fertilizantes que compõem o objeto deste estudo.

Analisando por esse prisma, considerando o eixo das políticas públicas, em que pese algumas das tais fossem escorchantes, mormente nos governos neoliberais da década de 1990, se verifica que essas 19 indústrias de fertilizantes que compõem o objeto foram favorecidas por políticas públicas previamente aplicadas ao território de Paranaguá, das quais se beneficiaram mas também contribuíram para o referido município com a oferta de emprego e incremento da renda da população do município, com a abertura de novos postos de trabalho e o aquecimento da economia local.

5.2 CARACTERIZAÇÕES DAS INDÚSTRIAS DE FERTILIZANTES QUÍMICOS

As indústrias de fertilizantes químicos se subdividem em três níveis de ação: produção, transformação e distribuição, as quais operam, segundo LIMA (1976, p. 22), na produção de matérias-primas; na transformação de matérias primas; e na distribuição de fertilizantes. Porém as indústrias que se fixaram na área urbana de Paranaguá, operam tanto na importação de matérias primas, na produção e na distribuição de fertilizantes químicos de base fosfática.

Essa produção é feita por meio da mistura de produtos químicos e naturais, cuja base primária, segundo LIMA (1976), é composta basicamente por: nitrogênio (N); fósforo (P); e potássio (K) cujas proporcionalidades são estabelecidas mediante uma análise de solo onde serão aplicados. Todavia há a agregação de outros produtos na composição dessa mistura para se obter deles o melhor aproveitamento possível fez com que a produção desse Polo se diversificasse para atender, pontualmente, as necessidades individuais dos centros de consumo e produção agrícola, com fulcro na análise do Ph do solos dos respectivos centros de produção agrícola.

A produção mundial de fertilizantes fosfatados, em escala, segundo LIMA (1976, p. 22) foi iniciada nos EUA, em 1843. Entretanto no Brasil essa produção começou tardiamente, quase um século depois, há dados que indicam que essa incipiente produção tenha iniciado no final da década de 1940, De acordo com FERNANDES et al (2009, p. 205). As primeiras fábricas de fertilizantes no Brasil surgiram nos anos 1940 e dedicavam-se exclusivamente à mistura NPK com base em fertilizantes simples importados.

[...] as primeiras fábricas de fertilizantes no Brasil surgiram na década de 40, do século passado, com o processo de industrialização do País. Essas fábricas dedicavam-se exclusivamente à mistura NPK, com base em fertilizantes simples importados. As primeiras unidades foram instaladas próximas a portos marítimos, como Cubatão (SP) e Rio Grande (RS). Algumas das grandes empresas do setor já atuavam no mercado no fim da década de 40 e início da década de 50. As importações atendiam à demanda interna de matérias-primas para fertilizantes até o início da década de 60, pois a produção local restringia-se à exploração de uma mina de fosfato descoberta na década de 40, no Estado de São Paulo, às unidades de amônia, ácido nítrico, nitrato de amônio e nitrocálcio da PETROBRÁS e à atuação de alguns produtores pioneiros de superfosfato simples.[...] Verifica-se que apesar do consumo total de nutrientes (NPK) ter crescido no período 1962/1972, a uma taxa de 63%, o consumo médio por hectare foi de 36,1

Kg/há no período 1971/1972, correspondendo a um consumo "per capita" de 11,2 Kg (FAO). Este nível é extremamente baixo, sabendo-se que o consumo ideal para o Brasil foi estimado em torno de 80 Kg/ha [...] LIMA (1976, p.1-5).

Por essa razão, para não ficarem vulneráveis nem às crises externas que afetaram a importação de insumos para a produção, nem às crises internas que afetaram a comercialização no mercado consumidor, e para fazer face à crescente necessidade por insumos importados, o governo federal e alguns atores privados, conforme o seu porte empresarial, fizeram maciços investimentos para superar esses problemas conjunturais e de acordo com ABRAHÃO (2010, p.170) se articularam para atuarem nos mercados de âmbito: local, regional, nacional e global.

Algumas das grandes empresas do setor já atuavam no mercado no final da década de 1940 e início dos anos 1950: TREVO (1930), QUIMBRASIL (1945), IAP (1945), COPAS (1945), MANAH (1947), FERTISUL (1948), ELEKEIROZ (1949) e SOLORRICO (1956). As importações atendiam à demanda interna de matérias-primas para fertilizantes até o início da década de 1960, pois a produção local restringia-se à exploração de uma mina de fosfato pertencente à SERRANA (hoje do GRUPO BUNGE), descoberta nos anos 1940, no estado de São Paulo, e às unidades de amônia, ácido nítrico, nitrato de amônio e nitrocálcio da PETROBRÁS, além de alguns produtores pioneiros de superfosfato simples (*single super phosphate* – SSP), como: ELEKEIROZ (1949), FOSFANIL (1952), QUIMBRASIL (1954), CRA (1958) e IPIRANGA – FERTISUL (1959). Durante esse período, o Estado, por meio da política cambial, possibilitou a importação de fertilizantes em condições favorecidas. Quanto à capacidade produtiva, sua expansão se deu nos estágios finais de produção (mistura, granulação, armazenagem e distribuição). FERNANDES et al (2009, p. 205).

Desse modo as indústrias de fertilizantes de Paranaguá, em virtude do “*mix*” que produzem são denominadas de misturadoras, considerando-se que há nessa mistura, além dos insumos básicos, a agregação de outros produtos, cuja composição e fórmula é cientificamente calculada com base no pH dos diferente tipos de solo, para se obter deles o melhor rendimento produtivo e o maior aproveitamento possível.

Os planos e projetos que objetivavam a criação de novas fontes e novos fornecedores de fertilizantes químicos receberam do governo federal um atendimento prioritário, para atender as crescentes demandas paranaenses pelo produto. Essa produção passou a ser efetuada por uma aglomeração produtiva composta por indústrias misturadoras de insumos agrícolas que se instalaram neste município em virtude de incentivos à industrialização do país.

A finalidade principal de todos esses planos foram [...] a de incrementar o “desenvolvimento econômico e social” do país. Com projetos setoriais de combate a inflação e aumento de empregos com incentivos a indústria e à agricultura, fortalecimento das empresas privadas e etc. VESENTINI (1996, P. 66).

Assim foi que esse aglomerado de indústrias de base fosfática, veio a ser implantado em Paranaguá, com fulcro em financiamentos públicos, contidos no segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), ao alocar recursos diretamente programa Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais (FUNFERTIL) e ao implementar as políticas públicas atinentes a esse setor, antecipadamente planejadas pelo governo federal, para serem implementadas naquela ocasião, .

[...] o governo colocou em prática o programa Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais (FUNFERTIL), sendo substituído, em 1969, por um novo programa denominado Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola (FUNDAG) KOZAK (1974, p. 12).

O foco temporal do presente estudo foi um período marcado por severas crises econômicas mundiais advindas principalmente de altas nos preços do barril de petróleo, engendradas pelos principais países produtores de petróleo, membros da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), as quais forçaram o Brasil a tomar medidas econômicas austeras, resultando em perdas de investimento e retrocessos nas medidas de fomento de desenvolvimento regional⁴⁷ adotado naquela ocasião.

Essas medidas partiam de um planejamento centralizado que levavam em consideração, além do potencial econômico, a vocação natural de cada estado da federação. Como no caso do Paraná, um estado essencialmente agrícola naquela ocasião, o governo federal considerou a infraestrutura portuária e os modais de transporte ideais para, a partir de um aglomerado de indústrias de adubos químicos,

⁴⁷ As ações de governo voltadas para o desenvolvimento regional, durante o regime militar, passaram a se concentrar em superintendências sendo que a de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que já existia desde 1959, serviu de modelo para a organização e o funcionamento das demais Superintendências, dentre as quais, as mais importantes foram: a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), fundada em 1966; a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) de 1967; a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) de 1967.

a possibilidade de industrialização da região por intermédio da criação de um Polo de produção de fertilizantes.

[...] não se considera como industrialização uma simples criação de indústrias isoladas, subordinadas às atividades primárias, mas sim um processo irreversível de criação de indústrias, no qual há urbanização e domínio da cidade sobre o campo. VESENTINI (1996, p.41)

A estratégia de implantação desse Aglomerado de indústrias, em um município portuário, lhe outorgou grande flexibilidade operacional pela utilização das facilidades logísticas do Porto de Paranaguá não apenas para a importação das matérias primas, mas principalmente pela possibilidade de utilização de sua malha viária, já existente, para garantir o escoamento da produção e o acesso aos mercados consumidores. Dessa forma, o Aglomerado de indústrias de Paranaguá foi constituído em torno da atividade fosfática se tornou um dos eixos do desenvolvimento territorial nesse município.

Complexos de mineração no interior de regiões, ou mesmo, junto a portos de exportação, podem constituir exemplos de *enclaves industriais* implantados em regiões subdesenvolvidas. Em muitos casos, o enclave é inevitável pela ausência de mercados locais. A solução é diversificar paulatinamente a estrutura produtiva local, implantando-se atividades integradas ao Aglomerado de indústrias principal. SOUZA (2005, p. 87).

Essa estratégia estava em consonância com política de desenvolvimento nacional presente nos dois Planos Nacionais de Desenvolvimento (I PND e II PND), sobretudo no segundo, por conter um subprograma específico da política nacional de fertilizantes. Implementado no início de 1970, o I PND se caracterizava por um importante investimento financeiro nos grandes projetos de integração nacional e pela expansão das fronteiras de desenvolvimento.

Em 1971, teve início a utilização no País do gás natural como matéria-prima para a produção de amônia e uréia. A primeira fábrica, localizada em Camaçari (BA), deu origem à NITROFERTIL, hoje Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Petrobrás (FAFEN). Posteriormente, com a construção de outra unidade da FAFEN em Laranjeiras (SE), consolidou-se a indústria de fertilizantes nitrogenados no País, também tendo como insumo básico o gás natural. A partir dessa época, a demanda de fertilizantes teve considerável aumento, embora limitada pela necessidade de importações adicionais a custos crescentes. Por causa dessa situação, criou-se o 1º Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFCA), que vigorou entre 1974 e 1980, com o objetivo maior de ampliar e modernizar a indústria de fertilizantes e calcário agrícola. Com esse Programa, que constava do II Plano Nacional de Desenvolvimento, ocorreu uma nova fase de substituição de

importações, que estimulou a implantação de vários complexos industriais destinados à produção interna de matérias-primas e fertilizantes. LIMA (2007, p.5/6).

Entre 1971 e 1972 ocorreu grande crescimento da demanda por fertilizantes, o que fortaleceu o setor, porém, o choque do petróleo ocorrido em 1973 causou uma disparada de aumentos nos derivados de petróleo e um enorme déficit da balança comercial brasileira naquele ano. Desse modo o governo federal decidiu adotar uma nova política de desenvolvimento no setor industrial, o que incluiu as indústrias de insumos básicos para a agricultura, com o lançamento do primeiro Plano Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola, os recursos advindos dessa política pública dinamizou o setor a partir da empresa estatal NITROFÉRTIL.

O aumento dos preços do petróleo, em 1973, acentuou a vulnerabilidade do País no setor de insumos básicos, o que se refletiu no déficit da balança comercial daquele ano. O governo decidiu, então, adotar uma política de desenvolvimento do setor de insumos básicos, por meio de programas setoriais. Os investimentos no período do 1º PNFA foram estimados em US\$2,5 bilhões. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aportou, sob as várias formas de apoio financeiro, a cifra de US\$ 1 bilhão. LIMA (2007, p.6).

Naquele período o Brasil ainda padecia de uma forte dependência da importação de matérias-primas básicas e intermediárias. E essa dependência se tornava insustentável em virtude das constantes altas nos preços internacionais dos insumos, os quais tiveram aumentos sucessivos em consequência da primeira crise do petróleo, ocorrida em 1973, que provocou um enorme desabastecimento em um momento crítico para o setor agrícola brasileiro, justamente no momento em que precisaria aumentar o consumo de fertilizantes.

Por causa dessa situação, criou-se o 1º Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFA), que vigorou entre 1974 e 1980, com o objetivo maior de ampliar e modernizar a indústria de fertilizantes e calcário agrícola. Com esse Programa, que constava do II Plano Nacional de Desenvolvimento, ocorreu uma nova fase de substituição de importações, que estimulou a implantação de vários complexos industriais destinados à produção interna de matérias-primas e fertilizantes. LIMA (2007, p.5/6).

Como parte do cumprimento do 1º PNFA as indústrias de fertilizantes investiram em suas plantas produtivas no sentido de buscar alternativas nacionais às importações de insumos, enquanto que o II PND foi implementado no final de 1973 e

início em 1974 e tinha como foco a indústria de base e a busca pela autonomia em insumos básicos para a agricultura, incluindo a implantação de novos polos de fertilizantes destinados a produção de matérias primas (fosfatos) e de fertilizantes.

A execução da política nacional de fertilizantes, imprescindível à realização das metas do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que enfatizou o papel da produção e da produtividade da agricultura no desenvolvimento do país [...] KOZAK (1974, p. 7).

Do ponto de vista econômico, com a implementação das políticas públicas relativas ao setor de fertilizantes, o governo tomou uma medida certa uma vez que o 1º PNFCa tinha como principal função aliviar a pressão dos produtos importados sobre a balança comercial, e por outro lado estimular a autossuficiência nacional em fertilizantes, esses objetivos foram parcialmente atingidos, sobretudo após a descoberta das jazidas de rocha fosfática em Minas Gerais e Goiás, e estas viabilizaram, em parte, as necessidades do setor de fertilizantes por novas opções de matérias-primas.

No que tange às políticas públicas voltadas ao fortalecimento dos aglomerados industriais existentes, ao agente de políticas coube prover os fatores externos necessários ao aproveitamento das possibilidades locais, particularmente os fatores cujo provimento extrapola em escala as possibilidades de obtenção a partir dos agentes locais, explorando o potencial de desenvolvimento existente na localidade [...] Destaque-se que, esse tema deve passar, necessariamente, pela valorização dos níveis governamentais locais e regionais, mais aptos a incrementarem o desempenho das ações por meio do diálogo e da busca de um consenso entre os vários grupos de interesse. Ou seja, as políticas públicas [...] deve ser uma ação coordenada, ao longo de um espectro de fatores e atores, visando à construção de um suporte sistêmico para a atividade econômica, ao longo e através das cadeias de valor adicionado, objetivando transformar aglomerados informais de pequenas firmas em arranjos produtivos consolidados. UNCTAD (1998).

Os produtos desse aglomerado de indústrias, inicialmente, se destinavam especialmente às terras pobres da região central do país, foram se expandindo para todas as demais com o avanço das pesquisas de solo e a expansão das áreas de plantio, mormente pela exigência de produtividade foram se tornando extremamente necessários e, atualmente, são imprescindíveis às atuais expectativas produtivas por safras recordes da agricultura moderna.

Os principais projetos apoiados, na época, foram os seguintes: unidade de mineração e concentração de rocha fosfática da FOSFERTIL (ex VALEP), iniciada em 1976, em Tapira (MG); complexo industrial da FOSFERTIL (ex

VALEFERTIL), iniciado em 1976, em Uberaba (MG); unidade de mineração e concentração de rocha fosfática da GOIASFERTIL, iniciada em 1978, em Catalão (GO); unidades de produção de ácido sulfúrico e ácido fosfórico da ICC, iniciadas em 1980, em Imbituba (SC); e unidades de produção de fertilizantes básicos. LIMA (2007, p.6).

Em decorrência da explosão demográfica mundial, da escassez de terras naturalmente férteis, os pesquisadores brasileiros das ciências agropecuárias desenvolveram pesquisas de extensão rural que favorecessem o aumento da produção agropastoril, visando, sobretudo, atender a crescente demanda mundial por alimentos e a recuperação de terrenos esgotados pela constante exploração dos solos, tanto na monocultura quanto rotação de cultura, que tem levado até mesmo terras agricultáveis à exaustão, tornando essa modalidade de adubação imprescindível para a rápida recuperação do solo agricultável.

A escassez de terras agricultáveis, naturalmente férteis, próximas aos centros consumidores, aliada a demanda de alimentos, torna cada vez mais imperativo o aumento da produtividade agrícola por unidade de área cultivada. LIMA (1976, p. 1).

A partir do ano de 1986, em decorrência dessas pesquisas, foram iniciadas as articulações do setor de fertilizantes para atender a crescente demanda a nível local, regional e nacional. Para tanto os principais atores do setor que se capitalizaram na década de 1970, se reorganizaram em seus nichos por meio de associações, aquisições, incorporações para fazer face as novas necessidades de mercado de fertilizantes que apontavam com um crescimento expressivo de terras a serem fertilizadas para se tornarem em novas áreas de plantio.

O 2º Plano Nacional de Fertilizantes (PNF), no período de 1987 a 1995, permitiu a concretização dos seguintes projetos: ampliação da capacidade de produção de rocha fosfática da Arafertil, em Araxá (MG), a partir de 1989; instalação de uma unidade de SSP da Fertibras em SP, iniciado em 1988; ampliação da capacidade de produção de rocha fosfática da Fosfertil, em Tapira (MG), a partir de 1988; ampliação da capacidade de produção de rocha fosfática da Serrana, em Jacupiranga (SP), a partir de 1988; e instalação de unidade de ácido nítrico da Ultrafertil, em Cubatão (SP), a partir de 1988. Nesse segundo PNF, os investimentos realizados atingiram o valor aproximado de US\$ 1 bilhão, metade com a participação do BNDES. LIMA (2007, p.6).

Em decorrência dessas articulações havidas no setor de fertilizantes, os referidos atores começam observar o mercado potencial de que dispunham os players

que haviam escolhido o município portuário de Paranaguá para sediar suas indústrias, por essa razão as articulações desses atores se direcionaram para as empresas, inicialmente, em 1988, a FERTIZA comprou a FERTILIZANTES BEKER Ltda, não apenas por ser a única indústria de superfosfato no Paraná, mas muito em virtude de sua posição estratégica junto ao terminal portuário, exclusivamente destinado a receber e exportar fertilizantes, doravante denominada FOSPAR.

Em 1988 associou-se à R. R. Comércio de Fertilizantes e Participações de Empreendimentos Ltda, operação que propiciou a obtenção de uma participação na FERTILIZANTES BEKER Ltda (atual FOSPAR), única produtora de superfosfatos do Paraná. Através desse investimento, a FERTIZA passou a estar coligada a uma empresa produtora de fertilizantes fosfatados simples e, ao mesmo tempo, garantiu sua presença no pólo distribuidor de fertilizantes de Paranaguá, PR. Em 1989 a empresa assumiu o controle do capital da FOSPAR. KULAIF (1999, p.30).

As indústrias nacionais não produziam o suficiente para suprir a demanda crescente dos grandes centros de produção agrícola, e em virtude da dependência da importações de insumos esse setor somente cresceu em função da pujança econômica agrícola observada entre os anos de 1970 e 2010, decorrentes de políticas públicas voltadas para este setor e de grandes investimentos aplicados, a partir do II PND, os quais possibilitaram a criação de diversos Polos⁴⁸ de Fertilizantes no Brasil.

A partir da década de 1970, o setor entrou numa nova fase. Por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que englobou o I Plano Nacional de Fertilizantes, o Estado procurou reduzir a dependência externa, elevando a participação da produção nacional na oferta total de produtos finais. Investiu-se, principalmente, na produção de matérias-primas nitrogenadas e fosfatadas. Tal ação estatal foi consequência da imediata transferência do aumento dos preços do petróleo, em 1973, que acentuou dramaticamente a vulnerabilidade do país nesse setor de insumos básicos, refletindo-se no déficit da balança comercial daquele ano³. Os principais projetos apoiados, à época, foram os seguintes: unidade de mineração e concentração de rocha fosfática da FOSFERTIL (ex VALEP), iniciada em 1976, em Tapira (MG); complexo industrial da FOSFERTIL (ex VALEFERTIL), iniciado em 1976, em Uberaba (MG); unidade de mineração e concentração de rocha fosfática da GOIASFERTIL, iniciada em 1978, em Catalão (GO); unidades de produção de ácido sulfúrico e ácido fosfórico da ICC, em Imbituba (SC), iniciando a operação em 1980; e unidades de produção de fertilizantes básicos, como TREVO (1975); PROFERTIL (1975); BEKER (1976); MANAH (1976 e 1979); IAP (1977); SOLORRICO (1977) e SOTAVE (1980). FERNANDES et al (2009, p. 205).

⁴⁸ O fato, rudimentar, mas consistente, é este: o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia PERROUX (1967, p. 164).

A meta governamental constante do II PND era a de manter o crescimento econômico nacional por volta de 10% a.a., alavancado por um crescimento industrial brasileiro em torno de 12% a.a. Porém o próprio governo desconfiava que essas metas não poderiam ser cumpridas, e que também não manteriam um elevado o padrão crescimento econômico, apesar de se basear em níveis mais baixos do que aqueles observados nos anos anteriores.

Por outro lado o mundo passava por graves crises econômicas e as taxas cambiais eram desfavoráveis à economia nacional em função dos preços internacionais desses insumos, por isso havia, segundo KOZAK (1975, p.12) as perspectivas em termos de implantação de unidades industriais produtoras de nutrientes básicos para a agricultura se concretizaram com a implantação de novos polos de fertilizantes para fazer face aos novos desafios ao setor de fertilizantes impostos pelo pujante primeiro setor da economia brasileira.

Os solos dos Cerrados e da Amazônia não são adequados ao plantio. Isto por duas razões básicas: eles são solos demasiadamente ácidos, por serem muito ricos em alumínio (AL) e pobres em Base (V%), Cálcio (Ca) e Magnésio (Mg), com pH baixo e pobre em macronutrientes: Nitrogênio(N), Fósforo (P), Potássio (K), Enxofre (S), e micronutrientes: Boro (B), Cobre (Cu), Manganês (Mn) e Zinco (Zn). GRACIOSO (1995, p. 9).

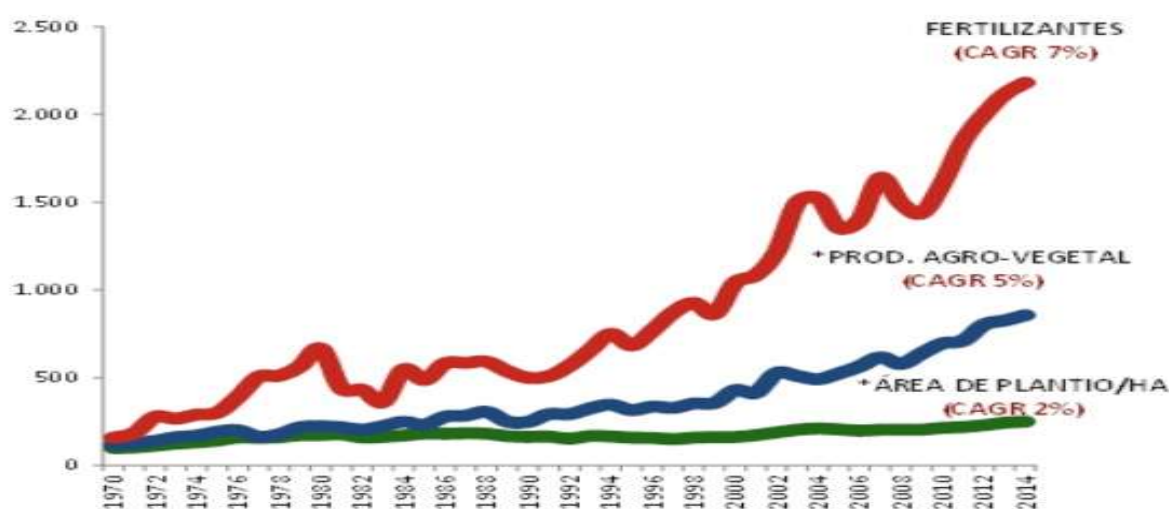
O primeiro Plano Nacional de Fertilizante, constante do II PND, foi executado com recursos do BNDES⁴⁹, destinando cerca de um bilhão de dólares para o setor de fertilizantes, a juros subsidiados pelo governo federal, o que permitiu que às empresas nacionais se adequem aos novos desafios propostos ao setor de fertilizantes, para a nacionalização da produção e a substituição das importações de insumos, para adequar os gastos governamentais e trazer equilíbrio à balança comercial brasileira.

[...] Em que pese os investimentos realizados através do II PND, o Brasil nunca teve autossuficiência na produção dos principais insumos utilizados pela indústria de fertilizantes, o que configura um quadro de dependência estrutural de importações para um setor que se tornou, por meio das políticas e ações públicas, essencial para a produção agroindustrial nacional. ABRAHÃO (2010, p.167).

⁴⁹ Os investimentos no período do 1º PNFCa foram estimados em US\$ 2,5 bilhões. O BNDES aportou, sob as várias formas de apoio financeiro, a cifra de US\$ 1 bilhão. FERNANDES et al (2009, p. 205).

A execução desse plano significou uma alteração completa nas prioridades da industrialização brasileira do período anterior denominado de Milagre Econômico, o qual apresentava um padrão de crescimento baseado na expansão industrial do setor de bens de consumo duráveis, o que gerou uma alta concentração de renda, com o II PND a economia deveria passar a crescer com a expansão da indústria de base, dos meios de produção advindos do setor produtor de bens de capital e insumos básicos, no qual se incluiu o setor de fertilizantes cuja produção, como se pode verificar no gráfico 6, acompanhou e superou o crescimento das áreas de plantio e da produção agrícola.

GRÁFICO 6 - Produção de fertilizantes x Áreas de plantio x Produção de Agrícola, 1970-2014.



FONTE: Relatório Anual ANDA – 2014 .

Um II Plano Nacional de Fertilizantes, atuando no período 1987-1995, permitiu a concretização dos seguintes projetos: ampliação, a partir de 1989, da capacidade de produção de rocha fosfática da Arafertil, em Araxá (MG), empresa constituída em abril de 1971, cujo objetivo era o aproveitamento do Barreiro de Araxá, até então explorado pela Companhia Mineradora de MG (Comig), sem processo de concentração; instalação de uma unidade de SSP da Fertilbras em Araçatuba (SP), com início em 1988; ampliação da capacidade de produção de rocha fosfática da Fosfertil, em Tapira (MG), a partir de 1988; ampliação da capacidade de produção de rocha fosfática da Serrana, em Jacupiranga (SP), a partir de 1988; e instalação de unidade de ácido nítrico da Ultrafertil, em Cubatão (SP), iniciando em 1988. FERNANDES et al (2009, p. 205).

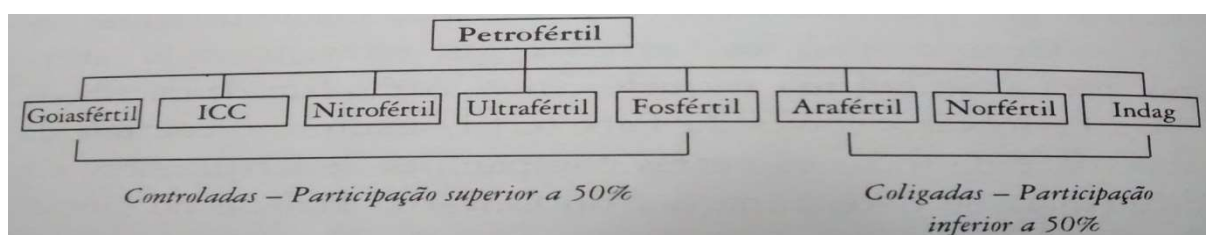
As articulações do setor de fertilizantes em relação ao polo de Paranaguá tiveram continuidade em 1990, e dessa vez foi a FERTIBRÁS quem investiu pesadamente na onda de incorporações com a aquisição da CRA não apenas nesse município, mas também as unidades paranaenses de Curitiba, Toledo e a de Campo

Grande (MS), essas aquisições lhe facultou não apenas uma otimização operacional pela proximidade com o porto de Paranaguá, mas, sobretudo por obter um grande alcance de mercado por se aproximar dos Centros de Consumo de fertilizantes nas Regiões Sul e Centro-Oeste.

Em 1990 a FERTIBRÁS adquiriu uma unidade industrial da CRA em Paranaguá-PR, assim como as instalações das gerências regionais de Curitiba e Toledo no Paraná e a de Campo Grande no Mato Grosso do Sul. Esta operação, além de acrescentar 150 mil toneladas/ano à capacidade de produção da empresa, permitiu grande flexibilidade operacional pela utilização do Porto de Paranaguá e, principalmente, garantiu o acesso aos importantes mercados consumidores do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. KULAIF (1999, p.23).

A onda privatizante⁵⁰ patrocinada pelos governos neoliberais, na década de 1980, iniciada no governo de José Sarney e executada mais fortemente nos governos de Fernando Collor de Mello a Fernando Henrique Cardoso, que não poupou nem o setor de fertilizantes. Um dos alvos da privatização, em agosto de 1992, foi a FOSFÉRTIL que houvera sido criada em 1977, a qual segundo GRACIOSO (1995, p.11) era uma grande empresa estatal, controlada pela "*holding*"⁵¹ PETROFÉRTIL, uma das subsidiárias da PETROBRÁS, por meio da qual o governo federal, na qualidade de acionista majoritário, controlava grande parte do setor de fertilizantes, conforme se pode ver no organograma contido na figura 34.

FIGURA 34 - Organograma da PETROFÉRTIL em 1990.



FONTE: GRACIOSO (1995, p.8).

A abertura da economia exigiu a reestruturação das empresas nos moldes da que houve na petroquímica, durante a década de 1990. A privatização da indústria brasileira de fertilizantes se deu entre os anos de 1992 e 1994,

⁵⁰ Essa onda privatizante abrangeu o período compreendido por cinco diferentes governos (Sarney, Collor/Itamar Franco, FHC 1 e FHC 2), entre os anos (1985-1990; 1991-1994; 1995-1998; e 1999-2002). Fonte: Wikipédia (adaptação do autor).

⁵¹ Sociedade cuja totalidade ou parte de seu capital é aplicada em ações de outra sociedade gerando controle sobre a administração das mesmas. Por essa forma assegura-se uma concentração do poder decisório nas mãos da empresa mãe - *holding*. Note-se, porém que nem sempre a *holding* é usada para esse fim. Fonte: Wikipédia (adaptação do autor).

ocorrendo cinco leilões de venda de dois tipos bem distintos: venda de participações minoritárias (INDAGE e ARAFERTIL) e venda de controle acionário (FOSFERTIL, GOIASFERTIL e ULTRAFERTIL). A privatização dessas cinco empresas foi concluída, estendendo-se para o setor como um todo. Foi criada a principal "*holding*" do segmento, a FERTIFÓS, para controlar, ao mesmo tempo, duas centrais de matérias-primas básicas e intermediárias e de fertilizantes básicos, que foram a ULTRAFERTIL (nitrogenados) e a FOSFERTIL (fosfatados), hoje reunidas numa só identidade corporativa: Fosfertil. FERNANDES et al (2009, p. 205).

Naquele período de entreguismo do setor produtivo nacional, o setor de fertilizantes enfrentava uma crise que afetou gravemente as indústrias menos capitalizadas, em decorrência desse fato as articulações havidas no sentido de conter custos, pela redução do parque industrial, por parte de algumas indústrias, isso gerou novas oportunidades para os grupos mais capitalizados e outros que tiveram acesso a recursos do BNDES, desse modo empresa COPAS arrendou parte da FERTIBRÁS em Paranaguá, com o intuito de usufruir das facilidades operacionais que o porto faculta aos players que operam nesse território, bem como da proximidade dessa unidade fabril com o polo petroquímico de Araucária (PR), onde opera a ULTRAFÉRTIL, fornecedora de insumos nitrogenados para o setor de fertilizantes.

Em 1990 a COPAS entrou em crise e reduziu drasticamente a sua participação no setor com a venda da unidade industrial de São Joaquim da Barra, SP (1990), desativação da unidade de Ilhéus, BA, e redução do número de depósitos comerciais (1991), significando um corte de 45% no número de seus empregados. Em fins de 1991 a empresa arrendou da ULTRAFÉRTIL parte de sua unidade industrial em Uberaba, MG, e que estava desativada desde 1982, a primeira instalação industrial da empresa na Região Centro-Oeste. Em 1992, seguindo a mesma estratégia, a empresa arrendou parte da unidade industrial da FERTIBRÁS, em Paranaguá, PR, com o objetivo de se beneficiar da proximidade do porto marítimo e do pólo petroquímico da ULTRAFÉRTIL de Araucária, PR, produtor de nitrogenados. Essas duas unidades industriais adicionaram 120 mil toneladas/ano de produção e vendas. KULAIF (1999, p.75).

Em 1993, de acordo com KULAIF (1999) a Ultrafertil foi incorporada pela Goiásfertil, empresa totalmente controlada pela Fosfertil, que se dedica à extração de rocha fosfática na cidade de Catalão (GO). Após a incorporação, a Goiásfertil assumiu a razão social Ultrafertil S/A. Em 1994, a estatal Arafertil foi adquirida pela Serrana. Porém no governo de Fernando Collor de Melo, os frequentes prejuízos acumulados pela estatal levaram o governo federal a interromper a exploração da mina; entretanto, uma comissão formada pelo governo do Estado de Sergipe e os funcionários

apresentaram uma proposta de arrendamento para, na época, a também estatal Companhia Vale do Rio Doce. Em 1991, após um aporte de US\$ 5 milhões, a Vale do Rio Doce assumiu a exploração da jazida.

Durante o período de forte presença estatal no setor, a Petrobrás Fertilizantes S.A. (Petrofertil, criada em 1976) figurava como um dos principais *players*. Foi por meio dessa subsidiária que a Petrobrás adquiriu a Ultrafertil e, mais tarde, criou a Fosfertil e a Nitrofertil. Ao final de 1994, por causa do Programa Nacional de Desestatização, a Petrofertil praticamente encerrou suas atividades. A empresa controlada Nitrofertil foi incorporada à Petrobrás, passando a ser chamada de Fábrica de Fertilizantes (Fafen), com unidades em Sergipe e na Bahia. A Petrofertil, após passar por uma alteração de seus estatutos em 1997, ficou encarregada de gerenciar o Gasoduto Brasil-Bolívia. FERNANDES et al (2009, p. 207).

Em 1995, no início do governo Fernando Henrique Cardoso, a Vale entrou no Programa Nacional de Desestatização. Em 1997, a empresa foi privatizada e comprada por um consórcio liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Após o processo de privatização, ficou evidente o aumento de concentração do setor de fertilizantes. Várias empresas, sobretudo aquelas de porte regional, foram incorporadas por grandes grupos multinacionais e nacionais, ou simplesmente encerraram suas atividades. Dentro das empresas iniciou-se um processo de busca de eficiência operacional por meio dos ganhos de produtividade, com redução significativa no número de empregos e forte integração vertical.

Em 2006, a indústria brasileira produziu 847 mil toneladas de nitrogênio, 1.846 mil toneladas de fósforo e 424 mil toneladas de potássio, que representa o equivalente a 8.777 mil toneladas de fertilizantes intermediários (em produto comercial). Esses números demonstram um expressivo desenvolvimento do setor nos últimos 56 anos ANDA (1987, p.84).

Houve uma surpreendente demanda no quarto trimestre, de acordo com ANDA (1987, p.84) impulsionada pela valorização da soja provocou incremento no volume de entregas das empresas às suas revendas no acumulado de 2006. Mas isso não foi suficiente para evitar uma redução de R\$ 1 bilhão no faturamento consolidado, em relação a 2005. O mercado esteve muito ruim, com desempenho muito aquém dos últimos anos e as projeções chegaram a apontar uma produção similar a de 2002.

De acordo com estatísticas da ANDA (1987, p. 84), entre outubro e dezembro de 2006, as entregas somaram 7,760 milhões de toneladas, 13,5% mais que em igual período de 2005. Foi um recorde histórico para o período. Isso resultou em entregas

de 20,747 milhões de toneladas em 2006, uma elevação de 2,7% sobre o ano anterior. Diante desse cenário, a fatia do último trimestre nas vendas de 2006 atingiu 37,4%; em 2005 a participação ficou em 33,8%. Todavia esse ano de 2006 também será lembrado como uma fase de muita negociação, descontos e rolagens de dívidas, nas quais se envolveram as indústrias, distribuidores e produtores de fertilizantes.

Foram três trimestres de crise de renda concentrada na sojicultura. Uma vez superada essa fase desgastante tornou-se necessário aos produtores rolar parte das dívidas e em virtude da melhor perspectiva no mercado de grãos, as empresas aguardavam uma retomada das vendas no quarto trimestre. Mas o movimento superou as expectativas e foi feito um esforço enorme de logística para entregar a mercadoria no campo. Os estoques de passagem caíram para o menor patamar de pelo menos três anos.

Do ponto de vista da produção e de venda, as previsões são positivas para 2007. Mas, uma nuvem densa escurece a visão dos próximos anos, em torno da concentração empresarial na área de nutrientes fosfatados. Depois das módicas inversões realizadas em 2006, podem ficar comprometidos os aportes de US\$ 2,38 bilhões nos próximos seis anos, para aumentar em 30% a oferta nacional de fosfatados e nitrogenados para a fabricação de fertilizantes.

Em 2007, os preços dispararam, com reajustes nos custos de importação de cloreto de potássio e de sulfato de amônia de 80% e nos valores dos superfosfatos simples, de 95%. O impacto nos custos de produção das culturas foi brutal. Soja, milho, cana-de-açúcar e café são as culturas que mais utilizam fertilizantes no Brasil. Entre os estados brasileiros, Mato Grosso é, na atualidade, o maior consumidor de fertilizantes, com cerca de 16,5% da demanda nacional, seguido de São Paulo (15,6%), do Paraná (14,1%), de Minas Gerais (12,3%), do Rio Grande do Sul (11,3%), de Goiás (9,0%) e da Bahia (6,3%), segundo dados das indústrias do setor de fertilizantes.

Em que pese o Brasil ser um dos maiores produtores de fertilizantes do mundo, não conseguiu vencer a dependência da importação de insumos. Por essa razão os preços dos fertilizantes ainda sofrem impactos da sua maior demanda internacional e dos aumentos do preço petróleo. Eles incidem tanto nas matérias-primas como nos custos do transporte marítimo e rodoviário. O resultado é negativo no saldo da balança comercial e as despesas com importação desses insumos e de matérias-primas poderão chegar à ordem de US\$ 8 bilhões. Os países que mais

fornece rocha fosfática para o Brasil, uma das matérias-primas dos fertilizantes químicos, são Marrocos, Israel e Argélia. Já o ácido fosfórico (produto intermediário) é fornecido pela Rússia, Marrocos, Estados Unidos, Israel e Tunísia. Entre os principais exportadores de potássio para o Brasil estão o Canadá, Rússia, Alemanha, Bielorrússia e Israel.

Esses fenômenos, que já se manifestavam em 2006, ficaram mais acentuados em 2007, esse exercício foi marcado pela persistente incerteza, preços recordes e imprevista volatilidade nos mercados de grãos. A magnitude e a natureza dessas mudanças levam especialistas a questionar os paradigmas da agricultura, depois de mais de três décadas com queda nos preços reais dos alimentos. Diante da relação umbilical entre produção agrícola e uso de fertilizantes, é oportuno considerar essas alterações nas projeções de oferta e demanda por fertilizantes. Os altos preços das commodities agrícolas em período recente estimularam o plantio agrícola e o aumento da produção de alimentos, fibras e biocombustíveis. Como resultado, há uma expansão geral na demanda por fertilizantes.

Embora a expectativa seja de que a necessidade por alimentos básicos, frutas, legumes, hortaliças, proteína animal e biocombustíveis e assim a demanda permaneça aquecida, as projeções indicam que será necessário um incremento na produção e na oferta de fertilizantes da ordem de 34 milhões de toneladas, correspondente a uma taxa média anual de 3%, suficiente para atender ao aumento do consumo anual de 1,9%. Mundialmente, em milhões de toneladas de fertilizantes, a produção deverá crescer de 206,5 para 241; a demanda sobe de 197 para 216; e a oferta cresce 23,1 nos nitrogenados, 6,3 nos fosfatados e 4,9 nos potássicos.

A situação difere entre os continentes. A África permanecerá como a maior exportadora de fosfatados e responsável pelo crescimento das exportações de nitrogenados, apesar de importar todo o potássico utilizado. O consumo de fertilizantes se resume basicamente a dez países, sendo os maiores consumidores o Egito, a África do Sul e o Marrocos e as Américas do Norte e do Sul continuarão sendo importadores de nitrogênio e de fosfatados cujo déficit apenas aumentará, enquanto a Ásia deverá aumentar rapidamente seu excedente de potássio, mas continuará a importar fosfatados e potássicos. Na Oceania persistirá o déficit nos três nutrientes.

O mercado brasileiro de fertilizantes apenas cresceu nas cinco últimas décadas posto que no decorrer dos anos a demanda por fertilizantes apresentou altas taxas de crescimento, porém, sua produção não acompanhou o mesmo ritmo,

Quando esse conjugado inexistente, ou está incompleto, ele requer um processo de correção do solo vulgarmente denominado de adubação. Desse modo os produtos desse polo ganham enorme importância, pois segundo LIMA (1976) genericamente se destinam a corrigir deficiências, restaurar solos cansados e a fertilizar solos pobres para a agricultura, detectados por meio da análise do pH. Atualmente, após as crises do café e em virtude dos avanços havidos nas ciências agrônômicas a monocultura foi praticamente substituída pela cultura extensiva e a rotação de produtos cultivados, que fez surgir a necessidade de correção do solo e adubação, que modernamente é executado com o emprego de fertilizantes químicos, cuja base primária segundo LIMA (1976) é composta basicamente por: nitrogênio (N); fósforo (P); e potássio (K).

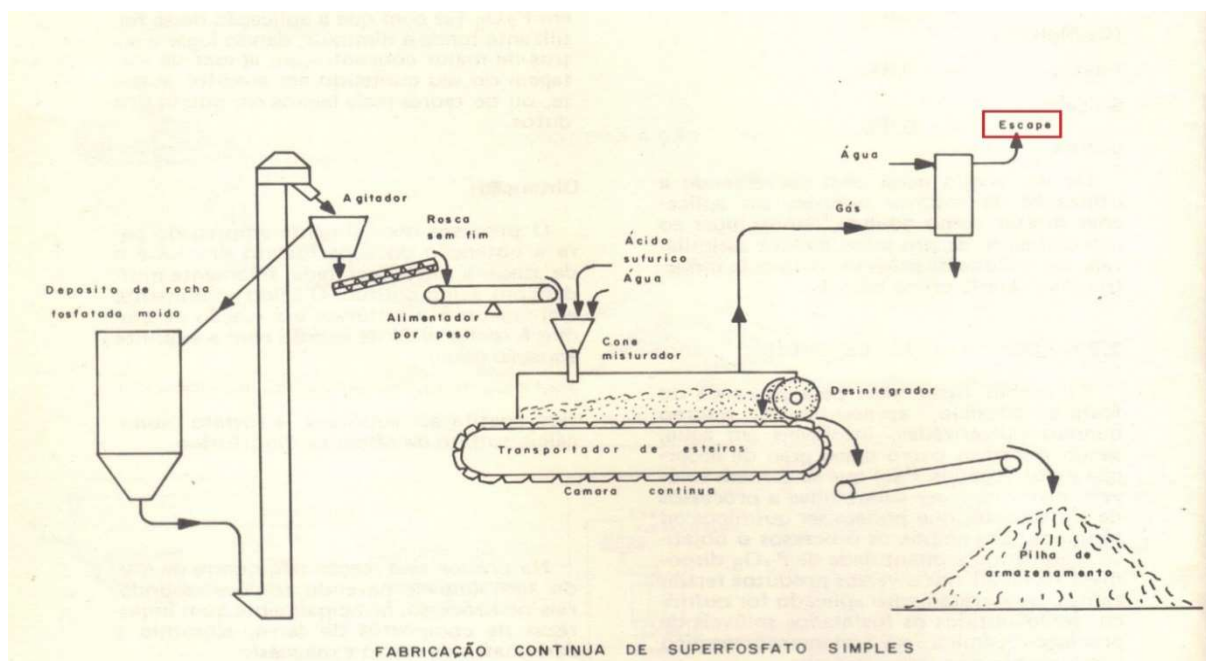
Restaurar solos cansados ou fertilizar solos originalmente estéreis, significa abastecê-los daqueles ingredientes que os vegetais, em seu sistema de auto nutrição, absorvem como alimentos ao longo de suas vidas, estabelecendo um sistema químico e fisicamente equilibrado. As plantas, para se desenvolverem, necessitam de 16 elementos chamados de nutrientes. Esses nutrientes lhes são fornecidos pelo ar e pelo solo (água edáfica, minerais, matéria orgânica) [...] Os elementos nutrientes tomados dos componentes do solo, em número de 13, correspondem a 7% em volume dos elementos absorvidos pelos vegetais, são classificados em primários, secundários ou macronutrientes secundários e em micronutrientes ou oligoelementos [...] LIMA (1976, p. 1).

Em virtude da evolução incidente no processo de produção, desenvolvido pelo setor de fertilizantes brasileiro, ocorre na composição dessa mistura a agregação de outros produtos, com fulcro nas quantidades de nutrientes necessárias para corrigir a acidez e as necessidades de nutrientes, contidos na lista presente na figura 35, ou para complementar aquelas que são fornecidas, de forma natural, pelo ar, chuvas e o próprio solo, para dele se obter a melhor produtividade possível, cujas proporcionalidades são estabelecidas mediante os resultados de uma prévia análise do pH do solo.

Com base nesse levantamento e nas quantidades de nutrientes naturais necessários, obtidos na análise de solo a ser fertilizado é que vão sendo agregados os demais componentes, denominados de nutrientes secundários, à base do produto dessa mixagem, dentre os quais os mais empregados são: cálcio (Ca); Magnésio (Mg); e Enxofre (S). E os oligoelementos são: Ferro (Fe); Cobre (Cu); Zinco (Zn); Manganês (Mn); Boro (B); Cloro (Cl); e Molibdênio (Mo). Os quais são comercialmente

divulgados como micronutrientes do solo, cujo modo de produção estão representados na FIGURA 36.

FIGURA 36 - Esquema do modelo de produção das Indústrias de Fertilizantes Químicos



FONTE: BRASIL, MME (1976).

As matérias primas das indústrias de fertilizantes são basicamente, segundo LIMA (1976, p. 22) rocha fosfatada, enxofre e água; e o processo (básico) de produção, normalmente empregado para a obtenção do superfosfato simples, equivale à sequência demonstrada no esquema constante da FIGURA 36, cujo modo de produção consiste basicamente, segundo LIMA (1976, p. 5) em moer e atacar a rocha fosfatada com ácido sulfúrico e água, após a separação aquecida dessa mistura os produtos são decantados e os subprodutos são vaporizados.

Os derivados proporcionais desses produtos (NPK) quando aplicados em solos pobres cujas carências foram cientificamente comprovadas por meio do teste de acidez e do levantamento pH do solo, bem como quando empregados racionalmente, elevam os níveis de nutrientes do solo que são extremamente necessários às atuais exigências, por produtividade, da agricultura moderna, os quais, por via de consequência impactam com externalidades positivas aquecendo a economia municipal, estadual, e por extensão, na economia nacional como um todo, gerando emprego e renda para a população.

5.4 RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados obtidos na pesquisa revelam: o modo como se resolveu o problema da pesquisa; como os objetivos foram atingidos; e como as hipóteses se confirmaram ou foram refutadas. Esses resultados também permitiram ampliar a compreensão acerca do objeto, ao revelar elementos intrínsecos, ao identificar os atores, os fatos que o constituíram em um aglomerado de indústrias que deu origem ao objeto, bem como os fatores que possibilitaram seu estabelecimento no território e sua evolução bem como os seus resultados atuais.

Os critérios de análise qualitativa considerados neste trabalho foram: validade, confiabilidade e certeza nas respostas obtidas tanto como dados primários quanto dos dados secundários obtidos em: construtos, descobertas e premissas encontradas. Após isso, a exploração analítica apurou os resultados por meio de uma avaliação qualitativa com os seguintes critérios de limites: mínimos, máximos e constantes, sobretudo acerca dos dados obtidos nas respostas à trílice questão, objetivos e hipóteses.

A coleta de dados primários se deu por meio de questionários semiestruturados, os quais, a princípio, seriam aplicados em entrevistas com representante das empresas, órgãos relacionados e trabalhadores de Paranaguá, para capturar a percepção desses respondentes e colaboradores acerca do objeto. Entretanto, apesar de sua versatilidade esse instrumento possui limitações, pois de acordo com GIL (1996, p.49) a percepção é subjetiva e pode resultar em dados distorcidos, pois pode existir uma diferença entre o que as pessoas falam e o que realmente elas pensam.

A necessidade de respostas para essas indagações, e conjecturas, deu origem à formulação dos questionários direcionados às empresas e aos órgãos e entidades ligados às indústrias do setor de fertilizantes existentes em Paranaguá, todos compostos com apenas seis perguntas abertas, as quais deveriam ter sido empregadas em entrevistas junto aos principais atores do objeto, tendo como base um universo de dezenove empresas constantes do objeto.

Por sugestão dos eventuais colaboradores que se disponibilizaram em cooperar participando da referida pesquisa, mas que no decorrer do processo alegaram falta de tempo para nos receber em entrevista, e como forma de obter, e

receber destes, as repostas que pesquisa qualitativa reclama, os questionários foram enviados por E-mail.

Todavia, em função da demora nas respostas, e dos exíguos prazos estabelecidos pelo Programa, tal procedimento se mostrou impraticável em virtude da inapetência da maioria dos atuais representantes em cooperar com o presente estudo, sob as mais diversas alegações, dentre as quais destacamos as de que não conhecem a história da organização em que trabalham; que não trabalhavam nas respectivas empresas na época de sua implantação; e a de que alguns dos atuais representantes sequer eram nascidos na época em que o objeto surgiu no município de Paranaguá.

Alguns dos representantes dessas empresas se escusaram de participar da pesquisa com argumentos mais plausíveis, dentre os quais destacamos o de que há uma rotatividade muito grande entre os colaboradores dessas empresas e que passadas mais de quatro décadas, desde a implantação dessas indústrias, os atuais gestores não conhecem mais a história dessas indústrias. Esse comportamento se justifica em vista da sensibilidade ecossocioambiental dessa atividade produtiva, por temer um comprometimento com alguma resposta que possa vincular a empresa a esse fato.

Não obstante as nossas várias ligações telefônicas e comparecimento ao local de trabalho dos representantes para a obtenção de respostas, dentre todos aqueles que foram consultados apenas dez respondentes colaboraram em tempo hábil para a conclusão desta pesquisa, da qual foi possível colher a seguinte amostra: dez respondentes de dezenove empresas do Polo.

Considerando o risco do posto de trabalho esse fato é totalmente plausível e aceitável, todavia, de igual modo, alguns representantes de Órgãos e Entidades de Classe, diretamente relacionados com o setor de fertilizantes, sob os mesmos argumentos, se escusaram de participar da pesquisa. Isto posto, nos comprometemos, com os dez colaboradores que participaram desta pesquisa, que não serão nominados neste trabalho, desse modo, doravante estes serão referenciados apenas como respondentes citados em ordem sequencial à de suas participações, as quais estão relatadas como proferidas, e mantidas sem correções nem adequações.

Por essas razões, em que pese a inquestionável lisura dos respondentes, ainda assim havia o risco da ocorrência de opiniões pessoais por parte dos

entrevistados, podendo pairar dúvidas quanto à veracidade das informações. Para dirimir tais dúvidas as informações prestadas por um entrevistado, após serem filtradas sob três categorias de análise (validade, confiabilidade e certeza) foram confrontadas com as informações dos outros entrevistados, também foram confrontadas com dados secundários obtidos nas leituras, efetuadas durante o estudo, de documentos pesquisados.

A primeira pergunta, cujo objetivo foi o de responder, ainda que parcialmente, a tríplice pergunta da pesquisa e sobretudo conhecer quando foi que as primeiras indústrias começaram a se fixar no território de Paranaguá, cujos limites esperados nas respostas são os mesmos do recorte temporal da pesquisa: mínimo: 1970 e máximo: 2010, foi a seguinte: Vossa Senhoria saberia dizer em que ano as Indústrias de Fertilizantes começaram chegar a Paranaguá? Caso não saiba uma data precisa, poderia indicar uma data aproximada?

As sete respostas mais relevantes para a primeira pergunta foram as dos seguintes respondentes: R-1 não tenho certeza acredito que empresas como BUSCHLE & LEPPER (esta de Santa Catarina) e BOUTIN já estavam no Paraná há 70/80 anos atrás; R-2, entre 1977 e 1980; R-4, não tenho essa informação, mas acredito que começaram a se consolidar na década de 1970 (auge da revolução verde); R-6, me recordo que uma das primeiras empresas do ramo de fertilizantes a se instalar em Paranaguá foi a CIA RIOGRANDENSE DE ADUBOS-CRA, nos anos de 1970; R-8, No início dos anos 1973, com a empresa BECKER, ADUBOS CRA foram as pioneiras e no final da década de 70 a FERTISUL; R-10, O início foi por volta de 1974, com a vinda de empresas gaúchas, que hoje não existem mais (ADUBOS TREVO, ADUBOS CRA E ADUBOS IPIRANGA).

À vista da aproximação permitida nesta primeira pergunta resposta, decorrente do período das quatro décadas constantes do recorte temporal da pesquisa, e ainda, com base nos dados secundários obtidos nos estudos anteriormente realizados por KULAIF (1999) e ABRAHÃO (2010) que asseveram que as indústrias teriam se fixado entre os anos de 1970 e 2010, e a partir da possibilidade de redução apresentada por GODOY (2000, p.17) que afirma que a empresa BECKER iniciou seus trabalhos entre 1970 e 1980, sobretudo ao se considerar que seis respostas apresentam validade, confiabilidade e certeza, com fulcro nessas seis respostas e nos dados secundários obtidos pode-se concluir que o polo de fertilizantes surgiu entre os anos de 1973 e 1974, com a chegada, ao município de Paranaguá, de

filiais das empresas rio-grandenses: ADUBOS TREVO, ADUBOS CRA E ADUBOS IPIRANGA e da empresa catarinense ADUBOS BECKER.

A segunda pergunta também teve como objetivo responder parcialmente a tríplice questão da pesquisa ao levantar em que período teve início as atividades do aglomerado de indústrias que vieram a compor o polo de fertilizantes de Paranaguá, para se conhecer quando ocorreu o início da produção de fertilizantes em Paranaguá, ou seja, a data de estabelecimento do objeto, como um polo de fertilizantes propriamente dito, com o seguinte questionamento: Vossa Senhoria saberia dizer em que ano as Empresas começaram operar em Paranaguá? Caso não saiba uma data precisa, poderia indicar uma data aproximada?

As três respostas mais relevantes para a segunda pergunta foram as dos seguintes respondentes: R-6, meados da década de 1970; R-8, teve início em 1973. Com as empresas citadas na pergunta acima; R-10, a pioneira foi a ADUBOS TREVO em 1974 e em seguida as outras duas um ano depois. Nesta segunda pergunta, a vista da aproximação permitida na resposta, com base no período do recorte temporal e nos dados secundários obtidos nos estudos anteriormente realizados por CANEPARO (1999), KULAIF (1999) e ABRAHÃO (2010), que dão conta de que as empresas começaram operar entre 1970 e 1980. Desse modo, constata-se que três respostas apresentam validade, confiabilidade e certeza indicando que as empresas começaram operar tão logo se instalaram em Paranaguá e assim esse aglomerado de empresas pode ser considerado como um Polo a partir desse período, entre 1973 e 1974.

A terceira pergunta teve por objetivo averiguar se as primeiras empresas que compuseram o polo derivaram de outras empresas que já atuavam no setor de fertilizantes em outros estados da federação com o seguinte questionamento: Vossa Senhoria saberia dizer se as empresas que vieram operar em Paranaguá surgiram a partir de alguma das indústrias de fertilizantes mais antigas que já existiam no Brasil? Qual (is)?

As três respostas mais relevantes para a terceira pergunta foram as dos seguintes respondentes: R-7, como citado anteriormente grande parte das indústrias que operam em Paranaguá surgiram por conta da indústria de fertilizante. E as indústrias de fertilizantes que cooperaram para isso são: SERRANA, SERRANA IPIRANGA, COTIA, BOUTIM, FERTIPAR, HERINGER; R-8, não tenho certeza, pois

as empresas de fertilizantes a BECKER e ADUBOS CRA e FERTISUL, a matriz era São Paulo e Rio Grande do Sul, de acordo com informações da época que trabalhei na empresa Rodrimar que também era fertilizante, porém só transportava; R-10, todas elas eram filiais de empresas que operavam no Rio Grande do Sul.

Os resultados obtidos nesta terceira pergunta demonstram que três respondentes conhecem a origem das primeiras indústrias que inicialmente se instalaram em Paranaguá, mas as três respostas denotam os graus de validade, confiabilidade e certeza. Essas respostas quando confrontadas com dados secundários obtidos nos estudos anteriormente realizados por CANEPARO (1999) e KULAIF (1999) verifica-se que se deu entre os anos de 1973 e 1974, com a chegada ao município de Paranaguá das empresas rio-grandenses: ADUBOS TREVO, ADUBOS CRA E ADUBOS IPIRANGA e a empresa catarinense ADUBOS BECKER, ratificando a primeira hipótese deste trabalho que o Polo surgiu a partir de um aglomerado de empresas locais que se fixaram em Paranaguá, durante o recorte temporal deste trabalho.

A quarta questão teve como objetivo levantar a forma com que as empresas se agregaram no território de modo a compor o polo de fertilizantes de Paranaguá, essa averiguação se deu com a seguinte pergunta: Vossa Senhoria saberia dizer como foi? Ou de que forma foi que as Empresas vieram operar em Paranaguá?

As respostas mais relevantes para a quarta pergunta foram as dos seguintes respondentes: R-1, acredito que na década de 80 com o fechamento da ULTRAFÉRTIL (1982), no mercado de ponta, surgiram empresas com os executivos que trabalharam para ela e montaram unidades para eles próprios tais, como: FERTIPAR, NITROBRAS, MACROFERTIL, FOSPAR (ex. BECKER) veio para produzir matéria prima. Outras empresas antigas no mercado seguiram BUNGE – MANAH – SOLORRICO – IAP, TREVO, CIA ELEQUEIROZ, COPAS e outras. Vieram depois pois o mercado cresceu, (soja – milho) e a logística melhorou e passou a atender o Estado todo e começava o Centro Oeste a se desenvolver. Deixaram de puxar adubo de São Paulo, mesmo para o Norte do Paraná. Na medida em que o Centro Oeste (até Paraguai) desenvolveu, Paranaguá, tornou o maior centro de importação de fertilizantes; R-2, aproveitando a estrutura portuária para importar insumos para atender a agricultura do estado; R-3, as empresas vieram a operar em Paranaguá devido o crescimento do consumo de adubos na região norte do estado e

demais regiões agrícolas adjacentes. Havia a necessidade dos navios fazerem a descarga com maior rapidez para evitar custos de atracação e evitar filas de caminhões no porto e obstruir inclusive o centro da cidade; R-8, acredito que movidos pelo ciclo da soja. A partir da década de 70 Paranaguá tornou-se polo de armazenamento e embarque de soja proveniente do Paraná e Mato Grosso e com isso ficou fácil implantar um polo de fertilizante tendo em vista que os caminhões retornam para seus estados com carga o fertilizante para utilizar na lavoura; R-10, desde que Paranaguá começou a se destacar na exportação de grãos, tornou-se atrativo instalar misturadoras de fertilizantes aqui. O motivo sempre foi porque existe uma boa oferta de fretes ao interior e com preços competitivos.

Os resultados obtidos nesta quarta pergunta demonstram que cinco respondentes conhecem a forma com que as primeiras indústrias que inicialmente se instalaram em Paranaguá, pois as cinco respostas consideradas denotam os graus de validade, confiabilidade e certeza. Essas respostas quando confrontadas com dados secundários obtidos nos estudos anteriormente realizados por GODOY (2000) respondem, em parte, o porquê dessas empresas terem escolhido o município portuário de Paranaguá para instalarem seus parques industriais, as quais ressaltam que a diversificação da produção agrícola após as duas crises que abateram a monocultura cafeeira, com opção pela produção de grãos de safras curtas (soja, milho, trigo e arroz), as quais requerem uma adubação química específica a cada plantio e cada tipo de solo, teriam sido alguns dos porquês da existência desse polo de fertilizantes em Paranaguá.

[...] com o declínio do café, o incentivo governamental às exportações de grãos (principalmente soja) e a melhoria do sistema de telecomunicações e infraestrutura rodoviária, criaram-se as condições para que novas empresas utilizassem as dependências existentes na época do café, através de arrendamentos para armazenamento de grãos e óleos [...] gerou o crescimento do setor industrial no período 1970-1980 e, portanto, o crescimento do emprego indiretamente ligado ao porto. GODOY (2000, p. 17).

A quinta questão teve como objetivo levantar se quando as empresas do polo vieram operar em Paranaguá se já havia outras empresas de fertilizantes no território de modo saber se houve alguma resistência na formação do polo, com o seguinte questionamento: Vossa Senhoria saberia dizer quando essas atuais empresas

começaram operar neste município, já havia alguma (as) outra(s) indústria(s) de fertilizante operando em Paranaguá? Qual (is)?

As respostas mais relevantes para a quinta pergunta foram as dos seguintes respondentes: R-7 O mercado de fertilizante é bem dinâmico e isso faz com que empresas antigas sejam compradas por multinacionais, isso pelo fato do gigantesco volume de fertilizantes comercializado. Então as empresas incorporadoras operam com as instalações das indústrias incorporadas. Exemplo disso: MOSAIC, BUNGE, YARA, ADM, CHS; R-8, As empresas de fertilizantes começaram a operar em Paranaguá a partir de 1973 e atualmente temos em média 41 empresas que trabalham com fertilizantes e as mais antigas como a ADUBOS CRA já não existe foi vendida o terreno para a construção de tanques de óleo e ácido. As atuais são multinacionais como a BUNGUE entre outras que compraram os imóveis antigos armazéns de café e transformaram e locais para fertilizantes; e R-10, As empresas de fertilizantes no Brasil, sofreram muitas alterações de comando, com fusões, vendas, aquisições, etc. Por exemplo, a ADUBOS TREVO foi adquirida pela atual FERTILIZANTES YARA, que também adquiriu a BUNGE FERTILIZANTES, que era a ADUBOS IPIRANGA. A empresa que ainda opera atualmente e que existe desde a época das pioneiras, é a FERTIPAR.

Os resultados obtidos nesta quinta pergunta demonstram que três respondentes conhecem o modo com que as primeiras indústrias se articularam inicialmente para se instalarem definitivamente em Paranaguá, pois as três respostas denotam os graus de validade, confiabilidade e certeza.

[...] A partir de 1976, com a criação do Distrito Industrial de Paranaguá, no limite oeste da área urbana, nos bairros Embocuí e Santa Rita, onde foram instaladas as indústrias ligadas à atividade portuária, como a indústria de alimentos Sadia e as do complexo químico, de adubos e fertilizantes, com destaque para empresas multinacionais do Grupo Cargill, Bunge, Trevo (Yama) e Península, além de grupos nacionais como a Delta, Heringer, Fertipar, Fertilizar e Macrofértil. CANEPARO (1999, p.152).

Em 1988 associou-se à R. R. Comércio de Fertilizantes e Participações de Empreendimentos Ltda, operação que propiciou a obtenção de uma participação na Fertilizantes Beker Ltda (atual FOSPAR), única produtora de superfosfatos do Paraná. Através desse investimento, a FERTIZA passou a estar coligada a uma empresa produtora de fertilizantes fosfatados simples e, ao mesmo tempo, garantiu sua presença no pólo distribuidor de fertilizantes de Paranaguá, PR. Em 1989 a empresa assumiu o controle do capital da FOSPAR. KULAIF (1999, p.30).

A sexta questão teve como objetivo levantar qual foi a importância da logística portuária de armazenamento e transporte para que as empresas que compuseram o polo viessem operar em Paranaguá, com a seguinte questão: Vossa Senhoria saberia dizer até que ponto a existência de facilidades logísticas de armazenamento e transporte foi importante para que a empresa viesse operar em Paranaguá?

As respostas mais relevantes para a sexta pergunta foram as dos seguintes respondentes: R-1 É fundamental as facilidades logísticas que motivaram empresas vieram para Paranaguá; R-2, Se não houvesse toda essa estrutura com certeza não se instalariam; R-3, A maior importância da facilidade logística com referência ao armazenamento e transporte foi um controle mais exato dos estoques desses produtos; R-4, Acredito que a estratégia logística seja a única razão dessas empresas se instalarem em Paranaguá; R-5, Acredito que são essas facilidades as principais responsáveis para que essas empresas viessem para Paranaguá; R-7, Entorno das indústrias de fertilizantes construiu empresas de operação, estocagem e transporte, como volume é grande precisava que isso fosse construído e a oportunidade de grandes negócios surgiram outras empresas; R-8, O terminal portuário com infraestrutura para o ciclo da diversificação foi muito importante para as empresas de fertilizantes instalar em Paranaguá, haja vista que os caminhões chegam até o porto com soja e seus derivados e com isso retornam com fertilizante para os estados de Mato Grosso e interior de São Paulo; R-9, Diria fundamental. Sem a armazenagem essas empresas seriam obrigadas a mandar os fertilizantes à medida em que recebessem o produto dos navios; e R-10, A facilidade de transporte foi e é fundamental para a permanência das misturadoras de fertilizantes em Paranaguá. O armazenamento é uma consequência da necessidade de acomodar os grandes volumes atuais que são importados por Paranaguá.

Os resultados obtidos nesta sexta pergunta demonstram que nove respondentes reconhecem a importância da logística de armazenamento e transporte pre-existente em Paranaguá como um forte atrativo para a vinda das primeiras indústrias que inicialmente se instalaram em Paranaguá, pois as nove respostas apresentadas denotam os graus de validade, confiabilidade e certeza. Esses resultados também permitiram ampliar a compreensão acerca do objeto, ao revelar elementos intrínsecos da vinda dos atores identificados na terceira pergunta, como

um dos fatores que mais contribuíram para a constituição desse aglomerado de indústrias.

Em 1990 a FERTIBRÁS adquiriu uma unidade industrial da CRA em Paranaguá-PR, assim como as instalações das gerências regionais de Curitiba e Toledo no Paraná e a de Campo Grande no Mato Grosso do Sul. Esta operação, além de acrescentar 150 mil toneladas/ano à capacidade de produção da empresa, permitiu grande flexibilidade operacional pela utilização do Porto de Paranaguá e, principalmente, garantiu o acesso aos importantes mercados consumidores do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. KULAIF (1999, p.23).

A sétima questão teve como objetivo levantar qual a importância do custo do frete para que as empresas que compuseram o polo viessem operar em Paranaguá como forma de averiguar a validade da segunda hipótese desta pesquisa, com a seguinte questão: Vossa Senhoria saberia dizer como o fato das Empresas operarem em Paranaguá afeta os custos de transporte, tanto na entrega dos seus produtos no local de destino quanto no aproveitamento do frete de retorno?

As respostas mais relevantes para a sexta pergunta foram as dos seguintes respondentes: R-1, Como Paranaguá tem o porto mais próximo do Centro Oeste e mais barato o grande crescimento do consumo naquela região chamou investimentos. Paranaguá atende não só o Paraná mas também o Centro Oeste e até São Paulo, pois Santos é um porto caro e tem um Cartel de transporte rodoviário; R-7, Como o porto de Paranaguá opera mais o a granel então grande parte dos grãos produzidos no Brasil são exportados por Paranaguá, isso facilita o transporte do fertilizante, reduzindo o frete rodoviário e ferroviário; R-8, Eu vejo que o fertilizantes que descarrega em Paranaguá aproveita a logística dos transportes da diversificação, navios chegam com fertilizantes e levam outros produtos o mesmo acontece com os caminhões que chega ao porto com soja e seus derivados.. com certeza a logística do porto de Paranaguá facilita e deixa os fretes mais barato;R-9, Ao meu ver afeta positivamente pois, se não fosse o frete de retorno de Paranaguá até o Mato Grosso e outros estados produtores, longe da costa, o porto de Paranaguá perderia a atratividade em relação a outros portos que operam com fertilizantes;R-10, As empresas de fertilizantes estão em Paranaguá justamente por ter uma oferta de transportes para carregamento de fertilizantes muito maior que a demanda (a exportação de grãos tem um volume muito maior que importação de fertilizantes). O custo do frete de retorno é mais econômico em razão disto.

Os resultados obtidos nesta sétima pergunta demonstram que cinco dos respondentes conhecem a lógica da atividade de transporte existente no município e a forma como é composto o custo do frete de retorno de Paranaguá para os centros de produção agrícola, pois as cinco respostas apresentadas denotam os graus de validade, confiabilidade e certeza ratificando a logística de transporte e o custo do frete de retorno como um dos mais importantes fatores que possibilitaram o estabelecimento do objeto no território de Paranaguá.

Esses resultados desta sétima pergunta também ratificam a segunda hipótese desta pesquisa, de que as empresas se fixaram nesse município para reduzir custos tanto na aquisição de insumos quanto no transporte da entrega dos seus produtos, pelo aproveitamento do frete rodoferroviário de retorno aos centros de produção agrícola e que sua evolução, bem como os seus resultados atuais, decorrem das políticas públicas atinentes ao objeto, ao porto e ao território de Paranaguá.

CAPÍTULO 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste sexto e último capítulo, a guisa de conclusão, faz-se uma breve retomada dos resultados obtidos na pesquisa e apresentam-se as considerações finais acerca dos resultados obtidos nesta pesquisa, em relação ao polo de fertilizantes de Paranaguá. Busca-se aqui fazer os últimos comentários acerca dos resultados obtidos nesta pesquisa, os quais possibilitaram responder a tríplice pergunta que a desencadeou, com o atingimento dos objetivos preestabelecidos, e o esclarecimento das hipóteses aventadas no início deste estudo, identificando as que foram confirmadas e a que foi refutada em relação ao polo de fertilizantes de Paranaguá.

Os resultados obtidos confirmaram, em parte, as conjecturas que deram causa a observação do objeto e originaram o questionamento que desencadeou esta pesquisa. O objetivo principal deste estudo foi atingido, porquanto foi possível conhecer os atores e os fatores que comprovam o modo como estes se apropriaram das benesses advindas das políticas públicas aplicadas ao território, ao porto e ao setor de fertilizantes ao fim beneficiaram o próprio objeto.

Desse modo o tríplice questionamento (como, quando e por que?) a respeito do surgimento do objeto em Paranaguá, as quais demandaram esta pesquisa, obtiveram as seguintes respostas:

- a) Como? O polo surgiu, inicialmente, a partir de um aglomerado industrial composto por três filiais de indústrias rio-grandenses (ADUBOS TREVO, ADUBOS CRA E ADUBOS IPIRANGA) e uma filial catarinense (ADUBOS BECKER), as quais já haviam se estabelecido no território de Paranaguá, antes das políticas públicas que deram causa à existência do polo de fertilizantes, o qual foi complementado, posteriormente, com a chegada a Paranaguá do grupo internacional formado pelas indústrias: CARGILL, BUNGE, TREVO (YAMA) E PENÍNSULA e o grupo de indústrias nacionais: DELTA, HERINGER, FERTIPAR, FERTILIZAR E MACROFÉRTIL.;
- b) Quando? Entre os anos de 1973 e 1974, na vigência das políticas públicas advindas do II PND, esse polo foi formado com essas quatro empresas iniciais e complementado com a chegada das demais componentes do grupo internacional, cuja produção se tornou notória a partir de 1976; e

c) Por que? A resposta a essa pergunta permeia o desenrolar de toda a pesquisa, a partir dos pressupostos históricos e sociológicos que compõem o marco teórico e os dados secundários coletados, os quais ratificam a conjectura social, econômica e política, que marcou o início da existência desse polo, em uma trajetória dependente do objeto em relação ao tardio processo de industrialização brasileiro, sobretudo em relação à trajetória do setor petroquímico brasileiro composto pela Petrobrás e suas subsidiárias ao qual o objeto, inicialmente, se vinculou; bem como no aproveitamento, por parte dos atores, das janelas de oportunidades que resultaram em políticas atinentes a esse setor produtivo.

Os teóricos pesquisados, que tratam do tema deste trabalho, ao escreveram sobre as aglomerações industriais reconhecem que, na escolha da sede de suas unidades produtivas, os empreendedores levam em conta os fatores locais ligados a proximidade das fontes de matérias primas; a redução do custo com a aquisição de insumos, transporte e mão de obra; bem como as distâncias a vencer entre núcleo produtivo e o mercado consumidor de seus produtos.

A contrariedade desses fatores na escolha locacional do objeto, a princípio causam espécie, todavia os resultados obtidos indicam que as indústrias de fertilizantes, que inicialmente o compuseram, acertaram ao perceberem que havia, no município portuário de Paranaguá, uma infraestrutura portuária completa para a importação de insumos e uma logística de armazenamento e transporte pronta para escoar a produção, bem como uma possibilidade de economizar no escoamento da produção por meio de um trajeto menor entre o centro de produção e os centros de consumo e de um custo mais baixo no transporte rodoferroviário, pelo aproveitamento do frete de retorno.

Por outro lado essas indústrias acertaram ainda mais ao se valerem das políticas públicas que o governo federal implementou no segundo setor da economia, durante o recorte temporal desse estudo, porquanto envidava esforços para controlar a economia brasileira em crise, após uma fase de bonança no período considerado "milagre econômico", pressionado pelo crescimento do desemprego urbano, por um processo inflacionário aviltante e um endividamento externo exponencial.

Uma das maiores contradições observadas nessa trama é a de que mesmo em meio a uma conjuntura econômica mundial recessiva, agravada pelas seguidas crises mundiais do petróleo no final da década de 1970, as quais foram severas para a economia nacional, mesmo assim a produção de fertilizantes no Brasil continuou a

crescer, impulsionada pela abertura de novas áreas de plantio nas regiões norte e centro-oeste do Brasil, mormente pela necessidade de substituição das importações, por parte da economia nacional.

Para fazer face a esses problemas, não restava alternativa ao governo do General Ernesto Geisel, senão investir no primeiro setor da economia para a obtenção de receitas a curto prazo e nas indústrias de base para reduzir custos com a importação de insumos agrícolas e assim controlar a balança comercial desfavorecida pelas primeiras altas do petróleo e de seus derivados, dos quais dependem o setor de fertilizantes, mas sobretudo para cumprir os serviços da dívida externa que crescia exponencialmente naquele período, o que fez surgir conforme assevera KINGDON (1984) uma janela de oportunidade.

Portanto, na vigência do II Plano Nacional de Desenvolvimento, com o intuitivo de ampliar e modernizar a indústria de fertilizantes e calcário agrícola do país, o governo federal implantou, em 1974, o 1º Programa de Fertilizantes e Calcário Agrícola (1º PNFCA) que vigorou até 1980. FERNANDES et al (2009, p. 205).caracterizando uma nova fase de substituição de importações que, segundo DIAS et al. (2006), estimulou a implantação de vários complexos industriais destinados à produção interna de matérias-primas e fertilizantes, coincidindo com a data de surgimento do objeto, levantada nos dados primários.

A execução da política nacional de fertilizantes, imprescindível à realização das metas do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que enfatizou o papel da produção e da produtividade da agricultura no desenvolvimento do País, está exigindo estudos sérios e balizados em todos os níveis [...] analisando a situação do Paraná, tanto na qualidade de consumidor [...] quanto na de produtor de fertilizantes [...] BRASIL (1974, p. 7).

O governo federal envidou esforços no sentido de fomentar novos produtores de insumos para o primeiro setor da economia e segundo DIAS et al. (2006), os investimentos no período do 1º PNFCA foram estimados em US\$ 2,5 bilhões. O BNDES, por exemplo, disponibilizou sob as várias formas de apoio financeiro, ao setor de fertilizantes, a cifra de US\$ 1 bilhão, o que, por sua vez, acabou por gerar várias instalações de indústrias extrativas de matérias-primas no período. Momento em que surge o polo de fertilizantes de Paranaguá.

Em outubro de 1972 aprovou-se a segunda fase da programação do plano, englobando: silos intermediários, projetos ferroviários de retificações,

construções de novas variantes, melhoria das condições de tráfego, expansão da frota de vagões, projetos portuários de melhoramentos complementares de cais de acostamento, acréscimos da capacidade de armazenamento de cereais, sucos, fertilizantes e carga geral, bem como obras em canais de acesso a zonas portuárias. Estes projetos [...] permitiram expressivos melhoramentos na infraestrutura básica de quatro corredores de exportação: Rio Grande, Paranaguá, Santos e Vitória. A execução do Programa Corredores de Exportação possibilitará ao país a movimentação de grandes massas de produção agrícola voltada à exportação [...] com vistas a garantir as divisas adicionais necessárias à manutenção da taxa desejável de crescimento da economia brasileira NISKIER (1973, p. 102).

Assim foi que entre 1973 e 1974, seguindo uma trajetória dependente do setor petroquímico e valendo-se da janela de oportunidade oriunda da crise do petróleo, no início do período constante do recorte temporal deste estudo, esse aglomerado de indústrias de base fosfática, veio a ser implantado em Paranaguá, com fulcro em financiamentos públicos, contidos no primeiro II-PND e no 1º PNFGA, bem como nas demais políticas públicas atinentes ao setor de fertilizantes, antecipadamente planejadas pelo governo federal, para serem implementadas no território de Paranaguá naquela ocasião.

A partir de 1976, com a criação do Distrito Industrial de Paranaguá, no limite oeste da área urbana, nos bairros Embocuí e Santa Rita, onde foram instaladas as indústrias ligadas à atividade portuária, como a indústria de alimentos Sadia e as do complexo químico, de adubos e fertilizantes, com destaque para empresas multinacionais do Grupo Cargill, Bunge, Trevo (Yama) e Península, além de grupos nacionais como a Delta, Heringer, Fertipar, Fertilizar e Macrofértil e as de refinamento de sal (Sal Mossoró). CANEPARO (1999, p.152).

Outrossim essas indústrias também se beneficiaram das benesses advindas das políticas públicas atinentes ao município de Paranaguá, as quais de acordo com NISKIER (1973) constaram de: melhoramentos da logística ferroviárias; melhoramento da infraestrutura portuária básica; construção de novos armazéns portuários; as políticas de Corredores de Exportação que conectaram o porto de Paranaguá aos grandes centros de produção de grãos no noroeste do estado do Paraná e aos estados das regiões norte e centro-oeste, bem como aos centros de produção de grão nos dois estados mais próximos, Santa Catarina e São Paulo .

Um fato marcante do início das operações desse aglomerado de indústrias foi o considerável crescimento de demanda por nitrogênio (amônia), entre os anos de 1970 e 1980, para atender a demanda nacional por fertilizantes que na ocasião crescia exponencialmente. Segundo KOZAK (1974, p. 25) tendo em vista que a implantação

de um complexo de matérias-primas para fertilizantes levaria entre 3 e 4 anos, foram feitas as projeções para 1978 e 1980, é por essa razão que as importações de insumos foram mantidas.

Desse modo, os resultados da pesquisa indicam que as indústrias que inicialmente compuseram o polo não se beneficiaram apenas da infraestrutura de armazenamento e transporte existente no município, pois ao se instalarem em Paranaguá também se aproximaram do Polo Petroquímico de Araucária que redundava no encurtamento do acesso à uma grande parte de matéria prima que deixaria de ser importada e dos insumos que passariam a ser adquiridos junto a ULTRAFÉRTIL.

As informações obtidas a partir dos dados analisados sugerem que implantar esse polo no território de Paranaguá foi uma decisão estratégia acertada, por parte dos planejadores de políticas públicas, as quais outorgaram grande flexibilidade operacional ao Polo, tanto pela utilização das facilidades logísticas do Porto de Paranaguá quanto para a importação de insumos insubstituíveis (enxofre, rocha fosfática e uréia); bem como para a substituição da importação de matérias primas substituíveis (nafta e nitrogenados), pela proximidade deste com o polo petroquímico de Araucária.

Quanto à possibilidade de utilização de sua malha rodoferroviária, já existente no município, constatou-se que essa tomada de decisão também se mostrou acertada pois além de garantir o um bom escoamento da produção pelo acesso rápido aos centros de consumo também reduziu os custos de transportes pelo aproveitamento do frete de retorno de trens e caminhões que trazem grãos para exportação e retornam com fertilizantes para os centros de produção agrícola.

Esses resultados também possibilitaram o atingimento dos objetivos específicos que constaram da: reunião de dados históricos e documentais acerca da implantação do objeto; análise dos elementos constituintes de sua origem, evolução, e resultados; conhecimento das políticas públicas atinentes ao território, ao porto e ao setor de fertilizantes que favoreceram o surgimento do objeto; e a compreensão das externalidades aglomerativas⁵² (positivas e negativas) do objeto para com o território de Paranaguá.

⁵² O conceito de externalidades aglomerativas foi desenvolvido por Alfred Marshall na última década do Século XIX quando analisou as organizações industriais na obra *Princípios de Economia*, mormente no que diz respeito ao fenômeno da concentração espacial de pequenas empresas existentes nos

Quanto às demais conjecturas sintetizadas nas hipóteses e testadas na presente pesquisa, das quais se verificou que:

- a) a primeira foi refutada, em parte, posto que esse Polo não surgiu de empresas locais mas sim a partir de um aglomerado formado por três indústrias rio-grandenses e uma catarinense que abriram filiais em Paranaguá, entre os anos de 1974 e 1976, e não durante todo o recorte temporal, as quais se fixaram nesse território não apenas para aproveitar as facilidades logísticas de armazenamento e transporte para reduzir custos tanto na aquisição de insumos quanto no transporte na entrega dos produtos, pelo aproveitamento do frete rodoferroviário de retorno aos centros de produção agrícola (mas sobretudo para terem acesso às políticas pública dos corredores de exportação, do II-PND e do 1º PNFCa);
- b) a segunda hipótese restou confirmada porquanto essas indústrias também teriam se instalado nesse território para aproveitar a grande disponibilidade de mão de obra causada pelo êxodo rural no final do ciclo cafeeiro e pela incapacidade do porto de Paranaguá de absorver esse excedente de pessoal;
- c) a terceira hipótese se confirmou posto que, em virtude da conjuntura vigente naquele período, as políticas públicas que foram implementadas ao setor de fertilizantes que alcançaram esse polo industrial, se baseavam em uma concepção que igualava crescimento a desenvolvimento, desse modo os resultados perseguidos sob o paradigma do progresso que vigorava na época da implantação desse aglomerado industrial se refletem no território até os dias atuais porquanto a busca por resultados econômicos sobrepujam a intenção de atingir resultados socioambientais; e
- d) a quarta e última hipótese neste trabalho também se confirmou porquanto as externalidades aglomerativas desse polo tanto foram positivas quanto negativas.

As externalidades aglomerativas desse polo foram positivas em virtude da criação de novos postos de trabalho para a geração de emprego e renda e por dinamizar a economia local pela aquisição de bens e serviços, pela utilização da infraestrutura portuária e rodoferroviária e pelo uso da logística de armazenamento ociosa pelo fim do ciclo do café, todavia, em virtude dos recolhimentos fiscais em favor do governo federal, essa dinâmica não trás benefícios diretos para o município

distritos industriais britânicos, quando procurou novos elementos que dessem conta da explicação do sucesso de determinadas experiências que não podiam ser explicadas apenas à luz das teorias predominantes naquele período. MARSHALL (1982)

portuário de Paranaguá. Todavia o estudo desse aglomerado ficaria superficial caso não elencasse as externalidades negativas ou não apontasse problemas ecossocioambientais tais como: o aumento do ruído urbano ocasionado pelo funcionamento das máquinas; a intensificação do tráfego rododiferroviário que danificam as vias urbanas; e os escapes de resíduos sólidos, líquidos e vaporizados no processo produtivo desse polo.

O processo de produção de fertilizantes não é muito simples, pois ao atacar as rochas fosfáticas com ácido sulfúrico e água quente, os subprodutos elaborados nessa reação são: o sulfato de cálcio e o ácido fluorídrico, os quais em grande parte podem ser recuperados por meio de filtros, entretanto como não há na atualidade uma filtragem completa, uma parte desses subprodutos escapa pelas chaminés das indústrias de fertilizantes, juntamente com os vapores da água. De acordo com LIMA (1976, p.5) o flúor volatilizado ao escapar pelas chaminés passa um período em aspersão (no ar) e posteriormente caem nas folhas das plantas, nas vias urbanas, nos telhados das edificações, sobretudo naquelas mais próximas às referidas indústrias, e nos períodos chuvosos são carregados pelas águas fluviais para as franjas fluviais e marinhas.

[...] essa reação não ocorre de modo tão simples, havendo secundárias no processo, principalmente com impurezas de compostos de ferro, alumínio e carbonatos de cálcio e magnésio. Após a reação final, cerca de 80% do fósforo tricálcio, originalmente presente na apatita, se transforma em fosfato monocálcio, solúvel em água. 20% a 38% do flúor contido na rocha fosfatada se volatiliza. Esse flúor volatilizado que pode ser recuperado como subproduto, e atualmente isto vem sendo feito, devido suas característica de ser um agente altamente poluente. LIMA (1976, p. 5).

Muito embora as indústrias de fertilizantes invistam na aquisição de equipamentos modernos e filtros para as chaminés, esses escapes ainda ocorrem e compõem a parte mais importante das externalidades negativas dessa atividade produtiva, porquanto agredem o meio ambiente e resultam na piora da qualidade de vida dos residentes da área urbana do município de Paranaguá, sobretudo daqueles que residem nas proximidades dessas indústrias, cujo patrimônio⁵³ fica deveras prejudicado em termos valores patrimoniais, materializado tanto pela desvalorização

⁵³ A dimensão temporal que o patrimônio proporciona é espontânea, pois o passado não está registrado num livro, numa produção cinematográfica ou fechado num museu, este está inserido nas ruas, nas celebrações e nas paisagens, ou seja, na vida prática. NASCIMENTO (2013).

intrínseca dos bens (móveis e imóveis), quanto na marginalização das áreas onde estão situadas, e ainda, na concepção de NASCIMENTO (2013) esses patrimônios ficam esvaziados de sua dimensão temporal.

Ao longo da estrada velha de Alexandra, encontram-se residências em madeira em condições ruins de conservação e algumas chácaras e sítios. Nesta área foi instalada uma indústria de fertilizantes que emite gases tóxicos, conformando grave situação de saúde pública que envolve a fábrica e o poder público, uma vez que a população vizinha está exposta. PDDIP (2007, p.187).

Essa problemática ambiental fica ainda mais agravada nos períodos chuvosos, pois de acordo com MIRLEAN et al (2002) o escape de flúor volatilizado exalado pelas chaminés dessas indústrias de fertilizantes é percebido pelo odor, por parte dos residentes próximos a essas indústrias. Muito embora esse subproduto devido as suas características químicas de agente altamente poluente devesse ser recuperado, na totalidade, por filtros, isso não ocorre. A realidade é que esses resíduos juntamente com o pó de adubo que repousa nas folhas das árvores, nas vias públicas, nos telhados das edificações e no solo dos terrenos próximos, em períodos chuvosos, quando não absorvidos pelo solo e pelo subsolo (lençóis freáticos), são carregados, juntamente com as águas pluviais, para a franja fluvial e marítima.

As emissões das fábricas de fertilizantes enriquecem a atmosfera com fluoreto dissolvido na água da chuva. A concentração de fluoreto na água da chuva no ponto de coleta depende, entre outros fatores, da direção do vento. Ainda nos locais mais afastados das fábricas, as concentrações de flúor na água da chuva podem atingir valores que superam muitas vezes o teor de *background*. A lixiviação de fluoreto pelas chuvas provoca o aumento dos seus teores na água subterrânea e, de modo geral, determina que a sua concentração se relaciona com a distância das fontes de poluição, e talvez, pela influência das emissões de esgotos domésticos e invasão das águas do sistema estuarino, essas concentrações não apresentam uma distribuição de maneira gradiente da contaminação por fluoreto. MIRLEAN et al (2002, p. 194-195).

Constatou-se, no presente estudo, que após quatro décadas, desde o seu surgimento na área urbana de Paranaguá, esse polo continua operando da mesma maneira com que, inicialmente, produziam esses fertilizantes químicos. E que com o passar dos anos os "players" se tornaram cada vez mais empoderados em função do crescimento da importância do setor de fertilizantes para a economia nacional, em

virtude do crescimento das áreas plantadas e das exigências mercadológicas por safras e produtividades cada vez maiores.

Vale ressaltar que a tolerância, por parte dos órgãos fiscalizadores (estadual e federal)⁵⁴, em relação às essas emissões desse polo. Considerando-se que a legislação ambiental brasileira é bastante rigorosa, no que diz respeito às atividades industriais, cujos processos produtivos possam causar danos ecossocioambientais, sobretudo aquelas atividades que possam por em risco a qualidade de vida das pessoas. Causa espécie constatar que os tomadores de decisões, que em tese são os mesmos formuladores de políticas públicas, convivam pacificamente com esse estado de coisas.

A vista desses fatos, e a guisa de conclusão, verifica-se que eixo temático das políticas públicas, escolhido para este trabalho, orientou favoravelmente a condução da coleta dos dados, especialmente por se conectar com os conceitos da trajetória dependente e das janelas de oportunidades na referida coleta. Por essa razão esta pesquisa se caracterizou como um estudo histórico e historicista, sobretudo porque a conjuntura política, econômica, social e ambiental em voga, no recorte temporal desta pesquisa, mascarava as contradições e complexidades presentes no território e na trama social nas quais o polo de fertilizantes de Paranaguá se inseriu.

A escolha da metodologia qualitativa bem como dos demais procedimentos metodológicos foram acertados e utilizados o suficientes para a capitura do objeto e a realizações dos procedimentos de análise dos dados coletados e na resolução da problemática. A estratégia historicista desta pesquisa foi empregada para facultar uma melhor compreensão dos fatos e fatores históricos acerca do setor de fertilizantes nacional, mormente acerca daqueles atinentes à composição e consolidação do objeto, os quais acompanharam os fatos históricos relativos ao tardio processo de industrialização brasileiro.

A bibliografia empregada foi apropriada e correspondeu às expectativas de aprendizagem e compreensão acerca do objeto, bem como para o atingimento dos objetivos e para confirmar ou refutar as hipóteses. O levantamento histórico bibliográfico visou buscar, na origem dessas indústrias, os fundamentos historicistas

⁵⁴ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) foi criado pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 para ser o órgão de fiscalização ambiental na esfera federal. O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) foi criado pela Lei Estadual no 10.066, de 27 de julho de 1992, para ser o órgão de fiscalização ambiental na esfera estadual.

que resgatem os elementos constitutivos do objeto e do caráter aglomerativo que se revelam na evolução histórica das indústrias integrantes desse Polo.

O texto formulado no presente trabalho visou estabelecer uma base epistêmica para fundamentar a análise formulada, a qual intencionou descrever as interfaces entre os conceitos e as teorias mencionadas, associando-as a estudos empíricos que a análise qualitativa permite. Considerando-se que o escopo delimitado no recorte da pesquisa foi explorado, suficientemente, de modo a que a generalização fosse capaz de explicitar os resultados da pesquisa.

A denominação de polo, neste estudo, contemplou apenas uma das várias expressões que de acordo com os teóricos clássicos, tais como: François Perroux (1908), Johann Von Thünen (1826), Alfred Weber (1909), Walter Christaller (1933), August Lösch (1940) e Walter Isard (1956) podem ser empregadas para se referir a um aglomerado de indústrias, neste caso as indústrias de fertilizantes químicos existente em Paranaguá, que em função de seu *modus operandi* na área urbana municipal considera-se as indústrias de fertilizantes deixam de contribuir para o desenvolvimento sustentável do município de Paranaguá.

Ademais, a crítica ao neoliberalismo presente nesta narrativa, possibilitou demonstrar a tomada de posição do autor diante do tema, após ler, analisar, comparar e sintetizar diferentes conhecimentos advindos de diferentes autores a respeito do mesmo. Desse modo, encerra-se a presente dissertação ressaltando-se que a intenção precípua desse trabalho é o de contribuir para o aumento a compreensão do objeto, na expectativa de que este venha gerar "*insights*"⁵⁵ para novas pesquisas neste campo.

⁵⁵ "*Insight*" é uma palavra inglesa, de uso corrente na comunicação acadêmica, empregada para expressar uma intuição, uma percepção instantânea, ou ainda uma compreensão momentânea de um fato ou de uma situação. Fonte: Dicionário inFormal, "on line" (adaptação do autor).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAO, Cinthia Maria de Sena. **Porto de Paranaguá: transformações espaciais decorrentes do processo de modernização capitalista e integração territorial entre os anos 1970 e 2010**. Curitiba, 298 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

_____. Transformações territoriais e a configuração do Porto de Paranaguá como Porto Graneleiro. In: **IX Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia**, 2011. IX Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia. v. 1, Goiânia, 2011.

ALMEIDA, Tales Rodrigues de; PICANÇO, Jefferson; MESQUITA, Maria José Maluf de. **A mineração aurífera na região de Paranaguá (séculos XVII-XVIII)** na toponímia contemporânea da folha Morretes (SG.22-X-D-II-3). Artigo (2 Instituto de Geociências) - Departamento de Geociências Aplicadas Ao Ensino. UNICAMP, São Paulo, 2010.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a metodologia do trabalho científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ANDRIGUETTO FILHO, José Milton. Das “dinâmicas naturais” aos “usos e conflitos”: uma reflexão sobre a evolução epistemológica da linha do “costeiro”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, p. 187-192, jul./dez. Editora UFPR, 2004.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILLETI, Nelson. **Toda a história – história geral e história do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1995.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA). **Dicionário Básico Portuário**. 2. ed. Paranaguá: APPA, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022: informação e documentação: teses, dissertações, ensaios e artigos em publicação periódica científica impressa: apresentação**. Rio de Janeiro, 2003.

AVRITZER, Leonardo. Reforma política e participação no Brasil. In: **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2006, págs. 35-43.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 1.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1957.

_____. **Teoria Geral do Estado**. 30.ed. São Paulo: Globo, 1993.

_____. **Teoria Geral do Estado**. 36. ed. São Paulo: Globo, 1997

BERNARDI, B. B. **The concept of path dependency: definitions and theoretical controversies**. *Perspectivas*, São Paulo, v.41, p.137-167, jan./jun. 2012.

BNDES Setorial. Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-138, set. 2006

BRAGUETTO, C. R. O processo de industrialização do Paraná até a década de 1970. In: **Geografia**. Londrina, v. 8, n. 2, p. 149-160, 1999

BRASIL, **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, n.44, set/out 1974.

BRASIL, **Reforma Administrativa Federal**: Organização dos textos, notas remissíveis e índices por Juarez de Oliveira. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

CANEPARO, Sony Cortese. **Manguezais de Paranaguá**: uma análise da dinâmica espacial da ocupação antrópica - 1952-1996. 130 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1999.

_____. **Análise da dinâmica espacial e dos impactos ambientais causados pela ocupação antrópica em áreas de manguezais de Paranaguá** – Paraná, através de técnicas de geoprocessamento, Anais X, SBSR, Foz do Iguaçu, 2001. INPE, p. 561-566.

CASTANHAR, José Cesar. Arranjos Produtivos Locais como estratégia de interiorização da atividade econômica, com dinamismo e redução das desigualdades. In: FLEURY, Sonia (Org.). **Democracia, descentralização e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CASTRO, H.A. et al. **Questões metodológicas para a investigação dos efeitos da poluição do ar na saúde**. Revista Brasileira Epidemiologias, v. 6, n. 2, 2003.

CAVALCANTI, C. **Sustentabilidade**: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico econômica. São Paulo: Estudos Avançados, v. 26, n 74, p. 35-50, 2012.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed São Paulo: Prentice Hall, 2007.

CHILDE, Vere Gordon. **A evolução cultural do homem**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

COSTA, E.J.M. **Arranjos Produtivos Locais**, políticas públicas e desenvolvimento regional. Ministério da Integração. Governo do Estado do Pará. Brasília. 2010.

COUTO, Jorge; VIANA, Francisco; COELHO FILHO, Luiz Walter. **Abertura do Portos** - 200 Anos. Salvador: Associação dos Usuários dos Portos da Bahia, 2008.

CURADO, **Marcelo Industrialização e desenvolvimento**: uma análise do pensamento econômico brasileiro, Brasil, 2013.

DELGADO, Andrés Burgos; TRIANA, Diana Rocío Rodríguez; SAYAGO, Doris Aleida Villamizar **A contribuição das redes sociais na elaboração de políticas públicas participativas**. São Paulo: Unesp, 2013.

DENARDIN, V. F. **De capital natural a capital natural crítico**: a aplicação da matriz de deliberação na gestão participativa dos recursos hídricos no oeste catarinense. 2004. 198 f. Tese (Doutorado em desenvolvimento, agricultura e sociedade, área de concentração em Desenvolvimento e Agricultura) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2004.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007.

DIAS V. P.; FERNANDES, E. **Fertilizantes**: Uma Visão Global Sintética. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-138, set. 2006.

DINIZ, C. C. **O papel da inovações e das instituições no desenvolvimento local**. XXXIX Encontro Nacional de Economia. Salvador, 2001.

FAO. **The state of food and agriculture**: paying farmers for environmental services. Rome, 2010. 240 p. (FAO. Agriculture Series; n.3 8) Disponível em: [url:<http://www.fao.org/docrep/010/a1200e/a1200e00.htm>](http://www.fao.org/docrep/010/a1200e/a1200e00.htm) Acesso em: maio 2016.

FEITOSA, C. O. **Aglomerções Industriais como fator de desenvolvimento regional**: um estudo de caso no Nordeste brasileiro. Brasil, 2009.

FONSECA, Maurílio Magalhães. **Arte Naval**. 7.ed, v.2. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2005.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE. **Vocabulário Básico de Meio Ambiente**. 4. ed. Rio de Janeiro: SCS-Petrobrás, 1992.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. 1 ed. Rio de Janeiro: F. da Cultura, 1964

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Pequena Introdução ao desenvolvimento**, enfoque interdisciplinar. São Paulo: Nacional, 1980.

_____. **Essencial de Furtado**. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2013. (p. 167-175)

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1978.

_____. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 4 (96), outubro-dezembro/2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GODOY, Arilda. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

GODOY, Amalia Maria Golberg. Reestruturação Produtiva de Polarização do Mercado de Trabalho em Paranaguá (PR). **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 99, p. 5-25, jul./dez. 2000

GRACIOSO, Alexandre. **Fosfertil**: os mil dias decisivos (case-study), as introduzidas na cultura, objetivos e estratégias da Fosfertil, após sua privatização em 1992/Alexandre Gracioso. São Paulo: T. A, Queiroz, 1995.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. **Desatando Nós**: Associativismo Civil, Democracia e Empoderamento na Colônia de Pescadores de Matinhos, Paraná. Tese – Doutorado Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2007.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. 291p

IPARDES. **Dinâmica recente da indústria paranaense**: estrutura e emprego. Curitiba: IPARDES, 2007.

_____. **Economia Paranaense nos anos 90**: um modelo de interpretação. Curitiba: Editora do autor, 2000.

_____. **Identificação e Mapeamento das Aglomerações Produtivas do Estado do Paraná**: uma atualização para o ano de 2008. Curitiba: IPARDES, 2009.

KAVALERIDZE, Wladimir Cavallar. **Novos Solos**: Vida dinâmica, tratamento e conservação do solo. 3. Ed. Curitiba: Voz do Paraná, 1978.

KINGDON, John W. **Alternatives and Public Policies. United States of America**: Addison-Wesley Longman, 1984.

KOZAK, Ricardo H. **O Paraná e o abastecimento de fertilizantes no Brasil**. Revista Paranaense de desenvolvimento, Curitiba, 1974.

KOSIK, Karel, **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1969.

KREUTZMANN, Hermann. **Theorie und Praxis in der Entwicklungsforschung**: Einführung zum Themenheft. Geographica Helvetica, v. 58, n. 1, p. 2-10, 2003. Disponível em: <<http://retro.seals.ch/>> Acesso em: 27 nov. 2015.

KULAIF, Yara. **A indústria de fertilizantes fosfatados no Brasil**: perfil empresarial e distribuição regional. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1999.

LAKATOS, Eva Mari; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1985.

LIMA, José Maria Gonçalves de. **Perfil analítico dos fertilizantes fosfatados**. Brasília: DNPM, n.39, 1976.

LOURENÇO, G. M. **Economia Paranaense**: fatores de mudança e entraves ao desenvolvimento. Curitiba: Ed. do Autor, 2007, 140p, 2007.

_____. **Economia Paranaense nos anos 90**: um modelo de interpretação. Curitiba: Editora do autor, 2000.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 2.ed. São Paulo: Busca Vida, 1988.

_____. **Método dialético e teoria política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MASCENA, K. M. C.; FIGUEIREDO, F.C.; BOAVENTURA, J. M. G. *Clusters e APL's*: análise bibliométrica das publicações nacionais no período de 2000 a 2011. **Revista de Administração de Empresas (RAE)** SÃO PAULO: FGV-EAESP, v. 53, set-out 2013. p. 454-468.

MARCH, J.; OLSEN, J. Garbage Can Models of Decision Making Organizations. In: J.G. March and R. Weissinger. **Ambiguity and Command**: Organizational Perspective on Military Decision Making. Cambridge, Mass: Ballinger. 1986.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia**: tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural, v.I, 1982.

MATOS PINTO, Isabela Cardoso de. Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo de política. **Revista Políticas Públicas**. São Luís: v. 12, n. 1, p. 27-36, jan./jun. 2008

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. **Qualitative data analysis**: a sourcebook of new methods. Newbury Park, California, 1984.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996a.

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1996b.

MOREIRA, Iara Verocai Dias. **Vocabulário básico do meio ambiente**. 4.ed. Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social da Petrobrás, 1992.

MOREIRA, Vânia Maria Losada, Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850. **Revista Brasileira de História**. v. 22, n.43, São Paulo: 2002, p. 153-169, p. 160-161.

NASCIMENTO, Evandro Cardoso do, **Educação Patrimonial: Perspectivas da Educação Histórica**. Paranaguá: EDUC, 2013.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisa em administração**. São Paulo: FEA-USP, v. 1. n. 3. 2º sem, 1996.

NISKIER, Arnaldo. **Nosso Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bloch, 1973.

OLIVEIRA, J. A. Puppim. **Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas**. Rio de Janeiro, 2006.

PECQUEUR, B. **O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul**. Campina Grande: Raízes, v. 24, n. 01 e 02, p. 10-22, jan./dez. 2005.

_____. A Guinada Territorial da Economia Global. In: **Política e Sociedade**. n. 14, p. 78-106, abr. 2009.

PERROUX, François. **A Economia do Século XX**. Ed. Helder, Porto Alegre 1967.

PIAIA, Thami Covatti. As assimétricas trajetórias institucionais no Brasil e nos Estados Unidos e suas implicações na questão da inovação tecnológica. **Revista Eletrônica Direito e Política**. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.2, 2º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica

PORTER, E. **A vantagem competitiva das nações**. São Paulo: Elsevier, 1989.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas**. Curitiba: Ibpx, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAYNAUT, Claude et al. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: Em busca da interdisciplinaridade**. Curitiba: UFPR, 2002.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6.ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia regional**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Carlos Roberto. **Os Portos de Paranaguá (PR) e Itajaí (SC): Análise Comparativa das Suas Relações Com as Cidades de Inserção, da Estrutura Operacional Atual e das Condições Sócio-Ambientais das Regiões de Entorno**. 2009. 184 f. Tese (Doutorado) - Curso de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão de literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

_____. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta e MARQUES, Eduardo (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias de, et all. **Geografia**: conceitos e temas. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001.

SOUZA, Nali de Jesus de. Teoria dos Poloss, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. **Revista Análise**. Porto Alegre: v. 16, n. 1, p. 87-112, jan./jul. 2005.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UFPR, Teses, dissertações, monografias e outros trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Paraná. Sistema de Bibliotecas. Curitiba: UFPR, 2007.

VESENTINI, José William. **Brasil sociedade e espaço-Geografia do Brasil**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

WACHERMANN, G. **Géographie du Développement**. Paris: Ellipses Édition Marketing, 2005. Capítulos 1 e2.

WOLCOTT, H. F. **Transforming qualitative data**: description, analysis, and interpretation. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

AGÊNCIA NACIONAL DOS TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT). Disponível em > <http://www.antt.gov.br/>

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANTAQ). Disponível em > www.antaq.gov.br

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA DIFUSÃO DE ADUBOS (ANDA). Disponível em > <http://www.anda.org.br>

ASSOCIAÇÃO DOS MISTURADORES DE ADUBOS DO BRASIL (AMA-Brasil). Disponível em > www.amabrasil.agr.br

GRUPO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM LOGÍSTICA AGROINDUSTRIAL (ESALQLOG). Disponível em > <http://log.esalq.usp>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em > <http://www.ibge.gov.br>

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL (IPARDES). Disponível em > www.ipardes.gov.br

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Arranjos Produtivos Locais**. Aglomerado de indústrias. Disponível em: <www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1199885181.pdf>. Acesso em: 12 out. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Disponível em > www.ipea.gov.br

SECRETARIA DO COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX). Disponível em > <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE FRETES (SIFRECA). Disponível em > <http://sifreca.esalq.usp.br>

APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, Prof. Dr..... (Orientador) e (Mestrando), pesquisadores da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, estamos convidando Vossa Senhoria.....a cooperar, voluntariamente, com seus conhecimentos, em uma pesquisa intitulada: "Políticas Públicas: atores e fatores do Polo de fertilizantes do município de Paranaguá, entre os anos de 1970 e 2010". Este estudo é uma pesquisa básica, para o desenvolvimento de uma Dissertação, a ser apresentada, por parte do mestrando, como requisito parcial à obtenção do Título de "Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável", pelo Departamento Litoral, da Universidade Federal do Paraná - UFPR. Para prover-lhe um maior esclarecimento participamos que:

- a) O objetivo principal desta pesquisa é o de conhecer os atores e os fatores intercorrentes que, mediante o eixo temático das políticas públicas aplicadas ao território, ao porto e ao próprio Polo, as quais possibilitaram a sua existência tal qual este se apresenta na atualidade.
- b) Caso V. Sa. participe da pesquisa, será necessário responder o roteiro anexo, o qual contém apenas sete itens relativos à implantação do Polo de Fertilizantes em Paranaguá.
- c) Vale ressaltar que as informações prestadas pelos entrevistados terão finalidade exclusivamente acadêmica e serão utilizadas apenas como dados primários em apoio à análise do pesquisador na conclusão do estudo supracitado.
- d) Além do conhecimento dos atores e os fatores intercorrentes possibilitaram existência do Polo de Fertilizantes de Paranaguá, tal qual este se apresenta na atualidade, os benefícios esperados com essa pesquisa são:
 - 1) reunir dados históricos e documentais acerca da implantação do Polo;
 - 2) analisar os elementos constituintes de sua origem, evolução, e resultados;
 - 3) conhecer as políticas públicas atinentes ao território, ao porto e ao Polo; e
 - 4) compreender suas externalidades aglomerativas, para saber, inclusive, quais foram positivas ou negativas para o território de Paranaguá.

Caso V. Sa. necessite esclarecer eventuais dúvidas antes, durante ou depois de encerrado o presente estudo, os pesquisadores, responsáveis por este estudo, poderão ser contatados no horário comercial:

Local: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR LITORAL

Endereço: Rua Jaguariaíva, 512 – Caiobá – Matinhos (PR) CEP: 83260-000.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochoviski

E-mail: rodrigoh33@gmail.com

Telefone: (41) 3511-8371

Mestrando: Jessé Beserra da Silva

E-mail: jesse.beserra.silva@gmail.com

Telefone: (41) 3244-0640

- e) A sua participação neste estudo é voluntária e se V. Sa. não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado.
- f) As despesas necessárias para a realização desta pesquisa são de responsabilidade exclusiva do Mestrando, desse modo sua participação é voluntária e gratuita. De igual modo V. Sa. não receberá qualquer valor, pagamento ou remuneração por sua participação no presente estudo, nem direitos autorais caso esta pesquisa venha ser publicada.
- g) Quanto aos resultados, caso sejam publicados, seu nome não aparecerá, apenas os resultados obtidos na compilação e análise dos dados relatados.

Eu, _____ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza, a limitação e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem que seja necessário justificar minha decisão. Desse modo Eu concordo em participar, voluntaria e gratuitamente, deste estudo.

Curitiba, ____ de março de 2016.

(Assinatura do Participante ou responsável legal)

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

PROJETO: <i>POLÍTICAS PÚBLICAS: ATORES E FATORES DO POLO DE FERTILIZANTES DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, ENTRE OS ANOS DE 1970 E 2010.</i>	
INSTITUIÇÃO: <i>Universidade Federal do Paraná – UFPR - Setor Litoral</i>	
PROGRAMA: <i>Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável – PPG-DTS</i>	
PESQUISADOR:	
ORIENTADOR: <i>Profº. Dr.</i>	
PROPÓSITOS DA ENTREVISTA: <i>Pesquisa básica para a dissertação, a ser apresentada como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável, no Departamento Litoral, da Universidade Federal do Paraná-UFPR.</i>	
DURAÇÃO DA ENTREVISTA: <i>Tempo máximo 50 minutos.</i>	
RESPONSABILIDADE PELO SIGILO DAS INFORMAÇÕES: <i>As informações fornecidas, pelos senhores entrevistados, terão finalidade, exclusivamente, acadêmica e serão utilizadas apenas como dados primários em apoio a análise do pesquisador, na conclusão do projeto supracitado.</i>	
IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO	
Nome:	
Endereço:	
Telefones:	E-mail:
LOCAL DE TRABALHO	
Empresa:	
Cargo:	
Grau de instrução: () Nível médio () Superior () Extensão () Pós-Graduação	
Graduação:	Pós- Graduação:
IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADOR	
Entrevistador:	
Data:	

CARACTERIZAÇÃO DO POLO DE FERTILIZANTE DE PARANAGUÁ

- 1) Vossa Senhoria saberia dizer em que ano as Indústrias de Fertilizantes começaram chegar em Paranaguá? Caso não saiba uma data precisa, poderia indicar uma data aproximada?
- 2) Vossa Senhoria saberia dizer em que ano as Empresas começaram operar em Paranaguá? Caso não saiba uma data precisa, poderia indicar uma data aproximada?
- 3) Vossa Senhoria saberia dizer se as empresas que vieram operar em Paranaguá surgiram a partir de alguma das indústrias de fertilizantes mais antigas que já existiam no Brasil? Qual (is)?
- 4) Vossa Senhoria saberia dizer como foi? Ou de que forma foi que as Empresas vieram operar em Paranaguá?
- 5) Vossa Senhoria saberia dizer quando essas atuais Empresas começaram a operar neste município, já havia alguma (as) outra (s) indústria (s) de fertilizante operando em Paranaguá? Qual (is)?
- 6) Vossa Senhoria saberia dizer até que ponto a existência de facilidades logísticas de armazenamento e transporte foi importante para que a empresa viesse operar em Paranaguá?
- 7) Vossa Senhoria saberia dizer como o fato das Empresas operarem em Paranaguá afeta os custos de transporte, tanto na entrega dos seus produtos no local de destino quanto no aproveitamento do frete de retorno?